



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL



DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

ANO LXII - Nº 044 - QUARTA-FEIRA, 11 DE ABRIL DE 2007 - BRASÍLIA-DF

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente
Renan Calheiros – PMDB-AL
1º Vice-Presidente
Tião Viana – PT-AC
2º Vice-Presidente
Álvaro Dias – PSDB-PR
1º Secretário
Efraim Morais – PFL-PB
2º Secretário
Gerson Camata – PMDB-ES

3º Secretário
César Borges – PFL-BA
4º Secretário
Magno Malta – PR-ES

Suplentes de Secretário
1ª - Papaléo Paes – PSDB-AP
2º - Antônio Carlos Valadares – PSB-SE
3º - João Vicente Claudino – PTB-PI
4º - Flexa Ribeiro – PSDB-PA

LIDERANÇAS

MAIORIA (PMDB) – 20	BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT/PTB/PR/PSB/PC do B/PRB/PP)- 26	LIDERANÇA PARLAMENTAR DA MINORIA (PFL/PSDB) – 30
LÍDER VICE-LÍDERES LÍDER DO PMDB – 20 Valdir Raupp VICE-LÍDERES DO PMDB Wellington Salgado de Oliveira Valter Pereira Gilvam Borges Leomar Quintanilha Neuto de Conto	LÍDER Ideli Salvatti – PT VICE-LÍDERES Epitácio Cafeteira João Ribeiro Renato Casagrande Inácio Arruda Marcelo Crivella Francisco Dornelles LÍDER DO PT – 11 Ideli Salvatti VICE-LÍDERES DO PT Eduardo Suplicy Fátima Cleide Flávio Arns LÍDER DO PTB – 5 Epitácio Cafeteira VICE-LÍDER DO PTB Sérgio Zambiasi LÍDER DO PR – 4 João Ribeiro VICE-LÍDER DO PR Expedito Júnior LÍDER DO PSB – 3 Renato Casagrande VICE-LÍDER DO PSB Antônio Carlos Valadares LÍDER DO PC do B – 1 LÍDER DO PRB – 1 Marcelo Crivella LÍDER DO PP – 1 Francisco Dornelles	LÍDER Lúcia Vânia VICE-LÍDERES LÍDER DO PFL – 17 José Agripino VICE-LÍDERES DO PFL Kátia Abreu Jayme Campos Raimundo Colombo Edison Lobão Romeu Tuma Maria do Carmo Alves LÍDER DO PSDB – 13 Arthur Virgílio VICE-LÍDERES DO PSDB Sérgio Guerra Alvaro Dias Marisa Serrano Cícero Lucena
LÍDER DO PDT – 4 Jefferson Péres VICE-LÍDER DO PDT Osmar Dias	LÍDER DO P-SOL – 1	LÍDER DO GOVERNO Romero Jucá VICE-LÍDERES DO GOVERNO
EXPEDIENTE		
Agacieli da Silva Maia Diretor-Geral do Senado Federal Júlio Werner Pedrosa Diretor da Secretaria Especial de Editoração e Publicações José Farias Maranhão Diretor da Subsecretaria Industrial	Cláudia Lyra Nascimento Secretária-Geral da Mesa do Senado Federal Maria Amália Figueiredo da Luz Diretora da Secretaria de Ata Denise Ortega de Baere Diretora da Secretaria de Taquigrafia	

Impresso sob a responsabilidade da Presidência do Senado Federal. (Art. 48, nº 31, RISF)

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 – ATA DA 44ª SESSÃO DELIBERATIVA ORDINÁRIA, EM 10 DE ABRIL DE 2007

1.1 – ABERTURA

1.2 – EXPEDIENTE

1.2.1 – Leitura de requerimentos

Nº 301, de 2007, de autoria do Senador Raimundo Colombo, solicitando ao Ministro de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão as informações que menciona..... 09238

Nº 302, de 2007, de autoria do Senador Tasso Jereissati, solicitando ao Ministro de Estado de Minas e Energia as informações que menciona.... 09238

Nº 303, de 2007, de autoria do Senador Tasso Jereissati, solicitando ao Ministro de Estado de Minas e Energia as informações que menciona.... 09239

Nº 304, de 2007, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando voto de pesar e de solidariedade ao Deputado Gonzaga Patriota, pelo falecimento de seu filho Luciano Patriota, ocorrido em 3 do corrente..... 09240

Nº 305, de 2007, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando voto de aplauso ao Município de Manacapuru, pela honrosa classificação entre os 95 municípios brasileiros considerados modelos de Eficiência na Gestão de Arrecadação de Impostos. 09240

Nº 306, de 2007, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando voto de aplauso à Tendência Consultoria Integrada por sua classificação em 1º lugar na primeira edição do ano de 2007, do Prêmio Destaque Agência Estado Projeções. 09240

Nº 307, de 2007, de autoria do Senador Expedito Júnior, solicitando voto de aplauso à Juíza Brasileira Dra. Sandra Aparecida Silvestre de Frias Torres, do Tribunal de Justiça de Rondônia, por seu gesto de bravura ao permanecer acompanhando as eleições presidenciais do Timor-Leste, mesmo tendo sido vítima de agressão à face na véspera do pleito eleitoral..... 09240

1.2.2 – Discursos do Expediente

SENADOR PAULO PAIM – Registro da realização da 10ª Marcha de Prefeitos, que chegou a Brasília e se encerra na próxima quinta-feira, com a presença confirmada de mais de 3.000 Prefeitos de todo o país, que pleiteiam a liberação de recursos do Fundep e a aprovação da proposta que assegura

o acréscimo de 1 ponto percentual da arrecadação do Fundo de Participação dos Municípios..... 09241

SENADOR TIÃO VIANA – Leitura de nota do Governador do Estado do Acre, Binho Marques, contrário a reportagem da revista **Veja**, do Jornalista Leonardo Coutinho, publicada no último final de semana, que faz referências ao desmatamento na gestão do ex-Governador Jorge Viana. 09243

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO, – Apresentação de votos de solidariedade e pesar pelo falecimento de Vanessa Timóteo, filha do Deputado Dr. Rosinha, e pelo falecimento do Jovem Luciano Patriota, filho do Deputado Gonzaga Patriota. 09255

1.2.3 – Leitura de requerimentos

Nº 308, de 2007, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando voto de pesar e de solidariedade ao Deputado Dr. Rosinha, pelo falecimento de sua filha, Vanessa Timóteo, ocorrido em 8 de abril de 2007, em Curitiba-PR. 09255

Nº 309, de 2007, de autoria do Senador Mozarildo Cavalcanti, solicitando voto de pesar pelo falecimento do piloto da Força Aérea Brasileira, Tenente-Aviador Fernando Wilmers de Medeiros.. 09256

Nº 310, de 2007, de autoria do Senador Flexa Ribeiro, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Alexandrino Moreira, Presidente da Associação Paraense de Bancos e crítico da Associação Paraense de Críticos Cinematográficos – APCC. . 09256

Nº 311, de 2007, de autoria do Senador Mozarildo Cavalcanti e outros Srs. Senadores, solicitando o desarquivamento do Projeto de Lei do Senado nº 153, de 2002, de sua autoria..... 09256

Nº 312, de 2007, de autoria do Senador Mozarildo Cavalcanti e outros Srs. Senadores, solicitando o desarquivamento do Projeto de Lei do Senado nº 558, de 1999, de sua autoria..... 09259

Nº 313, de 2007, de autoria do Senador Adelmir Santana, solicitando voto de aplauso a Dra. Maria Elizabeth Guimarães Teixeira Rocha, por ocasião de sua posse como Ministra no Superior Tribunal Militar, ocorrida no dia 27 de março do corrente, bem como a publicação do discurso proferido, pela Ministra, naquela solenidade. 09261

Nº 314, de 2007, de autoria do Senador Mozarildo Cavalcanti e outros Srs. Senadores, solicitando o desarquivamento da Proposta de Emenda à Constituição nº 33, de 2002, que tem como primeiro signatário o Senador Mozarildo Cavalcanti.	09263	Nº 326, de 2007, de autoria do Senador Sérgio Zambiasie outros Senadores, solicitando voto de aplauso à Fundação Escola Técnica Liberato Salzano Vieira da Cunha, instituição pública de direito privado dedicada ao ensino de nível médio e profissional desde 1967, que completará 40 anos de atividades no próximo dia 12 de abril de 2007.	09283
Nº 315, de 2007, de autoria do Senador Mozarildo Cavalcanti e outros Srs. Senadores, solicitando o desarquivamento da Proposta de Emenda à Constituição nº 35, de 2001, que tem como primeiro signatário o Senador Mozarildo Cavalcanti.	09265	Nº 327, de 2007, de autoria do Senador Mozarildo Cavalcanti, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Piloto Paulo Lopes e do Técnico em Enfermagem, Darciel Santos Carvalho, ocorrido no dia 31 de março último, em decorrência do acidente com aeronave que prestava serviços para a Fundação Nacional de Saúde – FUNASA.....	09284
Nº 316, de 2007, de autoria do Senador Mozarildo Cavalcanti e outros Srs. Senadores, solicitando o desarquivamento da Projeto de Resolução nº 7, de 2000, de autoria do Senador Mozarildo Cavalcanti.	09267	Nº 328, de 2007, de autoria do Senador Antonio Carlos Valadares, solicitando ao Ministro de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão, as informações que menciona.....	09284
Nº 317, de 2007, de autoria do Senador Mozarildo Cavalcanti e outros Srs. Senadores, solicitando o desarquivamento do Projeto de Lei do Senado nº 126, de 2001, de autoria do Senador Mozarildo Cavalcanti.	09269	Nº 329, de 2007, de autoria do Senador Eduardo Azeredo, solicitando ao Governador do Estado de Minas Gerais pela formulação do programa Poupança Jovem.	09285
Nº 318, de 2007, de autoria do Senador Mozarildo Cavalcanti e outros Srs. Senadores, solicitando o desarquivamento do Projeto de Lei do Senado nº 3, de 2001, de autoria do Senador Mozarildo Cavalcanti.....	09271	Nº 330, de 2007, de autoria do Senador Romero Jucá, solicitando Voto de Congratulações audiência da Comissão de Assuntos Econômicos, para se manifestar sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 82, de 2006.....	09286
Nº 319, de 2007, de autoria do Senador Mozarildo Cavalcanti e outros Srs. Senadores, solicitando o desarquivamento da Proposta de Emenda à Constituição nº 6, de 2000, que tem como primeiro signatário o Senador Mozarildo Cavalcanti.	09273	Nº 331, de 2007, de autoria do Senador Romero Jucá, solicitando audiência da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, para se manifestar sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 82, de 2006.	09286
Nº 320, de 2007, de autoria do Senador Mozarildo Cavalcanti e outros Srs. Senadores, solicitando o desarquivamento do Projeto de Lei do Senado nº 155, de 2000, de autoria do Senador Mozarildo Cavalcanti.	09275	Nº 332, de 2007, de autoria do Senador Expedito Júnior, solicitando que sobre o Projeto de Lei do Senado nº 211, de 2004, seja ouvida a Comissão de Assuntos Sociais além das comissões constantes do despacho inicial de distribuição.....	09286
Nº 321, de 2007, de autoria do Senador Mozarildo Cavalcanti e outros Srs. Senadores, solicitando o desarquivamento do Projeto de Lei do Senado nº 241, de 2002, de autoria do Senador Mozarildo Cavalcanti.	09277	1.2.4 – Leitura de projetos Projeto de Lei do Senado nº 184, de 2007, de autoria do Senador Flexa Ribeiro, que altera e acrescenta as hidrovias do Tapajós, Teles Pires e Jurueña na Relação Descritiva do Sistema Hidroviário Nacional, do Plano Nacional de Viação, aprovado pela Lei nº 5.917, de 1973.	09287
Nº 322, de 2007, de autoria do Senador Mozarildo Cavalcanti e outros Srs. Senadores, solicitando o desarquivamento do Projeto de Lei do Senado nº 220, de 2000, de autoria do Senador Mozarildo Cavalcanti.	09279	Projeto de Lei do Senado nº 185, de 2007, de autoria do Senador Sérgio Zambiasi, que altera o art. 73 da Lei nº 11.343, de 23 de agosto de 2006, para permitir que a União possa celebrar convênios com o Distrito Federal e os Municípios visando à prevenção e repressão do tráfico ilícito e do uso indevido de drogas.	09298
Nº 323, de 2007, de autoria do Senador Mozarildo Cavalcanti e outros Srs. Senadores, solicitando o desarquivamento do Projeto de Lei do Senado nº 19, de 2001, de autoria do Senador Mozarildo Cavalcanti.....	09281	Projeto de Lei do Senado nº 186, de 2007, de autoria do Senador Cristovam Buarque, que autoriza a criação do programa Biblioteca do Professor.	09299
Nº 324, de 2007, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando ao Ministro de Estado da Saúde as informações que menciona.	09283	1.2.5 – Leitura de proposta de Emenda à Constituição Nº 28, de 2007, tendo como primeiro signatário o Senador Leomar Quintanilha, que prorroga até 2010 o mandato dos atuais Prefeitos, Vice-Prefeitos e Vereadores.....	09300
Nº 325, de 2007, de autoria do Senador Flexa Ribeiro, solicitando voto de pesar pelo falecimento do ex-Vereador e radialista o Sr. Eloy Santos.....	09283		

1.2.6 – Comunicações da Presidência

Término do prazo, ontem, sem apresentação de emendas ao Projeto de Resolução nº 14, de 2007, de autoria do Senador Eptácio Cafeteira, que altera o art. 17 do Regimento Interno do Senado Federal para determinar que o livro de inscrição dos oradores de cada sessão do Plenário ficará à disposição dos Senadores a partir das 8 horas e 30 minutos. 09303

Recebimento do Aviso nº 5, de 2007 (nº 222/2007, na origem), de 7 de março último, do Tribunal de Contas da União, encaminhando cópia do acórdão proferido nos autos do Processo TC-004.375/2005-7, referente ao acompanhamento da implantação do Projeto de Integração do Rio São Francisco com Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional. 09303

1.2.7 – Discursos do Expediente (continuação)

SENADOR *PAPALÉO PAES* – Considerações sobre o grave problema que se espalha pelo país, o tráfico internacional de pessoas, que atinge principalmente mulheres e crianças indefesas. 09303

SENADOR *GILVAM BORGES* – Apelo ao Presidente Lula no sentido de que assuma a bandeira das reformas política e tributária. 09304

SENADOR *SIBÁ MACHADO*, como Líder – Registro da realização da 10ª Marcha dos Prefeitos de todo o Brasil, em Brasília e relato dos pleitos atendidos pelo Presidente Lula. 09311

SENADOR *ARTHUR VIRGÍLIO*, como Líder – Alerta com relação a tramitação da prorrogação da Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF) e da Desvinculação de Receitas da União (DRU), no Senado, em face das promessas feitas, pelo Governo Federal, aos governadores durante a discussão do PAC e aos prefeitos na Marcha em Defesa dos municípios. 09314

SENADOR *INÁCIO ARRUDA* – Ressalta as conquistas dos prefeitos para que a base do governo vote separadamente a PEC que institui o aumento do FPM de 22,5% para 23,5% da arrecadação federal do Imposto de Renda e a do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI). 09316

SENADOR *JOSÉ AGRIPINO*, como Líder – Compromisso com a aprovação de medidas reivindicadas pelos prefeitos participantes da 10ª Marcha a Brasília. Defesa da apreciação imediata dos vetos do Presidente Lula à lei que recriou a Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE). 09317

SENADORA *IDELI SALVATTI* – Ressalta os avanços conquistados pelos municípios no primeiro mandato do Presidente Lula. 09320

SENADOR *OSMAR DIAS* – Considerações sobre proposta de emenda à Constituição de autoria de S. Exa. que propõe que 10% de todas as

contribuições sejam destinadas aos Municípios e 10% aos Estados. 09323

SENADOR *FRANCISCO DORNELLES*, como Líder – Apelo ao Presidente da República para que não assine medida provisória no sentido de destinar os recursos do Fundo de Amparo do Trabalhador para refinanciamento da dívida agrícola, conforme noticiado na imprensa. 09324

SENADOR *MOZARILDO CAVALCANTI* – Apoio as alterações feitas pela Câmara dos Deputados no projeto de S. Exa. que estabelece um adicional tarifário para subsidiar linhas aéreas regionais. 09324

SENADOR *VALDIR RAUPP*, como Líder – Expectativa de consenso em torno da Proposta de Emenda à Constituição nº 12, de 2006, na qual S. Exa. foi designado relator, que institui regime especial de pagamento de precatórios pela União, Estados e Municípios. 09333

SENADOR *ROMERO JUCÁ*, como Líder – Saudação a todos os Prefeitos presentes em Brasília, em especial aos do Estado de Roraima. Aplausos ao Presidente Lula pela decisão de apoiar o aumento no repasse do Fundo de Participação dos Municípios. 09335

SENADOR *VALTER PEREIRA* – Apoio as reivindicações dos Prefeitos da 10ª Marcha em Defesa dos municípios, especialmente com relação ao aumento no repasse do Fundo de Participação dos Municípios – FPM. 09336

SENADOR *DEMÓSTENES TORRES* – Apelo ao ministro da Educação, Fernando Haddad, no sentido da homologação de vários cursos da Universidade Salgado de Oliveira – Universo. 09339

1.3 – ORDEM DO DIA**Item 3 – (Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal) (inversão da pauta com aquiescência do Plenário)**

Projeto de Lei de Conversão nº 1, de 2007 (proveniente da Medida Provisória nº 342, de 2006), que altera e acresce dispositivos à Lei nº 11.438, de 29 de dezembro de 2006, que dispõe sobre incentivos e benefícios para fomentar as atividades de caráter desportivo. **Aprovado**, após **Parecer nº 242, de 2007-PLEN**, proferido pela Senadora Ideli Salvatti, Relatora Revisora, tendo usado da palavra o Senador Romero Jucá. À sanção. 09346

Item 4 – (Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal) (inversão da pauta com aquiescência do Plenário)

Medida Provisória nº 343, de 2007, que abre crédito extraordinário, em favor dos Ministérios da Ciência e Tecnologia, da Fazenda, da Justiça, dos Transportes, das Comunicações, do Planejamento, Orçamento e Gestão, do Esporte e da Defesa, no valor global de novecentos e cinquenta e seis milhões, seiscentos e quarenta e seis mil, quatrocentos

e noventa e dois reais, para os fins que especifica. **Aprovada**, após **Parecer nº 243, de 2007-PLEN**, proferido pelo Senador Sibá Machado, Relator Revisor, tendo usado da palavra os Senadores Marconi Perillo, Heráclito Fortes, a Sra. Lúcia Vânia, o Sr. Arthur Virgílio, José Agripino, Romero Jucá e Valdir Raupp, com os votos contrários do Democratas e do PSDB. À promulgação.

09353

Item 1 – (Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)

Medida Provisória nº 337, de 2006, que abre crédito extraordinário, em favor dos Ministérios da Educação, da Saúde, dos Transportes e das Cidades, no valor de quinhentos e seis milhões e quinhentos e vinte e oito mil reais, para os fins que especifica. **Apreciação sobrestada por falta de acordo de lideranças**.....

09370

Item 2 – (Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)

Medida Provisória nº 338, de 2006, que abre crédito extraordinário ao Orçamento de Investimento para 2006, em favor de diversas empresas estatais, no valor total de sete bilhões, quatrocentos e cinquenta e sete milhões, quinhentos e oitenta e cinco mil, novecentos e setenta e sete reais, e reduz o Orçamento de Investimento de diversas empresas no valor global de oito bilhões, oitocentos e oito milhões, novecentos e cinquenta e dois mil, oitocentos e oitenta e oito reais, para os fins que especifica. **Apreciação sobrestada**.....

09370

Item 5 – (Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)

Medida Provisória nº 344, de 2007, que abre crédito extraordinário, em favor dos Ministérios da Educação, dos Transportes e da Integração Nacional, no valor global de cento e oitenta e um milhões e duzentos mil reais, para os fins que especifica. **Apreciação sobrestada**.....

09371

Item 6 – (Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)

Projeto de Lei de Conversão nº 2, de 2007 (proveniente da Medida Provisória nº 345, de 2007), que dispõe sobre cooperação federativa no âmbito da segurança pública. **Apreciação sobrestada**...

09371

Item 7 – (Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)

Medida Provisória nº 354, de 2007, que abre crédito extraordinário, em favor do Ministério das Relações Exteriores, no valor de vinte milhões de reais, para os fins que especifica. **Apreciação sobrestada**.....

09371

Item 8 – (Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)

Medida Provisória nº 346, de 2007, que abre crédito extraordinário, em favor da Presidência da República, dos Ministérios dos Transportes, da Cultura e do Planejamento, Orçamento e Gestão e de Encargos Financeiros da União, no valor global de quatrocentos e cinquenta e dois milhões, cento e oitenta e três mil, seiscentos e trinta e nove reais, para os fins que especifica. **Apreciação sobrestada**.....

09371

Item 9 – (Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)

Projeto de Lei de Conversão nº 3, de 2007 (proveniente da Medida Provisória nº 350, de 2007), que altera a Lei nº 10.188, de 12 de fevereiro de 2001, que cria o Programa de Arrendamento Residencial, institui o arrendamento residencial com opção de compra, e a Lei nº 11.265, de 3 de janeiro de 2006, que regulamenta a comercialização de alimentos para lactentes e crianças de primeira infância e também a de produtos de puericultura correlatos, e dá outras providências. **Apreciação sobrestada**.....

09371

Item 10 – (Em regime de urgência, nos termos do art. 64, § 1º, da Constituição Federal)

(Incluído em Ordem do Dia, nos termos do art. 353, parágrafo único, do Regimento Interno)

Projeto de Lei da Câmara nº 124, de 2006 (nº 7.514/2006, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que altera a Lei nº 11.196, de 21 de novembro de 2005 (estabelece incentivos fiscais para empresas que investem em pesquisa científica e tecnológica). **Apreciação sobrestada**.....

09371

Item 11 – (Incluído em Ordem do Dia, nos termos do parágrafo único do art. 353 do Regimento Interno)

Projeto de Decreto Legislativo nº 35, de 2007 (apresentado como conclusão do Parecer nº 100, de 2007, da Comissão de Assuntos Econômicos), Relator **ad hoc**: Senador Delcídio Amaral, que aprova a Programação Monetária para o primeiro trimestre de 2007. **Apreciação sobrestada**.....

09372

Item 12 – (Em regime de urgência, nos termos do art. 64, § 1º, da Constituição Federal)

(Incluído em Ordem do Dia, nos termos do art. 353, parágrafo único, do Regimento Interno)

Projeto de Lei da Câmara nº 10, de 2007 (nº 7.569/2006, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que modifica as competências e a estrutura organizacional da Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Capes, de que trata a Lei nº 8.405,

de 9 de janeiro de 1992; e altera a Lei nº 11.273, de 6 de fevereiro de 2006, que autoriza a concessão de bolsas de estudo e de pesquisa a participantes de programas de formação inicial e continuada de professores para educação básica. **Apreciação sobrestada.**.....

09372

Item 13

Quinta e última sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 59, de 2005, de autoria do Senador Arthur Virgílio e outros Senhores Senadores, que acrescenta o seguinte § 5º ao art. 239 da Constituição Federal, para permitir que os recursos do PASEP sejam aplicados diretamente pelos Estados e Municípios.

Apreciação sobrestada......

09372

Item 14

Quarta sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 37, de 2004, tendo como primeiro signatário o Senador Antonio Carlos Magalhães, que altera a redação da alínea “d” do inciso II do art. 93 da Constituição Federal (torna obrigatória a promoção por antiguidade do juiz que figurar, por duas vezes, indicado pelo Tribunal competente). **Apreciação sobrestada.**....

09372

Item 15

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 2, de 2007, tendo como primeiro signatário o Senador Marco Maciel, que acrescenta parágrafo ao art. 17 da Constituição Federal, para autorizar distinções entre partidos políticos, para fins de funcionamento parlamentar, com base no seu desempenho eleitoral. **Apreciação sobrestada.**.....

09372

Item 16

Emenda da Câmara ao Projeto de Lei do Senado nº 337, de 1999 (nº 2.516/2000, naquela Casa), que acrescenta parágrafo ao art. 14 da Lei nº 1.060, de 5 de fevereiro de 1950, no sentido de regular a gratuidade dos honorários de perito. **Apreciação sobrestada.**.....

09372

Item 17

Projeto de Lei da Câmara nº 12, de 2000 (nº 885/95, na Casa de origem), que institui o Programa Nacional de Habitação para Mulheres com Responsabilidades de Sustento da Família. **Apreciação sobrestada.**.....

09373

Item 18

Projeto de Lei da Câmara nº 34, de 2004 (nº 2.155/99, na Casa de origem), que cria o Relatório Anual Socioeconômico da Mulher. **Apreciação sobrestada.**.....

09373

Item 19

Projeto de Lei da Câmara nº 105, de 2005 (nº 2.619/2003, na Casa de origem), que altera a Lei nº 5.859, de 11 de dezembro de 1972, para assegurar a todos os trabalhadores domésticos o direito ao benefício do seguro-desemprego. **Apreciação sobrestada.**.....

09373

Item 20

Projeto de Lei da Câmara nº 33, de 2006 (nº 4.539/2004, na Casa de origem), que institui o dia 6 de dezembro como o Dia Nacional de Mobilização dos Homens pelo Fim da Violência contra as Mulheres. **Apreciação sobrestada.**.....

09373

Item 21

Projeto de Lei da Câmara nº 66, de 2006 (nº 4.733/2004, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que dá nova redação ao art. 894 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e à alínea “b” do inciso III do art. 3º da Lei nº 7.701, de 21 de dezembro de 1988 (dispõe sobre os embargos para o Tribunal Superior do Trabalho). **Apreciação sobrestada.**.....

09373

Item 22

Projeto de Lei da Câmara nº 80, de 2006 (nº 4.735/2004, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que dá nova redação ao **caput** do art. 836 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, a fim de dispor sobre o depósito prévio em ação rescisória. **Apreciação sobrestada.**.....

09373

Item 23

Projeto de Decreto Legislativo nº 131, de 1997 (nº 573/97, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Acordo de Parceria e de Cooperação em Matéria de Segurança Pública, celebrado entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Francesa, em Brasília, em 12 de março de 1997. **Apreciação sobrestada.**...

09373

Item 24

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 227, de 2006, de iniciativa da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito dos Correios, que altera dispositivos da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e 10.520, de 17 de julho de 2002, ampliando o âmbito de aplicação do pregão eletrônico e melhorando mecanismos de controle. **Apreciação sobrestada.**.....

09374

Item 25 – (Tramitando em conjunto com o Projeto de Lei do Senado nº 685, de 1999)

Projeto de Lei do Senado nº 26, de 2000, de autoria do Senador Paulo Hartung, que altera a redação do § 1º do art. 6º da Lei nº 9.069, de 29 de junho de 1995, para definir que o Presidente do Banco Central comparecerá, pessoalmente, à Comissão de Assuntos Econômicos do Senado, para fazer relato sobre a execução da programação monetária que se finda e a exposição e entrega da Programação Monetária Trimestral. **Apreciação sobrestada.**.....

09374

Item 26 – (Tramitando em conjunto com o Projeto de Lei do Senado nº 26, de 2000)

Projeto de Lei do Senado nº 685, de 1999, da Comissão Parlamentar de Inquérito do Sistema Fi-

nanceiro, que altera a redação do § 1º da art. 6º da Lei nº 9.069, de 29 de junho de 1995, que “dispõe sobre o Plano Real, o Sistema Monetário Nacional, estabelece as regras e condições de emissão do Real e os critérios para conversão das obrigações para o Real, e dá outras providências”. Apreciação sobrestada.	09374
1.3.1 – Discursos após a Ordem do Dia	
SENADOR AUGUSTO BOTELHO – A liderança do Brasil no setor de biocombustíveis.	09375
1.3.2 – Discursos encaminhado à publicação	
SENADORA LÚCIA VÂNIA – Registro da matéria intitulada “Com Lula, distância para crescimento mundial aumenta”, publicada no jornal O Estado de S. Paulo , edição de 1º de março último.	09376
SENADOR MARCONI PERILLO – Registro da matéria intitulada “O Plano do PT”, publicada na revista IstoÉ , edição de 7 de março último.	09378
SENADOR MÁRIO COUTO – Registro da matéria intitulada “Contratos superfaturados”, publicada no jornal Correio Braziliense , edição de 21 de março último.	09380
SENADOR CÍCERO LUCENA – Registro da matéria intitulada “Relatório dos EUA critica caso do dossiê”, publicada no jornal Folha de S. Paulo , edição de 7 de março último.	09382
SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO – Registro da matéria intitulada “Governo enquadra base e consegue enterrar a CPI do Apagão Aéreo”, publicada no jornal O Estado de S. Paulo , edição de 22 de março último.	09383
SENADOR PAPALÉO PAES – Registro do editorial intitulado “Depois do motim”, publicado no jornal Folha de S. Paulo , edição de 3 do corrente.	09384
SENADOR FLEXA RIBEIRO – Registro do editorial intitulado “Primeiro Passo”, publicado no jornal O Globo , edição de 17 de março último.	09385
SENADOR ROMERO JUCÁ – Registro da inauguração de obra importante para o transporte	

e a logística do Estado de Goiás: o Contorno de Anápolis.	09386
1.3.3 – Comunicação da Presidência	
Lembrando ao Plenário a realização de sessão deliberativa ordinária, amanhã, quarta-feira, dia 10, às 14 horas, com Ordem do Dia designada. ...	09386
1.4 – ENCERRAMENTO	
2 – DISCURSOS PRONUNCIADOS EM SESSÕES ANTERIORES	
Do Senador Aloizio Mercadante, pronunciados nas sessões dos dias 3 e 4 de abril de 2007..	09390
3 – RETIFICAÇÕES	
Ata da 30ª Sessão Deliberativa Ordinária, realizada em 20 de março de 2007 e publicada no Diário do Senado Federal do dia subsequente...	09400
4 – AGENDA CUMPRIDA PELO PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL, SENADOR RENAN CALHEIROS, EM 10/04/2007	
5 – EMENDAS	
Nºs 1 a 19, apresentadas à Medida Provisória nº 362, de 2007.	09402
<u>SENADO FEDERAL</u>	
6 – COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL – 52ª LEGISLATURA	
7 – COMISSÕES TEMPORÁRIAS	
8 – COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES	
9 – CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR	
10 – CORREGEDORIA PARLAMENTAR	
11 – PROCURADORIA PARLAMENTAR	
12 – CONSELHO DO DIPLOMA MULHER-CIDADÃ BERTHA LUTZ	
<u>CONGRESSO NACIONAL</u>	
13 – CONSELHO DA ORDEM DO CONGRESSO NACIONAL	
14 – CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL	
15 – COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE INTELIGÊNCIA (CCAI)	

Ata da 44ª Sessão Deliberativa Ordinária, em 10 de Abril de 2007

1ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura

Presidência dos Srs. Renan Calheiros, Tião Viana, Papaléo Paes, Paulo Paim, Mozarildo Cavalcanti, Adelmir Santana, Romeu Tuma e Wellington Salgado de Oliveira

ÀS 14 HORAS, ACHAM-SE PRESENTES
AS SRAS. E OS SRS. SENADORES:

REGISTRO DE COMPARECIMENTO

SESSÃO DELIBERATIVA ORDINÁRIA ÀS 14:00 HORAS

Período : 10/4/2007 07:40:20 até 10/4/2007 20:30:38

Partido	UF	Nome	Pres	Voto
PFL	DF	ADELMIR SANTANA	X	
PMDB	SE	ALMEIDA LIMA	X	
Bloco-PT	SP	ALOIZIO MERCADANTE	X	
Bloco-PSB	SE	ANTÔNIO CARLOS VALADARES	X	
PSDB	AM	ARTHUR VIRGÍLIO	X	
Bloco-PT	RR	AUGUSTO BOTELHO	X	
PFL	BA	CÉSAR BORGES	X	
PSDB	PB	CÍCERO LUCENA	X	
PDT	DF	CRISTOVAM BUARQUE	X	
Bloco-PT	MS	DELÍCIDIO AMARAL	X	
PFL	GO	DEMÓSTENES TORRES	X	
PFL	MA	EDISON LOBÃO	X	
PFL	MG	EDUARDO AZEREDO	X	
Bloco-PT	SP	EDUARDO SUPPLY	X	
PFL	PB	EFRAIM MORAIS	X	
PFL	MG	ELISEU RESENDE	X	
Bloco-PTB	MA	EPITÁCIO CAFETEIRA	X	
Bloco-PR	RO	EXPEDITO JÚNIOR	X	
Bloco-PT	RO	FÁTIMA CLEIDE	X	
Bloco-PTB	AL	FERNANDO COLLOR	X	
Bloco-PT	PR	FLÁVIO ARNS	X	
PSDB	PA	FLEXA RIBEIRO	X	
Bloco-PP	RJ	FRANCISCO DORNELLES	X	
PMDB	RN	GARIBALDI ALVES FILHO	X	
PMDB	AC	GERALDO MESQUITA JÚNIOR	X	
PMDB	ES	GERSON CAMATA	X	
PMDB	AP	GILVAM BORGES	X	
PFL	PI	HERÁCLITO FORTES	X	
Bloco-PT	SC	IDELI SALVATTI	X	
Bloco-PCdoB	CE	INÁCIO ARRUDA	X	
PMDB	PE	JARBAS VASCONCELOS	X	
PFL	MT	JAYME CAMPOS	X	
PDT	AM	JEFFERSON PERES	X	
PT	BA	JOÃO DURVAL	X	
Bloco-PT	AM	JOÃO PEDRO	X	
Bloco-PR	TO	JOÃO RIBEIRO	X	
PSDB	AL	JOÃO TENÓRIO	X	
Bloco-PTB	PI	JOÃO VICENTE CLAUDINO	X	
PMDB	DF	JOAQUIM RORIZ	X	
PFL	MT	JONAS PINHEIRO	X	
PFL	RN	JOSÉ AGRIPINO	X	
PMDB	PB	JOSÉ MARANHÃO	X	
P-SOL	PA	JOSÉ NERY	X	
PMDB	AP	JOSÉ SARNEY	X	
PFL	TO	KÁTIA ABREU	X	
PMDB	TO	LEOMAR QUINTANILHA	X	
PSDB	GO	LÚCIA VÂNIA	X	
Bloco-PR	ES	MAGNO MALTA	X	
Bloco-PRB	RJ	MARCELO CRIVELLA	X	
PFL	PE	MARCO MACIEL	X	
PSDB	GO	MARCONI PERILLO	X	
PFL	SE	MARIA DO CARMO ALVES	X	
PSDB	PA	MÁRIO COUTO	X	
PSDB	MS	MARISA SERRANO	X	
Bloco-PTB	RR	MOZARILDO CAVALCANTI	X	
PMDB	SC	NEUTO DE CONTO	X	
PDT	PR	OSMAR DIAS	X	
PSDB	AP	PAPALÉO PAES	X	
PMDB	RJ	PAULO DUQUE	X	
Bloco-PT	RS	PAULO PAIM	X	

Partido	UF	Nome	Pres	Voto
PMDB	RS	PEDRO SIMON	X	
PFL	SC	RAIMUNDO COLOMBO	X	
PMDB	AL	RENAN CALHEIROS	X	
Bloco-PSB	ES	RENATO CASAGRANDE	X	
PMDB	RR	ROMERO JUCÁ	X	
PFL	SP	ROMEU TUMA	X	
PFL	RN	ROSALBA CIARLINI	X	
PMDB	MA	ROSEANA SARNEY	X	
Bloco-PTB	RS	SÉRGIO ZAMBIASI	X	
Bloco-PT	AC	SIBÁ MACHADO	X	
PSDB	CE	TASSO JEREISSATI	X	
Bloco-PT	AC	TIÃO VIANA	X	
PMDB	RO	VALDIR RAUPP	X	
PMDB	MS	VALTER PEREIRA	X	
PMDB	MG	WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA	X	
PSDB	PR	WILSON MATOS	X	

Compareceram: 76 Senadores



O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP)

– A lista de presença acusa o comparecimento de 76 Srs. Senadores. Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

Sobre a mesa, requerimentos que passo a ler.

São lidos os seguintes:

REQUERIMENTO Nº 301, DE 2007

Nos termos do art. 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com os arts. 215, I, a, 216 e 217 do Regimento Interno do Senado Federal, solicito que seja o presente requerimento encaminhado ao Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão para que providencie, no estrito termo do prazo constitucional, as seguintes informações:

1) Quais os valores de investimentos previstos no Plano de Aceleração do Crescimento (PAC) que se destinam ao Estado de Santa Catarina?

2) Quais os valores a serem despendidos, qual o detalhamento das fontes de recursos e qual o cronograma de execução para o período de 2007 a 2010?

3) Haverá necessidade de aumento da carga tributária ou do endividamento do setor público para fazer frente aos investimentos do PAC? Caso isso não seja necessário, de que fontes virão esses investimentos?

Justificação

O Plano de Aceleração do Crescimento (PAC), recentemente anunciado, está amparado em dois principais eixos: de um lado, contempla amplo conjunto de investimentos em infra-estrutura; de outro, medidas de incentivo ao investimento privado. O PAC tem aspectos positivos: a desoneração tributária de investimentos e o aumento dos gastos públicos em infra-estrutura, mas tem como principal limitação a ausência de medidas mais firmes para reduzir os gastos correntes do setor público.

Assim, se não forem definidas novas medidas para restringir os gastos correntes da máquina pública, a elevação dos investimentos do Governo em infra-estrutura exigirá aumentos da carga tributária ou do endividamento público, reduzindo os recursos disponíveis para investimentos privados, além de di-

ficultar a redução das taxas de juros, desestimulando os investimentos privados.

O PAC pretende aplicar, de 2007 a 2010, R\$503,9 bilhões em investimentos de infra-estrutura, dos quais R\$67,8 bilhões do orçamento do Governo Central. O conjunto de investimentos está organizado nos grupos logística, energia e infra-estrutura social e urbana.

Todavia, o documento de divulgação do Plano é bastante omissivo em informações, pois não traz os valores dos investimentos a serem realizados, nem por Estado nem individualmente, mas apenas por regiões. Dada a suposta relevância do PAC e sua necessária discussão no âmbito do Congresso Nacional, torna-se imprescindível que o Poder Executivo divulgue informações mais completas e detalhadas sobre tais iniciativas.

Ademais, para que o Poder Legislativo possa exercer suas funções constitucionais com amplitude e para que a sociedade conheça mais o denominado PAC, as informações solicitadas destacam-se de grande relevância.

Sala das Sessões, 10 de abril de 2007. – Senador **Raimundo Colombo**.

(À Mesa para decisão)

REQUERIMENTO Nº 302, DE 2007

Nos termos do disposto no § 2º do art. 50 da Constituição Federal, combinado com o art. 216 do Regimento Interno, apresento este requerimento de informações ao Ministro de Minas e Energia, para o fornecimento das seguintes informações:

1 – Balanço anual de 2003 até a presente data das empresas abaixo relacionadas:

- Braspetro Oil Services Company;
- Fronape International Company – FIC;
- Petrobras International Braspetro BV – PIB BV;
- Petrobras International Finance Company – PIFCO;
- Petrobras Netherlands BV – PNBV;
- Petrobras Transporte S.A. – TRANS-PETRO;
- Petróleo Brasileiro S.A. – PETROBRAS;
- Transportadora Brasileira Gasoduto Bolívia–Brasil – TBG;
- Transportador do Nordeste e Sudeste S.A. – TNS.

2 – Documentos sociais (estatuto, contratos sociais e aditivos) relativos às empresas relacionadas no item anterior.

3 – Informações sobre o objeto e as atividades principais desenvolvidas por cada uma das empresas.

Justificação

O Governo Federal editou Medida Provisória nº 338, de 2006, visando a abertura de crédito extraordinário ao Orçamento de Investimento para 2006, em favor de diversas empresas estatais, no valor total de R\$7.457.585.977,00, dos quais 94% são destinados ao Ministério de Minas e Energia em favor da própria Petrobrás e suas subsidiárias localizadas no Brasil e no exterior, entre elas as aqui mencionadas.

Entretanto, não há qualquer informação sobre as vinculações societárias entre a Petrobrás e essas empresas, bem como o desempenho econômico-financeiro das mesmas, que permitam aquilatar a proporção entre a participação societária e os recursos a elas destinados.

Assim, o presente requerimento é absolutamente necessário para instruir objetivamente os debates e a análise que tal matéria merece.

Sala das Sessões, 10 de abril de 2007. – Senador **Tasso Jereissati**.

(À Mesa para decisão)

REQUERIMENTO Nº 303, DE 2007

Nos termos do disposto no § 2º do art. 50 da Constituição Federal, combinado com o inciso I do art. 216 do Regimento Interno do Senado, no exercício da competência fiscalizadora do Congresso Nacional, apresento este Requerimento de Informações ao Ministro de Minas e Energia, para esclarecimento sobre os créditos extraordinários destinados a esse Ministério, conforme Medida Provisória 338, de 29 de dezembro de 2006, no período anual de 2003 a 2007, nos seguintes termos:

1 – Quadro consolidado dos valores totais e por empresa estatal, conforme listado abaixo, informando:

1.1 – O Orçamento Anual destinado às seguintes empresas estatais, com a discriminação das receitas (previstas e realizadas) e despesas (fixadas e executadas), bem como de créditos extraordinários no período 2003-2007:

• Braspetro Ou Services Company;

• Fronape International Company – FIC;

• Petrobras International Braspetro BV – PIB BV;

• Petrobras International Finance Company – PIFCO;

• Petrobras Netherlands BV – PNBV;

• Petrobras Transporte S.A. – TRANS-PETRO;

• Petróleo Brasileiro S.A. – PETROBRAS;

• Transportadora Brasileira Gasoduto Bolívia-Brasil – TBG;

• Transportador do Nordeste e Sudeste S.A. – TNS

1.2 – As fontes de recursos que financiaram as dotações orçamentárias e os créditos extraordinários;

1.3 – As motivações que originaram os créditos extraordinários e dotações orçamentárias de cada uma das empresas no período;

Justificação

O Governo Federal editou Medida Provisória nº 338, de 2006, visando a abertura de crédito extraordinário ao Orçamento de Investimento para 2006, em favor de diversas empresas estatais, no valor total de R\$ 7.457.585.977,00, dos quais 94% são destinados ao Ministério de Minas e Energia em favor da própria Petrobras e suas subsidiárias localizadas no Brasil e no exterior,

Estando a dita MP 338/2006 prestes a ser votada nesta Casa, imperioso se faz tomar conhecimento da real utilização desses recursos e por que os mesmos não foram previstos no momento da elaboração do orçamento anual da Petrobrás e de cada uma das empresas antes mencionadas

Portanto, o presente requerimento de informações ao Ministério de Minas e Energia, se faz indispensável como único instrumento capaz de instruir objetivamente os debates e a análise que tal matéria merece.

Sala das Sessões, 10 abril de 2007. – Senador **Tasso Jereissati**

(À Mesa para decisão)

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP)

– Os Requerimentos que acabam de ser lidos serão despachados à Mesa para decisão, nos termos do art. 216, III, do Regimento Interno.

Sobre a mesa, requerimentos que passo a ler.

São lidos os seguintes:

REQUERIMENTO Nº 304 DE 2007

Requer Voto de Pesar e de Solidariedade ao Deputado Gonzaga Patriota, pelo falecimento de seu filho Luciano Patriota, ocorrido dia 3 de abril de 2007, durante cirurgia de doação de rim a sua cunhada, em Caruaru – PE.

Requeiro, nos termos do art. 218, do Regimento Interno, a inserção em ata, de Voto de Pesar e de Solidariedade ao Deputado Gonzaga Patriota, pelo falecimento de seu filho Luciano Patriota, ocorrido em 3 de abril de 2007, durante cirurgia de doação de rim a sua cunhada, em Caruaru – PE.

Requeiro, também, que esse Voto de Pesar seja levado ao conhecimento dos familiares de Luciano, por intermédio de seu pai, o Deputado Gonzaga Patriota.

Justificação

O Voto que ora requeiro poderia até ser de aplauso a um jovem de 27 anos, Luciano Patriota, pelo seu desprendimento e amor ao próximo. Ele morreu na mesa de cirurgia, ao doar a uma cunhada um de seus rins. É, também, de solidariedade aos familiares de Luciano, filho do Deputado Gonzaga Patriota. O gesto desse jovem será sempre lembrado como de efetiva doação, não de um de seus órgãos, mas de doação plena e de apreço ao próximo.

Sala das Sessões, 10 de abril de 2007. – Senador **Arthur Virgílio**, Líder do PSDB.

REQUERIMENTO Nº 305, DE 2007

Requer Voto de Aplauso ao Município de Manacapuru pela honrosa classificação entre os 95 municípios brasileiros considerados modelo de Eficiência na Gestão de Arrecadação de Impostos.

Requeiro, nos termos do art. 222 do Regimento Interno e ouvido o Plenário, que seja consignado, nos Anais do Senado, Voto de Aplauso ao Município de Manacapuru, no Amazonas, classificado, pela Fundação Getúlio Vargas, entre os 95 municípios brasileiros considerados modelo de Eficiência na Gestão de Arrecadação de Impostos.

Requeiro, ademais, que este Voto seja levado ao conhecimento do povo de Manaus, por intermédio do Prefeito Municipal, Ex^{ma} Sr. Washington Luís Régis da Silva.

Justificação

Manacapuru, progressista município do meu estado, distante 97 quilômetros de Manaus, acaba de ser incluído entre os 95 municípios brasileiros considera-

dos modelo em Eficiência na Gestão de Arrecadação de Impostos. O levantamento é da Fundação Getúlio Vargas e enche de orgulho o povo e os administradores locais, a começar pelo Prefeito Washington Luís Régis da Silva.

O Voto de Aplauso que estou requerendo ao Senado da República é de enaltecimento a uma comunidade brasileira que se destaca no cenário nacional, e até mundial, pelo zelo e pelo trabalho de seus administradores, oferecendo exemplos para o Brasil.

Sala das Sessões, 10 de abril de 2007. – Senador **Arthur Virgílio**, Líder do PSDB.

REQUERIMENTO Nº 306, DE 2007

Requer Voto de Aplauso à Tendência Consultoria Integrada, pela sua classificação em primeiro lugar na primeira edição do ano de 2007, do Prêmio Destaque Agência Estado Projeções.

Requeiro, nos termos do art. 222, do Regimento Interno, e ouvido o Plenário, que seja consignado, nos anais do Senado, Voto de Aplauso à Tendência Consultoria Integrada, classificada em primeiro lugar na primeira edição do ano de 2007 do Prêmio Destaque Agência Estado Projeções.

Requeiro, ademais, que este Voto seja levado ao conhecimento da homenageada.

Justificação

A Tendência Consultoria Integrada classificou-se em primeiro lugar e recebeu o principal troféu do Prêmio Destaque Agência Estado Projeções, 1ª edição do ano de 2007. Foi a empresa de consultoria que melhor soube estimar o comportamento de sete indicadores econômicos de 2006, num ano, segundo a Agência Estado, “cheio de surpresas, de dólar baixo, de inflação abaixo do centro da meta e de taxas de juros em nível inédito nos tempos do real”. É, pois, merecedora do Voto de Aplauso que requeiro ao Senado da República.

Sala das Sessões, 10 de abril de 2007. – Senador **Arthur Virgílio**, Líder do PSDB.

REQUERIMENTO Nº 307, DE 2007

Senhor Presidente,

Nos termos do disposto no art. 222 do Regimento Interno do Senado, requeiro a aprovação de Voto de Aplauso para a juíza brasileira, Dra. Sandra Aparecida Silvestre de Frias Torres, do Tribunal de Justiça de Rondônia, pelo seu gesto de bravura ao permanecer acompanhando as eleições presidenciais do Timor

Leste mesmo tendo sido vítima de agressão à faca na véspera do pleito eleitoral.

A juíza Sandra Aparecida foi designada para atuar como observadora brasileira nas eleições do Timor Leste e cumpriu sua missão com bravura. Honrou a todos os rondonienses, honrou o Tribunal de Justiça de Rondônia, fez crescer a participação do Brasil na colaboração com a reconstrução da democracia do Timor Leste; e sua atitude foi, sobretudo, uma homenagem à força da mulher brasileira.

Sala das Sessões, 10 de abril de 2007. – Senador **Exedito Júnior**.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP) – A Presidência encaminhará os votos solicitados.

Os requerimentos que acabam de ser lidos vão ao Arquivo.

Inscrevo, de ofício, o Senador Antonio Carlos Magalhães para uma comunicação inadiável e concedo a palavra como orador inscrito ao Senador Paulo Paim.

S. Ex^a dispõe de dez minutos para seu pronunciamento.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Senador Papaléo Paes, o assunto que me traz à tribuna hoje é a X Marcha de Prefeitos, que chegou à Capital e que se encerra na próxima quinta-feira. Já foi confirmada a presença de mais de três mil prefeitos de todo o País.

O Rio Grande do Sul, Sr. Presidente Papaléo Paes, se faz presente nesse evento com a participação de 350 prefeitos de um total de 496. Também participam inúmeros vereadores – alguns me visitaram hoje como, por exemplo, os de Mostarda, que estão aqui pleiteando solução para os problemas da Lagoa do Peixe, e muitos outros.

Os prefeitos, por intermédio da Confederação Nacional dos Municípios (CNM), pretendem apresentar ao Governo Federal uma pauta contendo inúmeras reivindicações, que tem o total apoio deste Parlamentar. Entre as prioridades figuram a liberação de recursos do Fundeb e, naturalmente, a aprovação da proposta que assegura o acréscimo de um ponto percentual no Fundo de Participação dos Municípios – FPM.

Sobre o Fundo de Participação dos Municípios, Sr. Presidente, é importante frisar que, no ano passado, quando fui Relator da Comissão Mista do Salário-Mínimo, que reuniu 11 Senadores e 11 Deputados, no meu parecer final, pedi à Câmara dos Deputados que

aprovasse a PEC nº 228, de 2004, que aumenta em 1% a arrecadação dos Municípios.

O Senado Federal já fez a sua parte. A Câmara dos Deputados tem que fazer a sua, aprovando a PEC nº 228, de 2004. Não podemos aceitar que mais de uma vez milhares de prefeitos retornem às suas bases apenas com a promessa de que um dia a PEC, aprovada pelo Senado há dois anos, será também aprovada pela Câmara dos Deputados.

Sr. Presidente, recebi hoje uma delegação de prefeitos do Rio Grande do Sul, que reafirmaram que, se essa situação continuar e a PEC não for aprovada, não terão dúvida em acampar de poncho, mala e cuia, aqui, na Esplanada até que a PEC seja aprovada.

Espero que essa atitude dos prefeitos não seja necessária e que eles voltem para o Sul com as suas reivindicações básicas atendidas, ou, como dizemos lá no Rio Grande, que voltem com a guaiaca bem sortida. E esse sortimento não é dinheiro; é o papel que representa a PEC do FPM.

Os prefeitos, também, pedem, Sr. Presidente, que se agilize a votação de projetos de saneamento e habitação assim como a retomada, de fato, da discussão da reforma tributária e do repasse direto das verbas para cobrir despesas com a descentralização da saúde e da educação.

A realidade é que os municípios estão sobrecarregados de responsabilidades e têm poucos recursos. Isso não é de agora; vem de muito e muito tempo, passando de governo para governo. Só nas últimas duas décadas, os municípios assumiram encargos e atribuições de responsabilidade da União e dos Estados nas mais diversas áreas.

Lembro que, de maneira inversa, a participação dos municípios no bolo tributário nacional diminuiu de 17% para 14%; aumentou a responsabilidade e diminuiu a arrecadação.

Sr. Presidente Senador Papaléo Paes, os prefeitos também apontam a necessidade – tenho defendido isso desta tribuna – de um novo pacto federativo, que seria primordial para a solução dos problemas enfrentados não só pelos Municípios como também pelos Estados.

A expressão pacto federativo, a meu ver, envolve duas idéias centrais. A palavra pacto induz à noção de um novo contrato entre as partes. Este depende basicamente de debate permanente, de diálogo, de entendimento e que a instituição garanta a aplicação desse pacto. Por outro lado, o termo federativo nos traz a idéia de repartição, de competência, ou seja, a participação dos Estados e dos Municípios nas decisões em âmbito

federal. Essa nova relação apontaria caminhos para o equilíbrio na distribuição dos recursos e dos serviços a serem prestados pelos três entes da Federação.

Defendo, Sr. Presidente, a descentralização de recursos, mas também de responsabilidades. É preciso que a responsabilidade social seja incluída na discussão do novo pacto federativo. Eu que falo tanto no social não consigo ver um pacto com a letra voltada somente para o econômico e esquecendo o principal, que é o social. Por isso, para mim, o novo pacto federativo tem de ser econômico, sim, mas tem de ser também social.

Os Municípios e os Estados, ao utilizarem os benefícios de um novo pacto, devem elaborar agendas sociais focadas na melhoria de vida e o no bem-estar da população, com o devido corte, eu diria ainda, das diferenças. Sou daqueles que insiste muito que, na hora de distribuição dos tributos da União, é preciso que sejam destinados efetivamente aos Estados e Municípios que dão o corte das diferenças.

Sr. Presidente, esse federalismo social pode se transformar em realidade, a partir do momento em que destinarmos as nossas energias para superar os limites que nos desumanizam. Isso significa respeitar os direitos humanos, garantir o acesso à saúde, à educação, ao trabalho, à terra, à liberdade, à alimentação, à moradia, à segurança, à informação e à preservação do meio ambiente – falava-me agora mesmo aqui um vereador de Mostarda. Por isso, defendemos, Sr. Presidente, um pacto federativo com responsabilidade social.

Gostaria ainda de levantar uma questão que, mais cedo ou mais tarde, teríamos de encarar: a importância dos municípios que fazem fronteira com os países que compõem o Mercosul. Entendemos que esses municípios não podem tornar-se apenas meros corredores de passagem. Somos favoráveis a uma integração completa – e isso requer uma programação em conjunto de medidas por parte dos governos dos países que compõem o nosso Mercosul –, mas é bom lembrar, Senadores Tião Viana, Papaléo Paes e Augusto Botelho, que não são apenas os municípios fronteiriços que terão de discutir o Mercosul; é preciso que todos os outros participem desse debate, pois a dimensão econômica e social do Mercosul para o Brasil é muito grande, da mesma forma como também o é para os outros países do sul da América.

Faço esse discurso, Sr. Presidente, em homenagem aos prefeitos do nosso País que fazem essa décima marcha a Brasília.

Senador Tião Viana, eu dizia que seria muito bom que a Câmara aprovasse a PEC do FPM. Nós a

aprovamos aqui, no Senado, e está na Câmara. Seria bom que se fizesse um debate, ver onde está pegando e que pudéssemos ver esses prefeitos que estão aqui... Eu dizia que, do Rio Grande do Sul, de 496 municípios, quase 400 estão aqui, e uma das propostas principais é o aumento de 1% que dará um fôlego para os municípios.

Com alegria, concedo um aparte ao Senador Tião Viana.

O Sr. Tião Viana (Bloco/PT – AC) – Agradeço a V. Ex^a, Senador Paim, o aparte que me concede. De fato, V. Ex^a cumpre à risca esse desafio que é ser Senador da República e representar a Unidade Federada; aqui somos a Casa da Federação e temos o dever de partilhar esse debate e essa responsabilidade de uma redistribuição da receita nacional. Quando V. Ex^a advoga em nome do Rio Grande do Sul, está falando em nome de todos os prefeitos do Brasil, porque conheço a dimensão do seu mandato e sei que ele alcança todas as regiões e fala em uma revisão da concentração da riqueza ou da receita, melhor dizendo, nas mãos da União. Temos clareza de que a reforma tributária de 1967 foi de uma crueldade e de uma violência ímpar na história republicana no que diz respeito a subtrair o poder de arrecadação e de receita dos Estados e dos Municípios. Passada a fase da Ditadura, tivemos ainda a União crescendo, em ânsia de concentrar recursos, e, agora, esse modelo está exaurido e fadigado. Muitos prefeitos mostram que, dificilmente, terão condições de pagar o seu décimo terceiro, os governos estaduais vivem situações difíceis. Eu acho que, com a grandeza de estadista que tem o Presidente Lula, ele saberá olhar para esse movimento, saberá repactuar essa relação. Evidente que não se pode, abruptamente, querer seqüestrar aquilo que é da União, mas fazer uma repactuação para uma progressiva desconcentração das receitas para a União é o dever de um estadista. E eu tenho certeza, como V. Ex^a, de que o Presidente Lula saberá tratar à altura esse tema e entenderá a justa reivindicação dos prefeitos.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Senador Tião Viana, V. Ex^a enriquece o meu pronunciamento e, com a autoridade que tem de Vice-Presidente desta Casa, lembra aqui que o Presidente Lula está sensível a esse debate, está olhando a realidade dos Estados e dos Municípios.

Ouvi recentemente uma declaração do nosso Governador Marcelo Deda que demonstrava preocupação na mesma linha de V. Ex^a e que tinha muita esperança, de forma que essa sensibilidade mostra-

da aqui pelo Senador Tião Viana é a sensibilidade do Palácio do Planalto.

Quero só concluir, Senador Tião Viana, dizendo que amanhã eu falarei aqui da Emenda nº 3. Acho que a posição do Presidente Lula foi exemplar, e na conversa que teve conosco naquele jantar, ele fez um apelo para que os Senadores colocassem sua posição. A minha posição – estou preparando o pronunciamento de amanhã – vai na linha de defender o veto do Presidente, da forma que fez. Hoje as centrais sindicais e confederações em todo o País fazem manifestações, e farão também amanhã, a favor do veto do Presidente Lula à Emenda nº 3. Resumindo, sobre isso falarei amanhã, mas tenho a dizer que, se a Emenda nº 3 fosse mantida e o Presidente não tivesse vetado, nós íamos acabar com a fiscalização no local de trabalho. Não teríamos mais fiscalização. Essa é a questão de fundo.

Conversei muito com o Tales hoje, que é um especialista nessa área – todos o conhecem bem –, e ele me sugeriu alguns subtítulos importantíssimos. Disse-me que a questão de fundo é que, se não for mantido o veto do Presidente e construída uma alternativa, acabar a fiscalização no local de trabalho por parte dos fiscais do Ministério. Será a lei do cão. Quem quiser terá de impetrar uma ação que pode demorar até oito anos, correndo o risco de ser demitido já no terceiro dia, assim que o empregador ficar sabendo.

Senador Augusto Botelho, gostaria muito de ouvir o aparte de V. Ex^a, mas sei que o meu tempo esgotou. Então, encerro agradecendo a tolerância do Presidente, que está a me avisar que deu a V. Ex^a um minuto para que possa proferir o aparte. Este último minuto será seu.

O Sr. Augusto Botelho (Bloco/PT – RR) – Senador Paulo Paim, a sugestão de V. Ex^a de dar andamento ao projeto vai de encontro à necessidade das pessoas. Onde vivem as pessoas: no Estado, na Nação ou no Município? No Município. Temos de melhorar a distribuição das riquezas do País, fazendo chegar mais dinheiro aos Municípios, que trabalham diretamente com as pessoas. Os custos de obras nos Municípios, as ações são bem menores do que as feitas diretamente de cima para baixo. Sou de Roraima, Estado que até pouco tempo era um território. Sabemos que isto é uma verdade: o País deve delegar poder aos Municípios.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Muito bem, Senador Augusto Botelho. Se alguém nos perguntasse, todos diríamos que somos municipalistas.

Eu sou municipalista. Ser municipalista é votar políticas de fortalecimento dos Municípios.

Apelo à Câmara dos Deputados que votem a PEC do FPM. Vamos garantir pelo menos mais 1% para os Municípios!

Presidente Papaléo Paes, mais uma vez agradeço a V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP) – Muito obrigado, Senador Paulo Paim.

Pela ordem, tem a palavra o Senador Tião Viana.

O SR. TIÃO VIANA (Bloco/PT – AC. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, trago um assunto que diz respeito ao meu Estado e também à política nacional, já que se trata de uma matéria veiculada pela revista *Veja*, do último final de semana, apontando duras e injustas críticas ao ex-governador Jorge Viana, quanto à política florestal dentro do Estado do Acre. Política essa que envolve a economia florestal tão almejada por nós, da Amazônia, e que teve, durante oito anos de gestão do governador Jorge Viana, absoluta responsabilidade, sensibilidade, aquilo que era uma causa de vida sua, como um jovem idealista que fez o curso de engenharia florestal dentro da Universidade de Brasília, militante do movimento estudantil, entendendo a política de sustentabilidade, alguém que caminhou e trilhou momentos extraordinários na vida, ao lado de Chico Mendes, de Marina Silva e de outros companheiros da luta ambientalista propriamente dita, a favor de um mundo mais responsável com a política ambiental, mais responsável com a Amazônia.

O governo Jorge Viana conseguiu extrapolar suas próprias fronteiras, num grande e virtuoso debate sobre a responsabilidade sócio-ambiental que deveriam ter os governantes do Brasil e do mundo com a questão amazônica. Infelizmente, foi vítima, por uma questão parece que muito mais da melancolia individual de um profissional da imprensa, fruto da desinformação profissional, da ausência de conhecimento básico mínimo sobre a observação estatística que fez uma matéria crítica, ácida, querendo apenas denegrir a imagem do ex-Governador Jorge Viana.

Respeito a revista *Veja* pela sua história, sua tradição com o jornalismo e com a democracia brasileira. Ela deu contribuições excepcionais na luta pela ética, pela liberdade democrática, por um Brasil efetivamente melhor. Mas, infelizmente, a linha editorial da revista, ultimamente, tem se apegado muito mais ao denunciismo, à inquietação com aqueles que podem ter um projeto próprio, um projeto de governo, um projeto de

Estado. Qualquer motivação que permita acusar, que permita o denunciismo tem sido veiculada com muita força pela revista *Veja*. Isso tem trocado o jornalismo do conteúdo, com uma visão muito mais tranqüila, muito mais independente, com a responsabilidade que devem ter os meios de comunicação, por uma onda de ataques e agressões a algumas pessoas.

Não é a primeira vez que estamos vendo um ataque direto à figura do ex-Governador Jorge Viana. Talvez por este momento de transição política, de recomposição de governo, alguém, com má intenção, esteja influenciando o jornalista sediado no Estado do Pará, a mais de dois mil quilômetros de distância do Estado do Acre. Sem ter ido ao Acre, sem ter ouvido os argumentos do ex-Governador Jorge Viana e das pessoas responsáveis pela política ambiental e florestal do Estado, ele resolveu fazer um ataque gratuito, sem qualquer medida de responsabilidade jornalística.

Só tenho a lamentar. Prefiro ficar com o respeito à linha editorial da revista *Veja*, aos seus desafios para contribuir com a democracia, com o grande debate nacional, com a verdade jornalística. Mas é assim: não vivemos apenas observando acertos. Às vezes, também temos que ponderar sobre os ataques.

Passo a ler, inicialmente, uma nota do Governador do Estado, Binho Marques, com o seguinte teor:

Nota à revista **Veja**:

Em respeito aos leitores da revista *Veja*, o Governo do Estado sente-se obrigado a esclarecer as informações apresentadas pelo jornalista Leonardo Coutinho na matéria publicada no último final de semana. Não é a primeira vez que o jornalista busca atacar o ex-Governador Jorge Viana. Em setembro de 2003, *Veja* utilizou dados preliminares do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe) para afirmar que na gestão de Jorge Viana teria ocorrido o maior desmatamento da história do Acre.

Depois de esclarecimentos inclusive do próprio Inpe, sete meses depois, a revista publicou nota reconhecendo o erro.

Na última edição da **Veja**, novamente o jornalista se apressa em afirmar, baseado em pesquisas do Imazon – contratado pelo próprio Governo do Estado, na gestão ainda de Jorge Viana, “para servir de base à política ambiental – que o desmatamento do Acre aumentou na gestão de Jorge Viana, buscando desqualificar novamente os trabalhos em defesa da floresta no Estado do Acre.

De forma apressada, faz uma soma simples das áreas desmatadas nos oito anos do Governo da Floresta e chega à conclusão de aumento de 42% de área

desmatada. Com esse dado bruto e sem uma avaliação adequada, o jornalista decreta a suposta incapacidade da política praticada nos últimos oito anos para conter o desmatamento no Acre.

Primeiramente, é preciso esclarecer que, para realizar uma avaliação mais precisa, devemos levar em consideração não o valor bruto de desmatamento, mas o valor do incremento anual, e compará-lo com a média da Amazônia. O incremento do desmatamento no Acre, nos últimos oito anos, foi abaixo da média da região. Tanto é assim que a contribuição do Acre no desmatamento da região é de apenas 3%”. Três por cento, Sr. Presidente.

A média baixa do ritmo de incremento do desmatamento do Acre é ainda mais significativa (0,40% – média anual dos últimos oito anos) se levarmos em consideração que, nesse mesmo período, no Acre ocorreu um dos maiores investimentos públicos de toda a história, com melhoramento da infra-estrutura rodoviária (asfaltamento da BR-317 e obras de pavimentação da BR-364), ampliação do crédito rural (de 89 a 98, R\$56,4 milhões e de 99 a 2006 mais de 314,5 milhões), crescimento do rebanho bovino no mesmo período de 416% (de 900 mil reses para 2,4 milhões) e crescimento da população rural de 14,9%: mais de 24 mil pessoas buscaram a área rural numa migração inversa. Mesmo com esse incremento econômico, a interferência no ritmo de desmatamento foi menor que em outras regiões da Amazônia.

Foram criados planos de desenvolvimento sustentável para as áreas de abrangência das estradas pavimentadas: as áreas de unidades de conservação aumentaram mais do que o dobro (2000 a 2006 houve ampliação de 2,7 milhões de hectares, um incremento de 105% na área de conservação). Foram criadas três florestas estaduais para manejo sustentável (85% das madeiras comercializadas hoje no Acre são manejadas). Elas têm selo verde e têm responsabilidade ambiental, porque essa é a política do Governo.

A afirmação sobre o Seringal Nova Esperança e sobre a Reserva Indígena precisa ser melhor detalhada ao leitor. O seringal Nova Esperança é uma área recentemente incorporada às unidades propostas pelo Zoneamento Ecológico, onde o percentual de desmatamento de 36% refere-se à área desmatada antes de se tornar uma unidade de conservação. Em relação à terra indígena, é preciso dizer que ela foi criada há décadas como uma colônia rural indígena com apenas 200 hectares e com uma população de mais de 60 pessoas, cerca de 3 hectares por pessoa.

A floresta é uma referência importante para o desenvolvimento econômico no Acre. É com ela que o povo aprendeu a ter um novo olhar na relação entre o homem e a natureza. Foi com a floresta que surgiram nossas maiores lideranças: Marina Silva, Chico Mendes, Wilson Pinheiro, Jorge Viana. É preciso que o Brasil saiba disso e que os comunicadores revelem essa verdade.

A nota é assinada pelo governador do Estado, Binho Marques.

Sr. Presidente, tenho aqui uma nota do Secretário de Meio Ambiente do Acre (Sema) e Presidente do Instituto de Meio Ambiente do Acre (Imac), em que ele diz o seguinte:

“Em setembro de 2003, *Veja* publicou uma matéria em que acusava o Governo da Floresta de promover o maior desmatamento da história do Acre – *O Crime da Motosserra*.” Esse era o título da matéria. “Logo em seguida, ficou comprovado pelo próprio Inpe (em cujos dados se baseava a matéria) que a interpretação apresentada pela reportagem foi construída a partir de um erro de leitura das imagens de satélites por parte do próprio Inpe. A revista, somente sete meses depois, reconheceu o erro e, na seção chamada ‘Holofote’, publicou uma irônica nota de retratação, em sua edição de 21 de abril de 2004, com o título ‘A Batalha dos Bambuzais’: ‘Um relatório do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe), publicado no ano passado, apontou a administração do Governador Jorge Viana como a que mais desmatou o Acre. Viana, que batizou sua gestão como o Governo da Floresta, ficou enfurecido com o documento. Desconfiou que o Inpe estava errado e exigiu uma auditoria dos dados. O resultado saiu na semana passada. Viana tinha razão. Os satélites confundiram bambuzais nativos com áreas devastadas’.

Então, essa é a maneira de correção de uma injustiça, de um juízo de valor equivocado, pautado em erros primários de interpretação por parte do jornalista. E agora se repete mais uma onda de ataques em relação à figura do Governador Jorge Viana.

Sr. Presidente, com a implantação do manejo florestal sustentável; a criação de mais de dois milhões e seiscentos mil hectares de novas unidades de conservação distintas; a realização de duas versões do zoneamento ecológico, econômico; a efetivação do

etnozoneamento em terras indígenas; o significativo investimento em obras de infra-estrutura, com investimentos em áreas de saúde, educação, segurança pública e desenvolvimento sustentável, muito se tem trabalhado, no Estado, a fim de que se conceba um novo modelo de desenvolvimento.

Todos que conhecem a área de mudança de comportamento, de uma cultura de desenvolvimento, sabem que aquele modelo equivocados, primário, de devastação que vivíamos na Amazônia precisa de um prazo para sua readequação. É necessário mudar a cultura do trabalhador rural e a sua consciência ambiental. Isso será a médio ou longo prazo para qualquer cidadão.

Esse é o desafio incorporado há oito anos pelo Governo Jorge Viana e que tem sido tratado com absoluta honestidade intelectual, transparência e responsabilidade política. Então, parece grave que a revista *Veja* tenha desenvolvido esse raciocínio.

Veja V. Ex^a o seguinte: “Em segundo lugar”, diz o Presidente do Instituto de Meio Ambiente do Acre, “dizemos que se trata de uma leitura superficial e tendenciosa dos dados de desmatamento, na medida em que os dados apresentados na matéria não são comparados com o histórico do desmatamento no mesmo período para os Estados da Amazônia. De acordo com os dados do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais – Inpe (que acompanha a variação do desmatamento na Amazônia anualmente e nos permite fazer esta comparação), neste mesmo período o Acre respondeu em média por apenas 3%, enquanto Mato Grosso, Pará e Rondônia representaram juntos 90% de todo o desmatamento”.

Veja V. Ex^a que o jornalista tira do foco qualquer queixa, qualquer observação crítica aos responsáveis por 90% do desmatamento na Amazônia, e foca uma crítica ácida e injusta, diria até inconsequente, a um Governo que teve participação decrescente, em termos de curva de ocupação, da área florestal, e de apenas 3%.

Então, é difícil entender que possa ter esse tipo de conduta editorial alguém vinculado a uma revista que tem história com a democracia brasileira, com o jornalismo correto e com a responsabilidade pela verdade profissional.

Concedo um aparte à Senadora Fátima Cleide.

A Sr^a Fátima Cleide (Bloco/PT – RO) – Senador Tião Viana, não pude deixar de vir aqui dar o meu aparte, para falar da nossa solidariedade ao nosso querido ex-Governador Jorge Viana, a V. Ex^a, ao Senador Sibá Machado e à Ministra Marina Silva, que,

por consequência, são todos atingidos, assim como também a população do Estado do Acre e o nosso atual Governador, Binho Marques. Quero dar o meu testemunho. V. Ex^a sabe, Senador Tião Viana, que vivemos em Rondônia uma forte animosidade, por parte da classe política rondoniense, com relação à proposta de desenvolvimento sustentável implementada, diga-se de passagem, com brilhantismo e jovialidade, pelo ex-Governador Tião Viana.

O SR. TIÃO VIANA (Bloco/PT – AC) – Jorge Viana.

A Sr^a Fátima Cleide (Bloco/PT – RO) – Sim; Jorge Viana. Desculpe-me o lapso – é um desejo de futuro! Querido Senador Tião Viana, quero dar um testemunho de que essa animosidade em Rondônia, mesmo daqueles que, durante a vida inteira, falaram mal do Estado do Acre, não existe mais. Afirmo isso por conta de depoimentos que ouvi, há menos de um mês, numa reunião da Bancada Federal de Rondônia com todos os Deputados Estaduais e com a presença do Governador.

Todos que se manifestaram com relação ao Acre foram unânimes em dizer: “O Acre cresceu. O Acre hoje é um Estado que causa orgulho aos acreanos”. Na hora, até, um amigo meu me mandou uma mensagem brincando, dizendo: “Poxa vida, acabou a guerra entre Acre e Rondônia”. Estou citando esse fato, Senador Tião Viana, para dizer o quanto são covardes essas afirmações feitas pela revista **Veja** e o quanto têm de desconhecimento, de fato, porque quem passa pelo Acre, como eu passei no dia 4 de dezembro de 2006, cruzando de Rio Branco a Brasília, entrando em Xapuri, em todos os Municípios, percebe no rosto dos acreanos e das acreanas a felicidade e o orgulho de viver naquele Estado, de ser reconhecido como cidadão, como cidadã. Então, só quem não anda por dentro daquelas matas, para conhecer o povo acreano de fato, poderia dizer palavras tão cruéis com respeito à administração do Governador Jorge Viana. Eu quero aqui, mais uma vez, além da minha solidariedade, parabenizar tanto a administração estadual quanto os parlamentares do Acre, porque trabalham de forma unânime pelo desenvolvimento daquele Estado. Hoje, mesmo a Oposição no Acre já se vê que assimilou a idéia e a concepção do desenvolvimento sustentável. Então, parabéns pelo seu pronunciamento. Receba o nosso abraço de solidariedade, sempre irmanado no mesmo objetivo, que é o crescimento e o desenvolvimento do povo da Amazônia.

O SR. TIÃO VIANA (Bloco/PT – AC) – Fico fortemente sensibilizado ao ouvir as suas palavras de mui-

to respeito, Senadora Fátima Cleide, por ser V. Ex^a de um Estado vizinho que observa e conhece a vida do desenvolvimento que o Acre vem tentando estabelecer. Sei da responsabilidade que V. Ex^a tem em assumir a defesa de um Estado com compromisso sócio-ambiental, como é o caso de Rondônia, que tem um grande futuro e um grande desafio pela frente, e tem que saber usar os seus recursos naturais e as suas potencialidades econômicas para encontrar o seu caminho do desenvolvimento.

Temos um Estado vizinho, o Amazonas, que encontrou como fonte de sobrevivência de sua malha florestal a Zona Franca, um pólo industrial, a utilização de derivados fósseis do petróleo, e achou o seu caminho. Nós não temos minério, a não ser que tenhamos o petróleo ou o gás, derivados, não temos um pólo industrial e temos que encontrar floresta para viver e tentamos fazê-lo com equilíbrio. A fonte de vida das futuras gerações depende da sabedoria do uso sustentável que governos atuais possam exercer. Essa é a lógica que está vinculada ao Governo Jorge Viana hoje.

Tenho certeza de que faltou responsabilidade profissional e honestidade intelectual na interpretação dessa matéria. Se o jornalista tivesse saído de Belém, ouvido o outro lado da história, certamente, teria uma opinião muito mais sensata e muito mais equilibrada. Mas a vida é assim: nem só de reconhecimento se vive, e temos que ter muita tranquilidade para tratar dessas questões.

Antes de conceder um aparte ao Senador Papaléo Paes, eu só lembraria que, ao assumir o Governo Jorge Viana, tínhamos em torno de 10% da área florestal do Estado utilizada. Hoje, oito anos após, ele entrega o governo com uma oscilação entre 10 a 11% da área florestal do Estado utilizada, sendo que o PIB do Acre quase triplicou nesse período de oito anos, as obras de infra-estrutura foram marcantes e a política florestal assumiu com grandes áreas de preservação, garantindo, hoje, 45% do território do Estado do Acre para áreas de conservação e áreas de proteção ambiental.

Isso demonstra uma resposta cabal às afirmações e às insinuações desse jornalista.

Senador Papaléo e Senador Sibá, ouço V. Ex^{as}, já não abusando do tempo do Presidente Paulo Paim.

O Sr. Papaléo Paes (PSDB – AP) – Senador Tião Viana, quero prestar minha solidariedade ao Governador Jorge Viana e a V. Ex^a também e dizer que o Brasil todo reconhece o modelo político liderado pelo Governador Jorge Viana. Infelizmente os nossos Estados, por serem mais distantes dos grandes centros do País, sofrem rigorosamente discriminações, as quais

se traduzem por matérias como essa, veiculada por uma revista muito respeitada por todos nós. Porém, não obstante o respeito, não podemos deixar de fazer o nosso sinal de alerta à revista para que ela tenha mais cuidado com essas matérias, porque elas tentam realmente denegrir um Estado, denegrir um grupo político importante para o País; e isso nós não podemos aceitar. Somos testemunha de que o Acre, assim como o Estado do Amapá, é muito responsável com a sua natureza, com a sua mata, com a sua floresta, e nós damos exemplos para todo mundo dessa responsabilidade. Por isso, deixo registrada minha solidariedade a V. Ex^a, para que a transmita ao Governador Jorge Viana, de quem tive oportunidade de ser contemporâneo, na época em que eu era Prefeito de Macapá e S. Ex^a. de Rio Branco. Conheci, desde então, todos os propósitos do ex-Prefeito de Rio Branco e Governador do Acre, e sei que, logicamente, o seu estilo político, a sua determinação política para o crescimento do seu Estado estabeleceu-se exatamente pelo novo modelo que ele instalou, juntamente com seu grupo – e V. Ex^a é um componente importante desse grupo –, fazendo até, como relatou a Senadora Fátima Cleide, com que a Oposição viesse a se adaptar a essa nova maneira de se fazer política, que é aquela que desejamos para todos os brasileiros. Muito obrigado.

O SR. TIÃO VIANA (Bloco/PT – AC) – Senador Papaléo Paes, agradeço muito a V. Ex^a, que mora no outro extremo da nossa Amazônia. Sei o quanto V. Ex^a deseja, como nós, o desenvolvimento humano do seu Estado; sabe da necessidade de darmos qualidade de vida e inclusão social às nossas populações, mas sabe também da responsabilidade sócio-ambiental que deve nortear as nossas políticas. É isso que alguns não entendem. Pensam que estamos na época em que era apenas chegar com uma motosserra, destruir as árvores, destruir o meio-ambiente, tocar fogo e colocar gado no local. Não é isso mais. A época do “velho oeste norte-americano” que era concebido para a Amazônia mudou. Hoje entendemos a floresta viva, como fonte geradora de riqueza e inclusão social. Há lugar para a pecuária, há lugar para o seringueiro, há lugar para o castanheiro, há lugar para o pescador, há lugar para o pequeno agricultor, há lugar para o ribeirinho, há lugar para todo mundo. Agora, com inteligência e responsabilidade de desenvolvimento sustentável, que é o que norteia o seu pensamento e o do nosso Estado.

Concedo, já, não abusando do tempo do Presidente, um aparte ao nobre Senador Augusto Botelho, do Estado de Roraima, que também é outra ponta da Região Amazônica e tem suas responsabilidades com a política ambiental. Antes de ouvir S. Ex^a, que também é médico, quero dizer algo ao Senador Papaléo Paes.

Lendo essa revista e vendo a interpretação estatística do jornalista Leonardo Coutinho, lembrei que, há 25 anos, quando eu era estudante de Medicina, debatia uma afirmação de Carlos Rodrigues Brandão, um professor de estatística médica e escritor de livros médicos. Ele dizia que, às vezes, alguns pensam que estatística é o seguinte: eu como um frango e meu vizinho não come nenhum frango ao dia; portanto, eu e meu vizinho comemos meio frango ao dia. Então, esse tipo de análise estatística não cabe para quem tem responsabilidade com a informação e com a análise jornalística.

Concedo um aparte a V. Ex^a, Senador Augusto Botelho.

O Sr. Augusto Botelho (Bloco/PT – RR) – Senador Tião Viana, eu gostaria de me solidarizar com V. Ex^a e com seu irmão, Jorge Viana. V. Ex^a explicou bem os equívocos que tem a reportagem. Eu gostaria também de ressaltar, neste momento, que o Estado do Acre, durante o período de governo do seu irmão, possibilitou o acesso à universidade em todos os Municípios desse Estado. Eu participei da inauguração do Hospital Universitário, onde funciona a Faculdade de Medicina, um hospital de alto padrão, de qualidade e de técnica. Inclusive, participei do programa de saúde do interior que V. Ex^a faz lá, em Manoel Urbano. Então, sei que o Governador Jorge Viana não merece as calúnias que está sofrendo. Tenho certeza de que o povo acreano reconhece que o trabalho dele foi feito em prol do povo do Acre. Muito obrigado.

O SR. TIÃO VIANA (Bloco/PT – AC) – Agradeço muito a V. Ex^a, que incorpora a responsabilidade que temos em alertar a revista sobre o equívoco cometido. Seguramente, isso não significa diminuir a responsabilidade que a imprensa e a revista têm com o jornalismo brasileiro e com a boa informação, meu caro Senador Augusto Botelho.

Ressalto um fato: imaginem o que foi inverter a lógica da ocupação urbana e aumentar a ocupação rural em 14,9%. Isso não é fácil, principalmente aqui, onde todas as fontes de atração urbana levam o homem do campo a abandonar sua origem e sua cultura e ocupar as favelas das periferias das cidades. Nossa responsabilidade tem sido, ao contrário, a reocupação rural a partir de uma lógica de sustentabilidade e responsabilidade com a economia florestal da nossa região.

Concedo a palavra ao Senador Sibá Machado e, a seguir, ao Senador Arthur Virgílio.

O Sr. Sibá Machado (Bloco/PT – AC) – Senador Tião Viana, ontem, ao chegar ao plenário, eu soube da nota da revista *Veja* e tomei a liberdade de ligar para o Governador Jorge Viana, que ponderou bastante. Eu esperava que ele tivesse revelado suas razões e sua versão para o caso, para que pudéssemos ouvi-lo em primeiro lugar. Há pouco, eu estava em um com-

promisso e ouvia V. Ex^a pelo rádio. Além do que V. Ex^a já falou, eu queria lembrar apenas mais dois dados. Primeiramente, foi o próprio Governador Jorge Viana quem contratou o trabalho do Imazon, no qual a revista *Veja* se embasa para fazer a matéria.

O SR. TIÃO VIANA (Bloco/PT – AC) – E quem inseriu no zoneamento econômico e ecológico do Estado um estudo para subsidiar o freio no desmatamento que tem incomodado, nesses últimos oito anos, o nosso Governo, pelo seu passado.

O Sr. Sibá Machado (Bloco/PT – AC) – Exatamente. Ele tomou uma precaução, porque o Inpe faz uma leitura de um para 250 mil. Portanto, o Inpe só pode observar desmatamentos com mais de seis hectares, e o Governador estava preocupado com os desmatamentos que pudessem ter menos do que isso. Os dados do Imazon trabalham com um foco de um para 50 mil, podendo detectar desmatamentos de até meio hectare, permitindo-se fazer uma política pública e de orientação. O trabalho do Governador foi no sentido de sempre negociar com o setor produtivo para que pudesse haver uma redução negociada de desmatamento no Estado. Apesar de todos os problemas na pecuária do Acre, o setor adotou significativos avanços tecnológicos, a ponto de haver um aumento de quase 100% no número de reses no Estado sem que se aumentasse o desmatamento. Então, a *Veja* realmente cumpre um papel muito ruim, distorcido, gerando uma imagem negativa para a revista, porque não cria uma imagem negativa para o Governador, e nós estamos aqui como testemunhas oculares do que ocorreu em nosso Estado, cientes das nossas responsabilidades. Então, deixo, evidentemente, minha solidariedade. Quero até agradecer aos demais colegas por essa solidariedade prestada ao Governador Jorge Viana, de quem nasceu a tese que criou a gestão de florestas públicas e tantos outros investimentos e experiências que o Governo Federal está hoje aproveitando. Parabéns pelo pronunciamento, Senador Tião Viana.

O SR. TIÃO VIANA (Bloco/PT – AC) – Agradeço muito a V. Ex^a, Senador Sibá Machado, um guardião desse modelo, desse projeto político do Estado. Incorporo o seu aparte com muita alegria.

Lembro, lamentavelmente, antes de passar a palavra ao Senador Arthur Virgílio, que o ponto que mais causou surpresa na revista foi que a matéria, dura, negativa, contrária à imagem do Governador Jorge Viana, não apresentou o cuidado preliminar de qualquer jornalista: ouvir a opinião do acusado. Ele não foi procurado pela revista para ser ouvido. Como se pode respaldar esse tipo de comportamento jornalístico numa revista da grandeza e da contribuição histórica com a democracia e o jornalismo como a *Veja*?

Concedo um aparte ao Senador Arthur Virgílio.

O Sr. Arthur Virgílio (PSDB – AM) – Prezados Senador Tião Viana, li a matéria na revista *Veja* e quero, antes de tudo, dar o meu depoimento sobre a revista. Eu a considero uma publicação do melhor nível, com enorme repercussão na vida nacional. Portanto, o que ela diz tem um peso muito grande, pois se trata de revista equilibrada e corajosa na hora da denúncia. Ela procura checar suas denúncias, é noticiosa e nos informa o tempo todo sobre o que se passa no mundo e no País. Sou um admirador do trabalho que os Civitas fazem na revista *Veja*. Quanto à matéria, porém, considere estranho o fato de não ser ouvido o ex-Governador Jorge Viana, que jogou tanto peso na questão ecológica, inclusive indicando a Ministra Marina Silva para o Ministério do Meio Ambiente, onde ela exerce papel polêmico e conta comigo, não raramente, como seu aliado preferencial, como brinco dizendo a ela. Hoje parece estar mais claro que ela, eu e tantos outros temos tido mais razão do que parecia há tempos atrás. Hoje se fala muito vulgarmente em aquecimento global; antigamente parecia que queríamos deter o progresso. Então, vejo que parece, no mínimo, uma incoerência. Não tenho ido ao Acre, mas me parece, no mínimo, uma incoerência. Se o Governador Jorge Viana centrou peso na luta contra os desmatamentos, se centrou peso na teoria, que procurou explicitar no seu Governo, de desenvolvimento sustentável, se centrou peso nas ações que se federalizaram com a nomeação da Ministra Marina Silva, tenho a impressão de que há, no mínimo, de se ter essa conversa, esse diálogo com essa revista tão respeitável de modo a se dar ao Governador Jorge Viana a oportunidade de explicitar o que pensa e o que fez, para que a opinião pública chegue à conclusão final. Vejo que V. Ex^a cumpre aqui o dever de irmão, um pouco, de partidário, muito, e de acreano e vem à tribuna, com a clareza de sempre, para expor os seus pontos de vista. Eu lhe digo que, depois de oito anos, indo para o nono ano de governo do PT no Acre – oito anos com Jorge Viana e agora com o Governador Binho Marques, indo para a primeira metade do seu primeiro ano –, acho improvável que defeitos não sejam achados. É provável que erros não tenham sido cometidos, é provável que a exaustão de certas madeiras não se verifiquem já – é da natureza e da vida democrática –, mas, para mim, seria uma surpresa muito grande se as vulnerabilidades estivessem na questão ecológica, porque foi precisamente esse o carro-chefe de toda a campanha, de toda a pregação do líder do seu grupo lá, que é, precisamente, o meu amigo e seu irmão Jorge Viana. Por isso, imagino que a revista vai abrir oportunidade para que ele exponha seu ponto de vista, estabelecendo-se, assim, o equilíbrio que dê à opinião pública o direito de julgar por ela própria o que pensa certo e errado. Estou aqui acompanhando com atenção e

com respeito ao pronunciamento de V. Ex^a, que merece enorme crédito nesta Casa.

O SR. TIÃO VIANA (Bloco/PT – AC) – Agradeço muito a V. Ex^a, Senador Arthur Virgílio, que é uma personalidade da política brasileira que tem muito a contribuir com a região amazônica e com o Estado do Amazonas por conhecer a nossa realidade e falar com muita propriedade sobre o tema.

Veja V. Ex^a que minha primeira afirmação foi pautada exatamente no respeito à história da revista *Veja* e à responsabilidade que ela tem com a democracia brasileira. Ressaltei isso na minha primeira afirmação. Agora, eu não poderia deixar de sair em defesa de uma política de governo que todos conhecemos, de cuja responsabilidade não temos dúvida alguma, nem do componente sócio-ambiental que a norteia.

Veja que, em 2003, o mesmo jornalista fez uma matéria pautada numa informação do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais. Ela foi corrigida pelo próprio Instituto, que mostrou que ele estava equivocado quanto à análise que tinha feito, mas somente sete meses depois é que foi feita a correção.

Agora, espero que ocorra a mesma coisa, que a revista abra a sua linha e a sua conduta editorial, que são sempre muito respeitáveis e importantes para a democracia e garanta a devida correção para essa matéria.

O Governador Jorge Viana não foi ouvido para emitir a sua opinião. Imaginem o que foi a coragem de contratar um instituto para rastrear qualquer tipo de componente de utilização da floresta para quem usasse menos de seis hectares, como disse o Senador Sibá Machado.

O Inpe só estuda acima de um para 250 mil. Reduzimos para seis hectares. Imaginem que há 40 mil pequenos produtores que precisam sobreviver e todo ano têm de utilizar uma parte da floresta para sua sobrevivência. A luta obsessiva do Governo é mudar a vocação e a cultura econômica do Estado de utilização da floresta, para que se preserve e assegure a recuperação da malha florestal do Estado como compromisso de vida de um projeto de Estado.

Então, são esses equívocos que me parecem estar em jogo nessa matéria.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. TIÃO VIANA (Bloco/PT – AC) – Já concluo, Senador Paulo Paim, com o aparte do Senador Suplicy, para não abusar da tolerância democrática de V. Ex^a.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Quero cumprimentá-lo, Senador Tião Viana, pela forma como trata esse tema. V. Ex^a, obviamente, é mais do que um irmão para o Governador Jorge Viana – sou testemunha disso. Então, V. Ex^a, de uma maneira muito equilibrada,

traz os elementos para que a revista **Veja** possa, pelo menos, fazer aquilo que normalmente seria o esperado, dada a sua tradição de jornalismo considerado tão sério neste País. A revista **Veja**, por vezes, tem feito matérias muito duras sobre o Governo do Presidente Lula, sobre o Partido dos Trabalhadores. Mas, ao longo da história, tantas vezes foram aquelas em que nós mesmos, do Partido dos Trabalhadores, nos baseamos em reportagens da revista para trazer aqui ao Plenário do Senado informações importantes. Ainda neste número da revista **Veja**, há, por exemplo, entrevista do Ministro da Justiça, Tarso Genro, que considero de muito boa qualidade, com pontos de vista que valem a pena ser lidos com muita atenção. Para registrar um exemplo. Também estranhei e fiquei preocupado, porque conheço o trabalho do Governador Jorge Viana, ao longo dos seus oito anos de mandato e como engenheiro florestal, preocupado com o desenvolvimento sustentado, a riqueza da floresta Amazônia e tudo aquilo que precisa ali ser preservado. Então, V. Ex^a trouxe elementos para que a própria revista e a população brasileira estejam melhor informados sobre os propósitos, os objetivos daquele que, além de ser seu irmão, governou o Estado do Acre por oito anos e de uma maneira a ser muito bem reconhecida. Aproveito a oportunidade para agradecer o convite que V. Ex^a e a Assembléia Legislativa do Estado do Acre me fizeram para que eu visite Rio Branco, nesta semana, ocasião em que poderei conhecer melhor essa problemática. Muito obrigado e meus cumprimentos a V. Ex^a.

O SR. TIÃO VIANA (Bloco/PT – AC) – Agradeço muito a V. Ex^a, Senador Eduardo Suplicy.

Peço, Sr. Presidente, que a nota do Governador do Estado, Binho Marques, e a nota do Presidente do Instituto do Meio Ambiente do Acre sejam publicadas na íntegra. E que não venhamos aqui dizer que não temos problemas ambientais no Acre, porque temos. Seremos absolutamente respeitosos com qualquer crítica construtiva a respeito desse tema.

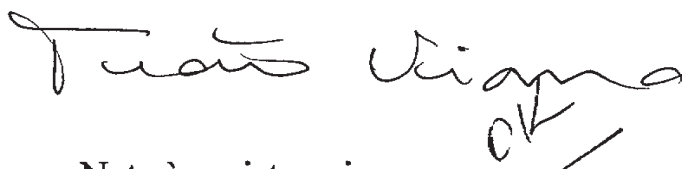
Porém, lutamos todos os dias para reduzir os problemas ambientais e assumir a feição de um Estado voltado em sua plenitude para o desenvolvimento sustentável e para a compatibilidade entre política de Governo e responsabilidade sócio-ambiental.

Era o que eu tinha dizer.

Muito obrigado.

DOCUMENTOS A QUE SE REFERE O SR. SENADOR TIÃO VIANA EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inseridos nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

**PUBLICAR NA ÍNTEGRA**

Nota à revista veja

Em respeito aos leitores da revista Veja, o Governo do Estado sente-se obrigado a esclarecer as informações apresentadas pelo jornalista Leonardo Coutinho na matéria publicada no último final de semana. Não é a primeira vez que o jornalista busca atacar o ex-governador Jorge Viana. Em setembro de 2003, Veja utilizou dados preliminares do INPE para afirmar que na gestão de Jorge Viana teria ocorrido o maior desmatamento da história do Acre. Depois de esclarecimentos, inclusive do próprio INPE, sete meses depois, a revista publicou nota reconhecendo o erro.

Na última edição de Veja, novamente o jornalista se apressa em afirmar, baseado em pesquisa do IMAZON - contrata pelo próprio Governo do Estado para servir de base à política ambiental - que o desmatamento do Acre aumentou na gestão de Jorge Viana, buscando desqualificar novamente os trabalhos em defesa da floresta no estado do Acre.

De forma apressada, faz uma soma simples das áreas desmatada nos oito anos do Governo da Floresta e chega à conclusão de aumento de 42% de área desmatada. Com este dado bruto e sem uma avaliação adequada, o jornalista decreta a suposta incapacidade da política praticada nos últimos oitos anos para conter o desmatamento no Acre.

Primeiramente, é preciso esclarecer que, para realizar uma avaliação mais precisa, devemos levar em consideração não o valor bruto de desmatamento, mas o valor do incremento anual e compará-lo com a média da Amazônia. O incremento do desmatamento no Acre, nos últimos oitos anos, foi abaixo da média da região. Tanto é assim que a contribuição do Acre no desmatamento da região é de apenas 3%.

A média baixa do ritmo do incremento do desmatamento do Acre é ainda mais significativa (0,40 % - média anual nos últimos oito anos), se levarmos em consideração que neste mesmo período no Acre, ocorreu um dos maiores investimentos públicos de toda a história com melhoramento da infra-estrutura rodoviária (asfaltamento da BR 317 e obras de pavimentação na BR 364), ampliação do crédito rural (de 89 a 98, R\$ 56,4 milhões e de 99 a 2006 mais de 314,5 milhões), crescimento do rebanho bovino no mesmo período em 416% (de 900 mil reses para 2,4 milhões) e crescimento da população rural em 14,9%: mais de 24 mil pessoas buscaram a área rural. Mesmo com este incremento econômico, a interferência no ritmo do desmatamento foi menor que em outras regiões da Amazônia.

Foram criados planos de desenvolvimento sustentável para as áreas de abrangência das estradas pavimentadas: as áreas de unidades de conservação aumentaram mais que o dobro (2000 a 2006 houve ampliação de 2,7 milhões de hectares, um incremento de 105% na área de conservação). Foram criadas três florestas estaduais para manejo

sustentável (85% das madeiras comercializadas hoje no Acre são manejadas).

A afirmação sobre o Seringal Nova Esperança e sobre a Reserva Indígena precisa ser melhor detalhada ao leitor. O Seringal Nova Esperança é uma área recentemente incorporada às unidades propostas pelo Zoneamento Ecológico onde o percentual de desmatamento de 36% refere-se à área desmatada antes de se tornar uma unidade de conservação. Em relação à terra indígena, é preciso dizer que ela foi criada há décadas como uma Colônia Rural Indígena com apenas de 200 hectares e com uma população de mais de 60 pessoas: cerca de menos de 3 hectares por pessoa.

A floresta é uma referência importante para o desenvolvimento econômico no Acre. É com ela que o povo aprendeu a ter um novo olhar na relação entre o homem e a natureza. Foi com a floresta que surgiram nossas maiores lideranças: Marina Silva, Chico Mendes, Wilson Pinheiro, Jorge Viana. É preciso que o Brasil saiba isso e que os comunicadores revelem essa verdade.

Binho Marques
Governador do Estado do Acre

Veja, o Acre merece respeito !

Em setembro de 2003 Veja publicou uma matéria em que acusava o Governo da Floresta de promover o maior desmatamento da história do Acre – *O Crime da Motosserra*. Logo em seguida ficou comprovado pelo INPE (em cujos dados se baseava a matéria) que a interpretação apresentada pela reportagem foi construída a partir de um erro de leitura das imagens de satélite por parte do próprio INPE. A revista, somente sete meses depois, reconheceu o erro e, na seção holofote publicou uma irônica nota de retratação, em sua edição de 21 de abril de 2004 com o título “A Batalha dos Bambuzais”: *“Um relatório do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE), publicado no ano passado, apontou a administração do governador Jorge Viana como a que mais desmatou o Acre. Viana, que batizou sua gestão como o “Governo da Floresta”, ficou enfurecido com o documento. Desconfiou que o INPE estava errado e exigiu uma auditoria dos dados. O resultado saiu na semana passada. Viana tinha razão. Os satélites confundiram bambuzais nativos com áreas devastadas”*

Veja, por meio do mesmo repórter, Leonardo Coutinho, retoma as acusações a Jorge Viana, ao final de seus dois mandatos como governador, na matéria *E agora, Viana?* (publicada na edição desta semana). Desta vez, acusam-no de ter utilizado a temática ambiental apenas como um “discurso” apropriado convenientemente de maneira a galgar “projeção nacional”, e faz isto com base em uma leitura superficial de dados de desmatamento. Acusa ainda de esconder o estudo realizado pelo IMAZON, sendo que o mesmo estava em fase final de revisão e já havia sido citado no Zoneamento Ecológico-Econômico do Estado. Fica claro que se trata, novamente, de uma reportagem tendenciosa, construída com o objetivo de desqualificar um governo que ousou implementar um projeto inovador em um Estado situado fora do eixo econômico nacional e desestruturado no início de seu primeiro mandato.

Em primeiro lugar, é preciso fazer justiça com a verdadeira revolução no modo de fazer política – sobretudo ambiental – promovida pelo PT nestes 8 anos do Governo da Floresta. Diversas foram as realizações: a implantação do manejo florestal sustentável, a criação de mais de 2.600.000 hectares de novas Unidades de Conservação de distintas categorias, a realização de duas versões do Zoneamento Ecológico-Econômico, a efetivação do Etnozoneamento em Terras Indígenas, o significativo investimento em obras de infraestrutura assim como os investimentos nas áreas de educação, saúde, e segurança pública. Muito se trabalhou na prevenção do desmatamento e na criação de alternativas para o desenvolvimento sustentável. Um grande esforço se fez na reestruturação da máquina estatal e na oferta de serviços básicos de qualidade. Reconhecemos que a implantação do desenvolvimento sustentável é um processo de médio a longo prazo. Podemos afirmar que avançamos em sua construção e já temos os primeiros resultados. A maior prova vem das urnas: o povo do Estado do Acre optou por um terceiro mandato do Governo da Floresta.

Em segundo lugar, dizemos que se trata de uma leitura superficial e tendenciosa dos dados de desmatamento na medida em que os dados apresentados na matéria não são comparados com o histórico do desmatamento no mesmo período para os Estados da Amazônia. De acordo com os dados do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais – INPE (que acompanha a variação do desmatamento na Amazônia anualmente e nos permite fazer esta comparação), neste período o Acre respondeu em média por apenas 3%, enquanto Mato Grosso, Pará e Rondônia representaram juntos aproximadamente 90% de todo o

desmatamento da região. Além disso, os números apresentados não são contextualizados com o crescimento de diversos setores da economia acreana.

Veja fala agora do estudo realizado pelo Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia (IMAZON), contratado pelo Governo do Acre e que teve *direta participação dos técnicos do Instituto de Meio Ambiente do Acre (IMAC)*. Apesar do jornalista citar esse dado em sua reportagem, ele, ao que parece, fez questão de ocultar outro dado existente no referido documento: a grande motivação para a realização do estudo era justamente *identificar áreas críticas e novas fronteiras de desmatamento e propor ações estratégicas para o controle do mesmo no estado*. O governo acreano encomendou o estudo ao IMAZON para que pudesse traçar políticas públicas efetivas no combate ao aumento do desmatamento percebido pelos gestores ambientais do Estado. *Em nenhum momento tentamos esconder essa informação, tanto que o governo do Estado publicou os dados do IMAZON no documento síntese do ZEE Segunda Fase, cujo estudo temático detalhado sobre desmatamento está em fase final de elaboração.*

O Governo da Floresta reconhece que houve um aumento no desmatamento no Acre, mas esse dado não poderia em hipótese alguma ser analisado isoladamente, sob pena de incorrerem em uma análise equivocada e injusta, como aquela da revista Veja. É preciso, ao analisar o crescimento do desmatamento no Acre, considerar que o ritmo verificado neste estado é inferior à média do que ocorreu na Amazônia. Isto sem mencionar as mudanças no contexto econômico do Estado. A título de exemplo, mencione-se a oferta de crédito e o rebanho bovino. Após 1999 foram registradas mais de 12 mil operações de crédito pelo Fundo Nacional do Norte (FNO) do Banco da Amazônia (BASA), na ordem de R\$ 300 milhões. O rebanho bovino registrado para o Acre, que em 1998 era de 900 mil reses, hoje chega à grandeza de 2,4 milhões de cabeças. Observando o crescimento do rebanho bovino, aliado aos investimentos financeiros para as atividades agropecuárias, observa-se que, mesmo com o aumento significativo do rebanho bovino e os investimentos do FNO, as taxas de incremento ao desmatamento durante o Governo da Floresta se mantiveram com níveis inferiores aos demais estados da Amazônia.

Quando assumimos o governo em 1999, o Estado estava sucateado. Tínhamos sérios problemas estruturais. Os ramais (estradas vicinais) estavam em piores condições, não havia políticas públicas nem incentivo à produção, os salários de servidores eram muito baixos e se encontravam atrasados, e o crime organizado estava incrustado nas entranhas do governo. As políticas implementadas pelo Governo da Floresta estão mudando essa realidade gradativamente. Logo no primeiro ano foi possível equilibrar as contas do Estado, e ao longo dos anos seguintes investimos em recuperação de ramais, promovemos ações de apoio à agricultura e legalização do setor madeireiro – a maioria das empresas madeireiras funcionava sem plano de manejo. Com apoio do governo federal, realizamos grandes obras de infraestrutura, como o asfaltamento das BR-317 e parte da BR-364. Melhoramos muito o salário e fizemos o plano de cargos e salários para todos os 36 mil servidores. Construímos e reformamos centenas de escolas e fortes investimentos foram feitos na segurança, na educação e na saúde. Algumas destas mudanças, no entanto, acabaram por contribuir para o aumento do desmatamento no Estado e hoje estão sendo avaliadas e re-adequadas. O estudo do IMAZON em questão é parte deste processo.

Em contrapartida, o governo do Estado mais que dobrou o número de Unidades de Conservação. Através da Lei Estadual Florestal – 1426/01, regulamentamos o uso dos recursos florestais no Estado e instituímos o Sistema Estadual de Áreas Naturais Protegidas

(SEANP), o qual inclui as Unidades de Conservação de Proteção Integral, as Unidades de Uso Sustentável e as Terras Indígenas, cuja inclusão torna o diferencial inovador da Lei Estadual quando comparada ao Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC). No período de 2000 a 2006 houve um aumento de 2.699.788 há de Unidades de Conservação, representando um incremento de 105,84% de novas unidades de conservação. Atualmente, o Estado do Acre possui 19 Unidades de Conservação. Três de Proteção Integral e 16 Unidades de Uso Sustentável. Temos uma superfície de 7.548.430 há, ou seja, 45,66% no nosso território é de áreas naturais protegidas por lei. Temos ainda 90% das nossas florestas protegidas. No que depender da atual administração toda essa riqueza continuará protegida e sendo usada de forma sustentável.

O que é estranho na referida matéria é o fato da mesma surgir no momento em que, como o próprio jornalista faz questão de relatar, existe uma disputa de bastidores pela indicação da superintendência para o Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM). Muito mais que uma reportagem isenta, a matéria parece mais um factóide político encomendado contra o ex-governador acreano, Jorge Viana.

Não é de hoje que o Governo do Acre é referência quando o assunto é desenvolvimento sustentável. Aliás, essa referência extrapola as fronteiras brasileiras e os órgãos governamentais. Essa identificação vem do fato do Governo da Floresta pautar as ações do Governo em propostas que priorizam o meio ambiente. Exemplo disso está no fato de que, ainda em seu segundo ano de governo (2000), Jorge Viana viabilizou o Zoneamento Ecológico e Econômico (ZEE). Esse documento definiu as potencialidades e restrições para o uso dos recursos naturais do Estado. Em 2000 utilizamos uma escala de um para 1 milhão. Em 2006 foi concluído o estudo numa nova fase, utilizando uma escala mais detalhada de um para 250 mil. Desta forma passamos a ter uma visão cada vez mais aproximada das nossas potencialidades, aperfeiçoando os controles, definindo e decidindo melhor sobre nossas políticas públicas tendo como base o uso da floresta de forma sustentável. Além disso, desenvolvemos uma metodologia específica para o zoneamento em Terras Indígenas, o Etnozoneamento, já aplicado em duas Terras e em fase de conclusão em outras seis.

Ainda na gestão de Jorge Viana, trouxemos para o estado os recursos de Reposição Florestal que anteriormente era recolhido pelo IBAMA. Esses recursos são depositados na conta do Fundo de Desenvolvimento Florestal para financiamento de projetos ambientais a serem definidos pelo Conselho Estadual de Floresta. Além disso, o Governo implantou um Viveiro Florestal para produção e fomento de atividades de reflorestamento e recuperação de áreas degradadas, priorizando a agricultura familiar. Este viveiro tem capacidade de produção de até 4 milhões de mudas/ano. Estamos aprimorando os instrumentos de Comando e Controle através de um projeto de melhoria de processos relacionados a Plano de Manejo e desmate no Estado para intensificar a fiscalização e melhorar a qualidade dessas ações.

Manejo florestal com inclusão social é a nossa meta. Ampliamos, em menos de dois anos, de 40 para 220 o número de pequenos produtores que participam do Manejo Comunitário, além de dobrar o número de áreas comunitárias certificadas e até o próximo ano mais 300 famílias serão atendidas. Junto com o Ministério Público Estadual, só autorizamos Planos de Manejo em áreas privadas sem conflitos sociais. Em função disso, muitos proprietários passaram a titular os posseiros legítimos destas áreas, uma forma inédita de regularização fundiária com recursos privados. Em relação à exploração de madeira, a partir de 2004 registramos que, 85% das madeiras vem sendo retiradas através de planos de manejo, invertendo a lógica anterior onde a origem das madeiras era de desmatamentos.

Hoje todo Monitoramento da Cobertura Florestal do Acre é feito anualmente pelas imagens de satélite LANDSAT, baseado numa série histórica desde 1988, metodologia desenvolvida através de um Acordo de Cooperação Técnica entre o Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia (IMAZON) e o Instituto de Meio Ambiente do Acre (IMAC), com apoio do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE). Esse monitoramento serve como subsídio às ações de Planejamento, Licenciamento e Controle ambiental da nossa floresta.

Todas essas ações mostram que a proteção ao meio ambiente e a promoção do desenvolvimento sustentável no Acre caminham de mãos dadas. Mais do que uma posição política essa é a forma que escolhemos de preservar a identidade do nosso povo, que lutou com armas na mão para ser brasileiro e ter o direito de ocupar esse território no meio da Floresta Amazônica.

O teólogo Leonardo Boff afirmou que nenhum projeto se torna viável se não tiver uma boa metáfora. E ele próprio reconheceu e confessou que no seu entender “Florestania” foi a metáfora mais perfeita para definir o projeto de desenvolvimento sustentável levado a efeito pelo Governo do Acre, que tem como slogan “Governo da Floresta”. Se ainda temos muitos problemas a superar para que a sustentabilidade se mostre viável nas seis dimensões que preconizamos: ambiental, econômica, social, política, cultural e ética, não terá sido por falta de muito trabalho do nosso Governo, que tem feito um grande esforço para que os recursos naturais e a riqueza cultural do Acre e da Amazônia sejam utilizados de forma sustentável para a sobrevivência e a felicidade da geração atual, sem prejuízo e muito menos ameaça para as gerações futuras.

Eu posso dizer, depois de quatorze anos trabalhando com Jorge Viana, que ele, além de ser “muito bom de conversa”, é excelência no serviço. Venha ao Acre conferir.

Carlos Edegard de Deus
Secretário de Meio Ambiente do Acre – SEMA
Presidente do Instituto de Meio Ambiente do Acre – IMAC

Durante o discurso do Sr. Tião Viana, o Sr. Papaléo Paes, suplente de Secretário, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Paulo Paim.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS)

– Senador Tião Viana, se V. Ex^a me permite, no exercício da Presidência desta sessão, não vou me esquivar. Faço questão de registrar toda a minha solidariedade ao ex-Governador Jorge Viana e a V. Ex^a.

Conheço a vida pública e política de ambos, pela nossa amizade. E a melhor forma de demonstrar isso seria dizer, se eu pudesse, ao Presidente Lula: se há homens públicos que eu gostaria de ver indicados Ministros seriam Jorge Viana e Tião Viana.

Parabéns a V. Ex^a e tenha a solidariedade desta Presidência em exercício.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Peço a palavra pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PAPALÉO PAES (PSDB – AP) – Peço a palavra pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Senador Sibá Machado.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Peço a minha inscrição para falar pela Liderança do Bloco, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – V. Ex^a está inscrito.

O Senador Papaléo Paes havia pedido a palavra para uma comunicação inadiável. Está inscrito V. Ex^a.

O SR. PAPALÉO PAES (PSDB – AP) – Estou inscrito para uma comunicação inadiável.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Concedo a palavra, pela ordem, ao Senador Arthur Virgílio.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, trago à Casa dois votos de pesar e de solidariedade, envolvendo duas situações extremamente dolorosas e trágicas. O primeiro é um voto de pesar pelo falecimento de Vanessa Timóteo, jovem de apenas 17 anos, e de solidariedade a seu pai e a sua família, Deputado Dr. Rosinha, meu adversário do PT do Paraná. Vanessa faleceu em condições trágicas em sua cidade, Curitiba.

Do mesmo modo, apresento voto de pesar pelo falecimento do jovem de 27 anos, Luciano Patriota, e de solidariedade ao Deputado Gonzaga Patriota. Luciano Patriota faleceu por generosidade. Alguém morre de coração; outro, de câncer; outro, de diabetes. Ele mor-

reu, por generosidade, na mesa de cirurgia cedendo um rim para uma grande amiga. Se não tivesse feito isso, ficaria com seus dois rins e com a sua vida intactos. Mas resolveu doar o rim, arriscou-se e faleceu.

Portanto, os dois votos de pesar e de solidariedade que, como sempre acontece, estão à disposição dos colegas todos que, imagino, devam assiná-lo. Sin-to que é um dever humano de cada um de nós agir dessa forma.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS)

– Senador Arthur Virgílio, esta Presidência encaminhará os dois votos de pesar e, de pronto, soma-se à manifestação de V. Ex^a, tanto ao Deputado Gonzaga Patriota e família como também ao Dr. Rosinha, pela morte de filhos de ambos.

O SR. PAPALÉO PAES (PSDB – AP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, peço permissão ao Senador Arthur Virgílio para assinar os dois requerimentos, visto que, nesses momentos em que famílias são diminuídas pela perda de um ente querido, devemos e temos a obrigação de prestar nossa solidariedade humana. Aqui vai – repito, porque o Senador Arthur Virgílio já se referiu – a nossa solidariedade e os nossos pêsames ao Deputado Dr. Rosinha e família e também ao Deputado Gonzaga Patriota e sua família.

Faço questão de assinar os dois requerimentos do Senador Arthur Virgílio.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Sobre a mesa, requerimentos que passo a ler.

São lidos os seguintes:

REQUERIMENTO Nº 308, DE 2007

Requer Voto de Pesar e de Solidariedade ao Deputado Dr. Rosinha, pelo falecimento de sua filha Vanessa Timóteo, ocorrido em 8 de abril de 2007, em Curitiba – PR.

Requeiro, nos termos do art. 218, do Regimento Interno, a inserção em ata, de Voto de Pesar e de Solidariedade ao Deputado Dr. Rosinha, pelo falecimento de sua filha Vanessa Timóteo, ocorrido em 8 de abril de 2007, em Curitiba – PR.

Requeiro, também, que esse Voto de Pesar seja levado ao conhecimento do Deputado Dr. Rosinha e, por seu intermédio, aos familiares.

Justificação

O Voto que requeiro é de profunda tristeza e de solidariedade ao Deputado Dr. Rosinha, pelo falecimento de sua filha Vanessa Timóteo, uma jovem de

apenas 17 anos. Ela morreu tragicamente, na capital paraense, pelo que, com este Voto, externo ao ilustre parlamentar meu profundo sentimento de apreço, compatilhando desse momento de dor com todos os seus familiares.

Sala das Sessões, 10 de abril de 2007. – Senador **Arthur Virgílio**, Líder do PSDB.

REQUERIMENTO Nº 309, DE 2007

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 218 do Regimento Interno do Senado Federal, seja inserido em ata Voto de Profundo Pesar e apresentação de condolências à família e à Força Aérea pelo falecimento do piloto da Força Aérea Brasileira tenente aviador Fernando Wilmers de Medeiros, em acidente com aeronave Tucano da FAB, no dia 4 de abril próximo passado.

Justificação

O acidente que vitimou fatalmente o segundo tenente aviador Fernando Wilmers de Medeiros ocorreu na última quarta-feira, dia 4 de abril de 2007, depois que o Super Tucano da FAB que ele pilotava bateu em uma torre de telefonia.

As condições de tempo não eram favoráveis a vôos, chovia e ventava bastante e a visibilidade estava prejudicada. Mesmo com a experiência do piloto Medeiros, não foi possível evitar o acidente.

Além do piloto Medeiros, estava na aeronave o segundo tenente aviador Leonardo André Haberfeld Maia, que sobreviveu ao acidente e encontra-se hospitalizado.

A esquadrilha da qual o tenente Medeiros fazia parte era formada por quatro aviões que realizavam exercícios quando ocorreu o acidente.

Houve uma consternação na família aeronáutica brasileira e na população boavistense, que ensejaram a apresentação deste requerimento de Voto de Pesar.

Sala das Sessões, 10 de abril de 2007. – Senador **Mozarildo Cavalcanti**.

REQUERIMENTO Nº 310, DE 2007

Requer Voto de Pesar ao Sr. Alexandrino Moreira.

Senhor Presidente,

Requeiro nos termos dos arts. 218 e 221 do Regimento Interno e ouvido o Plenário, que seja consig-

nado, nos Anais do Senado, as seguintes homenagens pelo falecimento do Sr. Alexandrino Moreira:

- a) Inserção em ata de Voto de Profundo Pesar pelo falecimento;
- b) Apresentação de condolências à família.

Justificação

Os paraenses perderam um dos nomes mais importantes do cinema e do setor empresarial. Alexandrino era presidente da Associação Paraense de Bancos e crítico da APCC (Associação Paraense de Críticos Cinematográficos). Seu primeiro emprego, ainda em sua cidade natal, Itaúma, em Minas Gerais, foi de projetorista de cinema. Depois foi radialista, onde apresentava um programa sobre cinema e entretenimento.

Em Belém, conseguiu introduzir o conceito de salas de exibição pequenas, nas quais não abria mão de exibir filmes de arte. Em 28 de junho de 1978, ele abriu o Cinema 1 e 2; no final da década de 80, veio o Cinema 3; nos anos 90, o Cine Castanheira 1 e 2; e por último os dois cinemas no Doca Boulevard, contribuindo dessa forma para incentivar a cultura Paraense.

Sala das Sessões 10 de abril 2007. – Senador **Flexa Ribeiro**.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS)
– A Presidência encaminhará os votos solicitados.

Os requerimentos que acabam de ser lidos vão ao Arquivo.

Sobre a mesa, requerimentos que passo a ler.



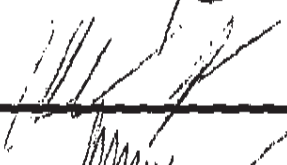


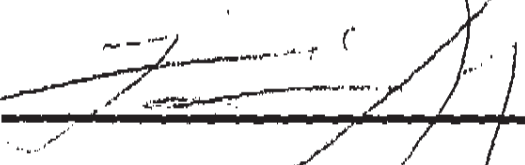
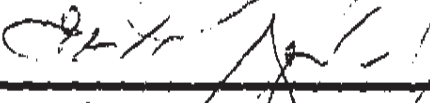



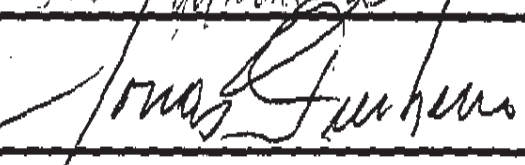
São lidos os seguintes:

REQUERIMENTO Nº 311, DE 2007

Senhor Presidente,

Os subscritores deste, com base no § 1º do art. 332, do Regimento Interno do Senado Federal, requerem o desarquivamento do Projeto de Lei do Senado nº 153, de 2002, de autoria do Senador Mozarildo Cavalcanti.

Sala das Sessões, 10 de abril de 2007.

Nome	Assinatura
MAZARILDO	
Sen. Edson Falcão	
Sen. Antônio Parguiz	
Sen. Waldney Santos	
Sen. Humberto Costa	
Sen. Tarcísio de Freitas	
Sen. Cláudio Aguiar	
Sen. Irandeu Silva	
Sen. Sérgio	
Sen. Silas Machado	
Sen. João Pinheiro	

Subscrição ao requerimento para o desarquivamento da PLS 153/2002.

Sen. Paulo Cesar Pereira

Sen. Pádua Lima

Sen. Euzébio Teixeira

Sen. João A. Brandão

Sen. Horacio Havel

Sen. Ademar Santana

Sen. Wellington

Sen. Eliseu Ribeiro

Sen. Sérgio Furlan

Sen. Romalbo Paulini

Sen. Marcos Lorrance

Sen. Flávia Buar

Sen. Fabiana Cleide

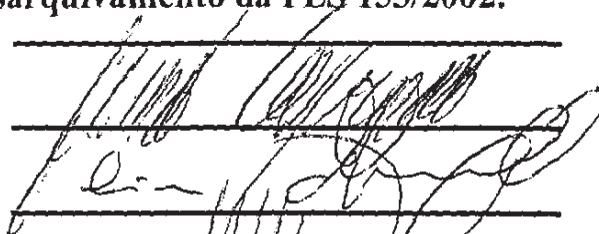
Sen. Valtor Pereira

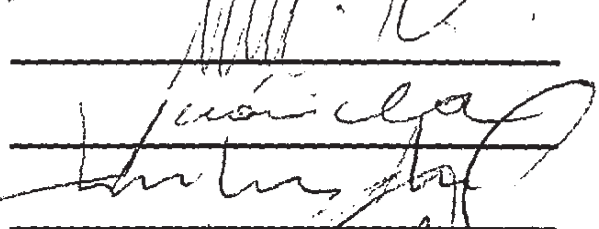
Sen. Elson Resende

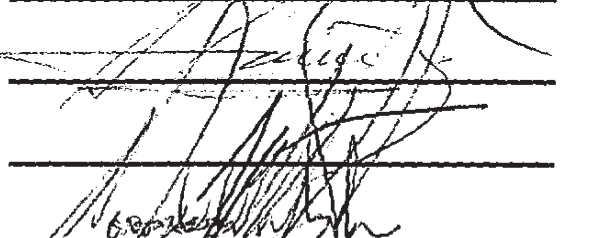
Sen. Alencar Lima

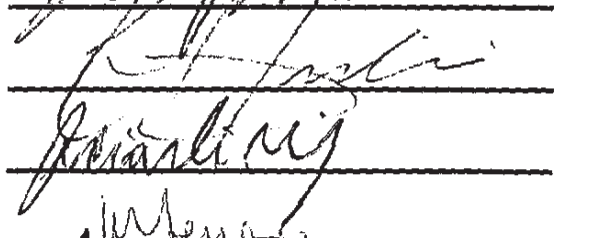
Sen. Wilson Neto

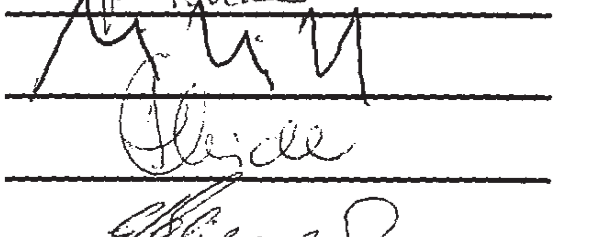
Sen. Geraldo Mesquita

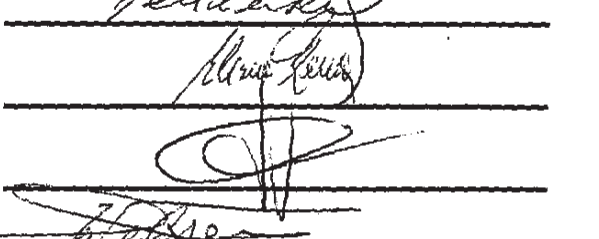


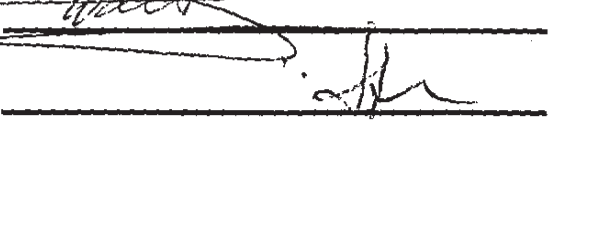












REQUERIMENTO Nº, 312, DE 2007







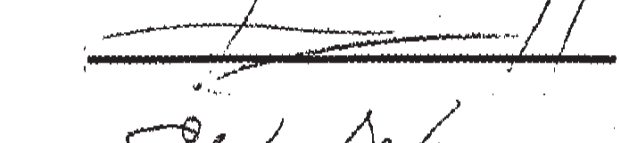

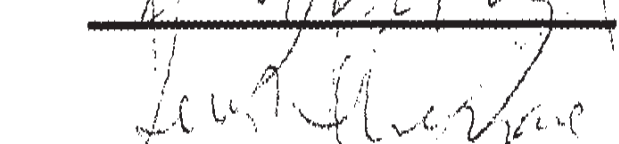


Senhor Presidente,

Os subscritores deste, com base no § 1º do art. 332, do Regimento Interno do Senado Federal, reque-

rem o desarquivamento do Projeto de Lei do Senado nº 558, de 1999, de autoria do Senador Mozarildo Cavalcanti.

Sala das Sessões , 10 de abril de 2007.

Nome
MOZARILDO
Sen. Haderlei Porcillo
Sen. Edmar Jobat
Sen. Guilherme Borges
Sen. Valdeir Lima
Sen. Haroldo Fontes
Sen. Sérgio Moritz
Sen. Eduardo Azeredo
Sen. Eduardo Suplicy
Sen. Lúcio
Sen. Lúcio Maranhão

Assinatura












Subscrição ao requerimento para o desarquivamento da PLS 558/1999.

Sen. João Pinheiro
 Sen. Renato Casagrande
 Sen. Cícero Lucena
 Sen. Expedito Júnior
 Sen. Inácio Arruda
 Sen. Marco Maciel
 Sen. Leônidas Santos
 Sen. Arthur Vargalheira
 Sen. Wellington
 Sen. Elson Bilalvo
 Sen. Rômulo Faleiros
 Sen. Rosalba Ciarlini
 Sen. Manoel Corrêa
 Sen. Flávio Braz
 Sen. Fátima Cleide
 Sen. Valtêr Pereira
 Sen. Elzeno Brezide
 Sen. Henrique Faria
 Sen. Wilson Sotões
 Sen. Geraldo Magalhães

João Pinheiro
 Renato Casagrande
 Cícero Lucena
 Expedito Júnior
 Inácio Arruda
 Marco Maciel
 Leônidas Santos
 Arthur Vargalheira
 Wellington
 Elson Bilalvo
 Rômulo Faleiros
 Rosalba Ciarlini
 Manoel Corrêa
 Flávio Braz
 Fátima Cleide
 Valtêr Pereira
 Elzeno Brezide
 Henrique Faria
 Wilson Sotões
 Geraldo Magalhães

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS)

– Os Requerimentos que acabam de ser lidos serão apreciados oportunamente.

Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 313, DE 2007

Requeiro, nos termos do art. 222, do Regimento Interno do Senado Federal, e ouvido o Plenário, que sejam consignados, nos anais do Senado, Voto de Aplauso a Dra. Maria Elizabeth Guimarães Teixeira Rocha, por ocasião de sua posse como Ministra no Superior Tribunal Militar, ocorrida no dia 27 de março do corrente, bem como o discurso proferido na solenidade.

Requeiro, ainda, deste Voto de Aplauso seja cientificado o Presidente do STM, Ministro Tenente-Brigadeiro-do-Ar Henrique Marini e Souza.

Justificação

A primeira mulher a integrar o Superior Tribunal Militar (STM) em 198 anos da instituição, a advogada Maria Elizabeth Guimarães Teixeira Rocha foi indicada para o cargo pelo Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, e ocupa a vaga do Ministro Antônio Carlos de Nogueira, que se aposentou.

Graduada em Direito pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, ela tem especialização em Direito Constitucional pela Universidade Federal de Minas Gerais, mestrado em Ciências Jurídico-Políticas pela Universidade Católica Portuguesa e doutorado em Direito pela Universidade Federal de Minas Gerais.

Atualmente, é professora adjunta da Universidade Cândido Mendes, professora do Centro Universitário de Brasília, pesquisadora associada da Universidade de Brasília.

Sala das Sessões, 10 de abril de 2007 – Senador **Adelmir Santana**.

Senhoras e Senhores, inicialmente, agradeço a saudação do meu querido amigo de tantos anos General Valdésio Guilherme de Figueiredo, cujo apoio e o estímulo me foram fundamentais.

Agradeço igualmente as palavras generosas proferidas pela Exma. Senhora Procuradora-Geral do Ministério Público Militar e pela Representante da Ordem dos Advogados do Brasil, palavras as quais, no exercício da função judicante, procurarei corresponder.

Emocionada, recebo neste ato solene a investidura no cargo de Ministra do Superior Tribunal Militar.

Ingresso na vaga destinada aos advogados sucedendo o ilustre Ministro Carlos de Nogueira, um nobre magistrado que honrou a toga e dignificou esta Corte.

Confesso minha comoção em exercer a relevante missão cívica e republicana da judicatura como a primeira mulher a tomar assento na mais antiga Justiça do Brasil, que contempla o País com dois séculos de história.

Não falhou o meu destino. Esta cadeira, para mim, representa mais do que o coroamento de minha carreira profissional, ela ecoa a ação irradiadora de meu pai e avô, que fizeram jus ao grande título de glória dos advogados, o de serem combatentes valorosos em favor dos ideais da justiça e da liberdade.

A Advocacia Mineira não os esqueceu e nem eu, tampouco, como não esqueci suas lições de vida em defesa dos humildes, dos excluídos e necessitados, no anonimato do foro cível ou no fragor das tribunas criminais.

Herdei do meu pai a formação democrática e a coragem da resistência. Com ele aprendi a dialética e o debate que cerca os operadores do Direito na luta pelo predomínio do pensamento sobre a aristocracia da força. Rui Barbosa escreveria na Oração aos Moços, “para o coração não há passado, nem futuro, nem ausência. Ausência, pretérito e porvir, tudo lhe é atualidade, tudo presença”.

Vivo hoje, portanto, o meu passado e o meu presente. Quanto ao meu futuro, empenharei meu maior e melhor esforço para dedicar-me à causa da Justiça e contribuir para a grandeza desta instituição, cuja pujante trajetória sempre prestigiou o Estado Democrático Brasileiro em corajosas decisões ao longo da História, a exemplo da concessão do **habeas corpus** a Luís Carlos Prestes e João Mangabeira desafiando o Tribunal de Exceção do Estado Novo ou da instituição do Direito de Petição como sucedâneo do writ constitucional à proteção da liberdade quando o Ato Institucional nº 5 o suprimiu. Tamanha força moral reflete a altivez deste Pretório, luminosa síntese do jurisdicismo com a Justiça do Comandante. Grandioso é, portanto, o meu desafio. Inspira-me, nesta nobre função dois grandes mestres que fazem cintilar a cultura jurídica nacional pelo ornato de seu perfil moral aliado á primorosa inteligência, os Ministros Ilmar Galvão e Marco Aurélio, com quem eu tive o privilégio de aprender quando fui, de ambos, assessora na Presidência do Tribunal Superior Eleitoral. Inspira-me, outrossim, os grandes juristas, Paulo Bonavides, Jorge Miranda, José Alfredo de Oliveira Baracho e Friedrich Mueller, exemplos de erudição e seriedade acadêmica, professores devotados que dedicaram suas vidas a lançar luzes sobre o ideário da legitimidade, referência para a justiça e a equidade.

Von Lhering afirmaria que a luta pelo Direito é a meta do homem como instrumento referencial de sua dignidade.

Pressuposto da convivência comunitária, o homem que a abandona permite que valores essenciais sejam aniquilados. Ao Poder Judiciário, cabe o facho de iluminar com o ideal do juridicismo os caminhos da nacionalidade. A preeminência da Judicatura estabelece os limites da onipotência do Estado, desarmando-o. Conforme Montesquieu sugeriu, “a natureza de uma República reflete o espírito de suas leis”. Se para ele a separação dos poderes afigurava-se como a melhor forma de governar, o judicialismo constituía-se na primeira salvaguarda dos regimes políticos democráticos.

Neste sentido, advogados e militares caminham lado a lado.

Ouvi de um amigo querido, o Ministro Flavio Bierrenbach, que nossa Constituição entre artigos, incisos, alíneas e parágrafos deve conter cerca de mil disposições normativas, contudo, a palavra Pátria aparece apenas uma única vez, no art. 142 dedicado às Forças Armadas, guardiãs dos Poderes Constitucionais. Não seria incoerente afirmar que os militares, com os quais eu desfruto de um longo e respeitoso convívio por força do meu laço conjugal, e os advogados em muito se assemelham, por espelharem a projeção dos diversos segmentos da sociedade e constituírem um núcleo de resistência permanentemente em guarda, num compromisso que inspira a agregação do Estado com a cidadania.

O que são os advogados, senão guerreiros profissionais, que têm no foro o campo de batalha? Contestam, impugnam, replicam, treplicam e recorrem até esgotar as derradeiras oportunidades nos combates que se prolongam, empenhados a todo instante em alcançar vitória.

Sobre os advogados diria Jefferson; “constituem uma singular espécie da raça humana: humildes demais para ter protegidos; altivos demais para ter protetores”.

O que dizer, então, das advogadas? Mulheres que travaram embates e lutas exitosas emprestando dimensão maior à igualdade de gênero.

De Berta Lutz a Maria da Penha, significativas foram as conquistas do movimento feminino evidenciada na Nova Ordem Legal, cujos propósitos atualizadores operaram mudanças substanciais na situação jurídica da mulher.

Certo é que, longa é ainda a trajetória para a plenitude da isonomia, mas o compromisso ético-jurídico da sociedade brasileira com a igualação entre homens e mulheres, imperativo constitucional e paradigma da

eqüidade, já ganhou dimensão maior na consciência coletiva da Nação.

Resta-me, alfim, agradecer. Agradecer a todos aqueles que me ampararam nos momentos de dificuldades e que em mim depositaram confiança sem hesitação. Lamentavelmente, não posso expressar, neste momento, meu agradecimento a cada um em particular, pois extensa é, para a minha felicidade, a relação dos amigos inestimáveis. Porém, não posso me furtar de fazer uma referência especial a alguns deles, em nome dos quais exprimo meu reconhecimento aos demais.

Agradeço, primeiramente, ao Presidente Luis Inácio Lula da Silva, pela honrosa indicação de meu nome a esta vaga que ora me emposso, e à Comissão de Constituição e Justiça do Senado Federal, nas pessoas dos senadores Ademir Santana e Eduardo Matarazzo Suplicy, aqui presentes que me são tão caros, pela unanimidade da aprovação com que me distinguiram.

Agradeço, em especial, a Delcimar Martins Pires, Swedenberger Barbosa, Gilberto Carvalho, Apolinário Rebelo, Sérgio Rabello Tamm Renault, José Antônio Dias Toffoli e Paulo Roberto Thompson Flores, pelo apoio decisivo e a solidariedade que me dedicaram, jamais esquecidos.

À minha mãe, Magdala, tão amada, que por razões de saúde não pôde estar presente nesta cerimônia. Faltam palavras a qualquer filho para expressar seu amor às mães. A elas devemos não apenas a vida, mas a existência. Agradeço a minha mãe, todos os dias de minha vida por seu devotamento a mim e ao meu irmão, por seu amor incondicional, pela força de seu caráter e a generosidade de sua alma. A ela, dedico esta minha vitória, porque, mais do que a mim, é a minha mãe que pertence esta conquista.

À memória do meu pai, Adherbal, que me legou a vocação para as letras jurídicas e a compaixão pelo meu semelhante.

Ao meu irmão, Adherbal Júnior, meu melhor amigo, com quem compartilhei meus momentos de alegria e tristeza, e em quem sempre me apoiei.

Ao meu marido, Romeu, amor da minha vida, meu príncipe –shakespeariano. Nem os poetas mais inspirados escreveriam uma ode de amor tão bela e feliz quanto a nossa! Você é a razão da minha vida, é uma parte de mim e nada me emociona mais do que a alegria de envelhecer com seu sorriso.

Agradeço, também, a toda minha família na pessoa do meu tio Paulo, da minha tia Astrid e da minha sogra Dinazinha, pelo afeto que sempre me dedicaram tão importante para mim.

Subscrição ao requerimento para o desarquivamento da PEC 33/2002.

Sen. Durval Carneiro

Sen. Cidreira

Sen. Expedito Tinoco

Sen. Trajano

Sen. Marcelo Medeiros

Sen. Salomão Santos

Sen. Wellington

Sen. Flávio Ribeiro

Sen. Sérgio Faria

Sen. Rosalba Ciarlini

Sen. Marina Silva

Sen. Flávio Tourinho

Sen. Fátima Cleide

Sen. Vitor Pereira

Sen. Eliseu Resende

Sen. Almeida Lima

Sen. Geraldo Magalhães

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

REQUERIMENTO Nº 315, DE 2007

Senhor Presidente,

Os subscritores deste, com base no § 1º do art. 332, do Regimento Interno do Senado Federal, re-

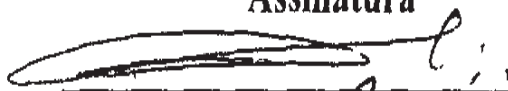
querem o desarquivamento da Proposta de Emenda à Constituição nº 35, de 2001, que tem como primeiro signatário o Senador Mozarildo Cavalcanti.

Sala das Sessões, 10 de abril de 2007.

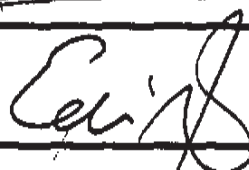
Nome

Assinatura

MOZARILDO



Sen. Edmar Rocha



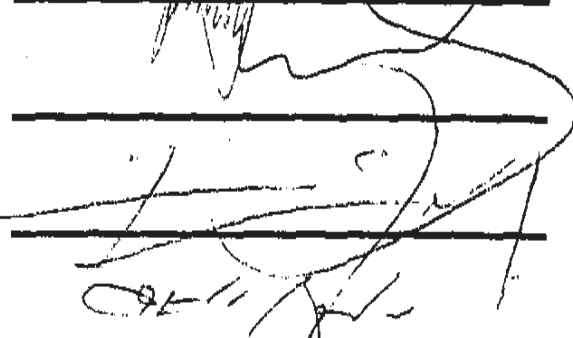
Sen. Roberto Campos



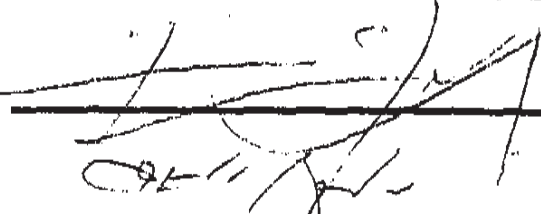
Sen. Valdeir Figueiredo



Sen. José Carlos Tinoco



Sen. Tarcísio de Freitas



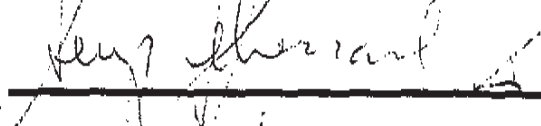
Sen. Roberto de Aguiar



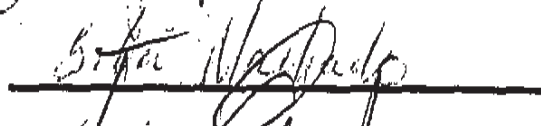
Sen. Edmar Rocha



Sen. Roberto Campos



Sen. Valdeir Figueiredo



Sen. José Carlos Tinoco



Subscrição ao requerimento para o desarquivamento da PEC 35/2001.

Sen. Renato Bragança

Sen. Ricardo Falcão

Sen. Geraldo Tinoco

Sen. Jairo Amador

Sen. Marco Aurélio

Sen. Ademar Santana

Sen. Wellington

Sen. Eliseo Delavero

Sen. Sérgio Zanbani

Sen. Rosalba Ciarlini

Sen. Marco Covatta

Sen. Flávia Araújo

Sen. Fabiano Cláudio

Sen. Václav Pereira

Sen. Elson Resende

Sen. Alencar Lima

Sen. Walden Mates

Sen. Geraldo Mesquita

[Signature]

[Signature]

[Signature]

[Signature]

[Signature]

[Signature]

[Signature]

[Signature]

[Signature]

[Signature]

[Signature]

[Signature]

[Signature]

[Signature]

[Signature]

[Signature]

[Signature]

[Signature]

[Signature]

[Signature]

REQUERIMENTO Nº 316, DE 2007

Senhor Presidente,

Os subscritores deste, com base no § 1º do art. 332, do Regimento Interno do Senado Federal, reque-



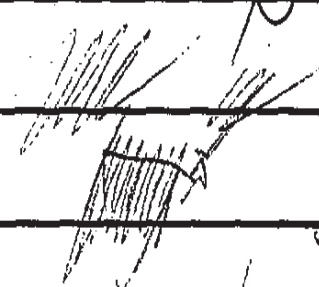


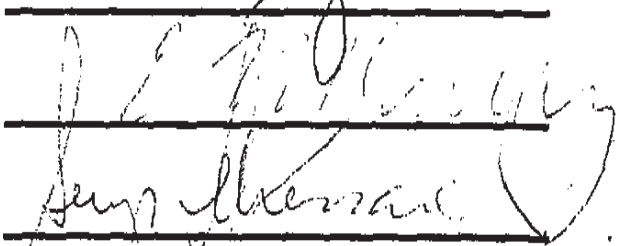

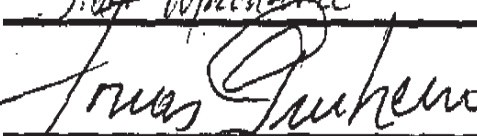

rem o desarquivamento do Projeto de Resolução do Senado nº 7, de 2000, de autoria do Senador Moza-
rildo Cavalcanti.

Sala das Sessões, 10 de abril de 2007.

Nome

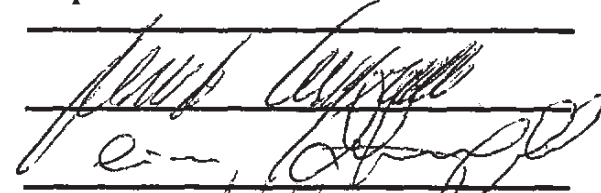

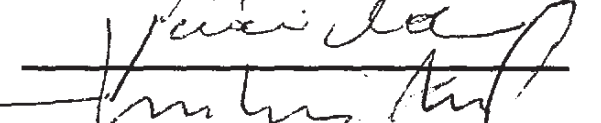
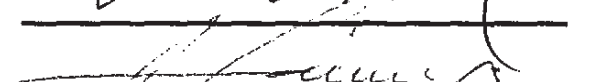





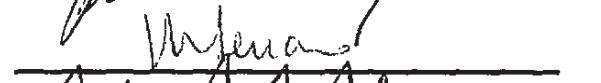









Assinatura

MOZARILDO
Sen. Carlos Roberto
Sen. Gilvan Borges
Sen. Valdeir Bráulio
Sen. Herculano Fortes
Sen. Joaquim Nery
Sen. Cláudio Imenes
Sen. Eduardo Cunha
Sen. Álvaro
Sen. Lúcio Machado
Sen. Carlos Roberto

Subscrição ao requerimento para o desarquivamento da PRS 07/2000.

Sen. Renato (Conceição)
 Sen. Paulo Pimenta
 Sen. Roberto Pinheiro
 Sen. Tiago Bentes
 Sen. Marco Maciel
 Sen. Acir de Sant'Ana
 Sen. Arthur Vitorino
 Sen. Wellington
 Sen. Flávia Ribeiro
 Sen. Sérgio Fombas
 Sen. Rosalba Ciarlini
 Sen. Marcos Ferraz
 Sen. Flávia Souza
 Sen. Fátima Cleide
 Sen. Vitor Perceira
 Sen. Elson Dourado
 Sen. Alencar Lima
 Sen. Walacy Matos
 Sen. Geraldo Magalhães

REQUERIMENTO Nº 317, DE 2007

Senhor Presidente,

Os subscritores deste, com base no § 1º do art. 332 do Regimento Interno do Senado Federal, reque-

rem o desarquivamento do Projeto de Lei do Senado nº 126, de 2001, de autoria do Senador Mozarildo Cavalcanti.

Sala das Sessões, 10 de abril de 2007.

Nome	Assinatura
Mozarildo	
Sen. Edmar Barros	
Sen. Gilson Borges	
Sen. Valdey Moura	
Sen. Henrique Furtado	
Sen. Tereza D'Araújo	
Sen. Eduardo Suplicy	
Sen. Eliel Rocha	
Sen. Tereza Eulálio	
Sen. Leonardo Sant'Anna	

Subscrição ao requerimento para o desarquivamento da PLS 126/2001.

Sen. Renato Casagrande

Sen. Ricardo Ferraes

Sen. Geraldo Pires

Sen. Ivo Roberto

Sen. Manoel Medeiros

Sen. Arthur Vitorino

Sen. Wellington

FLAVIO RIBEIRO

Sen. Sérgio Zambiasi

Sen. Marcelo Freixo

Sen. Marco Lacerda

Sen. Flávio Bolsonaro

Sen. Vitor Pereira

Sen. Elson Peres

Sen. Marcelo Freixo

Sen. Geraldo Hingst

Sen. Roberto

Sen. Roberto

Sen. Roberto

Sen. Roberto

Sen. Roberto

Sen. Roberto

Sen. Roberto

Sen. Roberto

Sen. Roberto

Sen. Roberto

Sen. Roberto

Sen. Roberto

Sen. Roberto

Sen. Roberto

Sen. Roberto

Sen. Roberto

Sen. Roberto

Sen. Roberto

Sen. Roberto

Sen. Roberto

Sen. Roberto

REQUERIMENTO N.º 318, DE 2007

Senhor Presidente,

Os subscritores deste, com base no § 1º do art. 332 do Regimento Interno do Senado Federal, reque-

rem o desarquivamento do Projeto de Lei do Senado nº 3, de 2001, de autoria do Senador Mozarildo Cavalcanti.

Sala das Sessões, 10 de abril de 2007

Nome	Assinatura
MOZARILDO	
Sen. Edmar Eloi	
Sen. Gilberto Borges	
Sen. Valdir Bessa	
Sen. Haroldo Leite	
Sen. Toppiano Pereira	
Sen. Eduardo Azeredo	
Sen. Chrys	
Sen. Lito Chedato	
Sen. Teves Pinheiro	
Sen. Leônidas Santos	

Subscrição ao requerimento para o desarquivamento da PLS 03/2001.

Sen. Renato (Propositor)	
Sen. Diogenes Pereira	
Sen. Geraldo Pinheiro	
Sen. José de Barros	
Sen. Marcelo Maciel	
Sen. Arthur Vargile	
Sen. Wellington	
Sen. Elvira Ribeiro	
Sen. Sérgio Zanbion	
Sen. Rosalba Caramini	
Sen. Marina Lourenço	
Sen. Flávia Dutra	
Sen. Fátima Cleide	
Sen. Valtor Pereira	
Sen. Elzen Bezerra	
Sen. Almeida Lima	
Sen. Wilson Matos	
Sen. Marcelo Costa	





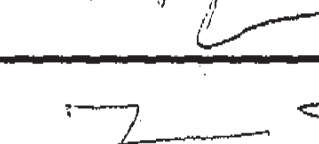
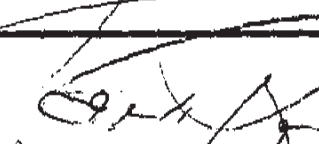

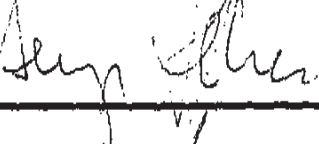
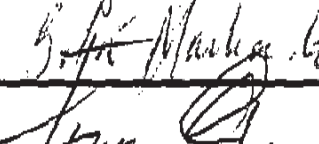


REQUERIMENTO Nº 319, DE 2007.

Senhor Presidente,

Os subscritores deste, com base no § 1º do art. 332 do Regimento Interno do Senado Federal, re-

querem o desarquivamento da Proposta de Emenda à Constituição nº 6, de 2000, que tem como primeiro signatário o Senador Mozarildo Cavalcanti.

Sala das Sessões, 10 de abril de 2007

Nome	Assinatura
MOZARILDO	
Sen. Carlos Jansen	
Sen. Gilmar Mendes	
Sen. Roberto Nunes	
Sen. Vitorino Freire	
Sen. Tarcísio de Freitas	
Sen. Eduardo Braga	
Sen. Humberto Lucena	
Sen. Sérgio	
Sen. Zé Carlos	
Sen. Tarcísio de Freitas	

Sen. Paulo Cirqueira
 Sen. Paulo Pereira
 Sen. Augusto Sáez
 Sen. João Borda
 Sen. Marcos Meek
 Sen. Leônidas Ventura
 Sen. Wellington
 Sen. Elton Ribeiro
 Sen. Sérgio Zanetti
 Sen. Ronaldo Carlini
 Sen. Marcos Vinícius
 Sen. Flávia Silva
 Sen. Fátima Leite
 Sen. Vitor Pereira
 Sen. Elton Ribeiro
 Sen. Amílcar Lima
 Sen. Geraldo Magalhães

REQUERIMENTO Nº 320, DE 2007

Senhor Presidente,

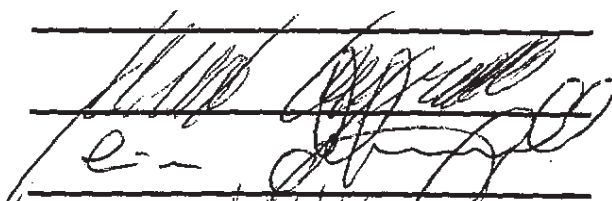


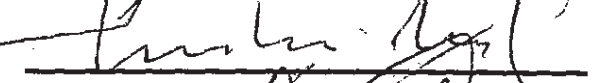
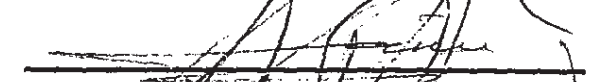

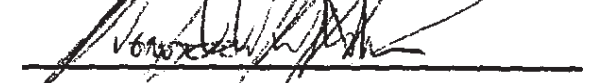


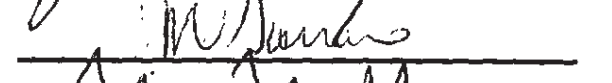

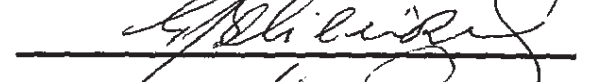
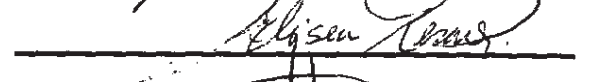



Os subscritores deste, com base no § 1º do art. 332 do Regimento Interno do Senado Federal, requere-

rem o desarquivamento do Projeto de Lei do Senado n.º 155, de 2000, de autoria do Senador Mozarildo Cavalcanti.

Sala das Sessões, 10 de abril de 2007

Nome	Assinatura
Mozarildo	
Sen. Edmar Costa	
Sen. Antônio Barros	
Sen. Valdeir Rangel	
Sen. Haroldo Filho	
Sen. Joaquim Nery	
Sen. Eduardo Amorim	
Sen. Eduardo Figueira	
Sen. Therys	
Sen. Lito Machado	
Sen. Jairo Pinheiro	

Sen. Amato Maranhão
 Sen. Ricardo Ferraes
 Sen. Espalido Timóteo
 Sen. Jairo Nogueira
 Sen. Marco Maciel
 Sen. Aécio Neves
 Sen. Wellington
 Sen. Elói de Souza
 Sen. Sérgio Faleiro
 Sen. Dorivaldo Guimarães
 Sen. Marina Sereno
 Sen. Flávio Azeiteiro
 Sen. Vitor Pereira
 Sen. Eliseu Resende
 Sen. Alencar Lima
 Sen. Wilson Matos
 Sen. Genivaldo Moura


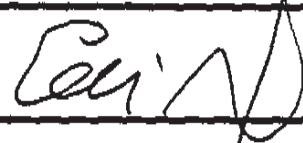


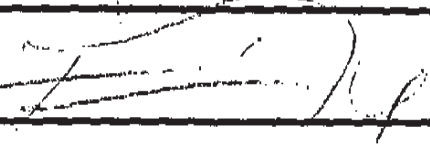


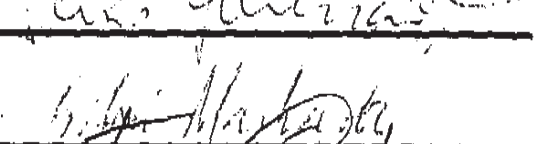
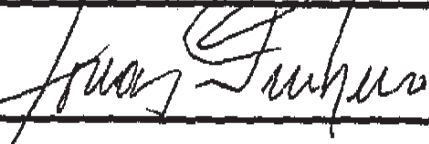


REQUERIMENTO Nº 321, DE 2007

Senhor Presidente,

Os subscritores deste, com base no § 1º do art. 332 do Regimento Interno do Senado Federal, requere-

rem o desarquivamento do Projeto de Lei do Senado nº 241, de 2002, de autoria do Senador Mozarildo Cavalcanti.

Sala das Sessões, 10 de abril de 2007

Nome	Assinatura
MOZARILDO	
Sen. Edison Lobato	
Sen. Joaquim Braga	
Sen. Valdir Raupp	
Sen. Humberto Costa	
Sen. Rogério Rosso	
Sen. Eduardo Amorim	
Sen. Eduardo Suplicy	
Sen. Stange	
Sen. Sérgio Kubacki	
Sen. Maria Inês	

Sen. Dante Caspary

CACERO MENEZES

Sen. Ezequiel Simas

Sen. Inácio Bonafina

Sen. Marco Maciel

Sen. Ademar Santana

Sen. Wellington

Sen. Fabiano Krukowski

Sen. Sírgio Faurst

Sen. Dorivalbete Lacerda

Sen. Marina Sereno

Sen. Flávio Dino

Sen. Edmar Bachy

Sen. Vitor Pereira

Sen. Eliseu Resende

Sen. Mineiro Lima

Sen. Wilson Matos

Sen. Geraldo Magalhães

Sen. Roberto

Sen. João

Sen. Antônio

Sen. Roberto

Sen. Roberto

Sen. Roberto

Sen. Roberto

Sen. Roberto

Sen. Roberto

Sen. Roberto

Sen. Roberto

Sen. Roberto

Sen. Roberto

Sen. Roberto

REQUERIMENTO Nº 322, DE 2007

Senhor Presidente,

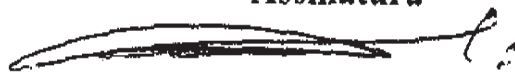
Os subscritores deste, com base no § 1º do art. 332 do Regimento Interno do Senado Federal, reque-

rem o desarquivamento do Projeto de Lei do Senado nº 220, de 2000, de autoria do Senador Mozarildo Cavalcanti.

Sala das Sessões, 10 de abril de 2007

Nome**Assinatura**

MOZARILDO



Sen. Edmar São

Edmar

Sen. Givanildo



Sen. Valdir



Sen. Haroldo



Sen. (R) Tadeu



Sen. Eduardo



Sen. Eduardo



Sen. Sérgio



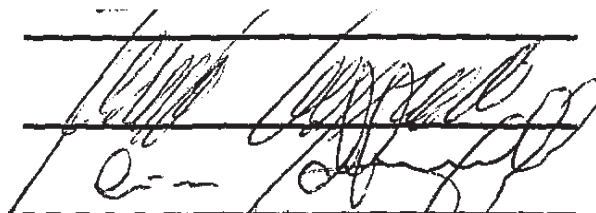
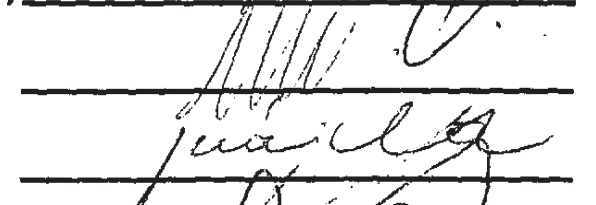
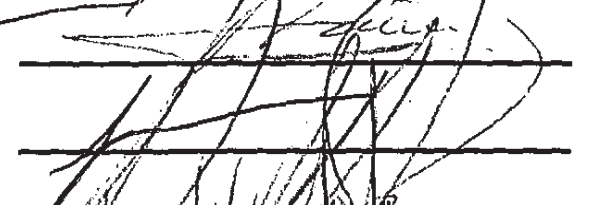
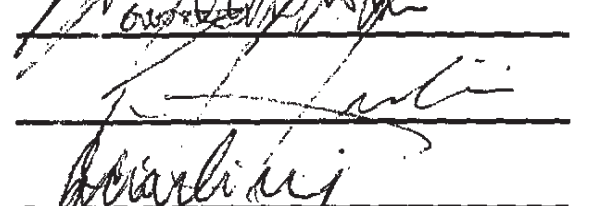
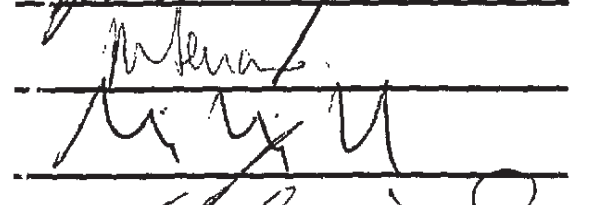
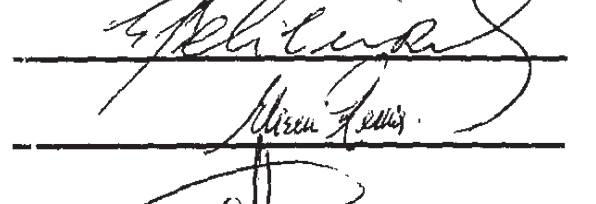
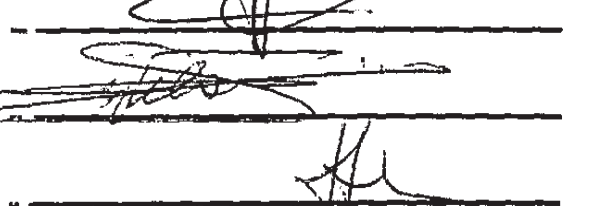


Sen. Silva



Sen. Tereza



Sen. Renato Bragança
 Sen. Rivaldo Freire
 Sen. Roberto Tinoco
 Sen. Tarciso Gomes
 Sen. Roberto Santos
 Sen. Wellington
 Sen. Flávio Ribeiro
 Sen. Sérgio Furlan
 Sen. Rosalba Paulini
 Sen. Marcos Ferraz
 Sen. Flávia Amaral
 Sen. Vitor Pereira
 Sen. Elson Brando
 Sen. Kleber Barro
 Wilson Matos
 Sen. Gaudêncio Luz

REQUERIMENTO Nº 323, DE 2007

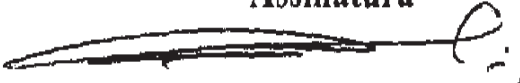
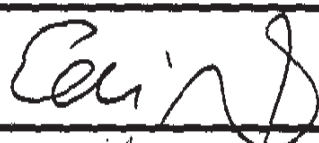

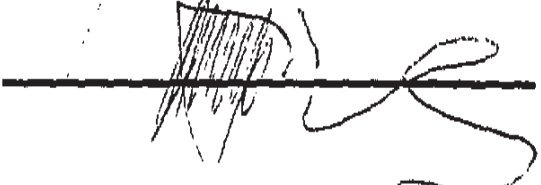
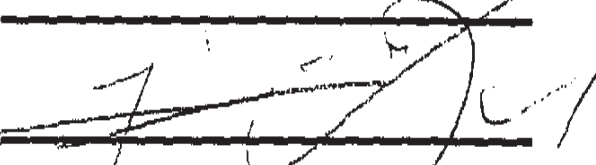

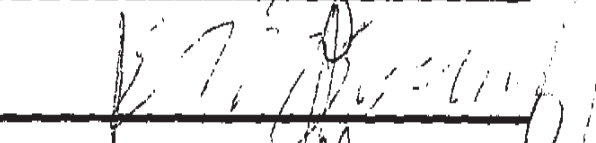
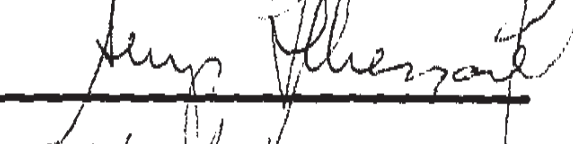

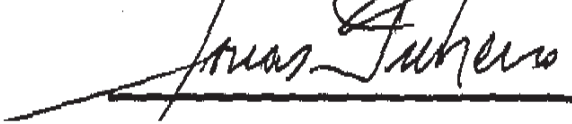
Senhor Presidente,

Os subscritores deste, com base no § 1º do art. 332 do Regimento Interno do Senado Federal, reque-

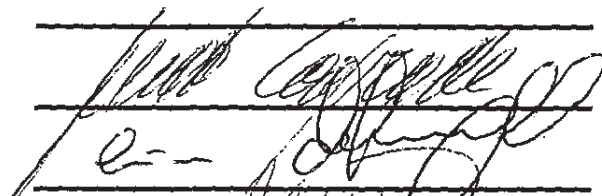
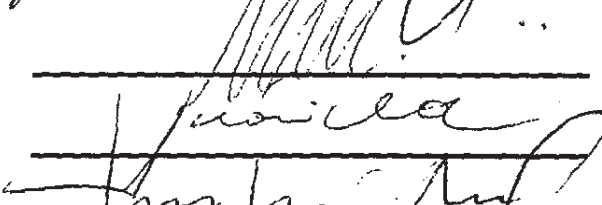
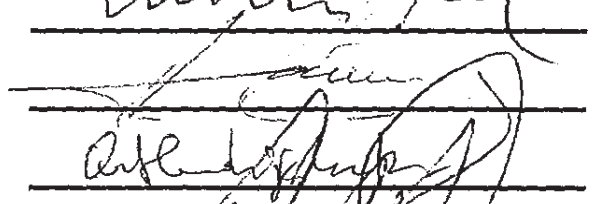
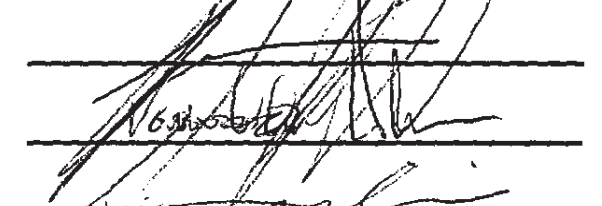
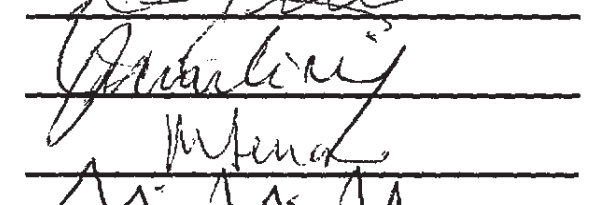
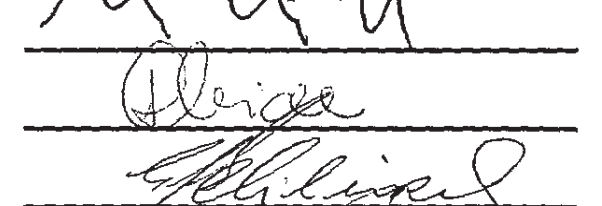
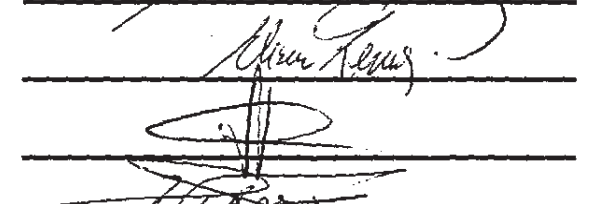
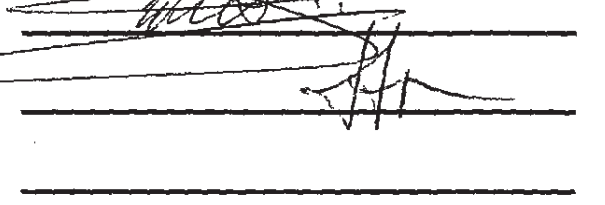

rem o desarquivamento do Projeto de Lei do Senado nº 19, de 2001, de autoria do Senador Mozarildo Cavalcanti.

Sala das Sessões, 10 de abril de 2007

Nome
MOZARILDO
Sen. Ed. do Palácio
Sen. Gervásio Borges
Sen. Valdeir Moura
Sen. Humberto Furtado
Sen. Teófilo Torres
Sen. Eduardo Amorim
Sen. Eduardo Cunha
Sen. Stênio
Sen. Ivo Roberto
Sen. Sérgio Pinheiro

Assinatura











Sen. Renato Casagrande
 Sen. César Lucena
 Sen. Reginaldo Teixeira
 Sen. Jairo de Barros
 Sen. Marco Maciel
 Sen. Roberto Santos
 Sen. Arthur Vitorino
 Sen. Wellington
 Sen. Eliseu Ribeiro
 Sen. Sérgio Fambroz
 Sen. Norberto Cariani
 Sen. Marcos Soriano
 Sen. Flávio Dino
 Sen. Fátima Clede
 Sen. Valtor Pereira
 Sen. Eliseu Brezola
 Sen. Alencar Gomes
 Sen. Wilson Matos
 Sen. Geraldo Magalhães

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Os Requerimentos que acabam de ser lidos serão apreciados oportunamente.

Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 324, de 2007

Solicita informações ao Sr. Ministro de Estado da Saúde sobre as implicações decorrentes dos cortes no orçamento daquela Pasta.

Senhor Presidente,

Com fundamento no art. 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com o art. 216, inciso I, do Regimento Interno, requeiro que, ouvida a Mesa, sejam solicitadas as seguintes informações ao Sr. Ministro de Estado da Saúde sobre as implicações decorrentes dos cortes no orçamento daquela Pasta:

1. Qual foi o montante bloqueado do orçamento dessa Pasta destinado a investimentos e custeio na área?
2. Quanto esse valor representa no total do orçamento dessa Pasta?
3. Há previsão de novos cortes no orçamento dessa Pasta?
4. De que forma essa redução no orçamento da saúde compromete as ações de prevenção e promoção da saúde?
5. Qual a relação existente entre o corte no orçamento e a proliferação de doenças, como a dengue, neste ano?
6. Como essa Pasta irá resolver a questão dos repasses obrigatórios previstos por lei, tendo em vista os novos números revistos do PIB e os cortes já impostos ao orçamento da área?

Justificação

Os jornais de grande circulação no país mostraram, nos últimos dias, que o Ministério do Orçamento, Planejamento e Gestão começou o ano de 2007 cortando R\$5,7 bilhões em investimentos e custeio na área de saúde.

Segundo as matérias publicadas, as ações de prevenção e promoção da saúde ficaram extremamente comprometidas em função do bloqueio imposto pelo MPOG ao orçamento da saúde.

O Ministério da Saúde, inclusive, revelou que houve um crescimento significativo nos casos de dengue no Brasil.

Assim, o presente requerimento busca esclarecer de que forma os cortes no orçamento da saúde estariam afetando a vida da população brasileira.

Saía das Sessões, 10 de abril de 2007. – Senador **Arthur Virgílio**, Líder do PSDB

(À Mesa para decisão)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – O Requerimento que acaba de ser lido será despachado à Mesa para decisão, nos termos do art. 216, III, do Regimento Interno.

Sobre a mesa, requerimentos que passo a ler.

São lidos os seguintes:

REQUERIMENTO Nº 325, DE 2007

Requer Voto de Pesar ao ex-Vereador e radialista o Sr. Eloy Santos.

Senhor Presidente,

Requeiro nos termos dos artigos 218 e 221 do Regimento Interno e ouvido o Plenário, que seja consignado, nos anais do Senado, as seguintes homenagens pelo falecimento do Sr. Eloy Santos:

1. Inserção em ata de Voto de Profundo Pesar pelo falecimento;
2. Apresentação de Condolências à família.
3. Comunicação às Organizações Rômulo Maiorana.

Justificação

Eloy teve extensa carreira no Rádio, passando por todas as grandes emissoras da capital. Na Rádio Liberal AM ele comandou seu último programa, entre 2001 e 2002, com o “Polêmica”. Depois, dedicou-se à carreira política, tendo três mandatos como vereador de Belém e um como deputado estadual.

Sala das Sessões, 10 de abril de 2007. – Senador **Flexa Ribeiro**.

REQUERIMENTO Nº 326, DE 2007

Requeremos nos termos do art. 222 do Regimento interno do Senado Federal, que seja encaminhado Voto de Aplauso à Fundação Escola Técnica Liberato Salzano Vieira da Cunha, instituição

pública de direito privado dedicada ao ensino de nível médio e profissional desde 1967, que completará 40 anos de atividades no próximo dia 12 de abril de 2007.

A Fundação foi instituída a partir de um convênio firmado entre a União, o Estado e o Município de Novo Hamburgo; atualmente possui cerca de 3.200 alunos matriculados em seis cursos técnicos, provenientes de mais de 50 municípios do Estado.

O envio desta justa homenagem que faz o Senado Federal deverá ser encaminhado ao Senhor Presidente do Conselho Técnico Deliberativo Martim Saraiva Barboza, na Rua Inconfidentes, 395 – Bairro Primavera – Novo Hamburgo (RS).

Sala das Sessões, 10 de abril de 2007. – Senador **Sérgio Zambiasi** – Senador **Paulo Paim** – Senador **Pedro Simon**.

REQUERIMENTO Nº 327, DE 2007

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 218 do Regimento Interno do Senado Federal, seja inserido em ata Voto de Profundo Pesar e apresentação de condolências às famílias, em decorrência do acidente com aeronave que prestava serviços para a Fundação Nacional de Saúde – FUNASA, ocorrido no dia 31 de março último, ocasionando o falecimento do piloto, Paulo Lopes e do Técnico em Enfermagem, Darciel Santos Carvalho.

Justificação

O trágico acidente ocorrido em Boa Vista vitimou com óbito o piloto Paulo Lopes e o técnico em enfermagem Darciel Santos Carvalho, restando sobrevivente o Auxiliar de Epidemiologia Marcos Xavier Cardoso.

No momento do acidente a aeronave da empresa Paramazônia Táxi Aéreo estava a serviço da Fundação Nacional de Saúde – FUNASA, em atendimento a população indígena no Estado de Roraima.

O avião decolou no sábado, 31 de março, de Boa Vista e pousou na região de Catrimani para deixar medicamentos aos índios lanomâmis que vivem no local. Em seguida, decolou com destino a Caracaraí, onde os dois funcionários da Funasa seriam deixados.

Cerca de uma hora depois, a aeronave desapareceu e foram iniciadas as buscas por uma

equipe de resgate, com apoio logístico da Força Aérea Brasileira.

O epidemiologista Marcos Xavier, sobrevivente do acidente com uma perna fraturada, conseguiu abrir uma clareira na mata, que permitiu a localização da aeronave pela equipe de resgate, com duas vítimas fatais.

Pela importância do trabalho dos servidores públicos no atendimento às populações indígenas e pelos relevantes serviços prestados pelo piloto da empresa Paramazônia Táxi Aéreo, requeiro os Votos de Profundo Pesar.

Sala das Sessões, 10 de abril de 2007. – Senador **Mozarildo Cavalcanti**.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – A Presidência encaminhará os votos solicitados.

Os requerimentos que acabam de ser lidos vão ao Arquivo.

Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 328, DE 2007

Solicita esclarecimentos do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão sobre o PLS nº 215, de 2005 submetido à apreciação desta Casa.

Requeiro, nos termos do art. 50, §2º, da Constituição Federal, e arts. 215 e 216, inciso I do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), sejam solicitadas ao Excelentíssimo Senhor Ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão, Paulo Bernardo Silva, esclarecimentos sobre os contratos administrativos e o Sistema Integrado de Gestão Eletrônica dos Contratos, via manifestação escrita sobre o Projeto de Lei do Senado nº 215, de 2005, de autoria do senador Álvaro Dias, que determina o desenvolvimento e aplicação a todos os contratos firmados pela União, suas autarquias e empresas públicas, do Sistema Integrado de Gestão Eletrônica dos Contratos do Estado (SIGECE), para tanto fornecendo cópia integral do Projeto.

Igualmente, solicito a interrupção da tramitação sobre a matéria, nos termos do art. 216, inciso IV do RISF, até que as informações solicitadas sejam encaminhadas ao requerente.

Justificação

O PLS nº 215, de 2005, a qual sou relator da matéria, em linhas gerais, busca garantir maior eficiência no controle e fiscalização dos recursos públicos e transparência na gestão desses recursos. O órgão consultivo desta Casa, ao se manifestar a respeito da matéria, por solicitação restrita ao meu gabinete, enumerou uma série de obstáculos, de natureza jurídicos, administrativos e econômicos que impedem o projeto de prosperar. Trata-se do Estudo nº 115, de 2006, da lavra do consultor legislativo, Dr. Renato Monteiro de Rezende.

Entretanto, os princípios que norteiam a Administração Pública em um Estado democrático de direito nos impedem de tornar uma posição ou adotar uma certeza sobre a inviabilidade do projeto sem que outros órgãos, também responsáveis pela boa gestão dos recursos públicos, sejam ouvidos.

Evitando-se, pois, o requerimento de audiência pública, que muitas vezes empenam os trabalhos das Comissões, solicito o encaminhamento do requerimento para a autoridade acima identificada, objetivando obter dados e informações que justifiquem a adoção de um juízo de valor.

Sala das Sessões, 10 de abril de 2007. – Senador **Antônio Carlos Valadares**, PSB/SE

(À Mesa, para decisão)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – O Requerimento que acaba de ser lido será despachado à Mesa para decisão, nos termos do art. 216, III, do Regimento Interno.

Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 329, DE 2007

O Senador que esse subscreve, com base no Art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, requer seja oficiado, ao Excelentíssimo Governador do Estado de Minas Gerais, Senhor Aécio Neves, Voto de Congratulações pela formulação e lançamento do Programa Poupança Jovem, destinado a alunos do ensino médio da rede estadual, onde

cada um receberá uma poupança de R\$1.000,00 (um mil reais) por ano, pelo período de três anos, ao final do que poderá usá-lo como bem entender. Para tanto deverão ser observadas: a frequência escolar regular, o bom desempenho escolar, a participação em atividades de cidadania da comunidade e o não envolvimento com atividades criminosas.

Justificação

O Governador Aécio Neves ao assinar ontem o decreto que cria oficialmente o Poupança Jovem, considerou-o como um dos principais programas no segundo mandato. Até 2010, o Governo de Minas quer incluir 50 mil jovens no programa que irá garantir uma poupança de R\$1.000,00 por ano a alunos do ensino médio da rede estadual.

O Governador afirma que a meta é afastar os jovens da criminalidade: “Acredito que a relação pró-ativa que passará a haver nessas comunidades, para que os jovens não percam os benefícios, criará cidadãos cada vez mais responsáveis e, como eu disse, que possam resistir à grave cooptação da criminalidade que ocorre em algumas áreas, não apenas em Minas Gerais, mas em todo o Brasil”, objetivo de todos nós que lutamos pelo bem do Brasil.

Ao final de três anos, o estudante que manter frequência regular, garantir bom desempenho escolar, participar de atividades de cidadania em sua comunidade e não se envolver com o crime poderá usar o montante de R\$3.000,00 como quiser. Para garantir que os jovens permaneçam na escola, a maior parte do dinheiro (R\$2.800,00) só poderá ser sacada no final do período. O projeto prevê que R\$100,00 possam ser retirados ao fim de cada um dos dois primeiros anos.

O governo prevê um gasto adicional com atividades culturais e esportivas, inclusão digital, ensino profissionalizante e outras. O IDH e outros índices, como evasão escolar e criminalidade, serão considerados para a escolha dos contemplados.

Assim peço o apoio e o acolhimento da proposta pelos nobres pares.

Sala das Sessões, 6 de março de 2007.

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

**ASSINAM O REQUERIMENTO DE APLAUSO NA REUNIÃO DE 06/03/07
OS SENHORES SENADORES:**

Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
FLÁVIO ARNS	1- PATRÍCIA SABOYA GOMES
AUGUSTO BOTELHO	2- ALFREDO NASCIMENTO
FÁTIMA CLEIDE	3- ALOÍZIO MERCADANTE
PAULO PAIM	4- ANTÔNIO CARLOS VALADARES
IDELI SALVATTI	5- FRANCISCO DORNELLES
INÁCIO ARRUDA	6- MARCELO CRIVELLA
RENATO CASAGRANDE	7- (VAGO)
SÉRGIO ZAMBIASI	8- (VAGO)
JOÃO RIBEIRO	9- (VAGO)
PMDB	
WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA	1- ROMERO JUCÁ
GILVAM BORGES	2- LEOMAR QUINTANILHA
MÃO SANTA	3- PEDRO SIMON
GARIBALDI ALVES FILHO	4- VALTER PEREIRA
VALDIR RAUPP	5- JARBAS VASCONCELOS
PAULO DUQUE	6- JOAQUIM RORIZ
GERALDO MESQUITA	7- NEUTO DE CONTO
BLOCO DA MINORIA (PFL E PSDB)	
EDISON LOBÃO	1- ADELMIR SANTANA
HERÁCLITO FORTES	2- DEMÓSTENES TORRES
MARIA DO CARMO ALVES	3- JONAS PINHEIRO
MARCO MACIEL	4- JOSÉ AGRIPINO
RAIMUNDO COLOMBO	5- KÁTIA ABREU
ROSALBA CIARLINI	6- ROMEU TUMA
MARCONI PERILLO	7- CÍCERO LUCENA
MARISA SERRANO	8- EDUARDO AZEREDO
PAPALÉO PAES	9- SÉRGIO GUERRA
FLEXA RIBEIRO	10- LÚCIA VÂNIA
PDT	
CRISTOVAM BUARQUE	1- JEFFERSON PÉRES

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS)

– A Presidência encaminhará o voto solicitado.

O requerimento que acaba de ser lido vai ao Arquivo.

Sobre a mesa, requerimentos que passo a ler.

São lidos os seguintes:

REQUERIMENTO Nº 330, DE 2007

Requeiro, nos termos do art. 255, inciso II, alínea c, número 12, do Regimento Interno, audiência da Comissão de Assuntos Econômicos para se manifestar sobre o PLC nº 82/2006, que “modifica o art. 79 da Lei nº 5.764/71 (incluindo como ato cooperativo os atos jurídicos praticados pelas cooperativas com o mercado, quando vinculados ao seu objetivo social)”.

Sala das Sessões, 10 de março de 2007. – Senador **Romero Jucá**, Líder do Governo.

REQUERIMENTO Nº 331, DE 2007

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do Regimento Interno do Senado Federal, a audiência da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania para o Projeto de Lei da Câmara (PLC) nº 82, de 2006, que “modifica o art. 79, da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971”, atualmente tramitando na Comissão de Agricultura e Reforma Agrária.

Sala de Reuniões, 27 março de 2007. – Senador **Romero Jucá**.

REQUERIMENTO Nº 332, DE 2007

Senhor Presidente,

Nos termos do disposto no art. 255, II, c, 12, do Regimento Interno do Senado, requeiro que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 211, de 2004, seja ouvida

a Comissão de Assuntos Sociais além das comissões constantes do despacho inicial de distribuição.

Sala das Sessões, 10 de abril de 2007. – Senador **Expedito Júnior**.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS)

– Os Requerimentos que acabam de ser lidos serão incluídos em Ordem do Dia oportunamente.

Sobre a mesa, projetos que passo a ler.

São lidos os seguintes:

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 184, DE 2007

Altera e acrescenta as hidrovias do Tapajós, Teles Pires e Juruena na Relação Descritiva do Sistema Hidroviário Nacional, do Plano Nacional de Viação, aprovado pela Lei nº 5.917, de 1973.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art.1º Fica alterado o Anexo do Plano Nacional de Viação, no item 5.2.1., Seção 5, do Sistema Hidroviário Nacional, aprovado pela Lei nº 5.917, de 10 de setembro de 1973, que passa a vigorar acrescido da definição dos pontos extremos e da extensão da Hidrovia do Rio Tapajós na Bacia Amazônica e inclusão das hidrovias dos rios Teles Pires e Juruena, *conforma a seguinte descrição :*

5.2.1 –RELAÇÃO DESCRITIVA DAS HIDROVIAS DO PLANO NACIONAL DE VIAÇÃO

RIO	PONTOS EXTREMOS DOS TRECHOS NAVEGÁVEIS	EXTENSÃO APROXIMADA (km)
	<u>BACIA AMAZÔNICA</u>	
Tapajós	Confluência dos rios Juruena e Teles Pires / Foz no rio Amazonas.	815

Teles Pires	Sopé da Cachoeira Oscar Miranda (Município de Sinop - MT)/ Confluência com o rio Juruena.	725
Juruena	11º 05' de latitude Sul para jusante/ Confluência com o rio Teles Pires.	550

Art 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

Em setembro de 1973 foi editada a Lei n.º 5.917, que definiu o Plano Nacional de Viação, nele incluídos os Sistemas Rodoviário, Ferroviário, Portuário, Hidroviário e Aeroviário Nacionais.

A Lei define, ainda, que o Plano Nacional de Viação compreende um conjunto de Princípios e Normas Fundamentais, estabelecidos em seu artigo 3º, aplicáveis ao Sistema Nacional de Viação em geral, para atingir os objetivos mencionados em seu artigo 2º, e aplicáveis também ao conjunto particular das infra-estruturas viárias que estão contempladas nas Relações Descritivas que compõem os sistemas que enuncia.

Dessa forma, para que a União possa exercer seu papel no desenvolvimento das infra-estruturas viárias do Sistema Hidroviário Nacional, devem ser relacionadas as vias de interesse nacional para orientar as ações com vistas ao seu efetivo desenvolvimento.

Os planos, como instrumentos para a ordenação e a orientação de realização de atividades, devem ser atualizados, corrigidos e adequados para atender as necessidades de desenvolvimento, acompanhando as mudanças e as novas áreas de desenvolvimento do território nacional, que vão ocorrendo ao longo dos anos.

A partir de 1973, o desenvolvimento econômico nacional, em especial a produção agrícola, estendeu-se das regiões Sul e Sudeste, em um processo gradativo de deslocamento em direção ao Norte, passando pela região Centro Oeste. Nos últimos anos, observou-se que os grandes rios que atravessam essas regiões, como exemplos o Tocantins e seu afluente Araguaia; o Amazonas e seus afluentes, entre eles o rio Madeira, poderiam representar excelentes rotas de deslocamento de mercadorias em direção aos portos marítimos no Norte do país, e contribuir para desafogar as instalações dos portos das regiões Sul e Sudeste, bem como a rede de transporte terrestre que atende essa vasta área.

Essa constatação, na prática, tem identificado aumentos anuais significativos de carga transportada pelas hidrovias, como na hidrovia Madeira/Amazonas por exemplo. Essa hidrovia tem apresentado aumento considerável na movimentação de grãos agrícolas produzidos no Mato Grosso e Rondônia com direção à exportação, através da transferência ao tráfego marítimo de longo curso (exportação), via portos marítimos de Parintins (AM) e de Santarém (PA), de onde são transbordados das embarcações fluviais aos navios de longo curso. Situação semelhante poderia estar ocorrendo nos rios Araguaia e Tocantins. Não ocorrem, no primeiro, por razões de ações judiciais que inibiram a exploração das vias navegáveis, e no Tocantins, em especial pelo atraso sistemático na conclusão das eclusas de Tucuruí.

Considerando que o transporte via fluvial é, inequivocamente, o de menor consumo de energia, pode-se concluir que a implantação das hidrovias resultará em menores custos operacionais para o transporte de mercadorias, significando redução do custo Brasil e a possibilidade dos produtores rurais aumentarem suas receitas, além de ganharem novos mercados. Aliado a esses benefícios pode-se relacionar também a menor emissão de poluentes, pela substituição do transporte terrestre pelo fluvial. A esse benefício indireto ao meio ambiente somam-se: a redução do tráfego terrestre e conseqüentemente o número de acidentes nas estradas; a diminuição da necessidade de manutenção das estradas, e a racionalização e economia de combustível.

Assim, considerando que os rios Tapajós e seus formadores Teles Pires e Juruena irão desempenhar papel importante no Sistema Hidroviário Nacional, é que se propõe a inclusão na relação das hidrovias nacionais de interesse do Plano Nacional de Viação.

Sala das Sessões, 10 de abril de 2007.



Senador **FLEXA RIBEIRO**

*LEGISLAÇÃO CITADA***LEI Nº 5.917, DE 10 DE SETEMBRO DE 1973.**Regulamento

Aprova o Plano Nacional de Viação e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, faço saber que o CONGRESSO NACIONAL decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art 1º Fica aprovado o Plano Nacional de Viação (PNV) de que trata o artigo 8º, item XI, da Constituição Federal, representado e descrito complementarmente no documento anexo contendo as seguintes seções:

1. Conceituação Geral, Sistemia Nacional de Viação.

2. Sistema Rodoviário Nacional:

2.1. conceituação;

2.2 nomenclatura e relação descritiva das rodovias do Sistema Rodoviário Federal, integrantes do Plano Nacional de Viação.

3. Sistema Ferroviário Nacional:

3.1 conceituação.

3.2 nomenclatura e relação descritiva das ferrovias integrantes do Plano Nacional de Viação

4. Sistema Portuário Nacional:

4.1 conceituação;

4.2 relação descritiva dos portos marítimos, fluviais e lacustres do Plano Nacional de Viação.

5. Sistema Hidroviário Nacional:

5.1 conceituação;

5.2 relação descritiva das vias navegáveis interiores do Plano Nacional de Viação.

6. Sistema Aeroviário Nacional:

6.1 conceituação;

6.2 relação descritiva dos aeródromos do Plano Nacional de Viação.

7 - Sistema Nacional dos Transportes Urbanos (Incluído pela Lei nº 6.261, de 14.11.1975)

7.1 - Conceituação (Incluído pela Lei nº 6.261, de 14.11.1975)

7.1.0 - O Sistema Nacional dos Transportes Urbanos compreende o conjunto dos sistemas metropolitanos e sistemas municipais nas demais áreas urbanas, vinculados à execução das políticas nacionais dos transportes e do desenvolvimento urbano. (Incluído pela Lei nº 6.261, de 14.11.1975)

7.1.1 - Os sistemas metropolitanos e municipais compreendem: (Incluído pela Lei nº 6.261, de 14.11.1975)

a) a infra-estrutura viária expressa e as de articulação com os sistemas viários federal, estadual e municipal; (Incluído pela Lei nº 6.261, de 14.11.1975)

b) os sistemas de transportes públicos sobre trilhos (metrô, ferrovia de subúrbio e outros), sobre pneus, hidroviários e de pedestres, operados nas áreas urbanas; (Incluído pela Lei nº 6.261, de 14.11.1975)

c) as conexões intermodais de transportes, tais como estacionamentos, terminais e outras; (Incluído pela Lei nº 6.261, de 14.11.1975)

d) estrutura operacional abrangendo o conjunto de atividades e meios estatais de administração, regulamentação, controle e fiscalização que atuam diretamente no modo de transportes, nas conexões intermodais e nas infra-estruturas viárias e que possibilitam o seu uso adequado. (Incluído pela Lei nº 6.261, de 14.11.1975)

7.1.2 - Os sistemas metropolitanos e municipais se conjugam com as infra-estruturas e estruturas operacionais dos demais sistemas viários localizados nas áreas urbanas. (Incluído pela Lei nº 6.261, de 14.11.1975)

7.1.3 - Não se incluem nos sistemas metropolitanos e municipais, pertencentes ao Sistema Nacional dos Transportes Urbanos, as infra-estruturas e respectivas estruturas operacionais dos demais sistemas nacionais de viação, localizados nas áreas urbanas. (Incluído pela Lei nº 6.261, de 14.11.1975)

§ 1º Os sistemas mencionados nas seções 2, 3, 4, 5 e 6, citadas englobam as respectivas redes construídas o previstas.

§ 2º As localidades intermediárias constantes das redes previstas que figuram nas relações descritivas constantes das seções 2.2 e 3.2 citadas, não constituem pontos obrigatórios de passagem, mas figuram apenas como indicação geral da diretriz das vias consideradas, sendo o seu traçado definitivo fixado pelo Poder Executivo, após estudos técnicos e econômicos.

§ 3º Os órgãos federais das diferentes modalidades de transporte deverão elaborar as respectivas cartas geográficas em escala conveniente, que permita distinguir e identificar facilmente as diretrizes viárias com seus pontos de passagem, assim como os portos e aeródromos, conforme as relações descritivas do Plano Nacional de Viação de que trata esta lei.

Art 2º O objetivo essencial do Plano Nacional de Viação é permitir o estabelecimento da infra-estrutura de um sistema viário integrado, assim como as bases para planos globais de transporte que atendam, pelo menor custo, às necessidades do País, sob o múltiplo aspecto econômico-social-político-militar.

Art 3º O Plano Nacional de Viação será implementado no contexto dos Planos Nacionais de Desenvolvimento e dos Orçamentos Plurianuais de Investimento, instituídos pelo Ato Complementar nº 43, de 29 de janeiro de 1969, modificado pelo Ato Complementar nº 76, de 21 de outubro 1969, e Lei Complementar nº 9, de 11 de dezembro de 1970 obedecidos, especialmente os princípios e normas fundamentais seguintes aplicáveis a todo o Sistema Nacional de Viação, e inclusive a navegação marítima, hidroviária e aérea:

a) a concepção de um sistema nacional de transportes unificado deverá ser a diretriz básica para os diversos planejamentos no Setor, visando sempre a uma coordenação racional entre os sistemas federal, estaduais e municipais, bem como entre todas as modalidades de transporte;

b) os planos diretores e os estudos de viabilidade técnico-econômica devem visar à seleção de alternativas mais eficientes, levando-se em conta possíveis combinações de duas ou mais modalidades de transporte devidamente coordenadas e o escalonamento de prioridades para a solução escolhida;

~~c) dar-se a preferência ao aproveitamento da capacidade ociosa dos sistemas existentes, para, em etapas subsequentes, cuidar-se de sua expansão;~~

c) dar-se a preferência ao aproveitamento da capacidade ociosa dos sistemas existentes. (Redação dada pela Lei nº 6.630, de 16.4.1979)

d) a política tarifária será orientada no sentido de que o preço de cada serviço de transporte reflita seu custo econômico em regime de eficiência. Nestas condições, deverá ser assegurado o ressarcimento, nas parcelas cabíveis, das despesas de prestação de serviços ou de transportes antieconômicos que venham a ser solicitados pelos poderes públicos;

e) em consequência ao princípio anterior, será assegurada aos usuários a liberdade de escolha da modalidade de transporte que mais adequadamente atenda às suas necessidades;

f) a execução das obras referentes ao Sistema Nacional de Viação, especialmente as previstas no Plano Nacional de Viação, deverá ser realizada em função da existência prévia de estudos econômicos que se ajustem às peculiaridades locais, que justifiquem sua prioridade e de projetos de engenharia final;

g) a aquisição de equipamentos ou execução de instalações especializadas serão precedidas de justificativa, mediante estudos técnicos e econômico-financeiros;

h) a adoção de quaisquer medidas organizacionais, técnicas ou técnico-econômicas no Setor, deverão compatibilizar e integrar os meios usados aos objetivos modais e intermodais dos transportes, considerado o desenvolvimento científico e tecnológico mundial. Evitar-se-á, sempre que possível, o emprego de métodos, processos, dispositivos, maquinarias ou materiais superados e que redundem em menor rentabilidade ou eficiência face àquele desenvolvimento;

i) tanto os investimentos na infra-estrutura como a operação dos serviços de transportes reger-se-ão por critérios econômicos; ressalvam-se apenas, as necessidades imperiosas ligadas à Segurança Nacional, e as de caráter social, inadiáveis, definidas e justificadas como tais pelas autoridades competentes, vinculando-se, porém, sempre aos menores custos, e levadas em conta outras alternativas possíveis;

j) os recursos gerados no Setor Transportes serão destinados a financiar os investimentos na infra-estrutura e na operação dos serviços de transporte de interesse econômico. Os projetos e atividades destinados a atender as necessidades de Segurança Nacional e as de caráter social, inadiáveis, definidas como tais pelas autoridades competentes, serão financiados por recursos especiais consignados ao Ministério dos Transportes;

l) os investimentos em transportes destinados a incrementar o aproveitamento e desenvolvimento de novos recursos naturais serão considerados como parte integrante de projetos agrícolas, industriais e de colonização; sua execução será condicionada à análise dos benefícios e custos do projeto integrado e as respectivas características técnicas adequar-se-ão às necessidades daqueles projetos;

~~m) os investimentos em vias de transportes, portos e aeroportos, nas áreas metropolitanas e demais áreas urbanas, deverão ser coordenados por planos diretores e/ou projetos específicos e compatibilizados com os planos de desenvolvimento urbano, visando obter uma circulação eficiente de passageiros e cargas, garantindo ao transporte terrestre, marítimo e aéreo possibilidades de expansão sem prejuízo da racionalidade na localização das atividades econômicas e das zonas residenciais.~~

m) os sistemas metropolitanos e municipais dos transportes urbanos deverão ser organizados segundo planos diretores e projetos específicos, de forma a assegurar a coordenação entre seus componentes principais, a saber: o sistema viário, transportes públicos, portos e aeroportos, tráfego e elementos de conjugação visando a sua maior eficiência, assim como a compatibilização com os demais sistemas de viação e com os planos de desenvolvimento urbano, de forma a obter uma circulação eficiente de passageiros e cargas, garantindo ao transporte terrestre, marítimo e aéreo possibilidades de expansão, sem prejuízo da racionalidade na localização das atividades econômicas e das habitações. (Redação dada pela Lei nº 6.261, de 14.11.1975)

Art 4º As rodovias ou trechos de rodovia, já construídos e constantes do Plano Nacional de Viação aprovado pela Lei nº 4.592, de 29 de dezembro de 1964, e alterações posteriores e que não constem do Plano Nacional de Viação aprovado por esta lei, passam automaticamente para a jurisdição da Unidade da Federação em que se localizem.

Art 5º Poderão ser considerados como complementando e integrando uma via terrestre do Plano Nacional de Viação os acessos que sirvam como facilidades de caráter Complementar para o usuário, desde que estudos preliminares indiquem sua necessidade e viabilidade financeira ou haja motivo de Segurança Nacional, obedecendo-se às condições estabelecidas por decreto.

Art 6º As vias de transporte, portos e aeródromos constantes do Plano Nacional de Viação ficam, sejam quais forem os regimes de concessão e de propriedade a que pertençam, subordinadas às especificações e normas técnicas aprovadas pelo Governo Federal.

Art 7º Os recursos provenientes do Orçamento Geral da União e de Fundos específicos, destinados ao Setor Transportes, não poderão ser empregados em vias, portos e aeródromos que não constem de programas ou planos, oficiais, anuais ou plurianuais, enquadrados nos respectivos sistemas de viação, obedecidos os demais dispositivos legais concernentes.

Art 8º Os recursos que tenham sido destinados para atendimento das obras constantes do Plano Nacional de Viação, aprovado pela Lei número 4.592, de 29 de dezembro de 1964 serão transferidos automaticamente para a execução das mesmas obras consideradas no Plano de que trata esta lei, independentemente de qualquer formalidade.

Art 9º O Plano Nacional de Viação será, em princípio, revisto de cinco em cinco anos.

Parágrafo único. Dentro de cento e oitenta dias da vigência desta Lei, o Conselho Nacional de Transportes estabelecerá a sistemática do planejamento e implantação do Plano Nacional de Viação obedecidos os princípios e normas fundamentais, enumerados no artigo 3º.

Art 10. Os Estados, Territórios, Distrito Federal e Municípios elaborarão e reverão os seus Planos Viários com a finalidade de obter-se adequada articulação e compatibilidade entre seus sistemas viários e destes com os sistemas federais de Viação.

§ 1º O atendimento ao disposto neste artigo, no que se refere a planos e sistemas rodoviários, é condição essencial à entrega, pelo Departamento Nacional de Estradas de Rodagem (DNER), das parcelas cabíveis àquelas Unidades Administrativas, do Imposto Único sobre Lubrificantes e Combustíveis Líquidos e Gasosos, somente sendo lícito aos Estados, Distrito Federal e Municípios aplicarem recursos oriundos daquele imposto nos seus Sistemas Rodoviários, quando estes se harmonizem e se integrem entre si e com o Sistema Rodoviário Federal.

§ 2º Para atendimento ao disposto na legislação em vigor, especialmente no artigo 21, do Decreto-lei número 512, de 21 de março de 1969, o Departamento Nacional de Estradas de Rodagem estabelecerá a sistemática de verificação da compatibilidade e adequação, do planejamento e implementação dos Planos Rodoviários dos Estados, dos Territórios, do Distrito Federal e dos Municípios, ao Plano Nacional de Viação.

§ 3º A sistemática de que trata o parágrafo anterior estabelecerá a forma e os prazos em que serão prestadas as informações necessárias à verificação mencionada e proverá normas organizacionais, de planejamento, de execução e de estatística, como orientação para os setores rodoviários dos Estados, dos Territórios, do Distrito Federal e dos Municípios, de modo a obter seu funcionamento harmônico e efetivamente integrado num sistema rodoviário de âmbito nacional.

Art 11. Os Planos Rodoviários dos Estados, dos Territórios e do Distrito Federal, serão elaborados e implementados dentro de Sistemática semelhante à do Plano Nacional de Viação e deverão, no prazo máximo de cento e oitenta dias após a publicação desse Plano, ser submetidos ao Departamento Nacional de Estradas de Rodagem, que os apreciará, encaminhando-os ao Conselho Nacional de Transportes.

Art 12. Após cento e oitenta dias da publicação dos Planos Rodoviários Estaduais, os Municípios deverão apresentar seus planos rodoviários aos órgãos competentes dos Estados em que se situam.

§ 1º Os órgãos rodoviários estaduais aprovarão os Planos Rodoviários Municipais, dando imediata ciência ao Departamento Nacional de Estradas de Rodagem.

§ 2º Desde que não haja incompatibilidade com os Planos Rodoviários Municipais, Estaduais e o Plano Nacional de Viação, poderão ser elaborados Planos Rodoviários Vicinais Intermunicipais pelos órgãos rodoviários estaduais, de comum acordo com os Municípios interessados.

§ 3º Basicamente, a competência executiva e político-administrativa das rodovias vicinais intermunicipais, não consideradas rodovias estaduais, caberá aos respectivos municípios em que se situarem.

Art 13. O caput do artigo 12 e seu parágrafo 4º do Decreto-lei nº 61, de 21 de novembro de 1966, passam a ter, respectivamente, a seguinte redação, mantidas as alterações introduzidas nos demais parágrafos desse artigo, pelo art. 5º do Decreto-lei nº 343, de 28 de dezembro de 1967:

"Art. 12. Os Estados e o Distrito Federal somente receberão as suas quotas do Fundo Rodoviário Nacional após demonstrarem perante o Departamento Nacional de Estradas de Rodagem a destinação e aplicação daqueles recursos, de acordo com a legislação vigente.

§ 4º A inobservância dos prazos a que se referem os parágrafos anteriores, salvo se prorrogados por motivo de força maior, a critério do Departamento Nacional de Estradas de Rodagem, determinará retenção automática das quotas a serem distribuídas".

Art 14. O item I e o parágrafo 4º, do artigo 14, do Decreto-lei nº 61, de 21 de novembro de 1966, passam a ter, respectivamente, a seguinte redação:

"Art. 14.

I - No máximo dez por cento em rodovias substitutivas de linhas férreas federais reconhecidamente antieconômicas.

.....

§ 4º As rodovias substitutivas de linhas férreas federais reconhecidamente antieconômicas poderão ter sua jurisdição ou conservação a cargos dos órgãos rodoviários estaduais ou municipais, concernentes".

Art 15. O artigo 21, do Decreto-lei nº 512, de 21 de março de 1969, passa a ter a seguinte redação:

"Art. 21. Os recursos previstos no artigo anterior, a serem distribuídos trimestralmente pelo DNER, serão integralmente aplicados pelos Estados, Municípios, Distrito Federal e Territórios, na execução dos planos rodoviários estaduais, municipais ou territoriais, os quais deverão se articular e compatibilizar com as diretrizes deste Decreto-lei e do Plano Nacional de Viação, de modo a obter-se um sistema rodoviário integrado de âmbito nacional".

Art 16. Os parágrafos 1º e 2º do artigo 21, do Decreto-lei nº 512, de 21 de março de 1969, passam a ter, respectivamente, a seguinte redação:

"§ 1º Para cumprimento do disposto neste artigo, os Estados, Territórios e Distrito Federal deverão submeter suas programações rodoviárias (orçamentos anuais e plurianuais) e relatórios detalhados de atividades ao Departamento Nacional de Estradas de Rodagem, de acordo com as normas e padrões que este órgão estipular.

§ 2º Os Municípios submeterão suas programações rodoviárias (orçamentos anuais e plurianuais) e relatórios detalhados à aprovação das autoridades estaduais respectivas, na forma que estas determinarem, atendidas, dentro do possível, a homogeneidade com as normas e padrões mencionados no parágrafo anterior".

Art 17. A alínea h, do artigo 4º, do Decreto-lei nº 799, de 28 de agosto de 1969, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 4º.....

h) manifestar-se sobre os Planos Rodoviários que os Estados, Territórios e Distrito Federal lhe submeterem, através do Departamento Nacional de Estradas de Rodagem".

Art 18. O artigo 1º do Decreto-lei nº 1.164, de 1º de abril de 1971, modificado pelo Decreto-lei nº 1.243, de 30 de outubro de 1972, passa a ter a seguinte redação:

"Art. 1º São declaradas indispensáveis à segurança e ao desenvolvimento nacionais, na região da Amazônia Legal, definida no artigo 2º, da Lei nº 5.173, de 27 de outubro de 1966, as terras devolutas situadas na faixa de cem quilômetros de largura, em cada lado do eixo das seguintes rodovias já construídas, em construção ou projetadas:

I - BR-230 (Transamazônica) - Trecho: Estreito - Altamira - Itaituba - Humaitá, na extensão aproximada de 2.300 km;

II - BR-425 - Trecho: Abunã - Guajara-Mirim, na extensão aproximada de 130 km;

III - BR-364 - Trecho: Porto Velho - Abunã - Rio Branco - Feijó - Cruzeiro do Sul - Japiim, na extensão aproximada de 1.000 km;

IV - BR-317 - Trecho: Lábrea - Boca do Acre - Rio Branco - Xapuri - Brasiléia - Assis Brasil, na extensão aproximada de 880 km;

V - BR-230 (Transamazônica) - Trecho Humaitá-Lábrea, na extensão aproximada de 230 km;

VI - BR-319 - Trecho: Manaus-Humaitá-Porto Velho, na extensão aproximada de 760 km; (Vide Lei nº 6.337, de 4.6.1976)

VII - BR-174 - Trecho: Manaus-Caracará-Boa Vista-Fronteira com a Venezuela, na extensão aproximada de 970 km;

VIII - BR-401 - Trecho: Boa Vista-Fronteira com a Guiana, na extensão aproximada de 140 km;

IX - BR-364 - Trecho: Cuiabá-Vilhena-Porto Velho, na extensão aproximada de 1.400 km;

X - BR-163 - Trecho: Cuiabá-Cachimbo-Santarém - Alenquer-Fronteira com o Suriname, na extensão aproximada de 2.300 km;

XI - BR-156 - Trecho: Macapá-Oiapoque, na extensão aproximada de 680 km; (Vide Decreto Lei nº 1.868, de 30.3.1981)

XII - BR-080 - Trecho: Rio Araguaia-Cachimbo-Jacareacanga - Careiro, na extensão aproximada de 1.800 km;

XIII - BR-010/226/153 - Trecho: Porto Franco-Paralelo 13 (no Estado de Goiás), na extensão aproximada de 900 km;

XIV - BR-010/230 - Trecho: Guamá-Carolina, na extensão aproximada de 600 km;

XV - BR-070 - Trecho: Rio-Araguaia-Cuiabá, na extensão aproximada de 470 km;

XVI - BR-307 - Trecho: Cruzeiro do Sul-Benjamin Constant-Içana-Cucui (Fronteira com a Venezuela) e suas ligações com as localidades de Elvira (BR-411) e Caxias (BR-413), na fronteira com o Peru, sendo a extensão total aproximada de 1.750 km;

XVII - BR-210 - Trecho: Macapá-Caracarai-Içana-Mitu (Fronteira com a Colômbia), na extensão aproximada de 2.450 km;

XVIII - BR-158 - Trecho: São Félix do Araguaia-Xavantina-Barra do Garças, na extensão aproximada de 630 km.

Parágrafo único. Os pontos de passagem e as extensões dos trechos planejados serão fixados definitivamente pelo Departamento Nacional de Estradas de Rodagem, após os estudos técnicos e topográficos finais".

Art 19. Enquanto não for estabelecida nova sistemática preconizada no artigo 10 e seus parágrafos desta lei, assim como no artigo 21 e seus parágrafos, do Decreto-lei número 512, de 21 de março de 1969, modificados pelo artigo 16 da presente lei, continuarão em vigor as disposições da legislação que trata do assunto.

Art 20. A classificação dos portos e aeródromos será feita pelo Poder Executivo, segundo os critérios que avaliem e escalonem a sua importância econômica em função das regiões, áreas ou atividades servidas pelos mesmos, ressalvados os interesses da Segurança Nacional.

§ 1º Dentro de cento e vinte dias da vigência desta lei, o Conselho Nacional de Transportes apresentará Projeto, dispondo sobre a classificação dos portos marítimos, fluviais e lacustres, que integrem o Sistema Portuário Nacional.

§ 2º Os nomes dos aeródromos e aeroportos existentes só poderão ser modificados quando houver necessidade técnica dessa alteração.

Art 21. É mantido o Plano Aeroviário Nacional de que trata o Decreto-lei nº 270, de 28 de fevereiro de 1967, observada sua compatibilidade com as disposições desta lei e atendidas as demais definições do Código Brasileiro do Ar (Decreto-lei nº 32, de 18 de novembro de 1966).

Art 22. Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as Leis nºs 4.540, de 10 de dezembro de 1964; 4.592, de 29 de dezembro de 1964 e 4.906, de 17 de dezembro de 1965, e os Decretos-leis nºs 143, de 2 de fevereiro de 1967 e 514, de 31 de março de 1969, e demais disposições em contrário.

Brasília, 10 de setembro de 1973; 152º da Independência e 85º da República

(Á Comissão de Serviços de Infra-Estrutura em decisão terminativa)

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 185, DE 2007

Altera o art. 73 da Lei nº 11.343, de 23 de agosto de 2006, para permitir que a União possa celebrar convênios com o Distrito Federal e os Municípios visando à prevenção e repressão do tráfico ilícito e do uso indevido de drogas.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O art. 73 da Lei nº 11.343, de 23 de agosto de 2006, passa a vigor com a seguinte redação:

"Art. 73. A União poderá estabelecer convênios com os Estados, o Distrito Federal e os Municípios visando à prevenção e repressão do tráfico ilícito e do uso indevido de drogas."(NR)

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

Destaca-se que a nova legislação demonstra a meritória intenção do Governo no enfrentamento à questão das drogas, dando ênfase à prevenção ao uso de substâncias entorpecentes, ao tratamento e recuperação dos dependentes químicos, sua inserção social, bem assim, o atendimento a seus familiares.

A lei possibilita, inclusive, a concessão de benefícios às instituições privadas que desenvolverem programas de reinserção no mercado de trabalho dos usuários e dependentes de drogas. Significa, assim, o envolvimento de toda a Sociedade nesta questão, como se fazia necessário.

Todavia, pela relação dada ao art. 73, nem o Distrito Federal nem os Municípios foram concluídos entre os entes federativos passíveis de firmar convênios com a União, visando à prevenção e a repressão ao tráfico de drogas.

Compete constitucionalmente à Polícia Federal prevenir e reprimir o tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins, no entanto, mediante convênios tácitos ou explícitos, as Polícias do Distrito Federal e dos Estados, antes mesmo da nova lei, já atuavam na repressão ao tráfico de drogas. A maioria dos Estados e o Distrito Federal têm programas de prevenção ao uso de substâncias entorpecentes. Alguns Municípios igualmente.

Agora, com a criação do Sistema Nacional de Políticas sobre Drogas, tanto a prevenção e a repressão ao tráfico, como a prevenção ao uso indevido de drogas, foram finalmente “sistematizados”, devendo obedecer aos critérios estabelecidos pela União.

De conformidade com a nova legislação a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios atuarão, concorrentemente na prevenção ao uso indevido de drogas, inclusive com dotação orçamentária própria.

Pelas razões até aqui expostas é que se propõe a modificação do art. 73, de modo que tanto o Distrito Federal quanto os Municípios tenham a possibilidade de firmar convênios com a União, tanto para reprimir o tráfico de drogas como prevenir o uso indevido de substâncias entorpecentes, inclusive para manter-se a isonomia entre todos os entes da Federação.

Assim os Municípios, já tão debilitados em suas finanças, necessitam ser contemplados com a possibilidade de firmar convênios com a União, tanto de natureza técnica quanto financeira, para desenvolverem seus programas, nos moldes estabelecidos pelo Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas – Sisnad.

Peço, portanto, o apoio dos senhores e das senhoras parlamentares no sentido da aprovação da presente matéria que recompõe a importância do Distrito Federal e, principalmente, dos municípios quanto ao trabalho que se apresenta no âmbito do Sisnad.

Sala das Sessões, 10 de abril de 2007. – Senador **Sérgio Zambiasi**.

LEGISLAÇÃO CITADA

LEI Nº 11.343, DE 23 DE AGOSTO DE 2006

Institui o Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas – Sisnad; prescreve medidas para prevenção do uso indevido, atenção e reinserção social de usuários e dependentes de drogas; estabelece normas

para repressão à produção não autorizada e ao tráfico ilícito de drogas; define crimes e dá outras providências.

O Presidente da República Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 73. A União poderá celebrar convênios com os Estados visando à prevenção e repressão do tráfico ilícito e do uso indevido de drogas.

Art. 74. Esta Lei entra em vigor 45 (quarenta e cinco) dias após a sua publicação.

Art. 75. Revogam-se a Lei nº 6.368 de 21 de outubro de 1976 e a Lei nº 10.409, de 11 de janeiro de 2002.

Brasília, 23 de agosto de 2006; 185º da Independência e 118º da República. – **LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA, – Márcio Thomaz Bastos – Guido Mantega – Jorge Armando Felix.**

(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em decisão terminativa.)

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 186, DE 2007

Autoriza a criação do programa Biblioteca do Professor.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica autorizada a criação, no âmbito do Poder Público Federal, do Programa Biblioteca do Professor.

§ 1º A biblioteca de que trata esta Lei tem como objetivo reforçar os programas de formação e aperfeiçoamento dos professores da rede pública brasileira de ensino pré-escolar, fundamental e médio.

Art. 2º A Biblioteca do Professor constará de obras científicas, técnicas, didáticas e literárias fornecidas pelo Poder Público Federal.

§ 1º O Poder Público Federal fará consulta aos professores, que indicarão os títulos escolhidos, de acordo com os princípios do Programa Nacional do Livro Didático.

§ 2º Os livros da Biblioteca do Professor serão de uso, guarda e propriedade dos professores da rede pública de ensino.

§ 3º Anualmente, serão oferecidos, a cada professor, pelo menos dois títulos de obras para constituição do acervo da Biblioteca do Professor.

Art. 3º Os recursos para a aquisição da Biblioteca do Professor correrão à conta do Programa Nacional do Livro Didático.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor trezentos e sessenta e cinco dias após a data de sua publicação.

Justificação

A universalização da educação no Brasil depende, entre outros fatores, da valorização, formação e motivação dos professores. Embora todos os outros requisitos (instalações, equipamentos, pessoal de apoio, materiais didáticos) completem o quadro da educação formal, sem o professor não se pode implementar a construção do saber e a transmissão dos conhecimentos.

Por certo, a valorização será alcançada com um piso salarial condigno com a função, o que é tarefa do Governo Federal, dos Estados e Municípios. Mas é também necessário um permanente processo de formação, que permita ao professor leigo alcançar a licenciatura; que leve o licenciado a se especializar; que leve o militante de muitos anos a se aperfeiçoar no dia-a-dia.

Pensando nisso, o Ministério da Educação instituiu, em 2003, o Programa Biblioteca do Professor, cujo objetivo primordial foi permitir que nossos educadores formassem uma biblioteca na qual pudessem ter acesso às obras fundamentais para sua formação técnica e científica e para sua fruição intelectual.

Criada nos moldes do Programa Nacional do Livro Didático, essa estratégia permitiu que os professores escolhessem – de uma lista de obras selecionadas pela Academia Brasileira de Letras – duas obras que desejavam fazer constar de sua biblioteca. Abertas as inscrições, em quinze dias se alcançou o montante definido para a oferta de livros. Enquanto durou o programa – apenas 2003 e 2004 –, foram distribuídos 144 títulos, num total de um milhão e meio de livros, e foram beneficiados mais de setecentos mil professores, praticamente de todas as escolas de alfabetização e da 1ª à 4ª séries. O investimento – R\$ 14 milhões – é relativamente muito baixo, comparado a outras despesas do Governo Federal.

No entanto, esse programa vitorioso não teve continuidade. Executado com sucesso em 2003, foi concluído, a duras penas, em 2004. Daí em diante, não teve prosseguimento.

Ao apresentar um projeto de lei que estabelece o Programa Biblioteca do Professor, temos por objetivo permitir que essa política tenha continuidade e não seja submetida a interrupções com a mudança de titulares da pasta da Educação.

Do projeto, constam os critérios básicos que nortearão o programa, especificando apenas o número mínimo de livros a cada ano, de modo a permitir seu ajuste às disponibilidades orçamentárias.

Convictos da relevância da proposição, esperamos a acolhida do projeto de lei pelos ilustres Pares.

Sala das Sessões, 10 de abril de 2007. – Senador **Cristovam Buarque**.

(À Comissão de Educação, em decisão terminativa.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS)

– Os Projetos que acabam de ser lidos serão publicados e remetidos às Comissões competentes.

Sobre a mesa, proposta de emenda à Constituição que passo a ler.

É lida a seguinte:

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 28, DE 2007

Prorroga até 2010 o mandato dos atuais Prefeitos, Vice-Prefeitos e Vereadores.

As Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, nos termos do § 3º do art. 60 da Constituição Federal, promulgam a seguinte emenda ao texto constitucional:

Art. 1º O ato das disposições constitucionais transitórias passa a vigorar acrescido do seguinte artigo:

“Art. 95. Fica prorrogado até o final do ano de 2010 o mandato dos Prefeitos, Vice-Prefeitos e Vereadores vigente na data da promulgação desta emenda constitucional, mantida em quatro anos a duração dos mandatos assumidos a partir de 2010”

Art. 2º Esta emenda constitucional entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

Pretende-se, com a presente emenda, prorrogar a vigência dos atuais mandatos municipais (de Prefeitos, Vice-Prefeitos e Vereadores) até o ano de 2010, data em que novo pleito se realizaria na mesma ocasião em que ocorrerão as eleições estaduais e federais.

A partir de 2010, portanto, aprovada esta PEC, as eleições somente ocorrerão de quatro em quatro anos, facilitando o processo eleitoral, e deixando de gerar toda uma mobilização nacional desnecessária, com vistas à realização de pleitos a cada dois anos, como hoje ocorre.

Há muito se discutem no âmbito do Congresso Nacional diversos tópicos que constituem a chamada reforma política. Tal reforma não pode se abster de considerar o aspecto da economicidade e da eficiência na máquina administrativa, princípios insculpidos, respectivamente, nos artigos 70 e 37 da Lei Maior.

Não há qualquer motivo justificável para que as eleições municipais ocorram em período distinto das federais, como, igualmente, não há nada que justifique que o mandato dos prefeitos e vereadores não coincida com o período correspondente aos mandatos federais e estaduais.

A contrário senso, o momento da escolha dos representantes federais e estaduais torna-se o mais propício para a municipalidade, na medida em que os municípios têm a oportunidade de escolher representantes que sejam de idêntica linha política das autoridades federais e estaduais.

Além das razões políticas, não se podem olvidar as de natureza econômica.

O quadro abaixo, todo ele retirado do SIAFI, indica a evolução de gastos executados pela Justiça Eleitoral, entre os anos de 2000 e 2006. Os dados do ano de 2007 reportam apenas a previsão orçamentária.

A análise dos dados acima, em especial a última linha antes do total, apresenta, de forma resumida, o quanto custa um pleito eleitoral para o País.

Usando-se a metodologia de apropriar à eleição seguinte os gastos de pleitos eleitorais e de modernização, tem-se que as eleições municipais de 2000 custaram 247,3 milhões de reais, ao passo que as federais e estaduais de 2002 exigiram 422,8 milhões.

Em 2004, as eleições municipais custaram ao País a cifra de 542,8 milhões e as federais e estaduais de 2006, 691,6 milhões.

Como se observa, as eleições têm sofrido elevação média 42,25%, o que significa dizer que, possivelmente, nossas eleições de 2008 poderão custar à União 983,8 milhões de reais, ou seja, quase um bilhão de reais, desnecessariamente.


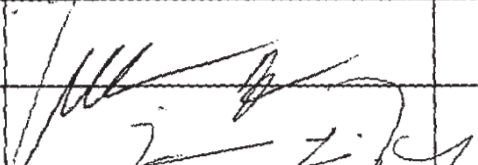

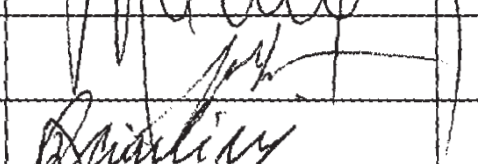

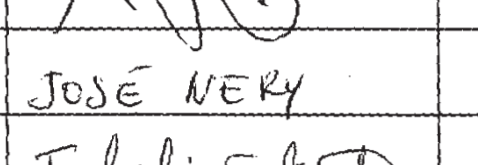
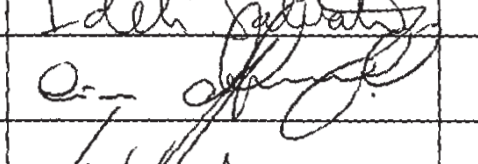

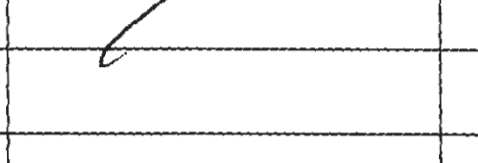
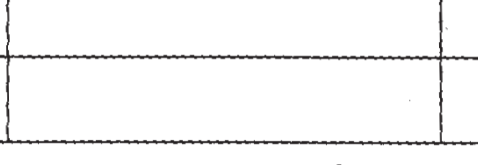
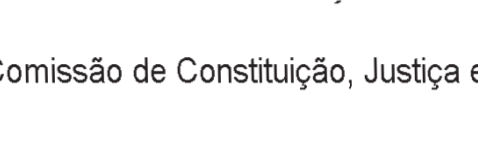

É dever do Congresso Nacional atentar para a falta de economicidade desta prática e procurar, de uma vez por todas, estancar essa saída inútil de recursos do povo.

Sala das Sessões, 10 de abril de 2007. – Senador **Leomar Quintanilha**.

Nº	NOME	PART.	UF	ASSINATURA
1	GABRIELI PLG, STU			recebido
2	Santo de Conto	PMDB	NC	recebido
3				ALMEIDA C. H. A.
4				FABIO VASCONCELOS
5	ANDRÉ CARLOS JACQUES			recebido
6	Maio Santos			recebido
7	Vitor Pereira			recebido
8	Flávio Arnus	PT	PR	recebido
9	ALFREDO NASCIMENTO PR			recebido
10	ALFREDO NASCIMENTO PR		RS	recebido
11				HERACITO
12				Rauy
13	S. B. Machado			SIBA
14	E. M. Siqueira			EDUARDO SUPLEY
15	Mauro Couto			recebido
16				recebido

Aplicação

para a l. l. 611
de 2006, art. 1º, I,
com base no art. 1º, I,
da Lei 6.032/73

17				LÚCIA VÂNIA
18				Roriz
19				João Ribeiro
20				JOÃO VICENTE
21				CLAUDINO
22				Lucilinton
23				Douglas
24				MARCELO
25				JOSÉ NERY
26				Ideli
27				CICERO
28				JOSÉ AGRIPINO
29				
30				
31				
32				
33				
34				

(À Comissão de Constituição, Justiça e cidadania)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS)

– A Proposta de emenda à Constituição que acaba de ser lida está sujeita às disposições constantes dos arts. 354 e seguintes do Regimento Interno.

A matéria será publicada e remetida à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS)

– Encerrou-se ontem o prazo para apresentação de emendas ao **Projeto de Resolução nº 14, de 2007**, de autoria do Senador Eptácio Cafeteira, que *altera o art. 17 do Regimento Interno do Senado Federal para determinar que o livro de inscrição dos oradores de cada sessão do Plenário ficará à disposição dos Senadores a partir das 8 horas e 30 minutos*.

Ao Projeto não foram oferecidas emendas.

A matéria vai às Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania, e Diretora.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS)

– A Presidência recebeu o **Aviso nº 5, de 2007** (nº 222/2007, na origem), de 7 de março último, do Tribunal de Contas da União, encaminhando cópia do acórdão proferido nos autos do Processo TC-004.375/2005-7, referente ao acompanhamento da implementação do Projeto de Integração do Rio São Francisco com Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional.

A matéria vai à Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo; em 2ª autuação à Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle; e, em cópia, anexada ao processado do **Aviso nº 41, de 2005-CN**, vai à Comissão Mista de Planos Orçamentos Públicos e Fiscalização.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS)

– Senador Papaléo Paes, V. Exª tem a palavra, por cinco minutos, para uma comunicação inadiável.

Em seguida, falarão o Senador Gilvam Borges e o Senador Sibá Machado, intercalando um inscrito e outro que falará como Líder.

O SR. PAPALÉO PAES (PSDB – AP. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, recente matéria do *Diário do Amapá* chamou a atenção do meu Estado para um grave problema que se espalha por todo o País. Trata-se do tráfico de pessoas, crime que atinge principalmente mulheres e crianças indefesas que, ludibriadas pela falsa promessa de uma vida melhor, deixam-se levar por inescrupulosos mercadores de seres humanos.

Na matéria, é relatada a revoltante história de uma adolescente de 15 anos, aliciada no Pará e mantida em cativeiro em Macapá à espera de ser enviada para um País europeu. A garota, que sucumbiu às palavras falaciosas de um integrante de quadrilha especializada no tráfico internacional de mulheres e crianças, estava absolutamente desorientada quando resgatada por agentes da polícia, sem ter a menor idéia do destino que a aguardava.

O fato, Sr. Presidente, estarreceu a boa gente do Amapá e revela que tais quadrilhas estão ampliando suas bases de operação. Antes, sabia-se que os centros de ação desses bandidos eram Goiás e Ceará, lugares de origem da maior parte das garotas vítimas dessa atividade criminosa. Contudo, pela leitura de estudos e relatos de entidades governamentais, notadamente o relatório da CPMI da Exploração Sexual, percebe-se que tais redes já se espalharam por todo o território nacional.

É terrível saber, Srªs e Srs. Senadores, que meninas ainda na tenra infância, ou mesmo jovens cheias de sonhos e vida, sejam aliciadas e covardemente retiradas de seu meio para perseguir um conto de fadas que nunca se realizará. Tais bandidos prometem uma vida pródiga de bens e segurança, mas, na verdade, entregam um martírio de dor, sofrimento e penúria.

É triste, Sr. Presidente, saber que boates e casas de prostituição espalhadas pelo mundo são “abastecidas” com meninas e mulheres brasileiras, em “carregamentos” cada vez mais freqüentes e usuais.

Garotas que, esquecidas pelo Estado brasileiro e desmotivadas pela precariedade de nosso sistema educacional, são atraídas por um sonho que, fatalmente, se tornará um pesadelo.

Sim, meus caros colegas, porque os relatos de que dispomos são repletos de crueldade, maus-tratos e requintes de perversidade. Essas meninas, nas mãos das quadrilhas, são tratadas como bichos selvagens, encarceradas e violentadas sem piedade alguma.

Para tais delinqüentes, Sr. Presidente, que se utilizam da miséria humana para a prática de vilanias, deve viger a legislação mais dura possível. Entretanto, desgraçadamente, nosso sistema legal ainda oferece brechas para a ação dessas quadrilhas. Exemplo disso é que, dentro da legislação criminal, o transporte de pessoas dentro do território nacional para fins de explo-

ração não é tipificado como tráfico. Só são enquadradas nesse tipo situações de traslados internacionais.

Ora, tal condição dificulta sobremaneira o desbaratamento e o combate às conexões que se abastecem de garotas em nosso território. Vejam os senhores e as senhoras que já foram identificadas 141 rotas nacionais e internacionais de captura e condução de crianças e jovens por parte de quadrilhas com ramificações brasileiras.

Porém, diante das lacunas existentes em nossa norma penal, a ação policial se encontra obstaculizada em suas operações internas.

Ademais, entrando no bojo da complexa questão de segurança pública em nosso País, temos de combater com firmeza a impunidade. Não podemos mais conviver com chicanas processuais e benevolências indevidas disponibilizadas em nossos códigos legais. Se os recursos e mecanismos formais existem como parte indissolúvel de um sistema legal democrático e justo, seu abuso acaba por desvirtuar aquilo que objetiva proteger: a prestação jurisdicional correta e equilibrada.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o tráfico de seres humanos em nosso País deve enfrentar a mais dura repressão que pudermos realizar. Todos os mecanismos sociais, econômicos, jurídicos e políticos que estiverem ao alcance de nossas autoridades, incluindo este Parlamento, devem ser utilizados para um constante e severo combate ao crime organizado.

Os mercadores de gente, bandidos da mais alta periculosidade e frieza, não podem mais continuar a roubar os sonhos e a dignidade de tantas brasileiras.

Era o que tinha a dizer.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS)

– Concedo a palavra, como orador inscrito, ao nobre Senador Gilvam Borges.

Em seguida, falará como Líder o Senador Sibá Machado.

O SR. GILVAM BORGES (PMDB – AP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, meus queridos Senadores e Senadoras, antes de iniciar o meu pronunciamento, gostaria de registrar, desta tribuna, a alegria de saudar o Deputado Estadual Paulo José, que, na tribuna de honra, abrilhanta esta augusta Casa e que muito bem representa o nosso povo do Estado do Amapá na Assembléia Legislativa.

E não poderia ser diferente, Deputado Paulo José, pois até o tema que vou abordar desta tribuna é decisivo, de fundamental importância para a vida nacional. Refiro-me à priorização da reforma política pelo País, pois, enquanto isso não ocorrer, a sociedade estará totalmente desorganizada.

Praticamente, Sr. Presidente, todo brasileiro se diz favorável à chamada reforma política. Mesmo assim, ela não sai do terreno das boas intenções. Como de boas intenções, segundo dizem, o inferno está cheio, vamos falar de oportunidade. Nós, políticos, sabemos que aproveitar as boas oportunidades é fundamental na vida pública.

Todos nós, nesta Casa, sabemos disso. Pois bem: eis aqui a oportunidade de, finalmente, realizarmos a reforma político-partidária de que a Nação tanto reclama.

Há mais de cinco legislaturas se discute o assunto. O Senador Marco Maciel não conseguiu ganhar um grama nos últimos tempos, já que despende toda a sua energia bradando sobre a necessidade da reforma. A verdade é que o tema já está pra lá de maduro e a pressão da opinião pública recomenda que o assunto não seja mais postergado. Aliás, é a maneira mais eficaz de combater a descrença da população nos institutos e instituições representativas da democracia.

A Constituição de 1988 promoveu a ruptura com o estado de exceção e abriu oportunidades equivalentes para todos com o voto para os analfabetos, o voto opcional para os jovens de 16, 17 anos, a autonomia dos Partidos políticos para definição de suas estruturas, organização e funcionamento e, ainda, o plebiscito, referendo e iniciativa popular, permitindo a participação da população mediante instrumentos democráticos diretos.

É chegada a hora de tornar a política nacional menos personalista, reduzindo os efeitos nefastos dessa prática.

Só assim seremos capazes de construir um País melhor e mais justo.

Há muito foi diagnosticada como principal problema da vida política nacional – vejam bem – a fragilidade dos Partidos políticos brasileiros. Nossa legislação tem conduzido quase que invariavelmente ao enfraquecimento dos Partidos políticos e ao reforço da atuação individual.

Ora, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, grande parte da descrença da população em relação à classe política nasce daí. O voto não se traduz em resultados concretos que melhorem a vida ou mudem o que os eleitores desejam ver transformado.

Não é apenas isso. Ao votar, a população não está escolhendo um programa de ação que deseja ver cumprido. Por isso, não pode cobrá-lo de seus representantes no futuro.

Mais ainda: tornam-se grandes as dificuldades de entendimento político para o objetivo maior de gestão da coisa pública. Prevalece o fisiologismo, e não os consensos ou divergências sobre o que seja melhor para o País.

Com isso, o Brasil não avança e não se resolvem os grandes problemas nacionais, a maioria dos quais já ficou crônica. Assim, parece não restar dúvida de que é imperioso fortalecer os Partidos políticos.

A reforma política, naturalmente, pode ser pensada em um sentido amplo e em um sentido restrito.

Em sentido amplo significa pensar as práticas políticas em todos os espaços de expressão política: no âmbito do Estado (Legislativo, Executivo e Judiciário); dos Partidos políticos, da sociedade civil organizada. Pensar as formas de participação, de representação política, com seus processos eleitorais, e de tomada de decisões. Pensar as relações entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios. E, além disso, pensar as relações entre Estado, Partidos políticos e movimentos sociais.

Em sentido restrito, significa pensar os sistemas e os processos político-eleitorais e político-partidários.

Qual é, portanto, a reforma política que queremos? É a reforma ampla, que só a maioria acachapante dos votos dados ao Presidente Lula pode patrocinar.

Defendo, inicialmente, que a infidelidade partidária resulte, pura e simplesmente, na perda do mandato. Aliás, recentemente, o TSE, Tribunal Superior Eleitoral, manifestou-se nesse sentido, quando disse entender que o mandato é do Partido e não do político eleito.

A disciplina partidária, Sr. Presidente, é muito importante, e o estatuto do Partido ou deliberações de convenções partidárias têm que ser obedecidos.

Ora, se o Partido se reúne, discute, e a maioria decide que determinada matéria de interesse nacional tenha uma determinada posição na defesa em plenário, desaguando na votação, não há por que os

companheiros, os militantes, os representantes desse Partido serem contrários.

O que observamos quanto às deliberações partidárias são as defecções. Há indisciplina, há desrespeito e não se pode fortalecer o Partido como se deveria.

É importante a instituição da fidelidade partidária, mas também é importante decidir sobre o sistema atual de listas abertas. Nesse sentido, os trabalhos da Comissão Especial do Senado recomendaram a introdução do sistema distrital misto como o mais vantajoso.

Outros apontam o sistema de listas fechadas, pois o sistema de listas abertas só encontra similar na Finlândia, e inibe o funcionamento das agremiações, pois, perante estas, o Parlamentar não possui compromissos duradouros. Discutamos, pois, a nossa fórmula porque o importante certamente é sairmos do sistema atual.

A reforma que se pretende deve fortalecer os Partidos, tornando as agremiações mais ideológicas e mais comprometidas com programas que, por sua vez, precisam representar o compromisso do Partido com o seu eleitorado.

A escolha do eleitor aconteceria, então, em relação a programas que podem e devem ser cobrados depois. Com isso, os Partidos se fortalecem e são efetivamente agentes do povo na busca de soluções para os seus problemas.

O Presidente Lula será reconhecido pela história como o homem que implementou todas as reformas necessárias para ajustar o País a esse novo mundo moderno e informatizado, sobretudo porque terá sido capaz de comandar a reforma das reformas, a mãe de todas as reformas: a reforma política. Sem esse ordenamento e essa reestruturação, cai por terra o grande vigilante da democracia.

Já podemos observar a desorganização do mundo político e de suas lideranças credenciadas pelo povo, que se reflete no Poder Judiciário e no Poder Executivo. A Nação precisa se levantar com urgência!

Este é um País de grandes homens que servem em todos os Poderes. Precisamos nos levantar. Não adiantam as palavras e as idéias proferidas das tribunas, seja no Congresso Nacional, nas Assembléias Legislativas, nas Câmaras mirins ou nas praças públicas, se não houver respeito à classe política.

Portanto, o País precisa, com urgência, levantar essa bandeira da reforma política e da reforma tribu-

tária. Daqui, da tribuna, pedimos ao Presidente Lula que assuma o comando dessa macrocirurgia política e estrutural.

É hora de sacudir a poeira de dogmas surrados, como o de que “todo político calça 40”, e provar que somos homens de bem e não podemos pagar por uma minoria que macula o poder confiado pelo povo. Nem legar às gerações futuras a nossa omissão sobre o tema.

Diz-se que hoje o mundo é uma aldeia global. O Brasil, então, é uma tribo desse grande sistema. É a nossa tribo. A melhor tribo do mundo, aliás. Repita-se, em quantos idiomas julguem necessários, que, na nossa tribo, não há lugar para falsos heróis meterem a faca e sangrarem a nossa democracia. Nada, Sr. Presidente, fará esta “tribo” sucumbir!

Sr. Presidente, peço a V. Ex^a mais 10 minutos para concluir o meu pronunciamento.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Mais dez minutos, não; dois minutos dou a V. Ex^a com muita satisfação.

O SR. GILVAM BORGES (PMDB – AP) – V. Ex^a é tão generoso!

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Vou dar mais dois minutos a V. Ex^a.

O SR. GILVAM BORGES (PMDB – AP) – Dois? Está bem. Não sei o que fazer mais, Sr. Presidente. Fiquei decepcionado com V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Então vou dar mais um minuto. V. Ex^a tem três minutos.

O SR. GILVAM BORGES (PMDB – AP) – Três minutos já está bom.

E agora, Viana? A devastação no Acre, durante a gestão de Jorge Viana, foi maior do que se pensava.

Sr. Presidente, o tempo é muito curto, e não dá para ler a matéria da *Veja*, uma revista de circulação nacional.

Este tema veio à tribuna pelo querido, estimado e amado Senador Tião Viana. Eu quero deixar a leitura da matéria para outra oportunidade, já que o tempo é muito curto.

Quero dizer ao Senador Tião Viana e ao Governador Jorge Viana que contem com a nossa solidariedade. Acho que essa matéria deve ser bem discutida. Em outro pronunciamento, vou lê-la na íntegra, para que possamos travar esse grande debate em que a

Amazônia está mergulhada agora, com esse tema de repercussão nacional.

Considerando a benevolência de V. Ex^a, encerro antes do tempo, pois é dando que se recebe.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Esta Presidência agradece ao Senador Gilvam Borges.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Pois não, Senador Arthur Virgílio.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, encaminho à Mesa curtíssimo pronunciamento em que registro os vitoriosos cem primeiros dias da gestão inovadora, corajosa, do Governador José Roberto Arruda aqui no Distrito Federal e, ao mesmo tempo, Voto de Aplauso ao Município de Manacapuru, no Amazonas, pela honrosa classificação entre os 95 Municípios brasileiros considerados modelo de eficiência na gestão de arrecadação de impostos.

Muito obrigado.

SEGUE, NA ÍNTEGRA, PRONUNCIAMENTO DO SR. SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o Governador José Roberto Arruda, do Distrito Federal, está fazendo a coisa certa e, nesses primeiros 100 dias, sua administração, que inova, revela sua disposição de “dar uma reviravolta” nos conceitos tradicionais de política administrativa.

Arruda responde, em entrevista de página inteira da **Gazeta Mercantil**, edição de hoje, dia 10 de abril, a todas as indagações e aponta os principais pontos de sua gestão, já com resultados positivos.

Ao aplaudir a ação do Governador do DF, requeiro a publicação da entrevista de Arruda, em anexo.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

JOSÉ ROBERTO ARRUDA

“Queremos no governo a eficiência do setor privado”

O governador do Distrito Federal sonha em dar a Brasília e à região o dinamismo dos tempos de JK

LILIANA LAVORATTI
SÃO PAULO

Em três meses no cargo, o governador do Distrito Federal, José Roberto Arruda (Democratas, antigo PFL), 53 anos, mostrou que está disposto a quebrar paradigmas na administração pública depois de ter dado uma reviravolta na carreira política de ascensão meteórica. O ex-senador (1995 a 2001) que renunciou ao mandato para escapar à cassação em decorrência de envolvimento no escândalo do painel de votação do Senado, e que caiu no ostracismo por mais de um ano, foi o deputado federal mais bem votado proporcionalmente do País (2002), e venceu a eleição para governador em primeiro turno no ano passado.

“Uma pessoa que já errou, caiu e se levantou não pode ocupar um cargo novamente para fazer o mesmo”, enfatiza Arruda em entrevista a este jornal. Nos últimos noventa dias, ele iniciou uma profunda reforma no governo do Distrito Federal: demitiu 30 mil funcionários, entre contratados sem concurso e ocupantes de cargos de confiança. E mexeu em outro vespeiro: mandou despejar milhares de moradores de áreas públicas invadidas — inclusive condomínios de luxo. “É preciso colocar o DF dentro da lei”, avisa.

Ao mesmo tempo, definiu um programa de obras quase tão audacioso quanto aquele que serve de referência à sua atuação política e a quem tem a pretensão de ser herdeiro: o ex-presidente Juscelino Kubitschek de Oliveira. Quer incluir obras de arquitetura e urbanismo à cidade construída há meio século e retomar o ideal de JK, de desenvolver o Centro-Oeste do País.

“Não sou aplaudido pelos 30 mil demitidos. As pessoas acham bonita esta história de gestão eficiente, mas na pele dos outros”

Entre os projetos estão uma “greenvillage”, um condomínio baseado em conceitos ecológicamente corretos, e a cidade digital, uma área moderna para instalação de empresas de tecnologia da informação. A plataforma tipo “50 anos em quatro”, com potencial para levar Arruda ao Palácio do Planalto em 2010, também inclui a queda de paradigmas na gestão pública, como parcerias público-privadas para explorar o turismo na capital federal e a terceirização do centro de convenções, por exemplo.

O caminho que escolheu para essa etapa de sua carreira política faz sentido para quem “viu seu próprio enterro político”, como costuma brincar sobre o episódio que o afastou da vida pública durante mais de um ano. Rejeitando a ideia de que seu esforço é a forma de se

redimir do passado, o governador lança um desafio: “Existe um outro político brasileiro que em algum momento da nossa história tenha reconhecido um erro? Eu reconheci o meu”.

Como JK, Arruda é mineiro de nascimento. Adotou o Distrito Federal desde que saiu de sua cidade natal, a pequena Itajubá. Sua vida pública inclui passagens na direção de estatais e no governo do Distrito Federal. Seu primeiro cargo eletivo foi diretamente o de senador da República, de 1995 a 2001.

Casado com a atriz Mariane Vicentini, Arruda é pai de oito filhos, dos quais quatro adotados.

A seguir, os principais trechos da entrevista:

Gazeta Mercantil - O que levou o senhor tomar medidas tão polêmicas?

José Roberto Arruda - Recebi o governo com 17.900 servidores em cargos em comissão, mais 11 mil servidores contratados sem concurso e uma dívida de R\$ 700 milhões, 36 secretarias espalhadas em 144 imóveis alugados. Isto era inadiministrável. Devolvi os prédios alugados, diminuí as secretarias, exonerei 30 mil servidores. Só em janeiro e fevereiro economizamos R\$ 158 milhões. Com esse rearranjo, passamos a despachar onde antes era um quartel da Polícia Militar. Numa grande sala ficam a minha mesa, a do vice-governador [Paulo Octávio] e a de todos os secretários. Assim estamos dando ao setor público um padrão de eficiência comum no setor privado — sem escaninhos, sem divisórias.

Gazeta Mercantil - *O senhor firmou algumas parcerias para essas mudanças.*

Arruda - Com o Movimento Brasil Competitivo, que nos ajuda na implantação de sistemas de gestão para medir resultados. Contratamos o Instituto de Desenvolvimento Gerencial, que já ajudou o governador Aécio Minas (PSDB) em Minas Gerais e Paulo Hartung, no Espírito Santo, na reforma administrativa. Um dos problemas do setor público brasileiro é não avaliar os custos. A administração pública gasta muito mais para investir do que para gerar resultados à sociedade. A inversão disto é o nosso desafio. O Distrito Federal tem vantagens comparativas em

relação aos demais estados por ser uma unidade da federação relativamente nova, com apenas 47 anos. Ainda é possível mudar essas estruturas.

Gazeta Mercantil - *O senhor diz que é preciso "colocar o DF dentro da lei".*

Arruda - Não tomar uma atitude quanto aos condomínios irregulares significaria permitir que as terras públicas em Brasília continuassem ocupadas por ricos e pobres e retalhadas. A consequência disto seria o fim da cidade planejada. Assim como derrubei um esqueleto de 17 anos às margens do Lago Paranoá, não deixo que as pessoas invadam terras e façam as suas construções. Está tudo errado, por parte de pobre e rico. Só no parque da Vaquejada, na Ceilândia, derrubamos 500 casas. Tudo o que é ilegal vai sair. Esta questão da ilegalidade em Brasília é um componente histórico. Como era preciso construir rápido a capital, valia tudo. Não pode continuar a cidade do vale tudo, estamos dando um freio de arrumação. Brasília tem que voltar ao império da lei.

Gazeta Mercantil - *Como o senhor pretende contrapor o desgaste político gerado por essas medidas?*

Arruda - Não sou aplaudido

pelos 30 mil demitidos. As pessoas acham muito bonita esta história de gestão eficiente, mas na pele dos outros. O desgaste é por estar comprando uma briga, não apenas com interesses localizados – alguns dos quais absolutamente ilegítimos. Quase todos os dias ouço: “Arruda, votei em você e perdi o meu emprego”. Criou-se a idéia de que os governos devem abrigar os cabos eleitorais. Estou perdendo espaço político junto aos que me elegeram. Tento mostrar que fui eleito para cumprir um programa de administração pública decente.

Gazeta Mercantil - *Demissão no setor público ainda é um tabu. Muitas tentativas foram feitas e no final tudo volta ao normal. O que garante que na sua gestão vai ser diferente?*

Arruda - Isso decorre dessa cultura de o Estado é cabide de emprego. Eleitores pressionam e as autoridades voltam a re-empregar. Terei tempo para mostrar à sociedade que essas economias têm resultado prático mais adiante, como uma maior capacidade de investimento e de organização do Estado. E que o cabide de empregos é transformado na construção de hospitais, escolas, asfalto, melhorias para toda a sociedade e não apenas para um grupo de privilegiados por serem amigos do rei.

Gazeta Mercantil - *Esse tipo de medida não costuma dar votos.*

Arruda - Ainda é cedo para saber se a eficiência na gestão pública dá voto ou não. Temos alguns casos bem sucedidos: a gestão do governador Paulo Artung, no Espírito Santo, que promoveu enorme enxugamento da máquina e foi reeleito ano passado. Com o Aécio Neves aconteceu o mesmo em Minas

Gerais. Esta é mais ou menos a história de vários governos paulistas. O Brasil tem algumas ilhas de gestão eficiente. O César Maia (Democratas) na prefeitura do Rio foi um sujeito que inovou, inclusive tecnologicamente. Existe uma nova geração

de governadores, inclusive no Nordeste – o petista Marcelo Déda, em Sergipe, o Eduardo Campos (PSDB), em Pernambuco, cabeças novas querendo sair do assistencialismo arcaico e partir para uma administração mais moderna. Se isto vai dar resultado, saberemos nas eleições municipais de 2008 e na corrida presidencial de 2010.

Gazeta Mercantil - *O senhor, Aécio Neves, o governador do Rio, Sérgio Cabral, parecem estar bem articulados. Quais seus projetos comuns?*

Arruda - Se traçarmos um eixo no Centro-Oeste, a grande região produtora de grãos e também portuária por causa de Vitória, passamos por Minas Gerais, Rio, Goiás, Brasília. Há um eixo claro de desenvolvimento nessa parte do País e para o qual buscamos caminhos. Isso era muito do que queria JK, que apostava na agricultura e em tecnologia para dinamizar as cidades-pólo do Centro do Brasil. A concentração das riquezas nos grandes centros urbanos também concentrou as oportunidades.

Gazeta Mercantil - *Como a nova geração de governadores pode contribuir para reverter essa situação?*

Arruda - Pensamos num Brasil menos desigual. É uma pena que o governo federal não tenha enxergado isto quando fez o Programa de Aceleração do Crescimento. O PAC centraliza grande parte dos recursos no Sul e Sudeste. É mais fácil investir em estados mais adiantados, mas para reduzir as desigualdades regionais e sociais, é preciso inverter a direção dos investimentos. JK foi a figura que poderia ter feito essa inversão no Brasil.

Gazeta Mercantil - *Esse tipo de medida não costuma dar votos.*

Arruda - Ainda é cedo para saber se a eficiência na gestão pública dá voto ou não. Temos alguns casos bem sucedidos: a gestão do governador Paulo Artung, no Espírito Santo, que promoveu enorme enxugamento da máquina e foi reeleito ano passado. Com o Aécio Neves aconteceu o mesmo em Minas Gerais. Esta é mais ou menos a história de vários governos paulistas. O Brasil tem algumas ilhas de gestão eficiente. O César Maia (Democratas) na prefeitura do Rio foi um sujeito que inovou, inclusive tecnologicamente. Existe uma nova geração de governadores, inclusive no Nordeste — o petista Marcelo Déda, em Sergipe, o Eduardo Campos (PSDB), em Pernambuco, cabeças novas querendo sair do assistencialismo arcaico e partir para uma administração mais moderna. Se isto vai dar resultado, saberemos nas eleições municipais de 2008 e na corrida presidencial de 2010.

Gazeta Mercantil - *O senhor, Aécio Neves, o governador do Rio, Sérgio Cabral, parecem estar bem articulados. Quais seus projetos comuns?*

Arruda - Se traçarmos um eixo no Centro-Oeste, a grande região produtora de grãos e também portuária por causa de Vitória, passamos por Minas Gerais, Rio, Goiás, Brasília. Há um eixo claro de desenvolvimento nessa parte do País e para o qual buscamos caminhos. Isso era muito do que queria JK, que apostava na agricultura e em tecnologia para dinamizar as cidades-pólo

do Centro do Brasil. A concentração das riquezas nos grandes centros urbanos também concentrou as oportunidades.

Gazeta Mercantil - *Como a nova geração de governadores pode contribuir para reverter essa situação?*

Arruda - Pensamos num Brasil menos desigual. É uma pena que o governo federal não tenha enxergado isto quando fez o Programa de Aceleração

do Crescimento. O PAC centraliza grande parte dos recursos no Sul e Sudeste. É mais fácil investir em estados mais adiantados, mas para reduzir as desigualdades regionais e sociais, é preciso inverter a direção dos investimentos. JK foi a figura que poderia ter feito essa inversão no Brasil.

Imagino o Juscelino aqui no Copacabana Palace dizendo para os cariocas que ia mudar a capital para Brasília. Ele foi muito mais doido do que eu. Ele enfrentou muita resistência. Era maluco e deu certo.

Gazeta Mercantil - *Mas quais os meios para fazer isso?*

Arruda - Pela eficiência da gestão. É uma nova marca a ser colocada na discussão política. Em 2010 teremos dois discursos: da continuidade do assistencialismo e paternalismo que escravizam, e de um Estado mais liberal, que privilegia a economia de mercado, eficiente e, portanto, capaz de criar um clima capaz de atrair investimentos privados mais fortes.

“Não tomar uma atitude quanto aos condomínios irregulares significaria permitir o fim da cidade planejada”

Gazeta Mercantil - *Quais suas prioridades para Brasília?*

Arruda - Brasília é uma cidade, de 2,5 milhões de habitantes, com mais 1,5 milhão no entorno. A renda per capita do plano piloto é a mais alta do País. É um cenário urbano propício a fortes investimentos. Estamos com alguns projetos que vão chamar a atenção do setor produtivo. Queremos construir no setor Noroeste uma nova área

habitacional, uma “greenvillage”, em moldes ecologicamente corretos, com utilização da água da chuva e aproveitamento do vento para gerar energia. Várias empresas imobiliárias já perceberam esse potencial. Também estamos construindo a cidade digital, onde o Banco do Brasil e a Caixa Econômica Federal se juntaram para fazer um grande centro de processamento de dados. Redes de fibra ópticas e redes sem fio (wireless) estão sendo colocadas lá.

Gazeta Mercantil - *Tudo isso para atrair empresas.*

Arruda - Empresas na área da tecnologia da informação. Temos um outro espaço multimídia para as grandes cadeias de televisão ficarem bem instaladas na capital federal. Queremos viabilizar a construção do nosso transmilênio, um veicular sobre rodas ligando Santa Maria ao plano piloto, um trajeto de 40 km. Queremos modernizar Brasília, construída para ter 500 mil habitantes e não os atuais 4 milhões. Existem oportunidades para uma série de parcerias público-privadas. Estou implantando uma gestão liberal. Demiti servidores públicos, busco parceiros para promover o turismo, quero terceirizar o centro de convenções. Preparo Brasília para ser uma das sub-sedes da copa de 2014, e o estádio não precisa ser meu, pode ser do setor privado. O setor privado pode acreditar que é possível ter parcerias com o Estado brasileiro, com regras novas, com comportamentos novos, sem propinas, com confiabilidade e um clima propício aos investimentos.

Gazeta Mercantil - *E na área social, quais os projetos?*

Arruda - Erradicação do analfabetismo, a expansão do Na Hora, que desburocratiza a emissão de documentos oficiais e pa-

Arruda - Erradicação do analfabetismo, a expansão do Na Hora, que desburocratiza a emissão de documentos oficiais e pagamento de tributos; a construção de quatro vilas olímpi-

cas, implantação de escolas técnicas e de assistência dentária nas escolas, informatização do sistema de saúde, expansão da Universidade de Brasília (UnB) para as cidades-satélite, construção do trecho do metrô entre o Gama e o plano piloto e montagem de centros administrativos nas cidades-satélites para descentralizar o governo.

Gazeta Mercantil - De onde sairão os recursos?

Arruda - Com o corte de gastos, que ajudam a quitar as dívidas, e uma estrutura mais enxuta, espero ter os recursos para investir ainda neste ano R\$ 500 milhões. A começar pela conclusão das obras inacabadas, como o Hospital de Santa Maria, o metrô da Ceilândia. O meu dever de casa é concluí-las e esta é uma outra mudança cultural. O normal é o governante não terminar as obras deixadas pelos antecessores.

Gazeta Mercantil - O senhor esteve recentemente na Colômbia para conhecer experiências de combate à violência.

Arruda - Bogotá e Medellín são casos bem sucedidos de reforma urbana. Não só na segurança pública — eles foram vitoriosos na guerra contra o crime organizado e o tráfico de drogas —, mas de reforma urbana no sentido mais amplo. Bogotá conseguiu retirar as favelas, fazer centros habitacionais dignos para as pessoas de baixa renda, construiu o *transmilenium*, um transporte rápido e de qualidade. E tudo isto num tempo muito curto. É impossível ter uma cidade suja, com o centro urbano favelado, e segura, como o Rio de Janeiro. Enquanto houver uma população de baixa renda dominada pelo crime organizado, encurstada nos centros urbanos, não haverá níveis de segurança aceitáveis. Isto vale para qualquer cidade. Brasília é a capital do País, uma

aconteceu no Rio e em São Paulo. Por isso, preciso tomar medidas agora. Uma coisa está ligada à outra: a organização das favelas, o resgate da qualidade de vida das populações mais pobres, os investimentos em educação, esporte e cultura, tudo isto está vinculado à sensação de segurança. Claro que isto não diminui a nossa responsabilidade nos investimentos da segurança pública de curto prazo, que foi o que Medellín e Bogotá fizeram.

Gazeta Mercantil - E Brasília tem um detalhe: é patrimônio cultural da humanidade.

Arruda - Brasília é o único bem contemporâneo do mundo reconhecido como patrimônio cultural da humanidade, pela inovação da sua arquitetura; do seu urbanismo. Aliás, pela sua inovação da própria idéia de uma cidade planejada, construída no centro do Brasil, que foi capaz de interiorizar o desenvolvimen-

“Existe outro político brasileiro que em algum momento da nossa História tenha reconhecido um erro? Eu reconheci o meu”

to brasileiro, foi capaz de mudar o mapa econômico e demográfico do Brasil. Imagine o Brasil hoje sem Brasília: seria um país estreito, em todos os sentidos, um país litorâneo. De Pedro Álvares Cabral até JK fomos um povo que ficava no litoral tomando sol e olhando para o mar,

como se tivéssemos saudades das caravelas portuguesas ou dos navios negreiros. Foi a construção de Brasília, nos anos 50, e de algumas rodovias e hidrelétricas que fizeram com que conquistássemos o nosso próprio território. Brasília é símbolo de uma época que deu certo.

Gazeta Mercantil - O senhor tem o perfil de um político popular e ao mesmo tempo toma medidas radicais.

Arruda - Essa é mais uma quebra de paradigmas. As duas coisas não são incompatíveis. Venho de família humilde, meu pai tinha só o segundo ano primário, era ferroviário no interior de Minas, minha mãe foi telefonista. Estudei em escola pública. O que há é uma diferença grande entre ser popular, no sentido etimológico da palavra — gostar do povo — e ser populista, usar o povo para um projeto pessoal. Eu gosto de gente. O nariz existe é pra isto mesmo, para cheirar as pessoas. O fato de gostar de gente não significa sempre dizer o que querem ouvir. O fato de ter humildade para conviver com todas as camadas sociais não me impede eficiência na gestão, de ser um administrador com coragem de tomar decisões. De um lado eu tenho este traço que vem de minha origem familiar, e de outro sou engenheiro, tenho uma boa formação acadêmica. E não vou jogar isto fora na hora que tenho a chance de administrar a capital do país.

Gazeta Mercantil - As urnas colocaram um ponto final no episódio da painel eletrônico?

Arruda - Não. Este é um episódio com o qual eu aprendi a conviver, e tenho que conviver o resto da vida. Eu errei, eu não podia ter olhado aquela lista [de votação da cassação do ex-senador Luis Estevão]. Talvez eu tenha até pago um preço alto demais por isso. Espero que um dia acabe o voto secreto no Congresso e todos tenham direito de ver a lista que eu vi. Mas isso não justifica o meu erro. Existe outro político brasileiro que tenha reconhecido um erro? Eu reconheci o meu.

cidade muito jovem e que já tem problemas urbanos gravíssimos. Temos favelas, desigualdades como no resto do Brasil. Não quero deixar acontecer o que

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – V. Ex^a será atendido, na forma regimental.

Passamos a palavra ao nobre Senador Sibá Machado, por cinco minutos, pela Liderança do Bloco.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC. Pela Liderança. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, hoje nós tivemos a 10^a Marcha dos Prefeitos. Mais de três mil, vindos de todo o Brasil, comparecem a Brasília para mais uma justa reivindicação importantíssima para o desenvolvimento de nosso País.

Como noticia a **Folha OnLine**, o Presidente Lula cede e autoriza a base do Governo a aumentar repasse para as prefeituras em 1,3 bilhão de reais. O Governo decidiu que a reforma tributária também deverá ser revista e rediscutida aqui no Congresso e que possamos votar o item referente a um ponto percentual de interesse dos prefeitos e das prefeitas separadamente do conjunto do texto da reforma tributária.

Diz também que Lula atendeu outros pleitos dos prefeitos e anunciou a redução da contrapartida exigida dos Municípios para firmar convênios na área de educação e saneamento previstos no PAC. Anteriormente, os Municípios tinham que dar uma contrapartida de 20%, mas agora Lula disse que a contrapartida será de 0,1%.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, eu quero lembrar os pontos em que o Governo avançou em relação aos Municípios desde 2003, primeiro mandato do Presidente Lula.

As transferências do FPM (Fundo de Participação dos Municípios) tiveram um aumento de 59,4%, passando de 18,5 bilhões de reais, em 2002, para 29,5 bilhões de reais, em 2006.

A nova lei do ISS (Imposto Sobre Serviços) gerou ganhos com a arrecadação, passando de 38,4% do bolo tributário municipal, em 2003, para 42,3% no ano de 2005.

As transferências do FNDE (Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação) tiveram um crescimento de 41,75%; para os Municípios, saltaram de cerca de R\$1,5 bilhão, em 2004, para R\$2,2 bilhões, no ano de 2006.

Na saúde, houve o crescimento de 26,85% das transferências para os Municípios, de modo que os recursos passaram de R\$13,5 bilhões, em 2002, para R\$17,1 bilhões, em 2006.

Ganhos do primeiro mandato do Presidente Lula.

As políticas sociais desenvolvidas em parceria com os Municípios permitiram reduzir a pobreza, dinamizar a economia local, melhorar a qualidade de vida, sobretudo dos pequenos Municípios.

O Bolsa Família recebeu um aporte de R\$7,5 bilhões, com repasse a 11,1 milhões de famílias pobres, que foram injetados na economia desses Municípios.

Benefícios de prestação continuada.

Graças à valorização do salário mínimo, outros R\$11,7 bilhões são repassados a idosos, a portadores de deficiência e a trabalhadores rurais em todos os Municípios, na forma de benefícios e de prestação continuada, rendas mensais vitalícias e pensões mensais vitalícias.

É importante lembrar, Sr. Presidente, que essa reivindicação do aumento do Fundo de Participação dos Municípios, que tem aqui, com certeza, no Congresso Nacional, a compreensão e o interesse direto de todas as Sr^{as} e Srs. Senadores, bem como dos Parlamentares da Câmara dos Deputados, vai fortalecer 1% para alguns Municípios. Isso parece tão pequeno, mas significa a transferência de mais de R\$1 bilhão do bolo das transferências da União para os Municípios.

É preciso lembrar ainda, Sr. Presidente, que a CNT/Sensus acaba de publicar uma pesquisa sobre a popularidade do Presidente Lula, a qual mostra que o desempenho do Presidente é aprovado por 63,7% dos 2 mil brasileiros entrevistados entre os dias 2 e 6 do mês em curso em 136 Municípios de 24 Estados. Saber isso é muito importante para o debate. Ontem, o Senador Antonio Carlos veio à tribuna e falou de uma recomendação que fez ao Presidente Lula. Tendo em vista a votação que recebeu nosso Presidente da República, é muito importante a consolidação da grande coalizão de partidos políticos para a governabilidade, para o País continuar no rumo do desenvolvimento sustentável. É importante, ainda, lembrar que, segundo a mesma pesquisa referente à expectativa em relação ao segundo Governo do Presidente Lula, o quadro se revela da seguinte maneira: para 54,8% dos entrevistados o desempenho do Presidente vai ser melhor; para 18,7%, vai ser igual; 19,65 e 6,9% vai ser pior e não sabiam ou não quiseram responder.

Então, fico muito bem impressionado, Sr. Presidente. Na História do Brasil é inédito o fato de um chefe do governo de origem popular superar todas as barreiras, como o Presidente Lula superou no Governo. Está aí a análise da situação da economia do nosso País. Durante muito tempo, nosso País viveu de joelhos diante...

(Interrupção do som.)

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Só mais um minuto, Sr. Presidente.

Nosso País vivia de joelhos diante do capital internacional. Agora estamos a um passo de sair definitivamente da situação de dependentes financeiros de

países mais desenvolvidos. Estamos a um passo de dar um banho, digamos assim, na nova conjuntura da energia mundial, apresentando a outros países energias renováveis, fazendo com que o nosso País seja líder nesse processo.

Haveremos de chegar, ao final do segundo mandato do Presidente Lula, com um crescimento acima de 5%, com uma inflação controlada em torno de 3%, com a dívida externa praticamente paga, com a dívida interna abaixo dos 40 pontos e com a maior distribuição de renda a que o mundo deverá assistir. Portanto, quero aqui registrar o meu aplauso ao Governo do Presidente Lula.

Tenho de fazer esta revelação: no começo, eu achava que não chegaríamos a tanto. No começo, eu sentia um frio na espinha, achando que poderíamos até fracassar. A cada dia que passa, dobro a minha língua, realmente me encho de energia e tenho absoluta certeza de que o nosso País, a partir de 2011, estará definitivamente no rumo da grande...

O Sr. Efraim Morais (PFL – PB) – V. Exª me permite um aparte, Senador Sibá?

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – V. Exª está solicitando um aparte? Preciso apenas consultar a Presidência, porque pedi a palavra para uma comunicação inadiável.

Sr. Presidente, Senador Paulo Paim, consulto V. Exª se posso conceder um aparte, que, às vezes, pode ser negado por força regimental.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – V. Exª pode conceder o aparte.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Sen-do assim, concedo um aparte ao Senador Efraim Morais.

O Sr. Efraim Morais (PFL – PB) – Agradeço a V. Exª. Trago apenas uma lembrança à memória de V. Exª em relação ao percentual de 1% dos Municípios do FPM. Esta Casa já votou e aprovou esse projeto. Este é o segundo ano de aniversário de 1%.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – No Senado.

O Sr. Efraim Morais (PFL – PB) – Exatamente. O projeto está na Câmara dos Deputados.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Perfeito.

O Sr. Efraim Morais (PFL – PB) – Realmente, estranhemos por que o projeto não é votado. É claro que V. Exª bem sabe que, hoje, a Base do Governo conta com aproximadamente mais de três quintos dos Parlamentares. Portanto, é possível aprovar qualquer emenda constitucional, independentemente de qualquer situação. O meu apelo é que possamos somar esforços para aproveitarmos essa décima marcha. A

cada marcha que aqui aparece, existem promessas dos Governos Federais, não apenas do atual Governo, mas também de outros governos, que garantiriam uma melhor distribuição de renda para os Municípios. Infelizmente, fica só no discurso. Essa situação vem ocorrendo neste Governo, como ocorreu em outros. Então, o nosso apelo a V. Exª, que tem influência na Base do Governo, para que os Deputados aprovem esse projeto. O que entendemos é que essa matéria só será aprovada se o Governo quiser. Se o Governo não quiser, não haverá 1%. Daí o nosso apelo a V. Exª, que tem influência nos companheiros da Base, nos camaradas, para que todos possamos somar. Posso garantir a V. Exª que a base da Oposição está preparada para votar o 1%. Acredito que, juntos, poderemos fazer com que esses recursos cheguem aos Municípios, onde moram e trabalham os cidadãos que precisam de melhores condições de infra-estrutura. Esse 1% seria fundamental. Parabenizo V. Exª por esse alerta, dizendo que, se unirmos forças, eu posso garantir que a unanimidade da Oposição votará.

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Sr. Presidente, peço a palavra para concluir.

Agradeço o aparte de V. Exª. Só lembro que havia e há um conjunto de decisões na área tributária. Realmente, o lençol é curto. Quando se dá um atendimento a um, temos dificuldade para atender a outro. Temos de atender à CPMF.

O Sr. Efraim Morais (PFL – PB) – Veja V. Exª que o discurso do Governo é fácil, mas, na hora de resolver... Vamos puxar um pouco desse lençol para os Municípios, pois só se puxa para o Governo Federal.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – A decisão está tomada, mas só quero lembrar a V. Exª que há um conjunto de fatores e que o Senado realmente votou o 1%. Entretanto, agora, o Presidente Lula autoriza a retirar esse debate do conjunto da reforma tributária para ser votado em separado. Então, já está autorizado e, com certeza, na Câmara dos Deputados, haveremos de votar, o mais rápido possível, o 1% dos Municípios.

O Sr. Efraim Morais (PFL – PB) – Parabenizo o Presidente Lula e reitero o que acabei de dizer. Há dois anos, o Governo não autorizou – não queria que esse 1% fosse separado. V. Exª vem reafirmar as minhas palavras: há dois anos, o Senado Federal votou essa matéria e tenta-se exatamente fazer como se fez com aquela PEC paralela: tirar um pedaço e votar na Câmara dos Deputados. E aí o Presidente terá exatamente aquele 1% desejado por todos os prefeitos. Tardou, mas está chegando. Espero que agora realmente se

vote essa matéria, porque há um ano, na Marcha dos Prefeitos, também ficou decidido que seria aprovada. Lembro-me de que houve presidente – o Presidente da Câmara dos Deputados – que saiu nos braços, mas depois recebeu contra-ordem. Espero – vou reiterar – que realmente desta feita seja para valer.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Agradeço a V. Ex^a pelo aparte.

O Sr. Mário Couto (PSDB – PA) – Um aparte, Senador!

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – V. Ex^a me concede permissão para mais um aparte, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Com certeza, Senador. O Senador Efraim, toda vez que estou no plenário, mesmo em cinco minutos, me permite que faça um aparte. Eu não poderia negar para ele. Conseqüentemente, V. Ex^a, agora, é que coordena os apartes.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Quem me pediu o aparte agora?

O Sr. Mário Couto (PSDB – PA) – Senador Sibá!

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Pois não, Senador.

O Sr. Mário Couto (PSDB – PA) – Agradeço o aparte, Senador. Primeiro, quero parabenizar V. Ex^a pelo pronunciamento cheio de euforia. Eu espero que essa euforia contamine todos os brasileiros, mas devo alertá-lo para o seguinte, Senador: as prefeituras estão falidas. Se essa decisão não chegou tarde, oxalá, tomara possa salvar ainda essas prefeituras. É o desejo nosso. Mas as providências prometidas há muito tempo já deveriam ter sido realizadas na sua prática, e o Senador tem razão em colocá-las. Acho que o povo brasileiro é muito generoso, Senador. Não quero desmotivá-lo nas suas colocações, absolutamente, nem criticá-lo. Como disse inicialmente, quero parabenizá-lo. Mas o povo brasileiro é muito generoso, porque o que este País está passando de insegurança é uma barbaridade, e o povo ainda acha que o Presidente Lula está indo muito bem! O que temos sofrido nessas estradas federais, Senador, V. Ex^a deve saber. O que clama o povo brasileiro por geração de emprego V. Ex^a também deve saber. Então desejo sinceramente que o Presidente Lula tenha um Governo melhor, de sucesso; que diminua a criminalidade neste País, que recupere as estradas para o povo brasileiro, que os jovens disponham de empregos para sua vida profissional e que em pouco tempo se possa substituir a doação do Bolsa Família por geração de emprego. Não critico o Bolsa Família, mas penso que seja uma medida de emergência. E até quando vai durar isso?

O que o povo brasileiro quer, na realidade, é trabalhar. Então espero que possamos juntos comemorar essa euforia. Não torço contra, não, Senador; ao contrário, toda vez que um Senador elogiar o Presidente eu quero aplaudir, mas quero deixar sempre exposto o que precisa ser feito neste País, com urgência. A segurança não pode mais esperar, Senador! Fale com ele V. Ex^a, que tem prestígio, que convive, diária, semanal ou mensalmente, com ele, que tem a possibilidade de uma audiência com ele, coisa que nunca vou ter. Mas, então, já que V. Ex^a tem a oportunidade de falar com ele, diga-lhe quantos cidadãos brasileiros caem, por dia, neste País, assassinados. V. Ex^a deve andar pelas estradas federais, e, nesse sentido, quinta-feira, farei um pronunciamento mostrando dados. E V. Ex^a vai ter a oportunidade, se estiver aqui, de perceber a calamidade em que se encontram as estradas brasileiras. Enfim, torço sinceramente para que dê certo e que ele possa fazer um Governo melhor que o primeiro. Mas, parabéns pelo pronunciamento de euforia que V. Ex^a faz.

O Sr. Jayme Campos (PFL – MT) – Senador Sibá Machado, um aparte, por gentileza.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Vou já conceder.

Agradeço muito a V. Ex^a. Na verdade, também critico muito porque o modelo brasileiro de transporte prioriza o sistema rodoviário, que é muito mais caro em manutenção, em construção e tudo o mais. Acho que devemos pensar que o Brasil está com sua economia agrícola cada vez mais pulsante, então precisamos pensar em outras alternativas que não apenas a rodoviária, mesmo porque qualquer governo, por mais que procure dar conta disso, não consegue concluir, pois a malha viária brasileira é muito extensa.

Faço aqui votos de que a gente comece...

(Interrupção do som.)

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – ... a mudar para o sistema ferroviário. Ouço o Senador Jayme Campos.

O Sr. Jayme Campos (PFL – MT) – Senador Sibá Machado, o assunto que V. Ex^a trata e traz neste exato momento nesta Casa é muito interessante. Tive a primazia de ser Prefeito de minha cidade natal de Várzea Grande, no período de 1983/1988, no período de 1997/2000 e 2000/2004; também fui Governador do meu Estado de 1991/1994. Na verdade, há um empobrecimento total dos Municípios brasileiros, tendo em vista que a grande concentração da receita hoje está na mão do Governo Federal. V. Ex^a tem conhecimento que 60% da arrecadação nacional estão nas mãos do Governo Federal, 26% nas mãos dos Estados e ape-

nas 14% nas mãos dos Municípios. Feito isso, a cada dia que passa, Senador Sibá Machado, está havendo um empobrecimento, até mesmo um estrangulamento das finanças municipais de quase a maioria dos Municípios brasileiros. É importante, Senador Sibá Machado – V. Ex^a que é homem forte junto ao Governo Federal, sobretudo junto à pessoa do ilustre Presidente Lula –, que, de forma conjunta, homogênea, Senado e Câmara tomem as providências para que seja aprovado esse repasse, ou seja, o aumento da transferência do FPM em 1% para os Municípios brasileiros. Se não bastasse isso, Senador Sibá Machado, é fundamental também que nós possamos, por meio da CPMF, transferir recursos para que os Estados e Municípios prestem o mesmo serviço previsto na Contribuição no que diz respeito à saúde, sob pena de em breve quase 50% das prefeituras deste País fecharem as portas, engessadas, incapacitadas de prestar um bom serviço e de, pelo menos, manter os serviços essenciais, como saúde, educação, coleta de lixo, etc.

(Interrupção do som.)

O Sr. Jayme Campos (PFL – MT) – Concluirei, Sr. Presidente. Quero dizer, em nome dos Municípios brasileiros, como municipalista que sou – até porque já sofri na pele, no cotidiano dos meus três mandatos como prefeito –, que é de fundamental importância que o Congresso, sobretudo a Câmara dos Deputados, aprove com a maior urgência possível esse projeto, aumentando a transferência do FPM em apenas 1% para os Municípios brasileiros. Esse assunto é palpitante. V. Ex^a tem que gozar da sua influência junto ao Presidente Lula para que ele faça com que seja uma realidade, dentro em breve, esse sonho dos prefeitos, sobretudo das cidades brasileira. Muito obrigado.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Senador Jayme Campos, agradeço muito a V. Ex^a o aparte.

Acrescento, encerrando o meu pronunciamento, que este 1% não representa muita coisa para muitos dos 5.561 Municípios brasileiros. É muito pouco; o acréscimo é muito pequeno. Mas é muito melhor ter um pouquinho para receber do que um pouquinho para pagar. Para as dificuldades enfrentadas pelos Municípios, temos que encontrar alternativas. Sei que para muitos deles o que os salva é a própria Bancada da Câmara e do Senado, Deputados e Senadores, devido às emendas individuais, emendas de bancada. É um aporte novo que chega lá.

Acredito que o Fundeb deve passar um recurso melhor. Esse 1% – que para muitos pode parecer pouco –, outras transferências que haveremos de pensar aqui, a reforma tributária, em que desoneraremos uma série de coisas para poder interiorizar os investimentos, a

indústria, tudo isso constitui o caminho em que vamos colocar os Municípios como os maiores líderes de desenvolvimento e de qualidade de vida das pessoas.

Sr. Presidente, agradeço muito a tolerância de V. Ex^a.

Era o que eu tinha a dizer.

Durante o discurso do Sr. Siba Machado, o Sr. Paulo Paim, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Tião Viana, 1º Vice-Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Agradeço a V. Ex^a, Senador Sibá Machado.

Concedo a palavra ao Senador Arthur Virgílio, pela Liderança do PSDB, nos termos do art. 14, inciso II, alínea a, do Regimento Interno.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, aproveito a deixa do pronunciamento do Senador Sibá Machado para lembrar que tenho uma PEC, Senador João Pedro, que estabelece que os recursos do Pasep devem não mais ficar nas mãos da União, mas sim serem distribuídos por Estados e Municípios. E esta minha PEC faz parte da pauta de reivindicações das senhoras e dos senhores prefeitos que estão em marcha sobre Brasília.

Sr. Presidente, o Governo está nos pedindo – isso já é tradicional – a prorrogação da DRU e da CPMF. Seria pouco responsável de minha parte dizer que, liminarmente, vamos negar isso ao Governo. Mas é evidente que está na hora de discutirmos a DRE – Desvinculação de Recursos Estaduais. O Governo chama inclusive para elaborar e para anunciar o seu PAC (Programa de Aceleração do Crescimento) os Governadores todos, de todos os Partidos deste País, e depois começa a vetar os compromissos assumidos com eles. Os Governadores não abrem mão de participar de um rateio da CPMF que faça jus à importância das responsabilidades que têm para com seus Estados.

E mais ainda. Eu conversava ainda há pouco com o Senador Tasso Jereissati, que me lembrava que, no bojo da discussão da reforma tributária nesta Casa, Senador José Agripino, tivemos ocasião de estabelecer – e foi esse o projeto do Senado que foi para a Câmara e que lá dormita – que a CPMF deveria, preenchidos certos pré-requisitos macroeconômicos, ir perdendo força, e perdendo alíquota, e perdendo peso até o momento em que ficaria com uma alíquota de apenas 0,08% e viraria um imposto meramente fiscalizatório, um imposto para ajudar o Governo a combater lavagem de dinheiro, um imposto para ajudar o Fisco a pegar pela gola sonegadores deste País.

Como o projeto de reforma tributária não foi para frente, nós estamos diante, com o mesmo tamanho, da mesma CPMF, que ameaça se eternizar.

Nós temos visto o Governo fazer certa manobra, que não é de forma alguma saudável. Quando o Governo diz que não tem criado impostos novos, ele talvez não esteja faltando com a verdade. Ele tem aumentando a carga tributária sim, mas não tem criado impostos novos. Ele tem preferido o expediente da criação de contribuições, porque o imposto exige necessariamente o rateio com Estados e Municípios. Pelo expediente da contribuição, o Governo fica com todo o arrecadado para ele próprio; tudo passa a ser apenas seu. Com isso, ele concentra, cada vez mais, recursos nas mãos da União, em detrimento do que seria mais justo, em detrimento da parte que deveria caber a Estados e a Municípios.

Nós sabemos que certos problemas devem ser atacados pelo Prefeito, outros problemas devem ser visualizados e atacados pelo Governador, e alguns problemas não podem fugir da esfera do Governo Federal. Mas, quando o Governo Federal concentra o grosso dos recursos, nós vemos que, além do aspecto econômico em si, Senador Mário Couto, Senador Wilson Matos, há também algo grave: uma tentativa – de certa forma política, e política, sim – de manter governadores pedintes e de manter prefeitos ajoelhados diante de um poder quase imperial que emana do Palácio do Planalto. Ou seja, se quem tem o dinheiro é o Presidente da República – é evidente que o Presidente da República é dono da caneta, é dono da oportunidade –, ele termina impondo condições políticas para governadores e para prefeitos. E é precisamente contra isso que nós temos que nos levantar.

Eu gostaria de dizer, Sr. Presidente, de maneira muito tranqüila, que tenho visto propostas muito radicais, como, por exemplo, não se deixar passar no Senado a CPMF, ou não se deixar passar no Senado a prorrogação da DRU. Eu já fui Líder de Governo, já fui Ministro de Estado; eu sei o quanto isso representaria do ponto de vista do buraco orçamentário, o quanto isso representaria de caos, de dificuldade para a própria governabilidade. Eu não consigo mais. Eu não consigo ser, em relação a este Governo – e não conseguiria ser, em relação a outro governo qualquer –, um oposicionista do tipo que fui quando eu enfrentava o regime militar. Não só porque o regime era militar, e não só porque o regime era ditatorial, mas sim porque, àquela altura, eu não havia sido ainda Prefeito da minha cidade, como já fui; eu não havia sido Ministro de Estado, como fui; não havia sido Líder de Governo, como fui; não havia tido a experiência de ser governo, de ser vidraça.

Então, eu não consigo nunca olhar a minha atuação sem levar em conta os problemas daquele que está governando. Portanto, eu não olho com simpatia a idéia de se dizer: “Olha, nós fechamos questão e não vamos votar a CPMF, não vamos votar a DRU e vamos deixar o Governo sem pai nem mãe”, porque, no fundo, no fundo, eu estaria deixando a sociedade sem pai nem mãe. Mas posso dizer algumas coisas afirmativas, sim! Posso dizer que, sem atenção aos pleitos dos governadores, vai ser difícil ele fazer tramitar com tranqüilidade a DRU e a CPMF por esta Casa. Sem o Governo atentar para o fato de que tem obrigações a cumprir, tem compromissos a cumprir, tem palavra empenhada a resgatar, ele terá, sim, de parte da Oposição nesta Casa, sem dúvida alguma, e da parte da Oposição que lidero, do PSDB, dificuldades evidentes, dificuldades muito nítidas.

Em outras palavras, nós queremos um diálogo alto, um diálogo elevado. Nós queremos o cumprimento do compromisso do Presidente da República com os prefeitos: aquele 1% a mais no FPM. Nós queremos o cumprimento do compromisso com os governadores. Os governadores foram chamados a elaborar e, sobretudo, a executar o PAC em conjunto com o Presidente da República, e o que nós vimos – já no tocante à Medida Provisória nº 437, aquela que trata da habitação popular e do saneamento – foi o Governo rejeitando na Câmara todas as emendas que visavam permitir que governadores e prefeitos manipulassem os recursos estipulados pela medida provisória. Ou seja, é a concentração de riqueza, é a concentração de oportunidades, a concentração de recursos nas mãos do Governo Federal.

Portanto, fica aqui uma advertência muito clara e muito serena. Longe de mim querer impedir que o Governo disponha, para tocar as suas contas e a sua vida, da CPMF e da DRU. Longe de mim. Mas longe de mim, muito mais ainda, meu prezado Senador Inácio Arruda, imaginar que eu possa aceitar um poder imperial e que esse poder imperial vá me dizer agora que o que combinou não vale e que ele quer, pura e simplesmente, a CPMF. A CPMF vai ser prorrogada até 2011; em 2011, no início, acaba, e pode ser um Presidente de outra facção política...

Enfim, é a falta de seriedade ao tratar do assunto que me leva a esta situação de alerta.

Portanto, Sr. Presidente, queremos resgatar a proposta do Senador Tasso Jereissati que, no bojo da reforma tributária que elaboramos neste Senado, sugere a gradativa queda da CPMF até que seja reduzida a 0,08%, algo simbólico, que funcionará meramente como um “caça-sonegador”, a fim de que, com isso,

tenhamos um Brasil livre de um imposto que tem onerado bastante a carga tributária no País.

Era o que tinha a dizer por ora.

Muito obrigado.

Durante o discurso do Sr. Arthur Virgílio, o Sr. Tião Viana, 1º Vice-Presidente, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Mozarildo Cavalcanti.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. Bloco/PTB – RR) – Concedo a palavra ao próximo orador inscrito, Senador Inácio Arruda, por permuta com o Senador Cristovam Buarque.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, há poucos instantes, acompanhamos a abertura da 10ª Marcha dos Prefeitos aqui em Brasília, evento que vem ganhando grande repercussão e que tem tido ativa participação do próprio Governo Federal. Dele participaram representantes da Caixa Econômica, da Petrobras, do BNDES, do Banco do Brasil, instituições do Governo Federal, apoiando a Marcha, que vem a Brasília reivindicar, digamos assim, uma melhor distribuição da carga tributária e a melhora nos percentuais de distribuição para programas em áreas importantes, como saúde, educação e assistência social.

Trata-se de um movimento de grande legitimidade. Recebemos a representação do Estado do Ceará, com uma comitiva de mais de cem prefeitos. Comandados pela Associação dos Prefeitos do Estado do Ceará e seu presidente, o Prefeito João Dilmar da Silva, do Município de Limoeiro do Norte, prefeitos e prefeitas do meu Estado se unem a outros milhares de prefeitos brasileiros em Brasília.

O Presidente da República compareceu com quase todo o seu Ministério. Esse também é um fato que dá muita legitimidade à Marcha dos Prefeitos, que fortalece muito esse movimento no Brasil inteiro. A organização dos prefeitos ganha muita força, muito fôlego. Daqui a pouco, estarei reunido com Deputados, Senadores e Prefeitos do meu Estado e direi isto: que eles saem cada vez mais fortalecidos no seu movimento.

E o Presidente da República afirmou ali, não só em função da pressão da própria base política que apóia o Presidente da República, da reivindicação da oposição legítima aqui no Congresso Nacional e do movimento legítimo dos prefeitos, que o Governo apóia a reivindicação de 1% e pede ao Congresso a sua votação, separadamente, para atender a essa demanda dos prefeitos do Brasil inteiro. Essa é uma vitória importante da Marcha dos Prefeitos neste instante.

Mas foi mais longe, tratando de outra medida de grande impacto, muito, muito importante: as contrapartidas dos Municípios para programas fundamentais na área de saneamento. Isso tem relação direta com a saúde pública, com a questão sanitária no nosso País. Programa de saneamento é esgoto, é estação de tratamento, é a questão do lixo, é tratamento de resíduos sólidos no Brasil, é preservar o meio ambiente em época de coqueluche de aquecimento global.

Então, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, há uma atenção especial do Presidente da República em relação às reivindicações dos prefeitos do nosso País.

Tal fato é muito interessante, porque este ano – e ganha relevo a questão – não é um ano de eleições. Então, é uma hora boa para nós tratarmos das questões de investimentos e desonerarmos os prefeitos, ou as prefeituras, de contrapartidas pesadas, particularmente nessa área de saneamento. Às vezes, uma cidade de 30 mil ou 40 mil habitantes, para realizar uma obra de saneamento, de esgotamento sanitário, precisa de R\$40 milhões, de R\$50 milhões, se for incluir estações de tratamento, porque todo esse trabalho tem custo muito alto. A contrapartida da prefeitura é, às vezes, pesadíssima, e ela não tem como conseguir esses recursos, inviabilizando seu projeto. Praticamente o Governo Federal libera as prefeituras desse encargo de dar contrapartida num empreendimento desse porte. Então, é muito importante essa iniciativa do Presidente da República.

O Governo também anuncia que o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) vai ampliar a capacidade de empréstimo às prefeituras para aquisição de equipamentos, como máquinas e tratores, equipamentos que possam fazer com que as prefeituras, diretamente, recuperem suas próprias vias e façam trabalhos para poder ajudar às pequenas famílias, às pequenas propriedades.

Então, é um movimento a que o Governo está atento, porque, na medida em que ajuda os Municípios e contribui com eles, trabalha para o crescimento da economia, desenvolve a economia. Isso tem dupla via: faz com que cresça a economia brasileira e tem forte significado para nosso País. É muito importante para o Brasil a força que ganhou a representação dos Municípios por intermédio de suas organizações nacionais, da confederação e das associações de Prefeitos dos Estados. Isso tem repercutido.

O Presidente da República não pode desconhecer os Municípios. O Congresso já não desconhece os Municípios, que têm ganhado cada vez mais relevo. Os prefeitos não saem daqui sem nada, voltam para os seus Municípios conscientes de que tiraram

daqui uma boa colheita, o que vai repercutir no Brasil inteiro. Isso distribui mais a nossa riqueza, produzida nacionalmente, que tem se concentrado em poucos Estados. O Brasil é um País de forte concentração de riqueza, pouquíssimos Estados concentram a riqueza do Brasil, e a União tem grande responsabilidade nessa distribuição.

Aqui levantamos muito a idéia de que temos que descentralizar ao máximo a questão tributária. Nós devemos até discutir com o Governo a questão das contribuições, como descentralizar as contribuições no sentido da participação dos Estados e Municípios. Porém, não fosse a União Federal, neste Governo e nos outros, muitos Municípios já teriam fenecido, não estariam mais no mapa nacional, e o movimento que existe dentro e fora do Congresso Nacional para emancipação de novos distritos, transformando-os em Municípios, também já não existiria mais, porque não haveria condições de ir à frente em função exatamente da natureza dessa concentração no Brasil.

A União tem o papel relevante de garantir essa distribuição, de perceber a necessidade dos pequenos Municípios. São esses programas que atendem cada Município, inclusive os situados nos mais distantes rincões do nosso País. Programas como o Fundeb e como o SUS atingem aqueles Municípios distantes, onde têm grande impacto social e econômico. O Bolsa-Família cobre todo o território nacional. Onde vai se materializar o Fundeb? Onde vai se materializar e onde se materializa o SUS? Onde se materializa o Bolsa-Família? É nos Municípios que se materializam essas políticas públicas.

Então, compreendo que os prefeitos saem vitoriosos da nossa Capital, da Capital do Brasil. Acho que agora encontramos o momento certo, a hora adequada para garantir essa vitória aos prefeitos de todo o Brasil, aprovando, separadamente, a emenda à Constituição que garante esse 1% aos prefeitos. O próprio Presidente brincou pedindo para que os prefeitos não reivindiquem mais 1% imediatamente, dando pelo menos três anos de folga, de fôlego para que o Governo possa ampliar ainda mais. Ele já considera justo que, daqui a pouco, os prefeitos reivindiquem mais, porque é necessário que haja mais recursos nas prefeituras do nosso País.

Sr. Presidente, era esta a questão que eu queria levantar aqui, demarcando o movimento dos nossos prefeitos hoje na Capital do Brasil, em Brasília, mostrando a necessidade de uma atenção especialíssima aos Municípios brasileiros, que são a base da sustentação da nossa República.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. Bloco/PTB – RR) – Concedo a palavra, como Líder do Democratas, ao Senador José Agripino.

V. Ex^a dispõe de cinco minutos.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, usarei meus cinco minutos para fazer um comentário sobre a Marcha de Prefeitos e assumir um compromisso em torno dela em nome do meu Partido.

Senador Arthur Virgílio, V. Ex^a deve estar, como eu estou com o meu, com o seu gabinete cheio de Prefeitos. Para mim, é um grande prazer recebê-los. São pessoas solidárias, amigas, a quem recebo com grande satisfação, mas com o coração apertado, porque sei, como V. Ex^a sabe, a situação que eles vivem hoje.

Senador Jayme Campos, conversei com vários deles de ontem para hoje. Começaram a chegar ontem e já me contaram histórias que ouço lá e aqui.

Senadora Marisa, um deles me exibiu uma espécie de contracheque. É a conta bancária do Fundo de Participação. Ele mostrou quanto recebia de Fundo de Participação, sendo que seu Município vive quase que somente desse fundo. Com os descontos de folha de pessoal, de transferência para a Câmara de Vereadores, de desconto dos precatórios, sabe de quanto era o saldo para investimentos? De R\$320,00. Trezentos e vinte reais! Ele me disse: “Senador, eu não tenho o que fazer; estou para entregar a prefeitura que o povo me deu. Venho aqui pedir socorro, pelo amor de Deus!”

Essa é a situação das prefeituras que há anos esperam por aquele um por centinho que votamos aqui no Senado, na reforma tributária, do aumento de 22,5% para 23,5% no Fundo de Participação, que aconteceu por força da pressão dos Prefeitos. Nós votamos aqui. O Democratas, antigo PFL, lutou, junto com o PSDB, com o PPS, para aprovar na Câmara a reforma tributária como ela saiu daqui, para até votar isoladamente o crescimento de 22,5% para 23,5%; o Governo é que nunca topou. Agora, Senador Garibaldi, está topando. Pela pressão dos Prefeitos, anunciou que agora vai permitir que se vote separadamente.

Já é um ganho. Já não voltam de bolsos vazios. Já valeu a pena a pressão. Mas isso não é tudo, porque resta outro problema, para o qual eu peço a colaboração de todos os Partidos, do PMDB, do Democratas, do PSDB, do PCdoB: é o projeto dos precatórios.

Era Relator desse Projeto o Senador César Borges, que fez um belo trabalho. Ele estava com o relatório praticamente pronto, mas, infelizmente, ou felizmente, foi eleito para a Mesa, e os Senadores que compõem a Mesa não podem participar de comissões permanentes. Ele devolveu a relatoria, que foi entregue ao

Senador Valdir Raupp, que agora prepara, começando do zero, o seu relatório.

Eu pediria a compreensão, Senador Inácio Arruda. Essa questão dos precatórios para os Municípios é quase tão importante quanto esse um ponto percentual a mais no Fundo de Participação, porque são precatórios de questões trabalhistas, basicamente, que zeram a conta das disponibilidades das prefeituras. São contenciosos trabalhistas de três, quatro administrações para trás, pelos quais eles hoje “pagam o pato”. “Pagam o pato” e não têm dinheiro para pagar. Ficam imobilizados.

Quanto ao um ponto percentual a mais, tomara que o Governo cumpra o que prometeu. A questão dos precatórios tem que ser ponto de honra nosso. Temos que acelerar a apreciação dessa matéria na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, fazer com que ela vá para outras Comissões e trazê-la a Plenário, para que possamos entregar aos Prefeitos esse mínimo que nos compete e lhes restitui a condição de governar. Esse é o segundo compromisso que, em nome do meu Partido, quero assumir com os Prefeitos, e assumirei, porque estarei reunido com os Prefeitos do meu Estado às 19 horas para repetir o que estou falando aqui e agora.

Senador Tasso Jereissati e Senador Jarbas Vasconcelos, um minutinho da atenção de V. Ex^{as}. Há um fato que deve estar acontecendo no seu Ceará, Senador Tasso, e no seu Pernambuco, Senador Jarbas Vasconcelos, porque já está acontecendo no meu Estado. O meu Estado tem várias regiões, como o Ceará tem, como Pernambuco tem. Temos as regiões do Seridó, Oeste, Médio-Oeste, Vale do Açu, Centro-Norte, Mato Grande, Trairi, Potengi, Agreste.

No meu Estado – conversei com os Prefeitos hoje –, nas regiões Agreste, Trairi, Potengi, Centro-Norte, Mato Grande, onde vive mais de um milhão de pessoas, agricultura familiar, zero. Caíram as chuvas, pararam, e a seca está posta. Quem plantou perdeu. Não dá para plantar mais. Aí, Senador Tasso, me procuram os Prefeitos, desesperados, porque, como a agricultura familiar está reduzida a zero e sem perspectiva para este ano, um milhão de pessoas estão na perspectiva de indigência. E a perspectiva de indigência passa por um degrau, que é a porta da Prefeitura. A Prefeitura, quebrada, pelos precatórios que paga sem poder e por causa do fundo de participação minguaado pela má vontade do Governo, que agora está sendo generosamente apresentado como um ganho aos Prefeitos por parte de um Governo que há três anos nega esse crescimento de um ponto percentual.

A quem os agricultores estão recorrendo, Senadora Marisa Serrano? Aos Prefeitos, que não têm

o que dar. No meu Estado, o Governo não se manifestou em nada, nem o Governo Federal. Senador Jarbas Vasconcelos, V. Ex^a foi Governador, como eu fui, como o Senador Tasso Jereissati também o foi. Quem, no nosso tempo, chegava em primeiro lugar? A nossa Sudene, que era o órgão que coordenava as emergências, as ações excepcionais, porque tinha a inteligência da região. Que Sudene? Que Sudene, que não foi recriada pela incúria do Governo e pelo veto do Presidente Lula?

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, trago esta denúncia e esta preocupação. Senador Tasso Jereissati, Senador Jarbas Vasconcelos, botem o ouvido no chão e ouçam se lá em Pernambuco e no Ceará já não está acontecendo o que ocorre no Rio Grande do Norte. Aquela região larga, 200 quilômetros do litoral para dentro, onde já deveria ter chovido. Choveu há dois, três meses. O pessoal plantou, frustrou a safra, não chove mais, não tem a quem recorrer. Os governos estaduais estão de costas para o povo; o Governo Federal não se diz presente, e a Sudene morreu.

O terceiro compromisso que quero tomar, e o farei, evidentemente, com o de acordo daqueles que são nordestinos ou não, é colocarmos, na semana que entra, no mais tardar, Senador Mozarildo, a apreciação do veto do Presidente da República, que suprimiu os recursos que dariam vida à Sudene e a sua Sudam – V. Ex^a, que é de Roraima.

Estes são os três compromissos que, em nome do meu Partido, tomo de público com os Prefeitos do Brasil, particularmente com os da minha região e do meu Estado: lutar pela aprovação rápida da questão dos precatórios; o endosso com o voto que será dado, de forma entusiástica, com o crescimento de 22,5% para 23,5%, na questão do Fundo de Participação; e a recriação da Sudene, uma luta que é de todos nós, a começar do Senador Tasso Jereissati, que, por um ano inteiro, presidindo uma Comissão, fez um bonito trabalho que, ao final, foi vetado por Sua Excelência, o Presidente Lula.

Se V. Ex^a me permitir, concedo aparte, com muita honra, ao Senador Tasso Jereissati.

O Sr. Tasso Jereissati (PSDB – CE) – Com a licença do Senador Presidente, é apenas para confirmar que o mesmo fenômeno que V. Ex^a já começa a observar no Rio Grande do Norte, nós temos observado também no Estado do Ceará, e com a mesma perplexidade: falta interlocutor. Historicamente, desde a criação da Sudene, e mesmo do velho Dnocs, havia interlocutores das autoridades, das lideranças, das lideranças comunitárias, dos Prefeitos, quando começava a apertar a possibilidade de uma seca. Agora não é que falte só a Sudene, que falte projeto para o Nor-

deste, falta até interlocutor. Não existe, simplesmente, conhecimento sobre a quem se deve dirigir, com quem se deve conversar a respeito dos emergentes problemas que começam a acontecer. Portanto, só resta o Presidente da República, e o Presidente da República, infelizmente... Já houve discursos aqui, feitos por alguns Senadores, que falavam das promessas, mas, na verdade, os Municípios estão cada vez mais à míngua. Todas as promessas feitas durante a reforma tributária não aconteceram. Os Municípios mais pobres é que estão sofrendo com isso, particularmente. Deus queira... Pelo que tenho ouvido, Senador Jarbas Vasconcelos, em alguns Municípios a safra já está perdida, pois está acontecendo aquilo que chamamos lá de seca verde. Se isso acontecer e continuar acontecendo em outras regiões e realmente se perder a safra, haverá um momento de muita dificuldade, porque o Governo não tem sequer um plano, não tem um órgão e não tem ao menos um interlocutor.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN) – Obrigado, Senador Tasso Jereissati. Completando meu pronunciamento, Sr. Presidente, Senador Mozarildo Cavalcanti, quero dizer que, no meu Estado, Senador Tasso Jereissati, há 167 Municípios. Destes, 57, Senador Garibaldi Alves Filho, solicitaram a decretação de estado de calamidade. Ninguém solicita isso se não estiver realmente nessa situação, porque existem consequências. E a consequência é produto da seca verde que se instalou. A seca verde significa agricultura familiar zerada. Agricultura familiar zerada significa fome. E fome é má conselheira. E antes que o mau conselho chegue às pessoas desesperadas por desassistência de Governo de Estado e do Governo Federal e pela inexistência da Sudene, estamos aqui clamando pela assistência, no Estado do Rio Grande do Norte, aos Municípios que não têm a quem apelar no momento, tomando o compromisso de brigar para que, no mais tardar, na próxima semana, o veto à Sudene seja votado e, se Deus quiser, derrubado, para que voltem a existir Sudene e Sudam.

O Sr. Garibaldi Alves Filho (PMDB – RN) – V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN) – Senador Garibaldi Alves Filho, com muito prazer.

O Sr. Garibaldi Alves Filho (PMDB – RN) – Senador José Agripino, a situação no Rio Grande do Norte é muito grave. Pode até ser que não seja tão grave no Ceará, mas parece que, pelo depoimento do Senador Tasso Jereissati, também é muito preocupante. Ao mesmo tempo em que as chuvas deixaram de cair e houve a suspensão do inverno, tanto o Governo Estadual quanto o Federal ainda não se articularam para conviver com esse período de seca que vai exigir deles

uma programação, um plano que não seja somente para o que está acontecendo agora, que é a presença dos carros-pipas e o início da distribuição de cestas básicas. Sabemos muito bem que essa convivência com a seca impõe outros programas voltados para o setor produtivo. Por mais que se diga que a seca é terra arrasada, há quem possa, por meio da caprinocultura e de outras saídas, buscar a sobrevivência dos animais e também ter a certeza de que alguns serviços e algumas obras poderão ser realizados. Era esse o depoimento que eu queria dar a V. Ex^a.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN) – Obrigado, Senador Garibaldi Alves Filho. Quero dizer a V. Ex^a que os carros-pipa, pelo que os Prefeitos me disseram, já voltaram a rodar nessas regiões a que me referi, mas ainda não estão rodando nas regiões onde V. Ex^a, como Governador, implantou o programa das adutoras, que, graças a Deus, estão funcionando e matando a sede das populações de muitas dessas áreas. Nas outras, o carro-pipa está para cima e para baixo, consumindo dinheiro das Prefeituras.

Sr. Presidente, a par de deixar o compromisso do meu Partido com a aprovação dos precatórios e do aumento de um ponto percentual no Fundo de Participação, quero fazer um alerta para o que já começa a ocorrer no nosso Estado. Antes que seja tarde, é preciso recriar a Sudene, e o Governo Federal deve voltar os seus olhos para um pedaço do Brasil chamado Rio Grande do Norte, de que o Governo apenas se lembra em tempo de eleição.

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – Senador José Agripino, V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN) – Com prazer, Senador Heráclito Fortes.

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – V. Ex^a faz um discurso oportuno, exatamente no momento em que todos os Prefeitos do Brasil estão em Brasília. Peço a compreensão dos Prefeitos da região Sul e das regiões que não passam no momento por essa crise como seus colegas nordestinos. Quero falar, de maneira muito especial, em nome dos piauienses que padecem desse problema. Hoje, pela manhã, recebi a Prefeita de Luzilândia, o Prefeito de Joca Marques, o Prefeito de Jatobá do Piauí, o Prefeito de Campo Maior, o Prefeito de Cristino Castro e outros. Com tristeza, ouvi o depoimento de cada um deles. V. Ex^a foi preciso na sua intervenção. Se a Sudene estivesse restabelecida, teríamos o canal próprio para a intervenção rápida em questões dessa natureza. Mas, não. E eu quero fazer um alerta aos prefeitos que estão aqui e irão amanhã carregados de promessas do Governo. A primeira medida do Governo é não repassar dinheiro para ONGs nem para entidades sobre as quais não se sabe

como empregam o dinheiro e tampouco como prestam contas. O canal é o prefeito, são as prefeituras deste País. O que se vê – e há muita queixa, valendo para o Brasil inteiro – é que, em situações dessa natureza, os recursos não são passados para os Municípios. O prefeito fica à margem das providências. Geralmente, são passados para ONGs ou entidades afins. Desse modo, ninguém sabe, não se tem controle da situação, e os recursos são liberados a bel-prazer, em geral para atender a apadrinhados políticos. A chuva, quando vem, é para todos, assim como a seca. Então, essa é uma questão que merece ser acolhida pelo Governo no sentido de socorrer a todos e não somente alguns. Portanto, parabênzo V. Ex^a, esperando que o Governo tome providências para amenizar a dor dos nossos irmãos nordestinos. Muito obrigado.

O SR. JOSÉ AGRIPIPO (PFL – RN) – O Senador Heráclito... É só para encerrar, Presidente Mozarildo, um minuto.

O Senador Heráclito me enseja contar uma história, para encerrar. Providências, sim, mas algumas providências saneadoras também. Senador Heráclito, V. Ex^a falou em ONGs.

Ontem, às seis e meia da tarde, eu estava com três prefeitos no meu gabinete, e um deles me contou, me relatou e me pediu providências. Ele disse: Senador, há um bom programa em curso, que já vem de muito tempo: a construção de cisternas. Mil cisternas, um milhão de cisternas. É um número grande. Ele me disse: eu recebi dinheiro, no meu Município, para a construção de cisternas, numa região muito seca, uma região serrana, no Município de Tenente Laurentino, Senador Garibaldi, região serrana onde, em muitos locais, não há água e a construção de cisterna é a solução. Ele me disse: recebo e construo uma cisterna, dentro do padrão que me é determinado, por R\$1.200,00. A mesma cisterna está sendo construída por organizações não-governamentais, ONGs, que recebem – eu, prefeito, recebo, para a construção de cisternas, R\$1.200,00 – R\$1.700,00 para fazer o mesmo benefício.

Eu disse: e a diferença? Ele disse: sabe em que é aplicada? Em cursos em que ensinam as pessoas como beber a água, como usar a água. Eu disse: não é possível, porque isso é uma forma disfarçada de você jogar o dinheiro fora. Porque ensinar como consumir a água não seria como manter a água limpa? Ele disse: não, é como consumir a água.

Além do mais, Senadora Marisa Serrano, as conversas com os prefeitos, que são didáticas, levam-nos à tomada de providências saneadoras no campo da probidade administrativa e da seriedade. Mil e duzentos reais por prefeito, e está lá feita a cisterna; para a ONG... E aí, Senador Heráclito Fortes, é mais do que

apropriada a Comissão Parlamentar de Inquérito que V. Ex^a propôs e que tem que ser instalada, para ver, dentre outras coisas, essa questão.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. Bloco/PTB – RR) – Concedo a palavra ao próximo orador inscrito, Senadora Ideli Salvatti.

V. Ex^a dispõe de 10 minutos, Senadora.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB – RO) – Sr. Presidente, peço a palavra até que a Senadora chegue à tribuna.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. Bloco/PTB – RR) – Tem a palavra V. Ex^a.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB – RO. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Gostaria que V. Ex^a me inscrevesse para falar pela Liderança do PMDB. Gostaria também de saber a ordem dos inscritos, quantos estão inscritos na minha frente.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. Bloco/PTB – RR) – Depois da Senadora Ideli, tem a palavra o Senador Francisco Dornelles, outro orador e, em seguida, V. Ex^a.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB – RO) – Obrigado, Sr. Presidente.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, como não poderia deixar de ser, o que me traz à tribuna também é a 10^a Marcha dos Prefeitos.

Estive na solenidade, que foi muito representativa, ante a presença das autoridades federais, tais como o Presidente da República, 23 Ministros, representantes das nossas principais empresas públicas e estatais; Presidência da Câmara, Deputado Arlindo Chinaglia; Presidência do Senado, Senador Renan Calheiros; a representação que conduziu o evento de abertura, Paulo Ziulkoski; da Confederação Nacional de Municípios; e João Paulo, Prefeito de Recife, que preside a Frente Nacional dos Prefeitos.

Foi uma solenidade extremamente importante, muito significativa. Obviamente, as questões, os anúncios tratados nessa abertura já foram aqui reportados por vários Senadores.

Agora, eu gostaria de trazer aqui alguns elementos, levantados por minha Assessoria, para subsidiar meu pronunciamento. É bastante interessante observar que a Confederação Nacional dos Municípios, CNM, tem no seu *site* um histórico dos dez anos da marcha, ano após ano: o que aconteceu, o que deixou de acontecer, as frustrações e as conquistas. Termina com as principais reivindicações da 10^a Marcha dos Prefeitos.

Entre as principais reivindicações estão questões muito importantes como a dos precatórios, a da Emenda Constitucional nº 29, a questão do um ponto percentual a mais do FPM, e, obviamente, a da mudança nos critérios da distribuição dos recursos do Fundeb. O *site* da CNM termina com o tópico “Avanço dos últimos anos”, assunto com o qual gostaria de iniciar a minha fala.

A própria Confederação Nacional dos Municípios estabelece como os três principais avanços as políticas adotadas pelo Governo Lula, que tiveram a aprovação do Congresso Nacional, ou seja, uma decisão política, uma disposição, uma iniciativa política, Senador Lobão, posteriormente aprovada pelo Congresso Nacional.

E quais os avanços que a própria Confederação Nacional dos Municípios relata como os mais importantes dos últimos anos da Marcha dos Prefeitos?

Primeiro deles: Lei Complementar do ISS, que, ao ampliar a base de arrecadação e limitar a alíquota mínima, permitiu enorme aumento da arrecadação desse imposto. Essa decisão foi tomada pelo Presidente, veio o projeto, nós o aprovamos e, hoje, está beneficiando de forma significativa os Municípios brasileiros.

Segundo avanço, realçado pela Confederação Nacional dos Municípios no seu *site*: repasse direto do salário-educação, sem interferência dos Estados. Como acontecia antes? Um terço do salário-educação ficava na União (FNDE) e dois terços eram repassados para os Estados e Municípios, mas quem os distribuía era o Governo Estadual por meio de convênio, mas que eram desigualmente distribuídos. Hoje não, pois a lei que foi aqui encaminhada e aprovada pelo Congresso Nacional distribui os recursos automaticamente e proporcionalmente ao número de alunos. Portanto, se um Município tem mais alunos, ele recebe um volume maior de salário-educação. O objetivo do salário-educação não pode ser outro: é o atendimento do aluno e não das conveniências e dos convênios como acontecia antes.

Terceiro avanço: transferência de 25% da arrecadação da Cide, percentual incidente sobre – inicialmente 25% – 29% dos recursos da Cide distribuídos aos Estados pela União. Portanto, houve também essa iniciativa, uma vez que, ao ser criada, deveria ser uma contribuição exclusiva da União.

A partir da decisão do Presidente Lula, 25% dessa contribuição passou a retornar aos Estados e aos Municípios, percentual que posteriormente chegou aos 29%.

Senador Francisco Dornelles, as três conquistas que a própria Confederação Nacional dos Municípios cita como os principais ganhos obtidos pelas Marchas referem-se a medidas que ampliaram os recursos nos

cofres municipais, e todas elas foram iniciativas do Governo Lula em seu primeiro mandato, aprovadas pelo Congresso Nacional. Essa é uma forma de mostrar, inequivocamente, como as reivindicações têm sido acolhidas.

Aliás, a Mesa – se podemos chamar assim – composta pelo Presidente da República, pelo Presidente do Congresso Nacional, pelo Presidente da Câmara, por 23 Ministros e por boa parte do *staff* das empresas e das estatais brasileiras demonstra o apreço de quem comanda o País e o Congresso pelo trabalho das prefeitas e dos prefeitos.

Ouçó, com muito prazer, o Senador Edison Lobão.

O Sr. Edison Lobão (PFL – MA) – Senadora Ideli Salvatti, há que reconhecer que neste Governo algum avanço já se obteve em benefício dos Municípios brasileiros, seja pela iniciativa do Presidente da República, seja pela concordância dele com iniciativas geradas no Congresso Nacional. Não se pode esconder isso. Porém, é necessário que se avance mais.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Com certeza.

O Sr. Edison Lobão (PFL – MA) – Bastante mais. Devo dizer a V. Ex^a que, há 15 anos, 18 anos, os Municípios participavam com apenas 8% do bolo dos tributos nacionais, como o Fundo de Participação. Na Constituinte, elevamos esse quantitativo para algo em torno de 22%. Terá sido, portanto, um avanço considerável. E a intenção do Constituinte – fui um deles – era fazer com que os prefeitos se libertassem dos peditórios normais, seja junto aos Governos Estaduais, seja junto à Presidência da República, aos Ministérios. Porém, em seguida, tarefas foram repassadas aos Municípios, obrigações também, e eles, de novo, afogaram-se em dificuldades, entre as quais, dívidas de administrações anteriores, sobretudo com a Previdência. Não há dúvida de que agora temos de repensar todo esse modelo. Temos de examinar as queixas dos Municípios. Sou, desde logo, um municipalista e não quero, com isso, retirar a responsabilidade dos Municípios e repassar-lhes apenas os recursos. Mas creio que devemos repensar toda essa situação e dotar as prefeituras, os Municípios, dos recursos legítimos e necessários à execução de um bom trabalho. Cumprimento V. Ex^a pela informação que traz. É bom que o País tome conhecimento daquilo que já se fez, sem embargo daquilo que ainda se poderá fazer em benefício dos Municípios.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Agradeço, Senador Edison Lobão.

É a 10ª Marcha, mas a quinta a que o Presidente Lula comparece com todo o seu *staff*, com a maioria

dos Ministros – que ficam, durante toda esta semana, absolutamente à disposição dos prefeitos, dos vice-prefeitos, dos vereadores, para dar andamento às suas reivindicações.

Isso é importante – inclusive, pedi os dados –, porque a questão do FPM é legítima. Quando o Presidente anunciou hoje a desvinculação de uma vez por todas, foi aplaudido de pé. E já votamos, Senador Romeu Tuma, em 2003, 2004, 2005, 2006; está lá na Câmara, não avança a reforma tributária. Já que muitas das questões que estão na reforma tributária vão ter de ser modificadas mesmo, o melhor é que se separe, que se vote o 1 ponto percentual do FPM, para atendermos, de uma vez por todas, esse pleito tão legítimo, que os prefeitos vêm reivindicando há tanto tempo.

Mas é importante levar em conta que o Fundo de Participação dos Municípios cresceu e muito – e muito, Senador Romeu Tuma. Pedi, caso os demais Senadores tenham interesse, que informassem, Estado por Estado, qual foi o crescimento do FPM, em relação, inclusive, à inflação. Santa Catarina é um Estado que obviamente me interessa e foi o primeiro que acessei: enquanto a inflação de 2003 até 2006, dependendo do índice, foi de 26% ou de 28%, a arrecadação, o crescimento do FPM para os Municípios catarinenses ultrapassou a casa dos 56%. E assim foi para a grande maioria dos Estados. O Estado que teve a maior variação foi o Ceará: 63% para uma inflação, volto a dizer, de 26% ou 28%, dependendo do índice utilizado.

O Estado que obteve a menor variação foi o Amapá, com 47%, o que, mesmo assim, está bastante acima da inflação.

Portanto, os Municípios estão reivindicando 1 ponto percentual, mas o crescimento da economia, as transferências de renda, os programas e os projetos de relação do Governo Federal com os Municípios, a ampliação do salário mínimo, isso tudo teve uma repercussão significativa na economia municipal. O FPM cresceu, na grande maioria dos Estados, mais que o dobro da inflação do período, Senador Romeu Tuma. Esses são dados importantes.

Senador Romeu Tuma, vou conceder-lhe um aparte, mas antes vou dizer os números de São Paulo.

(Interrupção do som.)

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Obrigada, Sr. Presidente.

O Estado de São Paulo teve um crescimento de 60%, ou seja, em 2002, o FPM dos Municípios de São Paulo ultrapassou a casa dos R\$2,469 bilhões, mas, em 2006, chegou a quase a R\$4 bilhões, Senador Romeu Tuma.

Concedo-lhe um aparte, com muito prazer.

O Sr. Romeu Tuma (PFL – SP) – Senadora Ideli Salvatti, nos últimos tempos, tenho lido, com muita atenção, algumas matérias publicadas, principalmente nos jornais de São Paulo – **Estadão e Folha de S.Paulo** –, sobre o crescimento e o progresso de alguns Municípios do Estado de São Paulo e, acredito, do restante do Brasil. Temos de homenagear os prefeitos que têm atraído empresas para a produção no interior. O interior é um novo Estado, principalmente em São Paulo, onde os grandes Municípios estão crescendo com bastante vigor, porque os prefeitos, bons administradores, estão atraindo empresas para o desenvolvimento do Estado. Então, diz-se até que, dentro do Estado de São Paulo, há novos Estados em progresso, pela maneira com que as indústrias estão instalando-se. Ainda ontem acompanhei o Presidente Lula na inauguração da Feira Internacional de Autopeças, e os dados fornecidos na ocasião pela Presidência da Associação, pelo próprio Presidente Lula e por outros oradores são surpreendentes, sobretudo para quem não acompanha de perto essa evolução econômica. Há indústrias de autopeças em cidades do interior, as quais estão atraindo produtores.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – É a interiorização do emprego e do investimento.

O Sr. Romeu Tuma (PFL – SP) – Atrai-se a autopeça para perto da fábrica, o que traz um progresso enorme aos Municípios. Ontem, publicou-se que, segundo o Presidente Lula, neste ano, provavelmente 2,6 milhões de veículos poderão sair das montadoras.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Fiz referência a isso no meu discurso de ontem, Senador.

O Sr. Romeu Tuma (PFL – SP) – Desculpe-me, Senadora. Então, ele copiou V. Ex^a, ouviu seu discurso e falou sobre o assunto.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Com certeza, não. Os dados da Anfavea estão aí. A Anfavea os divulgou.

O Sr. Romeu Tuma (PFL – SP) – Eu a vi cochichando com ele outro dia, numa mesa, e acredito que V. Ex^a estava dizendo isso.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Eu, não.

O Sr. Romeu Tuma (PFL – SP) – Tem que dar informação mesmo. Mas acho que os prefeitos merecem hoje uma atenção especial...

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Com certeza.

O Sr. Romeu Tuma (PFL – SP) – ...porque eles estão se desdobrando para fazer com que o PIB brasileiro cresça.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Agradeço, Senador Romeu Tuma.

Se o Presidente me permite, quero passar aqui alguns dados que são muito importantes para entender toda essa interiorização, valorização. É claro que quanto mais há demandas, mais recursos são necessários. E os recursos têm sido encaminhados para as prefeituras.

Então, em termos de FPM, em 2002, eram R\$18,5 bilhões; em 2006, R\$30 bilhões foram transferidos aos Municípios brasileiros.

Quanto ao ISS, em relação ao total da arrecadação municipal, enquanto que, em 2003, era de apenas 38% do total da arrecadação, por conta das mudanças que aprovamos aqui no Congresso, já passa dos 42%. Portanto, o ISS vem se transformando numa das principais fontes arrecadoras dos Municípios.

O salário-educação, que, em 2004, transferia R\$1,575 bilhão, em 2006, já ultrapassou a casa dos R\$2,2 bilhões.

As transferências para a área de saúde, enquanto, em 2002, eram de R\$13,5 bilhões, em 2006, já ultrapassaram a casa dos R\$17 bilhões.

E mesmo o auxílio financeiro do fomento às exportações – sobre o qual sempre volta aquela velha questão da Lei Kandir -, em 2004, para os Municípios, foi de R\$252 milhões; em 2006, triplicou: mais de R\$600 milhões.

E hoje, na Marcha, o Presidente foi ovacionado em dois momentos: quando anunciou a desvinculação – ou seja, vamos votar o um ponto percentual do FPM (Fundo de Participação dos Municípios) separado, já que vamos precisar mesmo fazer alterações naquela proposta de reforma tributária – e, num segundo momento, quando ele anunciou que, agora, para as medidas do Programa de Aceleração do Crescimento, vai haver muito recurso para saneamento, habitação e obras de infra-estrutura.

Em todas essas parcerias, em todos esses convênios, será reduzida a contrapartida. Poderá chegar, dos 20% de hoje, a algo até em 0,1%. Qual é o nosso desafio? Tanto o FPM (o aumento de um ponto percentual) quanto a redução da contrapartida dependem agora da ação do Congresso Nacional.

Ou seja, já votamos o aumento de um ponto percentual no Senado. A Câmara tem uma série de medidas provisórias, inclusive várias delas do PAC, que precisam ser votadas antes de se poder chegar à

votação do um ponto percentual do FPM. Espero que haja acordo, que haja evolução, para que efetivamente os prefeitos possam sair daqui esta semana com a votação do um ponto percentual. Vamos torcer para que haja esse acerto, essa conversa, essa negociação lá na Câmara.

E nós, o Congresso Nacional, teremos que fazer um acordo para votar o PLN nº 1,...

(Interrupção do som.)

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – que altera os valores do Orçamento de 2007 de R\$4,3 bilhões para R\$11,2 bilhões para o Projeto Piloto de Investimentos, que são aqueles recursos que não têm contingenciamento; e, a pedido do Presidente da República, o Relator do PLN nº 1, Senador Romero Jucá, já preparou a emenda para reduzir a contrapartida das prefeituras nos projetos de saneamento, habitação e infra-estrutura urbana, para que o percentual seja, em vez de 20%, até de 0,1%, dependendo das condições, obviamente, de maior necessidade dos Municípios.

Por isso, as decisões estão tomadas, a orientação está dada pelo Presidente, e agora o Congresso Nacional poderá brindar os prefeitos nessa 10ª Marcha, permitindo que eles saiam daqui com o aumento de um ponto percentual, e permitindo que eles possam ter uma contrapartida mais adequada para realizar tantos projetos importantes na área da habitação, do saneamento e da infra-estrutura urbana.

Agradeço, Sr. Presidente. Peço desculpa por ter passado vários minutos além do meu tempo.

Durante o discurso da Sra. Ideli Salvatti, o Sr. Mozarildo Cavalcanti, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Adelmir Santana.

O SR. PRESIDENTE (Adelmir Santana. PFL – DF) – Com a palavra, pela Liderança do PP, Senador Francisco Dornelles.

O SR. OSMAR DIAS (PDT – PR) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Adelmir Santana. PFL – DF) – Pela ordem, concedo a palavra ao Senador Osmar Dias.

O SR. OSMAR DIAS (PDT – PR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, não vou atrapalhar o pronunciamento do Senador Dornelles, até porque esta solicitação pela ordem é para que o próprio Senador Dornelles possa me auxiliar. Trata-se de uma reivindicação que tenho a fazer à Mesa.

Estou ouvindo os discursos de todos os Senadores que, evidentemente, apóiam a pauta de reivindica-

ções dos Prefeitos. Uma pauta antiga que acompanhei por vários anos. E todas as vezes que ocorre essa marcha a Brasília, as promessas acontecem, mas, de concreto mesmo, nada. Esse 1% é mais antigo do que as Prefeituras do Brasil. Há muito tempo que ouço falar nesse 1%, como se ele fosse também resolver o problema das Prefeituras.

Esse 1% é mais R\$1 bilhão para as Prefeituras dividirem entre 5.300 Prefeituras por esse Brasil afora.

Tenho uma proposta de emenda constitucional que está aguardando que a Mesa coloque em votação, o que, efetivamente, seria a solução para os problemas das finanças dos Municípios.

Estou pedindo a palavra pela ordem, antes do pronunciamento do Senador Dornelles, porque ele entende mais do que eu o que estou propondo.

Quando o Governo manda para cá a reforma tributária, manda aumentar as contribuições que ficam 100% nas mãos do Governo Federal; nada com o Município, nada com o Estado. O que estou propondo na minha PEC é que 10% de todas as contribuições sejam destinadas aos Municípios e 10%, aos Estados. Estou falando, portanto, de R\$16 bilhões para os Estados e de R\$16 bilhões para os Municípios. Não estou falando de R\$1 bilhão, não; estou falando de R\$16 bilhões.

Agora, por que todos fazemos o discurso em defesa dos Municípios, por que todos defendem a descentralização dos recursos, mas a minha PEC sequer é colocada em votação? Se todos aqui concordamos que é preciso descentralizar, mandar recursos para os Municípios e para os Estados, vamos votar a PEC de minha autoria que destina 10% de todas as contribuições, que, no ano passado, renderam ao Governo Federal R\$160 bilhões. Vou repetir, quando se aumenta a arrecadação – podem olhar –, é porque as contribuições estão sendo aumentadas. Já estão aqui mandando para o Senado, para a Câmara a prorrogação da CPMF até 2010. Então vamos votar, Sr. Presidente, mas vamos colocar também para votação uma PEC que é a salvação do Prefeito, para que ele deixe de depender do Governador e do Presidente para tocar o seu Município.

Muito obrigado. E peço desculpas pela interrupção ao Senador Dornelles.

O SR. PRESIDENTE (Adelmir Santana. PFL – DF) – Vamos determinar à Secretaria da Mesa que recolha as notas taquigráficas e leve à Presidência da Casa a sua reivindicação.

Com a palavra o Líder Francisco Dornelles, por cinco minutos.

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco/PP – RJ. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, a imprensa hoje noticia que recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador podem ser utilizados para refinar a dívida agrícola.

Srs. Senadores, o Fundo de Amparo ao Trabalhador foi criado com o objetivo de estimular política de geração de emprego e renda, de pagar o seguro-desemprego e de pagar o 14º salário. Os recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador vêm do PIS/PASEP. No passado, toda a arrecadação do PIS/PASEP ia para o FAT. Além disso, as despesas com o seguro-desemprego eram menores. Isso propiciou e permitiu que o FAT tivesse um grande patrimônio. Com o tempo, com a DRU, o FAT perdeu 20% da receita do PIS/PASEP. Por sua vez, as despesas do seguro-desemprego aumentaram, de modo que o FAT, hoje, tem um déficit primário. As despesas do seguro-desemprego, os recursos destinados ao BNDES e o 14º salário são cobertos com a parcela do PIS destinada ao FAT mais os juros desse patrimônio.

Ora, Sr. Presidente, destinar uma parcela do patrimônio do FAT para refinar dívida agrícola é um assalto ao Fundo de Amparo ao Trabalhador! O FAT não foi feito para refinar dívida agrícola.

Considero extremamente importante o Governo priorizar a agricultura e ter uma política específica para aqueles que estão na área rural, mas não com recursos do FAT. Ele não pode descapitalizar um fundo que pertence e que é administrados pelos trabalhadores.

E quando falo trabalhadores, Sr. Presidente, V. Ex^a sabe muito bem, que me refiro a empregados e empregadores. No momento em que o Governo descapitalizar o FAT, não teremos recursos suficientes para pagar o seguro-desemprego e o 14º salário num prazo muito curto de tempo.

Faço, pois, um apelo ao Presidente da República para que Sua Excelência não assine medida provisória neste sentido: de destinar recursos do Fundo de Amparo dos Trabalhadores para o refinanciamento de dívidas agrícolas.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Adelmir Santana. PFL – DF) – Como orador inscrito, tem a palavra o Senador Mozarildo Cavalcanti.

V. Ex^a dispõe de dez minutos para o seu pronunciamento.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (Bloco/PTB – RR. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, nesses meses todos, tem-se discutido muito – aliás, de maneira

sofrida – a questão da aviação brasileira, seja no que tange à segurança de voo, seja no que tange a denúncias de desvios e de má aplicação de recursos.

E, coincidentemente, Sr. Presidente, sai a notícia de que a Câmara aprovou, na Comissão de Constituição e Justiça, um projeto de minha autoria que acrescenta um adicional tarifário com o objetivo de subsidiar a aviação regional. No entanto, os grandes meios de comunicação – e até alguns articulistas de renome –, de maneira apressada, vinculam a questão do adicional tarifário apenas ao momento de dor e de aflição por que passam, ou que passaram, pelo menos, os passageiros nos aeroportos nos últimos tempos, sem falar no triste acidente com o avião da Gol, vindo justamente de Manaus para Brasília, quer dizer, sobre a Amazônia.

Pois bem, Sr. Presidente, apresentei o meu projeto no ano de 2001, e me inspirei em um projeto apresentado por um Deputado de Roraima, Elton Rohnelt, que objetivava reforçar a aviação regional, justamente para que pudéssemos ter, dentro de um plano aeroviário nacional, o reforço de uma aviação que pudesse atender principalmente a Região Amazônica, que representa 60% do território nacional. Penso que é inconcebível, por exemplo, que uma pessoa que queira se deslocar de uma cidade de pequeno porte para uma de médio porte tenha que ir para uma capital e, de lá, depois, deslocar-se em outro avião para uma cidade de médio porte.

Aliás, nesse particular, a revista **CartaCapital** desta semana diz que um documento não oficial dos militares aponta, entre as causas da pane aérea – o chamado apagão aéreo –, a fragilidade da Anac e o corte dos vôos regionais. Esse artigo cita, por exemplo, que um passageiro que vai de Porto Alegre a Londrina tem de ir a São Paulo e, de lá, para Londrina, porque as companhias não têm mais aviões médios que voem diretamente em rotas de menor movimento. Todos os vôos do Sul e Sudeste passam por São Paulo, e todos os vôos para o Norte e parte do Nordeste passam por Brasília, sobrecarregando esses dois conjuntos de aeroportos.

Veja bem: no ano de 2001, o objetivo deste Senador da Amazônia já era pensando na aviação regional; meu projeto era especificamente para a Amazônia Legal. Pois bem, ele foi aprovado no Senado e seguiu para a Câmara no dia 30 de agosto de 2002 – há cinco anos, portanto.

Agora, o referido projeto foi aprovado na Câmara, mais especificamente na Comissão de Constituição e Justiça, inclusive sendo apensado o projeto do

ex-Deputado Elton Rohnelt, que é de 2000 – portanto, um projeto de 2000 e outro de 2001 –, ambos com o objetivo de reforçar a aviação regional. Mas, na Câmara, o projeto foi ampliado, inicialmente para também atender às Regiões Nordeste e Centro-Oeste e, posteriormente, para atender a toda a malha nacional coberta pela aviação dita regional, que é essa aviação de pequeno porte.

No meu projeto original, eu dizia que o adicional seria de 1% sobre o valor da tarifa dos bilhetes de passagens vendidos pelas linhas aéreas regulares domésticas não suplementadas, e esse adicional seria destinado apenas para linhas regionais que ligassem duas localidades dentro da Amazônia Legal, sendo pelo menos uma delas classificada como de médio ou de baixo potencial de tráfego. Na verdade, são linhas que eu diria são muito mais sociais do que comerciais.

No entanto, nesse meio tempo, nesses cinco anos, várias pequenas empresas desapareceram. Sobrevive, por exemplo, na Amazônia, a Meta Linhas Aéreas, cuja sede é no meu Estado de Roraima, inclusive porque tem linha internacional que vai para a Guiana, antiga Guiana Inglesa, para o Suriname, para a Guiana Francesa, e voa também para Belém do Pará. Na nossa Região, também temos a Penta, a Tavaj, a Rico, mas, no Brasil todo, temos outras, como a Nordeste, por exemplo.

Sendo assim, é preciso que o Brasil repense o seu modelo aeroviário, deixando de estar cada vez mais concentrado em meia dúzia de empresas. Agora, inclusive, diria que não temos nem mais meia dúzia, porque, se sairmos da Tam e da Gol, quais são as que existem? A Varig foi comprada; a Transbrasil foi fechada; a Vasp também foi fechada. No fundo, ao longo desses anos, tivemos um descuido completo com a aviação no Brasil no que tange à questão do aumento da oferta de vagas e diminuição do número de aviões, e no que se refere ao total desleixo com as empresas de médio e de pequeno porte.

Esse projeto, portanto, poderia ser útil para reforçar as empresas regionais e descongestionar as empresas de grande porte, mas ele está sendo colocado como um Judas: na verdade, afirmam que é um projeto que visa massacrar ainda mais os passageiros, que estão passando por extremo desconforto e por extremo desrespeito.

Sr^{as} e Srs. Senadores, estou trazendo este assunto aqui para recolocar uma discussão que, lamentavelmente, é difícil de progredir aqui, Sr. Presidente – V. Ex^a que é aqui do Centro-Oeste –, principalmente

quando se trata de beneficiar as regiões mais pobres deste País.

Esse projeto, então, com as alterações que aconteceram na Câmara, não beneficiará mais somente a Amazônia Legal, o Nordeste e o Centro-Oeste, mas também todo o interior deste País, como a cidade de Londrina, citada pela revista **CartaCapital**, cidade importante de médio porte. Mas quantas cidades menores que Londrina existem e nas quais não se consegue chegar pela aviação normal?

Portanto, é realmente o momento de repensarmos, de maneira global, a aviação deste País, buscando fazer um plano aeroviário que dê sustentação a toda a malha de aeroportos existentes no País – aeroportos de médio e pequeno porte –, que se multiplicaram de maneira significativa. E fazemos isso ao pensarmos mais no interior deste País. O Brasil só pensa nos 300 quilômetros que margeiam o litoral, onde se concentram 80% da população. Mas o Brasil não é pensado para dentro, para seu “interiorzão”. Então, fica o Centro-Oeste, parte do Nordeste e o Norte todo sem nenhuma cobertura, e, quando se busca fazer alguma coisa que vise minorar essa situação e reforçar as soluções, a idéia é deturpada. Inclusive, agora há um movimento na Câmara para que esse projeto seja derrotado.

Penso que se deveria pegar esse projeto – que, repito, tramita há cinco anos na Câmara dos Deputados – e aproveitar o momento que estamos atravessando para encaixá-lo na ótica de um Brasil mais integrado, de um Brasil mais justo, ou seja, deveríamos reforçar as empresas de médio e de pequeno porte, reforçando-se a aviação regional.

Não é possível um país do tamanho do Brasil não reforçar sua aviação regional, não interiorizar essa opção de acesso a um transporte rápido e seguro e deixar, devido ao caos que estamos vivendo, de adotar medidas que podem, sim, melhorar a qualidade da aviação de um modo em geral no País.

Temos de fazer um diagnóstico preciso e aplicar os remédios certos. Não adianta somente fazer as pazes com os controladores e deixar os equipamentos sucateados, e não criar um suporte de médio e de longo prazo seguro, pois se repetirá o que ocorreu na Semana Santa. O que vimos? A repercussão dessa questão no turismo e, conseqüentemente, na economia do País.

Sr. Presidente, peço que a matéria publicada na revista **CartaCapital** seja transcrita como parte do meu pronunciamento, bem como estes tópicos: meu projeto original no Senado e as modificações feitas na Câmara dos Deputados. Espero que o projeto não seja derrotado no plenário, pois será perdido um trabalho de mais

de cinco anos, feito desde o tempo do Deputado Elton Rohnelt. Que a Câmara faça as modificações necessárias e o projeto volte ao Senado, para que possamos aperfeiçoá-lo, atualizá-lo, adequá-lo às necessidades que o País enfrenta neste momento.

É verdade que, como esse projeto foi modificado amplamente, está desfocado. É preciso melhorá-lo e aprová-lo, de maneira que possa ser um dos remédios para melhorar a aviação no País.

Concedo, com muito prazer, um aparte ao Senador José Maranhão.

O Sr. José Maranhão (PMDB – PB) – Quero felicitar V. Ex^a pela preocupação com a aviação regional. Na verdade, temos muito a fazer para superarmos as deficiências que foram exacerbadas, na avaliação da opinião pública, em face de dois fatos: primeiro, o acidente na Amazônia que vitimou 154 pessoas; segundo, a crise do chamado Apagão. Com respeito ao primeiro fato, é bom lembrar que aquele acidente, em si mesmo, não reflete as deficiências que existem no sistema de proteção e controle dos vôos, mas reflete, sobretudo, uma indisciplina de vôo. Hoje, a revelação dos dados da caixa preta do *boeing*, já divulgados pela imprensa, mostram claramente que os pilotos americanos não estavam suficientemente adaptados àquela aeronave. Não é que fossem bons ou maus pilotos. É uma regra internacional da operação de aeronaves que o piloto esteja adaptado à aeronave. Não é preciso ser só piloto; é preciso estar adaptado ao tipo de aeronave que está pilotando. O diálogo entre o piloto e o co-piloto, poucos instantes antes da eclosão do acidente, revela claramente que eles não estavam usando, com proficiência, os próprios instrumentos existentes na aeronave, colocados à sua disposição. Faltou um vôo de treinamento adequado antes que fizessem o traslado da aeronave. Então, isso não tem nada a ver com a questão da insegurança do vôo no Brasil, mas foi um fato, no meu entender, de indisciplina de vôo. Tenho certeza de que, quando forem revelados os inquéritos que estão sendo naturalmente procedidos, vão constatar exatamente isso que estamos dizendo. Segundo caso, o apagão. O apagão ensejou à opinião pública conhecer as deficiências do sistema, que existem e que não são de hoje. O Brasil sempre operou com deficiência nos sistemas de proteção ao vôo. Por exemplo, certa feita o ILS não estava funcionando – ILS, para os que não sabem, é o aparelho de pouso e decolagem por instrumentos –, e é um aparelho absolutamente necessário quando se opera com condições meteorológicas abaixo do mínimo para o vôo visual. Sabemos que sempre ocorreu no Brasil essa deficiência na manutenção do sistema, com o sucateamento da aparelhagem utilizada, tudo isso ao

lado da questão salarial que desestimula o pessoal do controle de voo. Então, esse fato não é absolutamente novo. Se o Brasil realmente não encarar a segurança do voo como uma questão de Estado e de interesse geral da opinião pública, acidentes poderão acontecer no Brasil, até pelo crescimento vegetativo das operações de voo. O Brasil tem a segunda frota de aviões civis do mundo, muito distante da primeira, que é a dos Estados Unidos – o degrau é imenso, é um ano-luz –, mas é a segunda frota e, naturalmente, merece uma atenção maior das autoridades públicas. Esse fato se agravou, evidentemente, a partir do momento em que o Congresso Nacional votou a lei de criação da Anac, que extinguiu completamente a filiação do DAC ao Ministério da Aeronáutica. Até então não somente o quadro de pessoal, mas a operação de segurança e proteção de voo era feita inteiramente, ou quase inteiramente, por operadores militares. No momento em que essa tarefa passou à Anac, aconteceram dois fatos: primeiro, o descontentamento das Forças Armadas, que nunca aceitaram com naturalidade essa transferência de poder, essa transferência de prestígio ao setor civil; em segundo lugar, o despreparo da Anac. Essa transferência não poderia ter sido feita da forma atabalhoada como o foi. Lembro-me de que, na discussão desse projeto na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, abordei todas as questões. Houve um verdadeiro açodamento na aprovação do projeto, sob a alegação de que era preciso contratar, na área de homologação de produtos para a indústria aeronáutica, técnicos, especialistas e engenheiros, porque o quadro de engenheiros já estava inteiramente aposentado. Em nome desse interesse da indústria aeronáutica brasileira – leia-se Embraer –, aprovou-se, de forma açodada, a criação da Agência. O ato seguinte, que também me parece danoso à questão aeronáutica no Brasil, foi a forma como os atuais dirigentes da Anac foram escolhidos. Em vez de escolherem técnicos, profissionais que conhecessem a área, a escolha observou um caráter meramente político. Há diretores que não sabem fazer a distinção entre um automóvel e um avião e que, no entanto, administram um órgão que tem uma responsabilidade muito grande, porque o País tem realmente uma aviação ativa e não pode suportar as improvisações ocorridas, primeiro, na aprovação da criação da Anac e, segundo, na forma como o Executivo preencheu os cargos de direção da Agência. Toda essa soma de erros e falhas resulta, naturalmente, da pouca importância que se está dando a um setor, como V. Ex^a diz, tão importante. Desculpe-me por estar aproveitando o ensejo do discurso de V. Ex^a, que é muito bom, de alguém que se preocupou com seriedade com a questão e, por isso, apresentou

um projeto de lei específico sobre a aviação regional. Estou falando porque V. Ex^a tratou da segurança de voo, que, no meu entender, tem todas essas consequências para o presente e para o futuro. Se até agora poucos acidentes efetivamente ocorreram na aviação comercial e regional brasileira, muito maiores e mais graves acontecerão se porventura o Governo não levar a sério essa questão, que é fundamental para o desenvolvimento e para o progresso do País.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (Bloco/PTB – RR) – Senador José Maranhão, creio que não preciso dizer, pois penso que todos perceberam claramente que V. Ex^a é um *expert* no assunto. V. Ex^a é um piloto e conhece bem a aviação.

Quero deixar bem claro que, sem fazer um julgamento de valor sobre todos os incidentes que ocorreram, o meu temor é que se trate agora da aviação regional – que, coincidentemente, será votada na Câmara depois de todos esses anos – e se mate um projeto desse, por causa desses problemas que estamos atravessando. V. Ex^a dissertou muito bem sobre todos eles. O certo é que – está também na revista desta semana – há um relatório de uma entidade norte-americana que faz recomendações aos pilotos norte-americanos sobre a insegurança de voar no Brasil.

Agora, o que quero deixar bem claro é o apelo que faço à Câmara dos Deputados para que não sepulte esse projeto por causa do momento de insatisfação e de insegurança que estamos vivendo. A aviação regional deve ser colocada nesse momento inclusive como um dos remédios para resolver essa questão.

Esse é o ponto de vista que expressei, defendendo o meu projeto, defendendo a aviação regional, e chamando a atenção da imprensa para analisar melhor essas posições que foram colocadas, tanto no meu projeto quanto nas modificações que foram feitas na Câmara dos Deputados, as quais, no meu entender, ampliaram para melhor o projeto.

É evidente que, em um momento desses, quem pode ficar satisfeito em ter que pagar adicional tarifário? É verdade que não. Mas é preciso ver que, para atingir um momento melhor, às vezes tem de se tomar um remédio amargo. E penso que esse aqui não é o mais amargo que existe – a defesa da aviação regional; pelo contrário, acho que é um grande antídoto para males piores que poderão vir.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**DOCUMENTOS A QUE SE REFERE O
SR. SENADOR MOZARILDO CAVALCANTI
EM SEU PRONUNCIAMENTO.**

(Inseridos nos termos do art. 210, inciso I, §2º, do Regimento Interno.)

EFEITOS COLATERAIS

CRISE III Um documento não oficial dos militares aponta entre as causas da pane a fragilidade da Anac e o corte de vôos regionais

Circula nos mais importantes gabinetes de Brasília um documento, produzido na área militar, com um diagnóstico cortante, preciso, da crise da aviação. Nele são apontados três motivos para a atual desorganização no setor: a explosão do tráfego aéreo nos últimos três anos, a submissão do sistema à Agência Nacional de Aviação Civil (Anac) e o abandono da aviação regional, que atualmente transporta apenas 2% dos passageiros. Nesse quadro, a principal solução apontada é a

presença do Estado no setor, com controle e supervisão feitos pelo Ministério da Defesa.

Diz o documento que, em nenhum lugar do mundo, uma agência

cia independente controla um sistema tão vital para a economia e a logística de um país. Nos Estados Unidos, por exemplo, a Federal Aviation Administration é um departamento diretamente subordinado ao Ministério dos Transportes. O mesmo acontece no país vizinho, com a Canada Civil Aviation. A aviação civil é responsabilizada política do Estado, comandada "de forma centralizada e integrada pelo governo", e não pelo formato de agência reguladora e independente.

O documento também dá ênfase ao desmantelamento da aviação regional brasileira. Hoje, o País tem menos vôos regionais do que na década de 1950. Haveria, ainda, uma completa defasagem tecnológica e de treinamento e gestão de pessoal. O documento responsabiliza a falta de investimentos como responsável pela crise dos aeroportos brasileiros.

Procurado por CartaCapital, o diretor-

presidente da Anac, Milton Zuanazzi, lembrou que seu papel é o de cumprir a lei. "A lei que criou a Anac não nos deu o poder de fiscalizar. A agência nasceu sem esse aspecto fundamental, de fiscalizador, por isso, somos secundários na crise. Uma agência reguladora sempre vai se ressentir da falta da capacidade de fiscalizar."

O modelo mais comum no mundo, afirmou, é um órgão de Estado civil, não militar, como coordenador do setor aéreo. A Anac prega que a agência possa ser o contraponto da decisão sobre onde devem ser feitos investimentos. "Se um órgão de Es-

tado, como a Aeronáutica hoje, concentra toda a gestão, investimento e fiscalização do sistema aéreo, pode fazer cortes que favoreçam um lado em detrimento de outro. Por isso, pregamos a separação."

Zuanazzi explica que, de fato, as aviações regionais decaíram. Chegaram a atender quase 400 cidades e hoje são 141. Segundo ele, isso se deveu ao fim da suplementação tarifária, que era feita por meio de um decreto que retirava um valor das passagens aéreas para viabilizar as tarifas regionais. A partir de 2001, puxadas pela Varig, as empresas entraram na Justiça, ganharam a causa e deixaram de contribuir para o fundo que fazia a

suplementação para essas linhas. "É evidente que a não suplementação diminuiu o volume de vôos", explica o diretor da Anac.

A agência aguarda uma lei, em tramitação no Congresso - votada pela Comissão de Constituição e Justiça nesta semana -, que cria o ambiente da su-

plementação tarifária. Voar para a maioria das cidades do interior seria economicamente inviável para as companhias aéreas.

As pressões de empresas privadas são mais um motivo pelo qual o diretor defende a existência de agências, pois elas têm a obrigação da transparência. "Nossas reuniões são publicadas, todas as determinações, os votos dos diretores, tudo. Uma agência trabalha com um conjunto de regras que obrigam a transparência exatamente para estar menos influenciada por qualquer tipo de pressão ou lobby. Os movimentos de pressão que tivemos foram públicos. A questão da Varig, o fechamento, a discussão sobre os slots, nada foi feito a portas fechadas."

- POR MÁRCIA PINHEIRO E PHYDIA DE ATHAYDE

CONTRAPONTO.

Zuanazzi, da Anac, diz que o poder de fiscalizar faz falta à agência

OS PONTOS CENTRAIS DO TEXTO

O documento que circula em importantes gabinetes de Brasília tenta traçar um diagnóstico do caos na aviação civil

A crise na aviação civil brasileira tem raízes longínquas que foram agravadas por uma convergência de fatores novos nos últimos três anos. As causas remotas devem-se basicamente à falta de investimentos na infra-estrutura do sistema, cujo último ciclo de grandes investimentos terminou com o regime militar.

As causas imediatas advêm de três fatores: 1) a explosão, imprevista nessa escala, do tráfego aéreo nacional, que aumentou 50% nos últimos três anos; 2) a ausência de uma estratégia de longo prazo para a gestão do sistema; 3) uma mudança radical na política de rotas e equipamentos no mercado doméstico.

Com a entrada da Gol e a saída da Varig, nos últimos cinco anos foram abandonadas cerca de 40 rotas ponto a ponto; o aumento da frota doméstica se deu exclusivamente por aviões considerados grandes (...), padrão que a Gol introduziu e a TAM teve de acompanhar para poder manter o custo no mesmo nível. Com isso formou-se informalmente um esquema de **hubs**, aeroportos centrais de redistribuição, para o qual o sistema não estava preparado.

Um passageiro que vá de Porto Alegre a Londrina tem de ir a São Paulo e de lá para Londrina porque as companhias não têm mais aviões médios que voem

diretamente em rotas de menor movimento. Todos os vôos para pontos de destino Sul e Sudeste passam por São Paulo e todos os vôos para o Norte e parte do Nordeste passam por Brasília, sobrecarregando esses dois conjuntos de aeroportos (...)

Completa defasagem do subsistema de controle de voo, em pessoal, treinamento, equipamento e gestão.

O controle de tráfego teve sua estrutura básica praticamente estagnada, sem atualização e sem investimentos, e simplesmente não tem capacidade para o espetacular aumento do número de vôos, causado pelo aumento da demanda e pela concentração de pousos e decolagens em aeroportos de redistribuição.

A política de aviação civil é política de Estado, comandada de forma centralizada e integrada pelo governo e não pelo formato de agência reguladora e independente. O modelo de países como os Estados Unidos e Canadá é de departamento centralizador de todo o sistema.

Transporte aéreo é assunto de governo e não de agência.

Um Sistema Aéreo é um todo complexo e integrado, envolve infra-estrutura, controle de voo, política de rotas, política de acesso a mercados, forma de organização do mercado, política de preços, tratados internacionais, interação com a Aeronáutica Militar, é um grande conjunto de ações e políticas que funcionam melhor centralizadas sob um só comando.

A eficiência do Sistema Aéreo Civil depende fundamentalmente de uma estratégia de longo prazo e essa estratégia não pode ser definida pelo mercado.

Por falta de política de Estado, o Brasil perdeu para companhias estrangeiras 90% do mercado internacional. Quando há 20 anos companhias brasileiras detinham 60% do movimento de vôos internacionais partindo do Brasil.

O Brasil tinha mais vôos regionais na década de 50 do que tem hoje. A aviação regional brasileira contribui com apenas 2% dos passageiros, contra 15% nos Estados Unidos. Com a precariedade de estradas e inexistência de trens de passageiros, a aviação regional teria que tem um papel fundamental no sistema. Por falta de comando e incentivo do governo, está abandonada, com poucos vôos e empresas. Com a dinamização de várias novas fronteiras agrícolas e minerais, existem hoje muitas cidades que têm aeroportos e potencial para um mercado aéreo (...). A ironia é que somos um dos poucos países do mundo que fabricam aviões ideais para vôos regionais.

O modelo internacional mais usado é o de uma organização governamental específica para o controle de tráfego aéreo. Essa organização pode ter várias formas. Em análise de 18 países concluídos pela similitude de país, contexto e número de passageiros, como o modelo canadense, que é também muito parecido com o da Austrália (...)

A solução da atual crise do Sistema Aéreo não é difícil, as soluções e modelos já existem por toda a parte, funcionam e cabe ao governo a decisão política de implementá-los.

DOCUMENTO A C
RES

Projeto de Lei do Senado n.º 130, de 2001

*Dispõe sobre o adicional tarifário para a
suplementação de linhas aéreas regionais.*

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º É criado o adicional tarifário com o coeficiente de 1% (um por cento) sobre o valor da tarifa dos bilhetes de passagem vendidos referentes às linhas aéreas regulares domésticas não suplementadas.

Parágrafo único. Linhas suplementadas, para os fins do disposto nesta Lei, são linhas regionais que ligam 2 (duas) localidades dentro da Amazônia Legal, sendo pelo menos uma delas classificada como de baixo ou médio potencial de tráfego.

Art. 2º O produto da arrecadação do adicional tarifário será recolhido pelas empresas aéreas e utilizado, exclusivamente, na suplementação de linhas aéreas regionais.

Art. 3º A regulamentação desta Lei estabelecerá condições de fiscalização da arrecadação e da aplicação dos recursos provenientes do adicional tarifário, bem como as penalidades cabíveis em caso de descumprimento do disposto.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 30 de agosto de 2002

Senador Ramez Tebet
Presidente do Senado Federal

Sen: Mozarildo Cavalcanti.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA

PROJETO DE LEI Nº 7.199, DE 2002 (APENSADO PROJETO DE LEI Nº 2.623, DE 2000)

Dispõe sobre o adicional tarifário para a suplementação de linhas aéreas regionais.

Autor: Senado Federal

Relator: Deputado Zenaldo Coutinho

I – RELATÓRIO

O Projeto de Lei em epígrafe, de autoria do Senado Federal, cria o adicional tarifário com o coeficiente de um por cento sobre o valor das passagens aéreas das linhas domésticas não suplementadas, para subsidiar linhas aéreas regionais, que ligam duas ou mais localidades na Amazônia Legal, sendo, pelo menos, uma delas classificada como de baixo ou médio potencial de tráfego.

Ao principal foi apensado o Projeto de Lei nº 2.623, de 2000, do Deputado Elton Rohnelt, com igual escopo, porém incluindo a Região Nordeste dentre as áreas a serem subsidiadas.

As proposições foram distribuídas para julgamento de mérito à Comissão da Amazônia e de Desenvolvimento Regional e à Comissão de Viação e Transportes.

Na primeira, o PL 7.199/02 recebeu uma emenda, do Deputado Aroldo Cedraz, que estendia o benefício também à Região Centro-Oeste, sendo, ao final, aprovados ambos os projetos de lei e esta emenda nos termos de Substitutivo do Relator destinando o produto da arrecadação da

tarifa à suplementação das linhas aéreas de baixo e médio potencial de tráfego na Amazônia Legal e nas Regiões Nordeste e Centro-Oeste .

Na Comissão de Viação e Transportes os projetos foram igualmente aprovados na forma de Substitutivo, que amplia tanto o projeto original quanto o que lhe foi apensado, instituindo o *“Programa de Estímulo à Malha de Integração Nacional, com a finalidade de promover a integração do território nacional, mediante a abertura e o estímulo ao funcionamento de linhas domésticas caracterizadas por baixo e médio potencial de tráfego, que, comprovadamente, não apresentem viabilidade econômica em sua operação e sejam de interesse estratégico para o desenvolvimento econômico e social do País.”*

Este Substitutivo, em parecer reformulado, tornou flexível a alíquota da contribuição, que antes era de um por cento do valor do bilhete, e que passou a variar de R\$3,00 a R\$10,00 nas viagens com até 1.100 km e de R\$4,00 a R\$14,00 nas viagens superiores às primeiras.

Nesta fase, as proposições encontram-se sob o crivo desta Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania.

É o relatório.

II - VOTO DO RELATOR

Consoante o Regimento Interno da Câmara dos Deputados, compete a esta CCJC manifestar-se quanto à constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa das propostas.

Estão satisfeitos os mandamentos dos artigos 22, I e 61 da Lei Maior não ocorrendo, pois, vício constitucional.

Lado outro, as proposições não contrariam Princípio Geral de Direito, de onde decorre a juridicidade de seus mandamentos.

Quanto à técnica legislativa, elas também não estão a merecer reparos, vez que observam os ditames da Lei Complementar n.º 95/98, que disciplina o processo de elaboração das leis.

Face ao exposto, voto pela constitucionalidade, juridicidade, regimentalidade e boa técnica redacional e legislativa dos Projetos de Lei n.º 7.199, de 2002, e n.º 2.623, de 2000, da emenda apresentada ao primeiro, bem como dos Substitutivos da Comissão da Amazônia e de Desenvolvimento Regional e da Comissão da Viação e Transportes.

Sala da Comissão, em de de 2006.

Deputado Zenaldo Coutinho
Relator

O SR. PRESIDENTE (Adelmir Santana. PFL – DF)
– A solicitação de V. Exª será, na forma regimental, acolhida pela Mesa.

Concedo a palavra, pela Liderança do PMDB, ao Senador Valdir Raupp.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Adelmir Santana. PFL – DF)
– Tem V. Exª a palavra.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, peço minha inscrição pela Liderança do Governo, para fazer um rápido pronunciamento.

O SR. PRESIDENTE (Adelmir Santana. PFL – DF)
– V. Exª está inscrito, Senador Romero Jucá.

Senador Valdir Raupp, V. Exª tem a palavra por cinco minutos.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB – RO. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Obrigado, Sr. Presidente, Senador Adelmir Santana.

Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, hoje, houve a abertura da 10ª Marcha dos Prefeitos. Eu nunca tinha visto, na história do nosso País, uma marcha com tanta gente, com tantas autoridades, com tantos Prefeitos. Ela vem crescendo a cada ano e, hoje, contou com a participação de mais de três mil Prefeitos; da maioria dos Ministros da República; do Presidente do Congresso Nacional, Senador Renan Calheiros; do Presidente da Câmara dos Deputados, Deputado Arlindo Chinaglia; de Senadores; de Deputados Federais. Enfim, há muito tempo, na história deste País, não se via uma

concentração de tantas autoridades em função de um evento tão grandioso como esse.

Eu, que já fui Prefeito e Presidente da Associação dos Municípios do meu Estado por dois mandatos, sei o quanto é importante o apoio do Congresso Nacional e das demais autoridades aos Municípios – o apoio não é dado aos Prefeitos, mas à célula **mater** da Federação brasileira, que são os Municípios.

Aos poucos, a Frente vem conquistando suas reivindicações. Muitas delas já foram alcançadas, e outras estão sendo alcançadas neste momento. O Presidente anunciou hoje três decisões importantíssimas para os Municípios, entre elas o aumento de um ponto percentual no Fundo de Participação dos Municípios, elevando de 22,5% para 23,5% a participação do IPI e do Imposto de Renda, que já somam hoje R\$29 bilhões. Houve um aumento de R\$11 bilhões em quatro anos. Esse acréscimo de um ponto percentual vai significar R\$1,3 bilhão para este ano. Isso, talvez, signifique uma folha de pagamento ou o 13º salário para os Municípios, algo de que eles estavam precisando muito.

A outra decisão é a redução do percentual na contrapartida dos convênios concedidos pela União para os Municípios. Em algumas regiões do País, eles teriam de participar com 20%; em outras, com 10%. Agora, o percentual ficará em 0,1%, só para não dizer que é de 0%. Refiro-me aos investimentos do PAC para os Municípios brasileiros.

Também na questão da saúde pública, houve avanço significativo. Na área de educação, há a isenção de IPI para a fabricação de ônibus escolares. O

Governo Federal vai propor aos Estados que reduzam também o ICMS para aquisição de ônibus escolares. Enfim, houve, no dia de hoje, avanços significativos em termos de auxílio aos Municípios brasileiros.

Parabenizo o Dr. Paulo Ziulkoski, Presidente da Confederação Nacional dos Municípios, bem como todos os seus dirigentes, os presidentes das Federações Estaduais de Municípios.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, outro assunto que também foi debatido e que, há muito tempo, vem sendo discutido é a questão dos precatórios. A palavra “precatórios” parece feia. “Precatório” significa aquelas dívidas não pagas pelos Estados e pelos Municípios. A União já conseguiu eliminar seu estoque de débitos de precatórios e está hoje praticamente em dia. Os Estados e os Municípios não conseguem fazê-lo, porque não têm receita: ou pagam precatórios ou pagam a folha de pagamento e investem na saúde, na educação; ou fazem uma coisa ou fazem outra. Isso tem gerado, praticamente, uma desobediência à Justiça brasileira.

Agora, Sr. Presidente, estamos tentando encontrar uma solução de equilíbrio para o problema do não-pagamento dos precatórios por parte dos Estados e dos Municípios. A PEC nº 12, de 2006, da qual fui designado Relator, institui regime especial de pagamento de precatórios pela União, pelos Estados, pelo Distrito Federal e pelos Municípios.

Com base em informações levantadas pelo Supremo Tribunal Federal, o total de precatórios atinge R\$61 bilhões, sendo R\$43 bilhões de Estados e R\$18 bilhões de Municípios. Esses valores, quando confrontados com a dívida líquida dos Estados, que é de R\$316,9 bilhões, de acordo com o Banco Central, posição de dezembro de 2006, representam 13% do total. No caso dos Municípios, cuja dívida é de R\$47,1 bilhões, representam 38%.

Nessa questão, o que mais preocupa é a situação das finanças estaduais e municipais que estão com alto grau de comprometimento legal e constitucional de suas receitas primárias líquidas. Alguns levantamentos indicam que o grau de comprometimento médio dessas receitas gira em torno de 85% para pagamento de pessoal, para despesas com saúde, com educação e com a dívida.

Por outro lado, há a questão jurídica. Não se pode, Sr. Presidente, admitir dúvidas sobre preceitos jurídicos, principalmente no caso dos precatórios alimentícios. Num Estado democrático de direito, a solução para práticas infringentes dos valores fundamentais consagrados constitucionalmente não reside na revogação de princípios constitucionais, mas na reforma das condutas fáticas. Portanto, exige-se também uma

solução compatível com o ordenamento constitucional vigente.

Sr. Presidente, há mais ou menos dois anos, a PEC nº 12 foi concebida pelo então Presidente do Supremo Tribunal Federal, Ministro Nelson Jobim, e pelo Presidente do Congresso Nacional, Senador Renan Calheiros, que a subscreveu. Essa PEC teve como Relator primeiro o Senador César Borges, que já adiantou seu trabalho. É um relatório prévio, preliminar.

Estou trabalhando, conversando com Governadores, com Prefeitos e com a Ordem dos Advogados do Brasil. Participarei de uma reunião, no dia 17, aqui, em Brasília, com o Presidente da Ordem dos Advogados do Brasil.

(Interrupção do som.)

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB – RO) – Já estou concluindo, Sr. Presidente.

A reunião contará com a presença também do representante de todas as seccionais estaduais da Ordem dos Advogados do Brasil, para se debater essa questão.

Não vou colocar esse projeto em votação, como já fiz em outras relatorias que me foram confiadas nesta Casa, como o caso das Parcerias Públicas Privadas, o caso da Relatoria da Lei da Pesca ou o da Relatoria-Geral do Orçamento da União. Só vou colocar essa PEC em votação quando ela estiver redonda, quando houver consenso ou quando estivermos muito próximos do consenso, para que possamos ter sucesso, como tive em outras relatorias.

Por isso, conto com o apoio de todas as Sr^{as} Senadoras, de todos os Srs. Senadores, dos Líderes desta Casa, para que possamos debater a matéria à exaustão, se for necessário, e chegar a um denominador comum, a fim de aprovarmos a PEC, que tanto vai ajudar nossos Municípios, nossos Estados e – por que não? – os credores que estão aí. Há precatórios, Sr. Presidente, de 70 anos. O Governador Serra me falou, há poucos dias, que há um precatório, no Estado de São Paulo, de 1930, que trata de desapropriação de terra para construção de uma cidade no interior de São Paulo e que, até hoje, não foi pago.

Não podemos mais conviver com essa desobediência à Justiça brasileira, aos Tribunais estaduais, aos Tribunais federais, quanto à questão do pagamento de dívidas de precatório.

Era isso que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Adelmir Santana. PFL – DF) – Concedo a palavra ao próximo orador inscrito, Senador Garibaldi Alves, por permuta com a Senadora Rosalba Ciarlini.

O SR. EXPEDITO JÚNIOR (Bloco/PR – RO) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Adelmir Santana. PFL – DF) – Pela ordem, V. Ex^a tem a palavra.

O SR. EXPEDITO JÚNIOR (Bloco/PR – RO) – Eu gostaria apenas de verificar se estou inscrito pelo PR, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Adelmir Santana. PFL – DF) – Sim.

O SR. VALTER PEREIRA (PMDB – MS) – Pela ordem, Sr. Presidente.

Eu gostaria que V. Ex^a atentasse para minha inscrição, para que eu não seja prejudicado.

O SR. PRESIDENTE (Adelmir Santana. PFL – DF) – V. Ex^a está inscrito para falar após os Senadores Garibaldi Alves e João Vicente.

Concedo a palavra ao Senador Romero Jucá, pela Liderança do Governo, por cinco minutos.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR. Pela Liderança do Governo. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, pedi a palavra pela Liderança, rapidamente, primeiro para saudar todas as Prefeitas e Prefeitos que estão em marcha, hoje, em Brasília, discutindo questões municipais e buscando a melhoria da atuação das Prefeituras, a melhoria da prestação do serviço público aos Municípios.

Quero saudar a Associação dos Prefeitos, todas as entidades representativas e saudar especialmente os prefeitos do nosso Estado de Roraima, que estão presentes, hoje, nesta marcha.

Registro também, com muita satisfação, que aplaudimos o posicionamento do Presidente Lula, hoje, na reunião com os prefeitos, quando definiu apoio à emenda constitucional que trata da reforma tributária, que votamos há três anos nesta Casa – inclusive, fui Relator da matéria. Fiz uma emenda exatamente para acrescentar um ponto percentual ao FPM e destiná-lo aos Municípios; uma emenda de Relator, uma emenda minha, aprovada neste plenário, no acordo da reforma tributária.

Encaminhamos a proposta, ainda naquele ano, para que fosse aprovada na Câmara e para que os prefeitos pudessem ser atendidos, mas, infelizmente, nesses três anos, a matéria não foi votada na Câmara dos Deputados. Não foi votada porque havia um entendimento, uma combinação, para que essa matéria fosse votada em conjunto com o restante da reforma tributária, inclusive com a unificação do ICMS e com o fim da guerra fiscal.

Esse assunto demorou na Câmara dos Deputados, e os Municípios foram prejudicados. O Presidente, agora, dá o suporte, dá o apoio, e tenho certeza de que a Câmara dos Deputados vai votar a matéria

rapidamente, Sr. Presidente. É urgente que se faça isso. Basta desmembrar a emenda constitucional, que está hoje na Câmara, e votar isoladamente esse dispositivo, para que ele seja rapidamente sancionado. Faço, portanto, este registro.

Registro também que relatamos aqui, há dois anos, a mudança das regras do ISS dos Municípios, o que melhorou a arrecadação das médias e das grandes prefeituras, mas, sem dúvida nenhuma, o que melhora a condição dos prefeitos das pequenas cidades do País é a melhoria do FPM. Portanto, é muito justo que haja esse acréscimo de um ponto percentual.

Espero, volto a dizer, que a Câmara vote a matéria rapidamente, assim como espero que, por ocasião do encontro dos prefeitos, surjam propostas novas, que façam com que melhore a atuação das prefeituras nos Municípios brasileiros, para que elas prestem serviço de melhor qualidade para toda a população.

Portanto, saúdo as prefeituras, saúdo os prefeitos, saúdo as entidades representativas do encontro e registro, com muita satisfação, que esse encontro já tem um resultado firme, que é exatamente a urgência da votação do um ponto percentual do FPM.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. EXPEDITO JÚNIOR (Bloco/PR-RO) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL-GO) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Adelmir Santana. PFL-DF) – Vou conceder a palavra primeiro ao Senador Expedito e depois ao Senador Demóstenes.

O SR. EXPEDITO JÚNIOR (Bloco/PR-RO. Pela ordem. Sem revisão do orador) – Sr. Presidente, nos termos do art. 222 do Regimento Interno do Senado, requeiro a aprovação de voto de aplauso para a juíza brasileira, Dr^a Sandra Aparecida Silvestre de Frias Torres, do Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, pelo seu gesto de bravura, ao permanece acompanhando as eleições presidenciais do Timor Leste, mesmo tendo sido vítima de agressão a faca na véspera do pleito eleitoral.

Gostaria que depois V. Ex^a colocasse isso em votação, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Adelmir Santana. PFL – DF) – A Mesa acolhe o seu requerimento nos termos regimentais.

Concedo a palavra, pela ordem, ao Senador Demóstenes.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO. Pela ordem. Sem revisão do orador) – Sr. Presidente, de-sejo fazer a minha inscrição para falar pela Liderança dos Democratas.

O SR. PRESIDENTE (Adelmir Santana. PFL – DF) – O Senador José Agripino já falou em nome da Liderança dos Democratas.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – Então está prejudicado o meu requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Adelmir Santana. PFL – DF) – Pela ordem de inscrição, concedo a palavra ao Senador Valter Pereira.

V. Ex^a, como orador inscrito, tem dez minutos para o seu pronunciamento.

O SR. VALTER PEREIRA (PMDB – MS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, uma vez mais, vem o municipalismo brasileiro à Capital da República e mostra a sua força, a sua pujança. Milhares de Prefeitos aqui chegaram para lembrar-nos que são os Municípios a base desta Federação, que é lá que se desenrola a vida das comunidades, que é lá que os cidadãos travam a luta pelo pão de cada dia, que sonham com um amanhã mais venturoso e cobram do Poder Público o atendimento de suas muitas necessidades.

O principal evento do municipalismo brasileiro, “A Marcha Brasília em Defesa dos Municípios”, chega a sua 10^a edição com um histórico de conquistas relevantes. Como na primeira marcha, em 1998, o evento, que agora se realiza, vem com uma pauta de reivindicações extensa, justa e urgente.

Dos êxitos assegurados pela tenaz luta dos municipalistas, entendo que o mais significativo foi mesmo o avanço da consciência acerca da justiça da causa que todos os Prefeitos abraçam, das vantagens da descentralização administrativa e, conseqüentemente, da necessidade de renovação do pacto federativo. Não apenas as atribuições de governo devem ser descentralizadas, mas também os recursos necessários ao cumprimento dessas atribuições.

De fato, hoje, a marcha não se restringe a um movimento dos Prefeitos, dos Secretários Municipais e dos Vereadores. Ela encontra ampla ressonância entre Deputados estaduais e federais, entre Senadores e Ministros de Estado, entre os membros do Poder Judiciário e os veículos de comunicação, e, sobretudo, no seio da opinião pública.

Se, por ocasião da I Marcha, ao tentarem uma audiência com o Presidente da República, os Prefeitos foram recebidos pela tropa de choque da Polícia Militar no Palácio do Planalto, nos últimos anos, o movimento tem contado com a participação do Presidente Lula, de seus Ministros, de Governadores e de Parlamentares.

Já em 2003, Sr. Presidente, quando da realização da VI Marcha, iniciou-se uma nova relação dos Municípios com o Governo Federal, inaugurando-se um inédito diálogo entre os dois níveis da Federação, com a criação do Comitê de Articulação Federativa (CAF).

Afinal, qualquer homem público, com um mínimo de sensibilidade, é capaz de entender que o chefe da administração municipal é aquele que está lá na ponta de todo o atendimento à população. É a ele que chegam, diretamente, as mais diversas demandas, muitas delas de responsabilidade das outras esferas de governo.

Quanto menor o Município, mais difíceis e diversificadas as demandas. Afinal, nas comunas de maior porte, ainda é comum encontrar alguma estrutura de serviços públicos mantida pelos Governos estaduais e federal, mas nas pequenas, o único suporte com que a população conta é aquele oferecido pela municipalidade. Assim, nas pequenas cidades, toda a gama de demandas populares – seja na área de saúde, educação, assistência social ou qualquer outra – é endereçada ao Poder Público municipal, seja ou não sua a atribuição legal de oferecer aquele serviço. Onde inexistente atendimento de saúde do Governo do Estado, serão os postos municipais que, de alguma forma, deverão dar conta de prestar socorro a todos que dele necessitem e que busquem socorro.

A Sr^a Marisa Serrano (PSDB – MS) – V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. VALTER PEREIRA (PMDB – MS) – Ouço V. Ex^a com prazer.

A Sr^a Marisa Serrano (PSDB – MS) – Eu gostaria de parabenizá-lo por sua fala e dizer que, não somente hoje, quando vivenciamos a Marcha dos Prefeitos, sou testemunha do quanto V. Ex^a tem trabalhado pelos Municípios do nosso Estado de Mato Grosso do Sul, tão diversos nas suas estruturas e necessidades. V. Ex^a lembrou-se de Corumbá, o Município-capital do Pantanal, belíssimo, que possui uma área imensa e que deve estar passando – e deve passar ainda – pelo maior alagamento que já vimos nos últimos 30 anos no nosso Estado. Hoje, ao ouvir o Senador José Agripino falar da seca nos Municípios nordestinos, imaginei Corumbá, pois o Senador Delcídio Amaral disse, há poucos dias, que se está esperando a maior cheia dos últimos anos. Penso no Município de Ponta Porã, que faz fronteira com o Paraguai, e em todos os seus desafios; no de Chapadão do Sul, um Município maravilhoso do leste do nosso Estado. Todos esses Municípios têm suas peculiaridades, mas têm, também, suas grandes necessidades. Acredito que V. Ex^a, quando fala das dificuldades, talvez imagine que precisamos repensar a estrutura dos nossos Municípios.

pios. É impossível continuarem do jeito que estão, com seus Prefeitos sempre com pires na mão, pedindo, por amor de Deus, recursos de emendas parlamentares. É necessário que se pense numa nova Federação, que dê aos Municípios condições para que possam responder aos anseios da população. Isso deverá ser feito se tivermos condições de repactuar a Federação brasileira. Quero dar meus parabéns a V. Ex^a por pensar nos Municípios, apresentar uma proposta e dizer que vale a pena lutarmos, porque, como dizia Montoro, as pessoas moram nos Municípios, não nos Estados ou na União. Portanto, V. Ex^a tem o meu apoio, pois tenho certeza absoluta de que pensar nos Municípios brasileiros é, também, voltar os olhos para os Municípios de Mato Grosso do Sul. Meus parabéns.

O SR. VALTER PEREIRA (PMDB – MS) – Muito obrigado, Senadora Marisa Serrano. Foi com muita satisfação e alegria que recebi o aparte de V. Ex^a, que tão bem tem representado o nosso Mato Grosso do Sul. V. Ex^a lembrou, neste instante, alguns Municípios e alguns dramas vividos pelas municipalidades, em consequência de fatores diversos, como aconteceu, recentemente, quando vários Municípios do Estado, inclusive a capital de Mato Grosso do Sul, foram afetados por uma epidemia que transformou a nossa capital na capital nacional da dengue. Não somente Campo Grande apresentou aqueles índices astronômicos de vítimas, como também outros Municípios, como Três Lagoas, Aquidauana e Anastácio.

V. Ex^a lembra muito bem e dá um exemplo prático de como é difícil a vida do Prefeito no momento em que deve enfrentar essas mazelas, as quais, na verdade, são aditar àquelas com que ele já está acostumado a conviver.

V. Ex^a fala em pires nas mãos. Realmente, a única alternativa que há para o Município abandonar de vez o pires que sempre trouxe às mãos – antes das marchas, é bem verdade – é a repactuação, um novo pacto federativo. V. Ex^a tem razão e enriquece minha fala com a opinião abalizada que apresenta neste instante.

Sr. Presidente, é ilimitada a variedade de demandas com que se defrontam os Prefeitos por este Brasil afora. Tome-se, a título de exemplo, a dramática questão do desemprego.

Evidentemente, não está na alçada dos administradores municipais traçar as diretrizes da política econômica, de sorte a impulsionar o desenvolvimento do País e, assim, gerar os postos de trabalho necessários para se absorverem os novos contingentes de mão-de-obra que, continuamente, chegam ao mercado.

Nos grandes centros, uma significativa parcela dessas pessoas que não encontram colocações recorre, como alternativa, ao trabalho informal.

Nas pequenas cidades, contudo, essa não é uma opção. Não é possível auferir-se renda na informalidade e a consequência é que as prefeituras precisam suportar uma maior pressão por serviços de assistência social.

Ressaltei, há pouco, minha percepção de que os ideais do municipalismo vêm encontrando cada vez maior receptividade nos mais diversos segmentos da sociedade brasileira.

Sinto, mesmo, estar bastante amadurecida no Congresso Nacional a consciência de que é urgente renovar o pacto federativo, permitindo aos Municípios sanar a grave crise financeira na qual a maioria deles está mergulhada.

Sr. Presidente, peço a V. Ex^a mais cinco minutos para concluir o meu pronunciamento.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP) – Senador, já proroguei o tempo de V. Ex^a em dois minutos e continuarei a prorrogá-lo quando necessário, tendo em vista a importância do pronunciamento que V. Ex^a faz.

O SR. VALTER PEREIRA (PMDB – MS) – Muito obrigado, Sr. Presidente. Sabia que poderia contar com a compreensão de V. Ex^a.

Devemos, com certeza, irrestrita solidariedade aos Prefeitos do Brasil, que tanto sofrem com a penúria de recursos, ao mesmo tempo em que são confrontados com um número cada vez maior de atribuições e com o constante aumento das demandas sociais.

Inúmeros são os exemplos de disparidades entre os serviços que as prefeituras precisam prestar e os recursos que têm disponíveis para fazê-los. Um caso recorrente é o da falta de repasse para fazer frente às despesas do transporte escolar rural para alunos de sua rede e da malha estadual. Embora caiba aos Estados, por lei, a responsabilidade de pagar pelo transporte de seus alunos, os valores ou não são repassados ou são repassados em quantias inferiores às necessidades.

Na área de saúde, os recursos são flagrantemente insuficientes para atender às demandas. Para agravar ainda mais o quadro, ocorre com muita frequência de o Ministério Público obter liminares judiciais compelindo administradores municipais a fornecerem medicamentos caros, muitas vezes importados, a pessoas que deles necessitam e a outras que nem teriam tanta necessidade.

Não estou, aqui, questionando o preceito insculpido no art. 196 da Carta Magna, de que “a saúde é direito de todos e dever do Estado”; o que advogo é que a esse dever corresponda a disponibilidade de recursos para cumpri-lo.

Faço questão, portanto, Sr^{as} e Srs. Senadores, de manifestar o meu decidido apoio às principais reivindicações da 10ª Marcha a Brasília em Defesa dos Municípios.

Entre esses pleitos, merece especial relevo aquele que, reiterado há vários anos, pede a elevação em um ponto percentual do Fundo de Participação dos Municípios (FPM).

Atualmente, o FPM distribui entre as prefeituras 22,5% da arrecadação do Imposto de Renda e do Imposto sobre Produtos Industrializados. Os Prefeitos, há muito tempo, demandam que esse percentual seja elevado para 23,5%, o que representa cerca de R\$1,3 bilhão a mais no corrente ano.

Outras reivindicações, também relevantes, são: a definição de maiores pesos dos recursos do Fundeb para os alunos da educação infantil e creches; a regulamentação do dispositivo constitucional que vincula recursos federais, estaduais e municipais para a área de saúde; a isenção de impostos federais para a compra de máquinas e tratores pelas prefeituras de Municípios com população de até 25 mil habitantes.

Pleiteiam ainda os municipalistas a definição das fontes de recursos para financiar a jornada de tempo integral do Ensino Fundamental no prazo de cinco anos; a aprovação do projeto que permite aos Municípios aplicar diretamente os recursos do Pasep; e aprovação da Proposta de Emenda à Constituição, a PEC nº 12, de 2006, que limita os gastos das prefeituras com os precatórios, e que aqui foi ventilada pelo Líder Valdir Raupp, Relator da matéria.

A matéria reveste-se da maior importância, haja vista que os débitos municipais já somam R\$70 bilhões e parte deles é simplesmente impagável.

Segundo essa proposta, será criado um regime pelo qual os Municípios tornarão disponíveis recursos para aplicação no pagamento de precatórios de 1,5% da despesa primária líquida. Esses recursos serão distribuídos da seguinte forma: 70% para leilões, com deságio para pagamento à vista, dos precatórios e 30% para o pagamento dos precatórios não quitados por leilão, sendo estabelecida uma ordem crescente de valores. A atual ordem cronológica dos precatórios deverá ser extinta e, cumprindo a aplicação de recursos determinada na PEC, o Poder Público estará isento da possibilidade de sofrer seqüestros determinados pelos Tribunais de Justiça.

É importante destacar que, no atual regime, as administrações estão sujeitas, no caso de não-pagamento dos precatórios, não apenas ao seqüestro de seus bens, mas até à decretação da intervenção. É, portanto, um regime que mantém uma espada de Dâ-

mocles permanentemente suspensa sobre a cabeça dos administradores públicos.

Aliás, várias são as ameaças que pendem constantemente sobre os administrados municipais, tornando seu cotidiano um verdadeiro calvário.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP. *Fazendo soar a campanha.*) – Senador, já lhe concedi oito minutos. Peço a V. Ex^a celeridade na conclusão do seu pronunciamento.

O SR. VALTER PEREIRA (PMDB – MS) – Muito obrigado, Sr. Presidente, já estou quase concluindo.

Os Tribunais de Contas da União e dos Estados e, mais recentemente, a Controladoria-Geral da União têm os Prefeitos sempre na alça de mira, realizando fiscalizações que nem sempre levam em conta a realidade local e prescrevendo procedimento que são, muitas vezes, inaplicáveis.

O primeiro resultado desta histórica 10ª Marcha acaba de ser noticiado. O Presidente Lula se rendeu aos clamores dos Prefeitos e garantiu o atendimento da principal reivindicação dos dirigentes municipais: o reajuste em 1% no Fundo de Participação dos Municípios.

A medida já foi votada pelo Senado e depende apenas da vontade política do Governo, que agora promete liberar sua base para aprová-la.

O Presidente comprometeu-se ainda a praticamente extinguir a contrapartida para convênios dos Municípios com o Ministério da Educação.

(O Sr. Presidente faz soar a campanha.)

O SR. VALTER PEREIRA (PMDB – MS) – Sr. Presidente, visto que não concluirei o meu pronunciamento, peço a V. Ex^a que dê como lido o restante daquilo que comento, a fim de que meus companheiros não sejam prejudicados.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP) – Falta muito, Senador?

O SR. VALTER PEREIRA (PMDB – MS) – Faltam algumas laudas.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP) – Vou prorrogar o tempo em mais dois minutos.

O SR. VALTER PEREIRA (PMDB – MS) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Subsistem ainda, Sr. Presidente, alguns pleitos, como a redução do Imposto sobre Produtos Industrializados para aquisição de ônibus escolares, ambulâncias, tratores e máquinas niveladoras. Esses e outros equipamentos são fundamentais para a prestação de serviços essenciais à educação e à saúde. E não se justifica que o Governo cobre tributos sobre eles. É a

mãe Federação expropriando os recursos dos Municípios.

Na verdade, a Confederação Nacional de Municípios já incluiu, entre as matérias que considera urgentíssimas para aprovação pelo Senado Federal, o Projeto de Lei nº 75/2004, que isenta as Prefeituras do pagamento do IPI incidente sobre máquinas e equipamentos. Trata-se, evidentemente, de medida de cristalina justiça, que conta com o nosso apoio, com o apoio do Senado Federal.

Afinal, pouco resolveria permitir a aquisição de veículos de transporte escolar mais baratos e obrigá-los a rodar em estradas sem conservação, para serem rapidamente sucateados. O transporte escolar realizado pelos Municípios é, geralmente, feito em estradas sem pavimentação. É fundamental que se facilitem, aos Municípios, as condições para realizarem a manutenção dessas estradas – tarefa que é muito onerosa –, até como forma de aumentar a vida útil dos novos veículos a serem adquiridos, já que os Municípios brasileiros vivem uma gravíssima crise financeira.

Meu Estado, Mato Grosso do Sul, que comparece a essa histórica marcha com a esmagadora maioria de seus Prefeitos, sofreu um empobrecimento ímpar, que precisa ser reparado.

Abrangido pela Lei Kandir, Mato Grosso do Sul deixou de arrecadar cerca de R\$1,5 bilhão, com a desoneração imposta a produtos primários e semi-acabados canalizados para a exportação.

A solução definitiva para essa crise passa, necessariamente – como eu disse anteriormente e foi lembrado pela Senadora Marisa Serrano –, pela reformulação do pacto federativo, de modo a tornar mais justas as responsabilidades executivas da União, dos Estados e dos Municípios. Enquanto não se realizar o verdadeiro pacto federativo, as medidas compensatórias que comentamos se tornam importantes e inadiáveis.

Expressando minha confiança de que a 10ª Marcha a Brasília em Defesa dos Municípios represente o início desse processo de reformulação do pacto federativo, conclamo os ilustres integrantes desta Casa a darmos a devida atenção às urgentes reivindicações dos municipalistas brasileiros, que aqui, hoje, deram uma festa cívica ímpar para todo o povo brasileiro.

Que as medidas prometidas pelo Presidente Lula sejam efetivadas rapidamente, com a colaboração...

(Interrupção do som.)

O SR. VALTER PEREIRA (PMDB – MS) – ... do Senado Federal e do Congresso Nacional.

Muito obrigado.

Durante o discurso do Sr. Valter Pereira, o Sr. Adelmir Santana, deixa a cadeira da

Presidência, que é ocupada pelo Sr. Romeu Tuma.

Durante o discurso do Sr. Valter Pereira, o Sr. Romeu Tuma, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Renan Calheiros, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Agradeço a V. Ex^a, Senador Valter Pereira.

O SR. EXPEDITO JÚNIOR (Bloco/PR – RO) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Concedo a palavra a V. Ex^a, Senador Expedito Júnior, pela ordem. Em seguida, darei a palavra ao Senador Demóstenes Torres; e, depois, vamos começar a Ordem do Dia.

O SR. EXPEDITO JÚNIOR (Bloco/PR – RO. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, o Senador Magno Malta está inscrito para falar pela Liderança do PR, mas entramos em um acordo, e S. Ex^a cede o espaço para que, quando V. Ex^a entender que é o horário adequado, eu possa falar pela Liderança do meu Partido.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – O Senador Magno Malta já está inscrito, e eu inscreverei V. Ex^a imediatamente.

Com a palavra o Senador Demóstenes Torres.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o Governo Federal se vangloria de ter à frente do Ministério da Educação um técnico da área, o Professor Fernando Haddad, como se isso fosse atestado de competência para alguma coisa. No caso do Ministro Fernando Haddad, sim, mas ele tem de reparar alguns erros, alguns mais que erros, crimes, que estão ocorrendo em sua administração.

Trata-se do delito do preconceito, pois estão discriminando estudantes do meu Estado, o Estado de Goiás, que não estão tendo os mesmos direitos dos jovens de outras unidades da Federação, direitos consagrados universalmente, inclusive na Constituição Federal. É de assegurar esses direitos que o Governo tem de se vangloriar.

As vítimas a que me refiro são 75 mil estudantes da Universidade Salgado de Oliveira, 13 mil apenas no campus Goiânia, prejudicados pelas fofocas espalhadas através da central de mexericos em que se transformou o Ministério da Educação. O MEC se configurou Telecentro de Futricas, inicialmente na gestão de Tarso Genro, agora no Ministério da Justiça, e se consolidou sob Fernando Haddad. Não se sabe se é política de Estado discriminar Goiás e pulverizar boatos. Pode

ser que os próprios Ministros, Genro e Haddad, nada soubessem do preconceito e do birô de fuxico, mas, com este pronunciamento, o MEC volta a ser avisado de ambos os delitos.

É fundamental o Ministro Fernando Haddad ficar ciente de que os estudantes da Universo reconhecem a qualidade de seus professores, a estrutura de sua universidade e o nível de seu curso. O que dá nos nervos dos acadêmicos é a birra do Ministério da Educação. Tanto é assim que os alunos, quando aparece algum boato, não se irritam com a universidade, mas com o MEC, porque ela os prepara para a vida, o mercado, o futuro; e ele tem sido o retrato da intransigência.

Os estudantes e os que já se formaram avaliam o ensino colocado a seu dispor e raciocinam: para que perseguir quem apenas exerce sua vocação de semear conhecimento? A faculdade é excelente, os professores estão entre os mais categorizados, a estrutura é de primeira. Os alunos, que vivem o dia-a-dia da Universo, reconhecem isso. Só falta ao MEC a mesma convivência e igual homologação.

Os integrantes do Conselho Nacional de Educação já se mostraram favoráveis à Universo. Quem também aprova a Universo, além dos estudantes e suas famílias, é o exigente, competitivo e cada vez mais estreito mercado. Nos mais variados setores da sociedade estão os benefícios daqueles que tiveram o privilégio de estudar no *campus* da Universo em Goiânia, que já formou centenas de profissionais muito respeitados, como professores, administradores, gestores, empresários, advogados, juizes de Direito, membros do Ministério Público, profissionais da saúde e da informática, engenheiros, *designers*. O Conselho Nacional de Educação aprova, estudantes e ex-alunos aprovam, o mercado aprova. Só falta o Sr. Ministro Fernando Haddad.

Não é primeira vez que venho à tribuna do Senado tratar deste assunto e, infelizmente, tenho de retornar ao tema porque o Diretório Central do Fuxico instalado em uma das principais Pastas da República tenta arruinar o trabalho de 10 mil profissionais, além dos acadêmicos da Universo.

Não há outro termo para classificar as seguidas atitudes do MEC que não seja discriminação. No fim de 2006, ao mesmo tempo em que disseminava fuxicos para desestabilizar o ânimo de 13 mil estudantes em Goiânia, o Ministério deu o aval para o funcionamento de outra universidade, a Uniban, que tinha reivindicação igual à da Universo. O pedido era autorizar o funcionamento de cursos em *campus* fora da sede da Uniban, que fica em Osasco, na Grande São Paulo. É muito bom que o MEC assim tenha decidido, porque deve ter levado tranquilidade aos estudantes da Uniban

e suas famílias. Por que não faz o mesmo em relação aos acadêmicos de Goiás? Só pode ser alguma coisa contra nosso Estado, porque o MEC baseou a autorização em outra, concedida à Universidade Estácio de Sá, do Rio de Janeiro, que também deve ter feito por merecer e, assim como a Uniban, está de parabéns. Com isso, o Ministério mandou o seguinte recado: para São Paulo, pode; para o Rio, pode; para Goiás, nada, só intranquilidade, nervosismo e mexerico.

O despacho do Dr. Fernando Haddad ao pedido da Uniban foi baseado em parâmetros que a Universo de Goiânia supera em muito, mas, para saber disso, o Sr. Ministro teria que fazer como nos demais casos: nomear uma comissão composta por especialistas. Ficaria a cargo desses integrantes da comissão a tarefa de avaliar se a unidade goiana da Universo tem ou não os mesmos atributos das faculdades que o MEC libera. Até agora, não tem sido essa a medida adotada pelo Ministério da Educação, a de verificar *in loco* a estrutura e o nível de seus professores.

Concedo o aparte ao nobre Senador Wellington Salgado.

O Sr. Wellington Salgado de Oliveira (PMDB – MG) – Senador Demóstenes, V. Ex^a acompanha essa situação da Universo, em Goiânia, há muito tempo, inclusive participando de vários debates dentro da própria universidade. O que causa realmente estranheza foi o que V. Ex^a acabou de colocar: que a solução é encontrada para outras, mas não para o caso de Goiânia. No entanto, essa outra instituição que V. Ex^a citou tinha uma liminar, e a solução foi encontrada – V. Ex^a é um dos grandes especialistas na CCJ, por isso posso falar assim com V. Ex^a. A Universo tem uma decisão transitada em julgado no Supremo, e o MEC insiste em dizer que não há autorização sua. Ela não a tem do MEC, mas tem uma autorização judicial. E a autorização judicial vale muito mais do que a autorização do MEC. Decisão do Supremo não se contesta, cumpre-se. Mas prefiro acreditar que o Ministro Haddad, com sua equipe, está buscando solucionar todos os problemas encontrados na sua administração e que o último problema que será solucionado será esse da Universo. Espero acreditar assim. Já estive com o Ministro na Comissão, falei pessoalmente para ele; mas, como V. Ex^a, um especialista na área de Constituição e Justiça, afirma que analisou bem o caso e que chegou à conclusão que expressa em seu discurso, fico preocupado, porque vejo, realmente, que é discriminação. E isso, por parte do Presidente Lula não existe, não vejo isso em momento algum. Agora, não adianta andar com o Presidente, se não se aprende com ele. Em todo lugar a que o Presidente vai o Ministro Haddad está, mas

ele não aprende com o Presidente. Ele tem que andar e aprender. Era o que queria colocar, Senador.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – Senador Wellington, agradeço a intervenção de V. Ex^a.

Uma das muitas atividades que desempenho é a de palestrante. Tenho vocação para dar aulas, ministrar cursos e sou solicitado. À Universo vou muitas vezes, como vou a cidades do interior do meu Estado e a outras cidades do Brasil. O que acontece? Os estudantes estão intranquilos; ninguém entende por que universidades que têm situação assemelhada à da Universo não conseguem resolver esse problema. Parece até que o grave problema da Universo é V. Ex^a; parece que V. Ex^a está sendo perseguido por ser Senador.

Não estou aqui para fazer discurso em favor de V. Ex^a; estou aqui para fazer discurso em favor dos estudantes da Universidade em Goiás. Treze mil alunos estão tentando transferência ou alguma forma de terminar seu curso. E outras universidades muito menos gabaritadas do que a Universo estão tendo a sua aprovação pelo MEC. Então, isso é inadmissível, não podemos tolerar. O Estado de Goiás tem de levantar a sua voz. Estamos defendendo uma instituição respeitável em nosso Estado e alunos que precisam ter o seu reconhecimento. Vamos lutar até o fim, para que isso aconteça.

O Sr. Marconi Perillo (PSDB – GO) – Permite-me V. Ex^a um aparte, Senador?

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – Concedo um aparte ao ilustre Senador Marconi Perillo.

O Sr. Marconi Perillo (PSDB – GO) – Senador Demóstenes, o pronunciamento de V. Ex^a é muito pertinente, na medida em que 13 mil cidadãos goianos, que buscaram galgar, por meio da Universo, um curso superior, com vistas a um diploma acadêmico, passam por agruras e dificuldades enormes neste momento e, sobretudo, por incertezas em relação ao seu futuro. Muitos já concluíram o curso e ainda não puderam obter o certificado, a garantia da comprovação dessa conclusão. Como Governador do Estado – V. Ex^a é testemunha –, muitas foram as minhas incursões junto ao então Presidente Fernando Henrique, ao Ministro da Educação da época e, depois, ao atual Governo. Trouxe sempre aqui o apelo da comunidade acadêmica, dos estudantes, dos professores, no sentido de que efetivamente houvesse o reconhecimento dos cursos da Universo. Não podemos mais aceitar que essa situação continue indefinida e, muito menos, que o nosso Estado seja discriminado. Estamos juntos nessa luta e em muitas outras, em favor de Goiás, dos alunos e da comunidade acadêmica da Universo. Parabéns a V. Ex^a pelo pronunciamento pertinente. Muito obrigado.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO)

– Senador Marconi Perillo, agradeço a brilhante intervenção de V. Ex^a, que teve realmente a oportunidade de trabalhar – e continua trabalhando – em favor dos estudantes da Universo. Tenho certeza de que vamos conseguir esse reconhecimento, porque ele é de direito; é justo, legal.

Assim como V. Ex^a, a Senadora Lúcia Vânia também tem feito um trabalho importante em favor desses estudantes.

Concedo um aparte à Senadora Lúcia Vânia.

A Sr^a Lúcia Vânia (PSDB – GO) – Senador Demóstenes, quero cumprimentá-lo pela iniciativa de trazer à tribuna do Senado Federal um tema de tamanha relevância para o nosso Estado de Goiás, especialmente para os jovens, que lutam com dificuldade para conseguir seu diploma. Essa incerteza, essa insegurança não são boas para os jovens, para os alunos da universidade. V. Ex^a, que tem sido um grande orientador – posso assim dizer – dessa juventude, principalmente na área do Direito, com esse discurso, mostra não só a preocupação que tem demonstrado nas suas conferências, nos debates, com essa mesma juventude, como também a preocupação com uma instituição que é fundamental para o desenvolvimento do Estado de Goiás. Portanto, receba a minha solidariedade, o meu apoio e, acima de tudo, os meus cumprimentos.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – Muito obrigado, Senadora Lúcia Vânia. V. Ex^a, tenho que reconhecer da tribuna, é uma das grandes incentivadoras do estudo, da eficiência, da formação dos alunos, em nível superior, inclusive. Parabéns a V. Ex^a.

Em novembro de 2006, a assessoria de imprensa do MEC, certamente sem autorização do Ministro, teve o desplante de divulgar um tal “estudo de medidas necessárias a preservar os interesses de milhares de alunos da Universidade Salgado de Oliveira”. Estou citando trecho textual de uma nota oficial do Ministério, como já o fiz em 5 de dezembro de 2006, nesta mesma tribuna. Preocupam, porque são medidas oficiais, ainda que não diretamente avalizadas pelo Ministro, um preconceito com cabeçalho e rodapé timbrados pelo MEC. Conforme disse e repito, nesse caso o Ministério da Educação se referiu a uma decisão do Tribunal Regional Federal do Rio de Janeiro, e o próprio MEC reconhecia na nota que cabiam recursos. Preferiu-se o mexerico, a chocalhice, levando-se à desconfiança de que podem existir interesses escusos, inclusive políticos e comerciais, gravitando em torno da discriminação aos estudantes goianos. Tomara que o Ministro Haddad esteja fora dessa armadilha, não seja partícipe desse crime. Eu acredito em Sua Excelência, tenho dele informações favoráveis, seu passado o endossa,

mas política de dois pesos, duas medidas é capaz de manchar currículo.

Ainda está em tempo de Fernando Haddad reparar em parte o mal que seu Ministério tem feito às famílias goianas e de ficar na história dos estudantes como o educador justo e sábio que venceu os preconceitos e que consolidou o triunfo da inteligência sobre a burocracia. Se o Ministro assim agir, será digno de louvor, tanto quanto o esforço do Governo do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva em incluir no ensino superior pessoas que sempre dispuseram de pouca oportunidade. E a Universo faz parte desse esforço, oferecendo mais de 30 mil bolsas para carentes. Os alunos especiais, portadores de diferentes necessidades, têm na Universo uma parceira para seus sonhos, suas vontades, seu desejo de crescer, de subir, de melhorar de vida, de ter chances e aproveitá-las. O Governo sabe dessas bolsas, porque é quem mais envia estudantes carentes para a Universo.

Não vou ficar aqui desafiando números, mas é preciso ressaltar que a estrutura da Universo é invejável. Se todas as universidades públicas contassem com estrutura ao menos semelhante, o nível da educação brasileira estaria sendo comparado ao da Finlândia, não ao do Haiti. Só para dar idéia da qualidade da Universo, seu *campus* de Goiânia tem cerca de 40% de professores com mestrado ou doutorado. Se o Sr. Ministro tiver alguma dúvida, pode consultar quem quiser sobre o nível dos professores da Universo. A biblioteca conta com uma média de cinco livros para cada aluno matriculado, com a atenção de acompanhar as novas edições, facilitando o estudo, a consulta e a pesquisa, tendo como força auxiliar a sempre presente tecnologia.

Talvez o Ministro Haddad careça visitar a Universo de Goiânia. Com o costume de quem participou ali de dezenas de palestras, garanto que ele pode ir a qualquer hora, qualquer dia, não precisa marcar na agenda. Pode chegar de surpresa. Seria uma honra para professores, funcionários e alunos receberem mais uma grande autoridade em educação, porque doutor em ensino responder presente na Universo virou uma tradição que orgulha os goianos. Mas, para acabar com os mexericos, fazer justiça e vencer o preconceito, não será necessário sair do gabinete. Basta ao Ministro consultar os documentos que tem ao seu dispor. O Dr. Fernando Haddad vai ver que não há complicação alguma em homologar os cursos já previstos no Estatuto da Universidade, aprovado pelo Conselho Nacional de Educação. Até agora, sobrou perseguição e faltou boa vontade. Ou seja, nada que o bom senso, poder

de discernimento e a sabedoria do Ministro Haddad não possam resolver.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Passa-se à

ORDEM DO DIA

Item 1:

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 337, DE 2006

(Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal.)

Discussão, em turno único, da Medida Provisória nº 337, de 2006, que abre crédito extraordinário, em favor dos Ministérios da Educação, da Saúde, dos Transportes e das Cidades, no valor de quinhentos e seis milhões e quinhentos e vinte e oito mil reais, para os fins que especifica.

A matéria constou da Ordem do Dia da sessão deliberativa ordinária da última quarta-feira, quando deixou de ser apreciada em virtude da falta de acordo de Lideranças para sua deliberação.

Antes de submeter a matéria ao Plenário, a Presidência presta os seguintes esclarecimentos:

- foram apresentadas 4 emendas à Medida Provisória;
- a Proposição foi remetida à Câmara dos Deputados no dia 15 de fevereiro, tendo sido apreciada naquela Casa no dia 26 do mesmo mês;
- o Relator da matéria naquela Casa foi o Deputado Lelo Coimbra (Bloco/PMDB – ES);
- o prazo de vigência de sessenta dias foi prorrogado por igual período pelo Ato do Presidente do Congresso Nacional nº 11, de 2007, e se esgotará no dia 1º de junho;
- a Medida Provisória foi recebida formalmente pelo Senado Federal no dia 6 de março.

Prestados esses esclarecimentos, passa-se à apreciação da matéria.

Concedo a palavra ao nobre Senador Aloizio Mercadante, Relator revisor da matéria.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, para poupar o precioso tempo e o talento do Senador Aloizio Mercadante, que poderá empenhá-lo em outras questões mais nobres, quero comunicar que vou obstruir.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Quero comunicar à Casa e ao Senador Herá-

clito Fortes que, rapidamente, tínhamos conversado com alguns Líderes e ficamos mais ou menos entendidos de votarmos três medidas provisórias, de retirarmos a quarta medida provisória e de aprovarmos um requerimento de informações do Senador Tasso Jereissati. Poderíamos avançar com relação a isso, Senador Heráclito Fortes. Do contrário, V. Ex^a ficará inteiramente à vontade, pois esse é um direito regimental de V. Ex^a.

O SR. TASSO JEREISSATI (PSDB – CE) – Sr. Presidente, peço a palavra, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Concedo a palavra, pela ordem, ao Senador Tasso Jereissati, com a aquiescência do Senador Aloizio Mercadante, Relator revisor.

O SR. TASSO JEREISSATI (PSDB – CE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu queria informar a V. Ex^a e à Liderança do Governo que estamos pedindo informações, para melhor entendimento – que não fique nenhum julgamento da questão! –, dessa abertura de crédito para a Braspetro Oil Services Company; para a Fronape International Company; para a Petrobras International Braspetro BV; para a Petrobras International Finance Company; para a Petrobras Netherlands; para a Petrobras Transporte S.A.; para a empresa Petróleo Brasileiro S.A. e para mais duas empresas. Na verdade, não temos o conhecimento necessário da destinação desse crédito, nem de como funciona. Para que servem os investimentos nessas empresas?

Como a matéria vem como medida provisória – e é este um dos defeitos, um dos problemas da medida provisória –, não temos condições nem capacidade de avaliarmos exatamente do que se trata. Como, no caso, trata-se de volumes altíssimos – são pelo menos R\$7 bilhões só nessas empresas ligadas à Petrobras –, precisamos esclarecer isso, para pelo menos votarmos conscientes daquilo que estamos votando.

Por isso, solicito à Liderança do Governo que providencie todas as informações que estamos pedindo. Aqui, inclusive, perguntei a respeito a vários Senadores que não sabem do que se trata o crédito e que nem ao menos conheciam a existência dessas empresas.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Concedo a palavra ao Senador Aloizio Mercadante, pela ordem.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu só queria esclarecer que a medida provisória que

vou relatar não trata dos créditos que foram mencionados pelo Senador Tasso Jereissati.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Eu sei, mas seria um acordo de procedimento. Retiraríamos essa medida provisória, em função das informações que estão sendo requisitadas pelo Senador Tasso Jereissati, e votaríamos as três outras medidas provisórias. O procedimento de votação de requerimento de informação é exatamente o de apreciá-lo na Mesa Diretora, mas faríamos, dentro do próprio acordo, uma aprovação automática, em função do acordo para deliberarmos sobre as medidas provisórias.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR) – Sr. Presidente, peço a palavra, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Tem a palavra V. Ex^a.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, apenas quero fazer a observação de que encaminharemos ao Senador Tasso Jereissati todas as informações necessárias. Concordamos com o entendimento de que a Medida nº 338 seja remanejada, já que todas têm a mesma data de edição. Portanto, é possível votar três medidas provisórias sem votar a Medida Provisória nº 338. Nisso concordamos. E vamos fornecer as informações ao Senador Tasso Jereissati.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem, abusando da paciência do Senador Aloizio Mercadante.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Senador Arthur Virgílio, tem V. Ex^a a palavra, com a aquiescência do Senador Aloizio Mercadante.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, tenho a aquiescência do Senador Aloizio Mercadante, que, aliás, está numa fase muito feliz, está numa fúria legislante e do bem, apresentando projetos de enorme interesse público, aprovando um atrás do outro na Comissão de Assuntos Econômicos, tudo em caráter terminativo. Ou seja, é uma fúria legislante do bem; poderia ser do mal – no tempo da ditadura, eu achava que era do mal.

Sr. Presidente, de maneira bastante breve, quero dizer que temos um acordo: são três medidas provisórias, menos essa questionada pelo Senador Tasso Jereissati. Na verdade, há mais medidas provisórias editadas, Senador Romero Jucá, com a mesma data, mas escolhemos, por acordo, essas três.

Eu queria, Sr. Presidente, reportar-me a respeito de outro tema: solicito uma reunião para ultimarmos as negociações em torno da Emenda nº 3. Feito o quê,

com acordo, estaria muito bem, mas, sem acordo, teríamos de ver marcada a data para a votação do veto atinente a três projetos: a Emenda nº 3; o da Sudam, em segundo lugar; e, em terceiro lugar, o da Sudene.

Estou aberto, e sei que o mesmo se aplica ao Senador José Agripino, às negociações que poderão levar – não acho um trabalho fácil – a um acerto que eventualmente substitua a Emenda nº 3. Caso não chegássemos a esse acordo, após a reunião – que, por mim, seria realizada amanhã –, a data do veto seria marcada.

Por outro lado, nada mais obsta que votemos os vetos já consensualizados, que são mais de cem – são centenas os vetos consensualizados. E me reporto especificamente a estes três: ao da Emenda nº 3, que está em discussão, em negociação; ao da Sudam, que, a meu ver, tem de ser posta em votação; e ao da Sudene, do mesmo modo. Portanto, suponho que estaríamos na fase já de decisão sobre essas questões que aqui avento, Sr. Presidente.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Senador Heráclito Fortes, tem V. Ex^a a palavra.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu gostaria de mais uma vez apelar no sentido de que temos o dever de poupar o tempo do Senador Mercadante, que é precioso. Não há acordo, vamos obstruir. É preciso entendimento, é preciso uma conversa, que, até onde sei, não foi finalizada. Dessa forma, vamos obstruir. Esse é um apelo que faço com relação ao primeiro item. Com relação ao primeiro item, nossa posição é de obstrução.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Senador Aloizio Mercadante, tem V. Ex^a a palavra.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP. Como Relator. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu pediria só para que as Lideranças se pronunciassem. O que entendi da Mesa e da intervenção do Senador Arthur Virgílio é que há acordo sobre três medidas provisórias, é que há acordo de dar, em caráter de urgência, a aprovação ao requerimento do Senador Tasso Jereissati, que pede uma série de esclarecimentos em relação ao crédito destinado à Petrobras e a empresas do setor do petróleo.

E deixaríamos esse item, que faz parte da mesma data, para, após os esclarecimentos, verificarmos os procedimentos.

Em função desse entendimento, votaríamos a primeira medida provisória, que trata de créditos para o Ministério da Educação, para o Ministério da Saúde, para o Ministério dos Transportes – são valores pequenos – e para o Ministério das Cidades – valores bem menores. Basicamente, os recursos estão destinados ao Ministério da Educação e da Saúde.

Perguntaria, portanto, Sr. Presidente, se leremos o parecer...

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Não conversei pessoalmente com o Senador José Agripino, mas a idéia que foi colocada é exatamente essa: votarmos três medidas provisórias, retirarmos aquela medida provisória objeto do requerimento de informação sobre o crédito da Petrobras, aprovando o requerimento de informação, cuja tramitação é na Mesa Diretora. Aprovaríamos hoje, também, por acordo, para que pudéssemos apreciar as três medidas provisórias.

Se avançássemos com relação a esse encaminhamento, seria muito bom.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Com a palavra, o Senador Arthur Virgílio.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Na verdade, quero ponderar ao Senador Heráclito Fortes algumas coisas. Primeiro, temos várias medidas provisórias que foram editadas na mesma data. Três delas foram pinçadas, hoje, em rápida conversa que tive com o Senador José Agripino e, por telefone, com V. Ex^a, Sr. Presidente. Pinçamos três medidas provisórias.

Realmente, fui surpreendido pelas razões aqui alegadas, mas não vejo por que, Sr. Presidente, não poderíamos chegar a um acordo, com a boa vontade que nunca faltará...

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – O Senador Arthur Virgílio começa abrir caminhos. A sugestão é que V. Ex^a suspenda a Ordem do Dia, as Lideranças sentem-se, discutam e possam, em um esforço de todos, votar amanhã. Estou preocupado em poupar o Senador Aloizio Mercadante. O Senador não pode falar à toa. A palavra do Senador Mercadante é uma palavra que o Brasil todo gosta de ouvir. Eu quero poupá-lo, Senador.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sr. Presidente, vou falar com maior disciplina agora.

Temos, portanto, três medidas. Apelo ao Senador Heráclito Fortes no sentido de concordar com a votação dessas três, porque são medidas inócuas, são créditos já vencidos; a medida questionada pelo Senador Tasso Jereissati, com muita acuidade, esta sim, poderá dar panos para as mangas. Nós queremos saber que uso está sendo feito, pela Petrobras, dessas duas empresas criadas no exterior – e vamos dizer mais, Senador Mercadante –, criadas no Governo do Presidente Fernando Henrique. Quero saber que uso foi feito naquela época e que uso está sendo feito agora. Pode ser que não tenha nada de mais, seja uma mera medida que a modernização, que a globalização exijam. Mas temos essas três medidas como pacíficas.

Se eu pudesse – e sei que o Senador José Agripino trabalhará na mesma direção – apelar ao Senador Heráclito Fortes no sentido de concentrarmos esforços nessa medida provisória questionada pelo Senador Tasso Jereissati, poderíamos, se V. Ex^a, Senador Heráclito Fortes, suspendesse seu desejo de obstruir, poderíamos votar as três medidas e dar sinal de vida legislativa nesta Casa, que já é tão traumatizada pela sequência de medidas provisórias. Em seguida, fecharíamos a pauta outra vez para, tão logo viessem as respostas demandadas pelo Senador Tasso Jereissati, retomarmos as votações. Há matérias substantivas que virão após as medidas provisórias.

Senador Heráclito Fortes, aproveitaria essa brecha e pediria a V. Ex^a que meditasse. Querido amigo, se puder confirmar esse acordo que fizemos, agradeça sobremaneira.

São três medidas provisórias muito simples. É uma Ordem do Dia muito simples. Se formos rápidos, ainda haverá espaço para que os oradores usem o restante do tempo da sessão para discursos.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Senador Arthur Virgílio, o meu espírito de colaboração é permanente. Mas gostaria de dar uma sugestão: deixemos de lado o primeiro item e vamos discutir o segundo, enquanto analiso mais profundamente o Item 1. De qualquer maneira, permaneço obstruindo o Item 1.

A minha proposta é a de que se mude a pauta, passando-se à discussão do Item 2 e do Item 3.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Senador José Agripino.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, V. Ex^a tinha toda razão quando aqui colocou que, por conversa não pessoal, mas por entendimento telefônico, firmamos um

acordo, produto de entendimento pessoal entre mim e o Senador Arthur Virgílio, de votarmos os três primeiros itens da pauta de hoje, sendo que o item 2 ficaria sujeito à resposta ao requerimento que já foi formulado pelo Senador Tarso Jereissati, tendo em vista a esquisitice da destinação dos recursos cedidos à Petrobras para que ela instalasse um *branch* internacional, suponho que nas Bahamas, de um organismo sobre o qual o Senado não está suficientemente informado dos seus objetivos e da sua destinação.

O Senador Tasso Jereissati já apresentou requerimento. Fizemos esse entendimento, mas, em função da Marcha dos Prefeitos e do acúmulo de tarefas que tivemos em todo o dia de hoje, não tive oportunidade de conversar com minha Bancada e com o Senador Heráclito Fortes sobre isso.

O Senador Heráclito Fortes tem dúvidas com relação ao item 1 e pede um tempo para pensar sobre o assunto. Então, que votemos os Itens 2 e 3 enquanto as Lideranças do Governo, usando o tempo disponível, podem dar explicações a S. Ex^a, que formará um juízo de valor sobre seu voto favorável ou não.

Eu gostaria que o Senador Heráclito Fortes entendesse que o acordo foi feito, embora também compreenda suas razões. Penso que lhe deve ser dado tempo para que as explicações sejam feitas. E, nesse meio tempo – peço a compreensão do Senador Aloizio Mercadante –, faremos tudo para que as coisas aconteçam como foram pactuadas entre nós e a Presidência. Pedimos, portanto, paciência a V. Ex^a, Senador Aloizio Mercadante, para que votássemos os Itens 2 e 3 enquanto explicações são dadas ao Senador Heráclito Fortes e, assim, possamos cumprir a votação dos três itens primeiros da pauta de hoje.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP. Como Relator. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, da minha parte, é evidente que não há obstáculo algum.

O relatório que tenho aqui é bastante transparente. São R\$250 milhões para o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, explicitadas as prioridades. Para o Fundo Nacional de Saúde, Ministério da Saúde: dos R\$506 milhões, R\$450 milhões é saúde e educação. Para o Departamento Nacional de Infra-estrutura de Transportes, são R\$20 milhões bem detalhados; e, ainda, para o Ministério das Cidades.

Mas é evidente que agilizamos o procedimento, Sr. Presidente, se entrarmos imediatamente no item 2 da pauta. Tenho certeza que a Senadora Roseana Sarney, Líder do Governo, dará todas as informações necessárias ao Senador Heráclito Fortes.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Não aceito informações terceirizadas. Prefiro ouvir o próprio Relator.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Tem a palavra V. Ex^a.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR. Pela ordem.) – Sr. Presidente, já que foi feito o entendimento de inverter a ordem e esse primeiro item, a MP nº 337, passar para terceiro e a medida provisória ser votada, gostaríamos, então, que fosse dada votação à matéria seguinte, que é o Item 3 da pauta, referente ao Item 2 da sessão de hoje.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – A proposta que se coloca é que o item 1 passe para o terceiro item da pauta.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI. *Intervenção fora do microfone.*) – Para amanhã.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Consulto os Srs. Líderes e o Plenário sobre o melhor encaminhamento: se há condições de fazermos um encaminhamento que contemple a todos ou se vamos ter que colocar a medida provisória em votação, correndo o risco da obstrução, que é um direito regimental.

Pela ordem, concedo a palavra ao Senador José Agripino.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – PI. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Eu queria fazer um apelo ao Senador Heráclito Fortes.

Foi feito um entendimento – V. Ex^a tem razão, haja vista que não lhe foi comunicado o entendimento por falta de tempo –, e eu gostaria que V. Ex^a ouvisse as explicações do Senador Romero Jucá sobre as razões da MP, o item 1 da pauta, e avaliasse da conveniência de votarmos cumprindo o acordo, sem a obstrução. Respeitarei a decisão de V. Ex^a, em qualquer circunstância, mas faço aqui um apelo de companheiro para companheiro.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Senador José Agripino, já estou pedindo audiência aos técnicos do Ministério da Educação, para que me prestem alguns esclarecimentos. V. Ex^a sabe como a burocracia em Brasília é grande. Parece que somente vou conseguir essas informações ao final da tarde ou amanhã. Então, gostaria da compreensão dos companheiros para que esse item seja discutido e votado amanhã.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN) – Sr. Presidente, em função da posição do Senador Heráclito

Fortes, sugiro a V. Ex^a, com um pedido de escusas, que votássemos o Item 2 e o Item 3, com o compromisso de começarmos a Ordem do Dia de amanhã com o Item 1 da pauta de hoje.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Faremos exatamente o que V. Ex^a sugere.

Passamos, então, ao Item 2 da pauta.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR) – Sr. Presidente, pela ordem. É o Item 3 da pauta que está distribuída, que é referente ao Item 2. Pulou-se o Item 2, que é a Medida Provisória nº 338.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Consulto a Casa...

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Sr. Presidente, para ajudar V. Ex^a, era preciso...

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – A mim, não. Vou consultar a Casa sobre qual item...

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – (...) distribuir a pauta entre as Bancadas. Ficamos aqui em vôo cego.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Todas as pautas já foram distribuídas eletronicamente.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Onde, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Eletronicamente. V. Ex^a pode acessar aí, se for o caso. Porém, vamos, adicionalmente, mandar mais uma cópia para V. Ex^a.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Agradeço, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – **Item 3:**

PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO Nº 1, DE 2007 (Proveniente da Medida Provisória nº 342, de 2006)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei de Conversão nº 1, de 2007 (proveniente da Medida Provisória nº 342, de 2006), que altera e acresce dispositivos à Lei nº 11.438, de 29 de dezembro de 2006, que dispõe sobre incentivos e benefícios para fomentar as atividades de caráter desportivo.

A matéria constou da Ordem do Dia da sessão deliberativa ordinária da última quarta-feira, quando deixou de ser apreciada em virtude da falta de acordo de lideranças para sua deliberação.

Antes de submeter a matéria ao Plenário, a Presidência presta os seguintes esclarecimentos:

- foram apresentadas à Medida Provisória 8 emendas;
- a Proposição foi remetida à Câmara dos Deputados no dia 15 de fevereiro, tendo sido apreciada naquela Casa no dia 27 do mesmo mês;
- o Relator da matéria naquela Casa foi a Deputada Perpétua Almeida (PCdoB – AC);
- o prazo de vigência de sessenta dias foi prorrogado por igual período pelo Ato do Presidente do Congresso Nacional nº 16, de 2007 e se esgotará no dia 1º de junho;
- a Medida Provisória foi recebida formalmente pelo Senado Federal no dia 6 de março.

Prestados esses esclarecimentos, passa-se à apreciação da matéria.

Concedo a palavra à nobre Senadora Ideli Salvatti, Relatora revisora da matéria.

PARECER Nº 242, DE 2007 – PLEN

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC. Para emitir parecer. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, antes de apresentar meu parecer, quero rapidamente lembrar, para muitos Senadores e Senadoras que não tinham ainda sido empossados no Senado da República, o porquê dessa medida provisória.

Tramitou na Câmara dos Deputados um projeto de lei muito importante que permitia que o esporte nacional recebesse incentivos fiscais. Fruto da negociação e da tramitação na Câmara, o Senado teve de construir um acordo para que os recursos do incentivo não fossem disputados e divididos entre a cultura e o esporte.

Quem estava aqui no final do ano passado acompanhou toda a movimentação das principais lideranças do esporte nacional e da cultura brasileira. Houve momentos de muita tensão, intermediados, inclusive no cafezinho do Senado, por vários Senadores, a exemplo do Senador Wellington Salgado e do Senador Cristovam Buarque, que se envolveram na questão, a fim de que pudéssemos encontrar uma alternativa para que os benefícios hoje utilizados pela cultura brasileira não fossem divididos nem disputados pelo esporte.

Na ocasião, construímos um acordo, para que os recursos do incentivo ao esporte não fizessem parte do inciso da cultura. Só que esse acordo, do qual tive muita honra de participar, contribuir, ajudar, depois de aprovado pelo Senado, criou um novo impasse. A inclusão do incentivo ao esporte num outro item da legislação preocupou segmentos do próprio movimento sindical, pois os recursos hoje destinados, por exemplo, para a

alimentação dos trabalhadores poderiam ser disputado com o incentivo aos esportes. Portanto, depois de feito o acordo no Senado, de pacificados esportistas e artistas, ficamos frente a um novo impasse com o movimento sindical.

Essa negociação fluiu, e o Presidente da República fechou o acordo fazendo com que o incentivo destinado exclusivamente ao esporte ficasse em 1%. E a única maneira de concretizar esse acordo foi vetar a matéria aprovada no Senado e emitir uma medida provisória para consolidar o acordo. É a Medida Provisória nº 342, agora transformada no Projeto de Lei de Conversão nº 1, que consolida todo esse acordo do qual nós, Senadores, tivemos tanta participação e tanto empenho para que nem artistas, nem nossos queridos desportistas competissem entre si no incentivo a essas duas importantes atividades que representam tão bem a criatividade do povo brasileiro.

Essa medida provisória dá nova redação ao inciso I do art. 1º da Lei nº 11.438/06, autorizando a pessoa jurídica a deduzir 1% do Imposto de Renda devido, em vez dos 4% previstos na Lei nº 11.438/06, porém sem sujeitá-la ao limite conjunto de 4% do imposto estabelecido para aplicações que tenham como finalidade crianças e adolescentes, cultura e áudio-visual, conforme preconizava aquele dispositivo. Como resultado, a aplicação em esportes, que competia com aquelas aplicações, não está mais sujeita àquela restrição.

Portanto, é isso que a medida provisória concretiza, Senador Tasso Jereissati, que também se envolveu no acordo. Aliás, praticamente o Senado como um todo participou desse projeto.

Faremos hoje a votação do projeto de lei de conversão, confirmando o esforço coletivo de atender o justo interesse dos esportistas de terem uma lei de incentivo ao esporte, da mesma forma como temos a lei de incentivo à cultura, sem que um setor estabeleça competição com o outro.

Tenho muito orgulho de aqui relatar a matéria. Gostaria até, Senador Romero Jucá, de dedicar esse esforço e a aprovação dessa medida provisória, transformada em projeto de lei de conversão, a duas mulheres que capitanearam aqui as discussões: nossa querida Hortência e nossa querida Fernanda Montenegro.

Em homenagem a essas duas brilhantes e maravilhosas mulheres, que tão bem nos representam naquilo a que dedicaram sua vida, seja no esporte, seja na arte, e a todos os outros artistas e desportistas do Brasil que iremos aprovar esse projeto de conversão oriundo da Medida Provisória nº 342, fruto da nego-

ciação que o Presidente encabeçou bem no final do ano passado.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

Nosso voto é pela aprovação do Projeto de Lei de Conversão nº 1, de 2007.

É o seguinte o parecer na íntegra:

PARECER Nº , DE 2007

De Plenário, sobre o Projeto de Lei de Conversão nº 1, de 2007, proveniente da Medida Provisória nº 342, de 29 de dezembro de 2006, que altera e acresce dispositivos à Lei nº 11.438, de 29 de dezembro de 2006, que dispõe sobre incentivos e benefícios para fomentar as atividades de caráter desportivo.

Relatora-Revisora: Senadora **Ideli Salvatti**

I – Relatório

Nos termos do art. 7º da Resolução nº 1, de 2002, do Congresso Nacional, é submetido à apreciação desta Casa o Projeto de Lei de Conversão (PLV) nº 1, de 2007, que altera e acresce dispositivos à Lei nº 11.438, de 29 de dezembro de 2006, que dispõe sobre incentivos e benefícios para fomentar as atividades de caráter desportivo, oferecido pela Câmara dos Deputados à Medida Provisória (MPV) nº 342, de 29 de dezembro de 2006, de ementa idêntica.

Conforme enunciado na ementa da norma, a MPV nº 342, de 2006, altera a Lei nº 11.438, de 2006, chamada de Lei de Incentivo ao Esporte, que é resultado da aprovação do substitutivo oferecido pela Comissão de Finanças e Tributação da Câmara dos Deputados ao Projeto de Lei (PL) nº 1.367, de 2003, de autoria do Deputado Bismarck Maia.

A Lei nº 11.438, de 2006, fruto de extenso e inflamado debate, veio atender aos anseios da classe esportiva, que buscava justos incentivos para o desenvolvimento do esporte, em moldes semelhantes aos que já existem para as atividades culturais, previstas nas Leis nº 8.313, de 23 de dezembro de 1991 (Lei Rouanet) e 8.685, de 20 de julho de 1993 (Lei do Audiovisual).

A MPV nº 342, de 2006, possui apenas dois artigos. O primeiro altera o **caput** e o inciso I do § 1º do art. 1º; o **caput** do art. 2º; as alíneas **a** e **b** do inciso I

e as alíneas **a** e **b** do inciso II do art. 3º, todos da Lei nº 11.438, de 2006. Ademais, acresce a essa norma o art. 13-A, constituído de **caput** e parágrafo único.

O art. 2º determina a entrada em vigor da MPV na data da sua publicação, ocorrida em 2 de janeiro do ano em curso.

A modificação efetuada no **caput** do art. 1º da Lei nº 11.438, de 2006, deixou expresso que os benefícios fiscais deferidos pela norma podem ser utilizados a partir do ano-calendário de 2007.

A alteração do inciso I do § 1º do art. 1º foi a de maior relevância, justamente porque modificou a fórmula da limitação do benefício fiscal estabelecida na Lei nº 11.438, de 2006, que tanta discussão gerou durante a tramitação do projeto de lei nas Casas do Congresso Nacional.

Relativamente às pessoas jurídicas, a limitação das deduções do imposto de renda em virtude dos valores despendidos a título de patrocínio ou doação a projetos desportivos ou paradesportivos passa a ser de um por cento do imposto devido, sem competição com qualquer outra espécie de benefício.

A alteração ao **caput** do art. 2º do diploma legal estabeleceu a necessidade de regulamento, para a definição dos termos, limites e condições para a concessão de incentivos às seguintes manifestações: desporto educacional, desporto de participação e desporto de rendimento.

As mudanças nas alíneas **a** e **b** do inciso I e alíneas **a** e **b** do inciso II do art. 3º da Lei nº 11.438, de 2006, têm como finalidade aperfeiçoar a redação dos dispositivos, inexistindo alteração de conteúdo.

O art. 13-A, incluído na Lei, determina que o valor máximo das deduções de que trata o art. 1º será fixado anualmente em ato do Poder Executivo, com base em um percentual da renda tributável das pessoas físicas e do imposto sobre a renda devido por pessoas jurídicas tributadas com base no lucro real. Além disso, seu parágrafo único enuncia que, com base no referido valor máximo, o Poder Executivo fixará os limites a serem aplicados nos desportos educacional, de participação e de rendimento.

Na Câmara dos Deputados, foram acrescentados ao texto dois dispositivos originados de emendas acatadas pela Relatoria. O art. 13-B determina a inserção da Bandeira Nacional nas peças de divulgação dos projetos apoiados, de modo a deixar claro que o esporte, a cultura e a produção audiovisual e artística são reconhecidos como políticas públicas. Já o art. 13-C estabelece que os Ministérios da Cul-

tura e do Esporte encaminharão ao Congresso Nacional relatórios detalhados acerca da destinação e aplicação dos recursos provenientes das deduções e benefícios fiscais previstos nas Leis nº 8.313, de 1991, e 11.438, de 2006, para fins de acompanhamento e fiscalização orçamentária das operações realizadas.

II – Análise

Quanto à constitucionalidade da MPV nº 342, de 2006, frisamos que a União é competente para legislar sobre imposto de renda e desporto, a teor dos arts. 24, incisos I e IX; 48, inciso I; e 153, inciso III, da Constituição Federal (CF).

A matéria veiculada na MPV nº 342, de 2006, não está no rol das competências exclusivas do Congresso Nacional ou de qualquer de suas Casas, expresso nos arts. 49, 51 e 52 da CF.

A teor do art. 62 da CF, em caso de relevância e urgência, o Presidente da República está legitimado a editar medida provisória, a ser apreciada pelo Congresso Nacional.

Com relação ao mérito, observe-se que a medida dá eficácia ao art. 217, **caput**, da CF, que determina ser dever do Estado fomentar práticas desportivas formais e não-formais, como direito de cada um.

A idéia nuclear da Lei nº 11.438, de 2006, é a de trazer, para o âmbito do esporte, possibilidades de angariação de recursos semelhantes às que já existem para a indústria brasileira da cultura, as quais se amparam na Lei nº 8.313, de 1991 (Lei Rouanet). Nesse sentido, nada há a objetar com relação ao mérito.

Em nosso entendimento, as alterações apostas à Lei nº 11.438, de 2006, pela MPV nº 342, de 2006, e incorporadas pela Câmara dos Deputados no PLV nº 1, de 2007, contribuíram para o aperfeiçoamento da proposição.

III – Voto

Assim, à vista do exposto, manifestamo-nos pelo acolhimento da Medida Provisória nº 342, de 2006, na forma do Projeto de Lei de Conversão nº 1, de 2007, conforme aprovado na Câmara dos Deputados.

Sala das Sessões, 10 de abril de 2007. – **Ideli Salvatti**, Relatora-Revisora.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – O Parecer preliminar da Relatora revisora, Senadora Ideli Salvatti, é pelo atendimento dos pressupostos constitucionais de relevância e de urgência e de adequação financeira e orçamentária da Medida Provisória, nos termos, Sr^{as} e Srs. Senadores, do art. 8º da Resolução nº 1, de 2002 – CN.

No mérito, é pela aprovação.

Colocarei em votação os pressupostos constitucionais de relevância e de urgência e, em seguida, darei a palavra aos Srs. Senadores.

Em votação os pressupostos de urgência, de relevância e de adequação financeira e orçamentária da Medida Provisória.

As Sr^{as} Senadoras e os Srs. Senadores que os aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovados.

Passamos, agora, à apreciação do mérito.

Em discussão o Projeto de Lei de Conversão, a Medida Provisória e as emendas, em turno único.

Concedo a palavra ao Senador Romero Jucá.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, gostaria de louvar o parecer da Senadora Ideli Salvatti e de registrar que tanto o Senado quanto a Câmara tiveram participação importante na confecção dessa Medida Provisória e nas tratativas que levaram ao entendimento do setor da cultura e do esporte para não haver sobreposição de incentivo fiscal.

Portanto, trata-se de dispositivo importante, que fortalece o esporte e a cultura e que encaminha o entendimento que houve na Casa.

A Liderança do Governo encaminha, portanto, o voto favorável à aprovação do substitutivo.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – A matéria continua em discussão. (Pausa.)

Não mais havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação o Projeto de Lei de Conversão, que tem preferência regimental.

As Sr^{as} Senadoras e os Srs. Senadores que os aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Aprovado o Projeto de Lei de Conversão, ficam prejudicadas a Medida Provisória e as demais emendas a ela apresentadas.

A matéria vai à sanção.

É o seguinte o Projeto aprovado:

PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO Nº 1, DE 2007
(Proveniente da Medida Provisória nº 342, de 2006)

Altera e acresce dispositivos à Lei nº 11.438, de 29 de dezembro de 2006, que dispõe sobre incentivos e benefícios para fomentar as atividades de caráter desportivo.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º A Lei nº 11.438, de 29 de dezembro de 2006, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 1º A partir do ano-calendário de 2007 e até o ano-calendário de 2015, inclusive, poderão ser deduzidos do imposto de renda devido, apurado na Declaração de Ajuste Anual pelas pessoas físicas ou em cada período de apuração, trimestral ou anual, pela pessoa jurídica tributada com base no lucro real os valores despendidos a título de patrocínio ou doação, no apoio direto a projetos desportivos e paradesportivos previamente aprovados pelo Ministério do Esporte.

§ 1º

I - relativamente à pessoa jurídica, a 1% (um por cento) do imposto devido, observado o disposto no § 4º do art. 3º da Lei nº 9.249, de 26 de dezembro de 1995, em cada período de apuração;

..... " (NR)

"Art. 2º Os projetos desportivos e paradesportivos, em cujo favor serão captados e direcionados os recursos oriundos dos incentivos previstos nesta Lei, atenderão a pelo menos uma das seguintes manifestações, nos termos e condições definidas em regulamento:

..... " (NR)

"Art. 3º.

I -

a) a transferência gratuita, em caráter definitivo, ao proponente de que trata o inciso V do caput deste artigo de numerário para a realização de projetos desportivos e paradesportivos, com finalidade promocional e institucional de publicidade;

b) a cobertura de gastos ou a utilização de bens, móveis ou imóveis, do patrocinador, sem transferência de domínio, para a realização de projetos desportivos e paradesportivos pelo proponente de que trata o inciso V do caput deste artigo;

II -

a) a transferência gratuita, em caráter definitivo, ao proponente de que trata o inciso V do caput deste artigo de numerário, bens ou serviços para a realização de projetos desportivos e paradesportivos, desde que não empregados em publicidade, ainda que para divulgação das atividades objeto do respectivo projeto;

b) a distribuição gratuita de ingressos para eventos de caráter desportivo e paradesportivo por pessoa jurídica a empregados e seus dependentes legais ou a integrantes de comunidades de vulnerabilidade social;

..... " (NR)

"Art. 13-A. O valor máximo das deduções de que trata o art. 1º desta Lei será fixado anualmente em ato do Poder Executivo, com base em um percentual da renda tributável das pessoas físicas e do imposto sobre a renda devido por pessoas jurídicas tributadas com base no lucro real.

Parágrafo único. Do valor máximo a que se refere o caput deste artigo o Poder Executivo fixará os limites a serem aplicados para cada uma das manifestações de que trata o art. 2º desta Lei."

"Art. 13-B. A divulgação das atividades, bens ou serviços resultantes de projetos desportivos e paradesportivos, culturais e de produção audiovisual e artística financiados com recursos públicos mencionará o apoio institucional com a inserção da Bandeira Nacional, nos termos da Lei nº 5.700, de 1º de setembro de 1971."

"Art. 13-C. Sem prejuízo do disposto no art. 166 da Constituição Federal, os Ministérios da Cultura e do Esporte encaminharão ao Congresso Nacional relatórios detalhados acerca da destinação e regular aplicação dos recursos provenientes

das deduções e benefícios fiscais previstos nas Leis nºs 8.313, de 23 de dezembro de 1991, e 11.438, de 29 de dezembro de 2006, para fins de acompanhamento e fiscalização orçamentária das operações realizadas.”

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – **Item 4:**

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 343, DE 2007

Discussão, em turno único, da Medida Provisória nº 343, de 2007, que abre crédito extraordinário, em favor dos Ministérios da Ciência e Tecnologia, da Fazenda, da Justiça, dos Transportes, das Comunicações, do Planejamento, Orçamento e Gestão, do Esporte e da Defesa, no valor global de novecentos e cinquenta e seis milhões, seiscentos e quarenta e seis mil, quatrocentos e noventa e dois reais, para os fins que especifica.

A matéria constou da Ordem do Dia da sessão deliberativa ordinária da última quarta-feira, quando deixou de ser apreciada em virtude da falta de acordo de lideranças para sua deliberação.

Antes de submeter a matéria ao Plenário, a Presidência presta os seguintes esclarecimentos:

- foram apresentadas 45 emendas à Medida Provisória;
- a Proposição foi remetida à Câmara dos Deputados no dia 23 de fevereiro, tendo sido apreciada naquela Casa no dia 1º de março;
- o Relator da matéria naquela Casa foi o Deputado Reginaldo Lopes (Bloco/PT – MG);
- o prazo de vigência de sessenta dias foi prorrogado por igual período pelo Ato do Presidente do Congresso Nacional nº 17, de 2007, e se esgotará no dia 1º de junho;
- a Medida Provisória foi recebida formalmente pelo Senado Federal no dia 15 de março.

Prestados esses esclarecimentos, passa-se à apreciação da matéria.

Concedo a palavra ao Senador Sibá Machado, Relator revisor da matéria.

PARECER Nº 243, DE 2007 – PLEN

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente,

Sr^{as} e Srs. Senadores, trata-se do parecer de Plenário à Medida Provisória nº 343, de 05 de janeiro de 2007, que abre crédito extraordinário em favor dos Ministérios da Ciência e Tecnologia, da Fazenda, da Justiça, dos Transportes, das Comunicações, do Planejamento, Orçamento e Gestão, do Esporte e da Defesa, no valor global de R\$956.646.492,00 (novecentos e cinquenta e seis milhões, seiscentos e quarenta e seis mil, quatrocentos e noventa e dois reais) para os fins que especifica. O autor é o Poder Executivo.

Concluindo, por todo o exposto, entendemos que a Medida Provisória nº 343, de 05 de janeiro de 2007, atende integralmente aos preceitos de constitucionalidade e de adequação orçamentária e financeira.

Por isso, somos por sua aprovação, na forma proposta pelo Poder Executivo, Sr. Presidente.

É o seguinte o parecer na íntegra:

PARECER Nº , DE 2007

De Plenário à Medida Provisória nº 343, de 5 de janeiro de 2007, que “Abre crédito extraordinário, em favor dos Ministérios da Ciência e Tecnologia, da Fazenda, da Justiça, dos Transportes, das Comunicações, do Planejamento, Orçamento e Gestão, do Esporte e da Defesa, no valor global de R\$956.646.492,00, para os fins que especifica”.

Autor: Poder Executivo.

Relator/Revisor: Senador **Sibá Machado**

I – Relatório

Com base no art. 62 da Constituição Federal, o Presidente da República adotou e submete ao Congresso Nacional, por intermédio da Mensagem nº 02/2005–CN (nº 7/2007, na origem), a Medida Provisória nº 343, de 5 de janeiro de 2007, que “Abre crédito extraordinário, em favor dos Ministérios da Ciência e Tecnologia, da Fazenda, da Justiça, dos Transportes, das Comunicações, do Planejamento, Orçamento e Gestão, do Esporte e da Defesa, no valor global de R\$956.646.492,00, para os fins que especifica”, conforme resumo a seguir:

Unidade Orçamentária	Valor (R\$)
24207 – Ministério da Ciência e Tecnologia – NUCLEP	12.250.000
25103 – Ministério da Fazenda – Receita Federal do Brasil	72.816.848
30909 – Ministério da Justiça – Fundo p/Apar. Oper. Ativ. da Polícia Federal	19.000.000
30911 – Ministério da Justiça – Fundo Nacional de Segurança Pública	135.000.000
39252 – Ministério dos Transportes – DNIT	139.388.796
44101 – Ministério das Comunicações – Administração Direta	90.000.000
47205 – Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão – Fundação IBGE	93.390.848
51101 – Ministério do Esporte – Administração Direta	313.500.000
52101 – Ministério da Defesa – Administração Direta	78.300.000
52133 – Ministério da Defesa – Sec. Com. Interm. Rec. Mar (SECIRM)	3.000.000
Total	956.646.492

Fonte: Anexos I à MP.

As dotações alocadas em cada unidade orçamentária (U.O.) têm em vista atender às programações constantes do Anexo I, que estão assim discriminadas e justificadas, conforme se vê da Exposição de Motivos que acompanha a medida provisória:

1 – U.O. 24207 – Nuclebras Equipamentos Pesados S.A. – NUCLEP

A esta unidade orçamentária estão sendo destinados R\$12.250.000,00, com a finalidade de atender à “Fabricação de Equipamentos para as Indústrias Nuclear e Pesada de Alta Tecnologia”, bem como possibilitar à empresa honrar os compromissos com fornecedores, de forma a viabilizar a continuidade de suas atividades e capacitar-lhe ao cumprimento dos contratos em execução.

2 – U.O. 25103 – Receita Federal do Brasil

A esta unidade orçamentária estão previstos R\$72.816.848,00, sendo R\$50.814.717,00 para atender a despesas com o SISCOMEX – Sistema Integrado de Comércio Exterior -, e R\$22.002.131,00 para os sistemas informatizados da Secretaria da Receita Federal. A justificativa é no sentido de que “os recursos serão utilizados para viabilizar o pagamento ao SERPRO – Serviço Federal de Processamento de Dados – pela prestação de serviços de processamento de dados no registro da arrecadação da receita tributária e no SISCOMEX, indispensáveis para a garantia da qualidade dos serviços prestados à população (...).”

3 – U.O. 30909 – Fundo para Aparelhamento e Operacionalização das Atividades–Fim da Polícia Federal

A este Fundo estão sendo destinados R\$19.000.000,00 para atender à reforma e modernização do Edifício-Sede da Superintendência da Polícia Federal no Estado do Rio de Janeiro, sob a seguinte justificativa:

“No Ministério da Justiça, o crédito possibilitará a instalação do Centro de Inteligência Policial Compartilhada do Crime Organizado – CICOR, no Município do Rio de Janeiro, cuja proposta é de instalar representações de todas as agências de segurança pública e de inteligência governamentais, assim como a celeridade de decisões dos órgãos direta ou indiretamente envolvidos no combate ao crime organizado; bem como a implementação do Plano Nacional de Segurança Pública voltado à realização dos XV Jogos Pan e Para Pan–Americanos de 2007 (...).”

4 – U.O. 39911 – Fundo Nacional de Segurança Pública

A este Fundo estão sendo alocadas dotações no valor total de R\$135.000.000,00, com vistas ao atendimento das programações relacionadas com “Ações Preventivas Associadas à Segurança Pública nos Jogos Pan e Para–Pan–Americanos de 2007; Preparação e Emprego da Força Nacional de Segurança Pública para os Jogos Pan e Para–Pan–Americanos de 2007; Implantação de Infra–Estrutura e de Sistemas Vitais de Suporte de Segurança Pública nos Jogos Pan e Para–Pan–Americanos de 2007; Ações de Inteligência Associadas aos Jogos Pan e Para–Pan–Americanos de 2007”.

Todas as ações contempladas com dotação estão relacionadas com a realização dos Jogos Pan e Para–Pan–Americanos de 2007 na cidade do Rio de Janeiro.

5 – U.O. 39252 – Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes (DNIT)

A dotação alocada a esta unidade orçamentária, no valor de R\$139.388.796,00, tem por finalidade atender a “Obras Rodoviárias Emergenciais”, sob a justificativa de que o crédito “permitirá a realização

de obras emergenciais nas rodovias federais, danificadas em virtude de fortes chuvas ocorridas no mês de dezembro, fato que resultou na decretação de estado de calamidade pública por algumas unidades da Federação”.

6 – U.O. 41101 – Ministério das Comunicações

O Ministério das Comunicações está sendo contemplado com dotação no valor de R\$90.000.000,00, para atender à “Implantação de Instalações para Acesso a Serviços Públicos”, sob a justificativa de que “o crédito possibilitará a execução de ações voltadas para inclusão digital, mediante a implantação de um telecentro comunitário com internet banda larga em todos os municípios, que permitirão (sic) o acesso a tecnologias de informação e de conhecimento às classes menos favorecidas”.

7 – U.O. 47205 – Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)

No âmbito desta unidade orçamentária, o crédito destina-se a atender a ações relacionadas com o Censo Demográfico (contagem da população) e com o Censo Agropecuário de 2006, além de outras relacionadas com “Publicidade de Utilidade Pública”, perfazendo um valor total de R\$93.390.848,00. Como justificativa, são oferecidas as seguintes razões:

“Os recursos para o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão destinam-se à antecipação de operações relativas à preparação da infra-estrutura necessária à realização do Censo Agropecuário e da Contagem da População, a cargo da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE”.

8 – U.O. 51101 – Ministério do Esporte

O Ministério do Esporte está sendo contemplado com dotação no valor total de R\$313.500.000,00, para atender às seguintes ações relacionadas com os Jogos Pan e Para-Pan-Americanos de 2007 a serem realizados na cidade do Rio de Janeiro: i) Implantação de Infra-Estrutura Tecnológica para a Realização dos Jogos Pan e Para-Pan-Americanos de 2007 no Rio de Janeiro; ii) Gestão e Administração do Programa (Programa 1246 – Rumo ao Pan 2007); iii) Realização dos Jogos Pan e Para-Pan-Americanos de 2007 no Rio de Janeiro; iv) Implantação de Infra-Estrutura Física para a Realização dos Jogos Pan e Para-Pan-Americanos de 2007 no Rio de Janeiro; v) Publicidade de Utilidade Pública.

São as seguintes, em essência, as razões apresentadas pelo Poder Executivo para justificar a abertu-

ra do crédito extraordinário com as finalidades indicadas:

“No Ministério do Esporte, o crédito atenderá a despesas relacionadas com a infra-estrutura e a logística necessárias à realização do Pan 2007, evitando possíveis prejuízos na qualidade da prestação dos serviços essenciais ao evento. Tais despesas referem-se a instalações temporárias e de manutenção, devido ao aumento de modalidades esportivas a serem realizadas nas instalações federais; à ampliação da participação do Governo Federal nas cerimônias de abertura e de encerramento dos Jogos; à realização das atividades relacionadas ao percurso da tocha, ao programa de voluntariado, à cultura e à educação; à instalação do restaurante na Vila do Pan-Americano, não orçado inicialmente pelo Comitê de Organização – CO-RIO, à execução de serviços de suporte em tecnologia da informação, redes de dados e voz; a serviços de gerenciamento e fiscalização das obras na Vila Militar; à realização de diversos eventos no âmbito do legado esportivo e social e de divulgação dos Jogos; entre outras”.

9 – U.O. 52101 – Ministério da Defesa

As dotações alocadas a essa unidade orçamentária, totalizando R\$78.300.000,00, têm por finalidade atender às seguintes ações: “Adequação da Infra-Estrutura Aeroportuária para os Jogos Pan-Americanos”; e “Missão das Nações Unidas para o Haiti”.

As razões que justificariam a abertura do crédito extraordinário estão assim alinhadas:

“Com relação ao Ministério da Defesa, a proposição assegurará as condições necessárias para honrar os compromissos assumidos com a Organização das Nações Unidas em relação à Missão de Paz no Haiti, para cobrir despesas com o retorno e envio de contingentes, a aquisição de equipamentos e manutenção do efetivo, em razão da extensão de sua permanência, abrangendo o período de dezembro de 2006 a fevereiro de 2007, com a possibilidade de renová-la até novembro de 2007; a adequação dos Aeroportos do Município do Rio de Janeiro, principalmente o de Jacarepaguá, por meio da realização de obras, permitindo que suas instalações e equipamen-

tos estejam condizentes ao nível de segurança necessário ao trânsito de atletas de vários países envolvidos nos Jogos Pan-Americanos de 2007, contrapondo-se a quaisquer atos de interferências ilícitas contra a aviação civil e constituindo-se em ‘Centro de Operações’ para evacuações aeromédicas e resgate de eventuais acidentes durante a realização dos jogos” (...).

10 – U.O. 52133 – Secretaria da Comissão Intermistrial para os Recursos do Mar (SECIRM)

A esta unidade orçamentária estão sendo alocadas dotações no valor de R\$3.000.000,00, que serão utilizados para dar continuidade às obras de recuperação e modernização da infra-estrutura da Estação Antártica Comandante Ferraz. Tais obras estão relacionadas com a Missão Antártica.

Não foram apresentadas fontes de financiamento do presente crédito extraordinário, embora se faça menção, na Exposição de Motivos, de que o crédito será atendido com recursos ordinários do Tesouro Nacional.

Foram apresentadas 24 emendas à medida provisória, no prazo regimental, propondo o remanejamento de dotações no âmbito de diferentes unidades orçamentárias contempladas pelo crédito.

É o relatório.

II – Voto do Relator

Em atenção às determinações constantes do art. 7º da Resolução nº 1, de 2002–CN, a matéria vem a esta Casa para que, em função revisora, sobre ela delibere, devendo manifestar-se, em itens separados, quanto aos aspectos constitucionais, inclusive sobre os pressupostos de relevância e urgência, de mérito, de adequação financeira e orçamentária e sobre o cumprimento da exigência prevista no § 1º do art. 2º, da mesma Resolução, além da apreciação das emendas apresentadas.

II.1. Exame dos Aspectos de Constitucionalidade

A teor do § 3º do art. 167 da Constituição Federal, “a abertura de crédito extraordinário somente será admitida para atender a despesas imprevisíveis e urgentes, como as decorrentes de guerra, comoção interna ou calamidade pública observado o disposto no art. 62”.

As despesas albergadas pela medida provisória, além das relacionadas com os jogos “Pan e Para-Pan-Americanos”, com a “Missão Antártica” e com a “Missão das Nações Unidas para o Haiti” podem, numa exegese mais ampla, ser objeto de crédito extraordinário. Isso porque, o atraso verificado na aprovação da lei orçamentária resultou por produzir circunstâncias excepcionais que somente poderiam ser superadas por meio desse instrumento. Isso porque eventual atraso na execução das programações correspondentes poderia gerar traumas irreparáveis à vida do País, a exemplo da falta de recuperação de rodovias federais, os compromissos não honrados pela NUCLEP etc.

II.2. Exame da Adequação Financeira e Orçamentária

Consoante o § 1º do art. 5º da Resolução nº 1, de 2002–CN, “O exame de compatibilidade e adequação orçamentária e financeira das medidas provisórias abrange a análise da repercussão sobre a receita ou a despesa pública da União e da implicação quanto ao atendimento das normas orçamentárias e financeiras vigentes, em especial a conformidade com a Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, a lei do plano plurianual, a lei de diretrizes orçamentárias e a lei orçamentária da União.”

A análise da adequação orçamentária e financeira implica também confrontar o texto proposto com o atendimento das normas financeiras e orçamentárias vigentes. Nesse sentido, pode-se afirmar que o texto da medida provisória não lide qualquer dispositivo da LRF – Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000), do plano plurianual 2004-2007 (Lei nº 10.933, de 11-8-2004, e alterações posteriores), da lei de diretrizes orçamentárias para 2007 (Lei nº 11.439, de 29-12-2006) e da lei orçamentária anual.

II.3. Verificação do cumprimento da exigência prevista no § 1º do art. 2º da Resolução nº 1, de 2002–CN

O § 1º do art. 2º da Resolução nº 1, de 2002–CN, prevê que “No dia da publicação da medida provisória no **Diário Oficial da União**, o seu texto será enviado ao Congresso Nacional, acompanhado da respectiva mensagem e de documento expondo a motivação do ato.”

Nesse sentido, admite-se que a exigência de “documento expondo a motivação do ato” encontra-se

suprido por meio da Exposição de Motivos que acompanha a mensagem.

II.4. Exame do mérito

O mérito das despesas associadas às programações constantes da medida provisória são inquestionáveis, na medida em que as ações das quais decorrem produzem significativo impacto na vida das pessoas. Particularmente, as despesas relacionadas com os Jogos Pan e Para-Pan-Americanos têm ainda o mérito de propiciar a entrada de divisas para o País, além de dinamizar a economia local da cidade do Rio de Janeiro. São, portanto, despesas autofinanciáveis.

II.5. Do Exame das Emendas Apresentadas

À medida provisória foram apresentadas 43 emendas propondo o remanejamento de recursos no âmbito de diversas unidades orçamentárias.

Pelas disposições do art. 111 da Res. nº 1, de 2006–CN, novas regras encontram-se em vigor para que se admita emenda a medida provisória que abra crédito extraordinário. Diz o dispositivo, **verbis**:

“Art. 111. Somente serão admitidas emendas que tenham como finalidade modificar o texto da medida provisória ou suprimir dotação, total ou parcialmente”.

Como nenhuma das emendas se ajusta a essa determinação, sugerimos sejam todas declaradas inadmitidas, com amparo no retrotranscrito dispositivo, combinado com as disposições do § 1º do art. 109, da mesma resolução.

III – Conclusão

Por todo o exposto, entendemos que a Medida Provisória nº 343, de 5 de janeiro de 2007, atende integralmente aos preceitos de constitucionalidade e de adequação orçamentária e financeira. Por isso, somos por sua aprovação na forma proposta pelo Poder Executivo.

Sala das Sessões, 10 de abril de 2007. – Senador **Sibá Machado**, Relator.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – O parecer preliminar do nobre Senador Sibá Machado é favorável, pelo atendimento dos pressupostos constitucionais de relevância e urgência e pela adequação financeira e orçamentária da Medida Provisória, nos termos do art. 8º da Resolução nº 1, de 2002 – CN.

No mérito, pela aprovação.

Em votação os pressupostos de relevância e de urgência e de adequação financeira e orçamentária da Medida Provisória.

As Sr^{as} Senadoras e os Srs. Senadores que os aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovados.

Aprovados os pressupostos constitucionais, passamos à apreciação do mérito.

Em discussão a Medida Provisória e as emendas, em turno único.

Tenho a honra de conceder a palavra ao Senador Marconi Perillo, para discutir a Medida Provisória. Em seguida, falará V. Ex^a, Senador Heráclito Fortes.

O SR. MARCONI PERILLO (PSDB – GO. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, é completamente indiferente, sob o ponto de vista prático, aprovar ou não essas “desmedidas” provisórias que dispõem sobre abertura de créditos adicionais, em caráter extraordinário, conforme rotina estabelecida nesse Governo.

Na verdade, desde sua edição, as medidas provisórias, ou “desmedidas” provisórias, já têm força de lei e seus efeitos já podem ser praticados de imediato.

Nesse sentido, dois dias ou pouco mais do que isso de dias após a edição da medida provisória, os recursos nela previstos já foram empenhados, liquidados, pagos, ou seja, num curto espaço de tempo, os recursos já cumpriram integralmente a sua destinação e o ciclo, tecnicamente conhecido nos manuais de finanças públicas como estágios da despesa.

Portanto, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, não vamos mais, meu querido Líder Arthur Virgílio, ficar nessa discussão de que se rejeitar essa ou aquela medida provisória vai acontecer isso ou aquilo. Isso é conversa mole. É balela. No fundo, no fundo, não vai acontecer nada. Exatamente nada porque essas medidas ou “desmedidas” que estamos votando foram editadas durante o recesso do Congresso e esses recursos já cumpriram suas funções – se é que tinham alguma função mais nobre.

Para que o ato de rejeitar essas medidas provisórias tenha efeito precisaríamos elaborar e aprovar nas duas Casas do Congresso Nacional um projeto de decreto legislativo disciplinando os efeitos jurídicos dela decorrentes, durante o período em que ela esteve em vigor.

Tudo bem que não há inconveniente nisso. Não há empecilho no cumprimento dessa prerrogativa constitucional. O grande problema, Senador José Agripino,

é que isso tem de acontecer num prazo de 60 dias, ou seja, se isso não for feito nesse prazo, ficam automaticamente convalidados todos os efeitos dela decorrentes. Não estou inventando isso. Está na nossa Constituição, em seu §3º, art. 62.

No entanto, como é que aprovaríamos uma matéria dessas, nas duas Casas do Congresso Nacional, com essa avalanche de medidas provisórias que trancam as pautas da Câmara e do Senado? Não há como fazer isso! É muita conversa fiada nessa discussão.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, é por isso que invoco a grandeza do nosso Líder, Senador Arthur Virgílio, para que, de agora em diante, recomende à Bancada tucana no Senado a votar contra todas as medidas provisórias que dispõem sobre crédito adicional, independentemente da destinação dos recursos, porque é indiferente aprovar ou não as medidas provisórias, porque elas já cumpriram o seu objetivo com muita antecedência.

Vamos votar contra, meu grande Líder Arthur, porque as medidas provisórias dispendo sobre crédito não têm ação de continuidade.

Vamos criar uma “jurisprudência” e votar, de agora em diante, contra todas essas medidas provisórias que abrem créditos adicionais em caráter extraordinário.

Só assim, Sr. Presidente, Sr^{as} Senadoras e Srs. Senadores, vamos começar a dar um basta nas chamadas “desmedidas” provisórias, que trancam a pauta no Congresso, na Câmara e no Senado, e nos impede de, efetivamente, travar aqui o grande debate a respeito dos temas que interessam ao nosso País.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Agradeço a V. Ex^a, Senador Marconi Perillo.

Concedo a palavra ao Senador Heráclito Fortes.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, a experiência adquirida pelo Senador Marconi Perillo na Câmara e, posteriormente, no Governo do seu Estado, deu-lhe exatamente a noção e a dimensão exata da nossa responsabilidade nesta Casa.

Senador Arthur Virgílio, é de causar piedade ao Partido do Governo, à base do Governo, quando vejo V. Ex^a tomar a frente de um entendimento para votar matérias que são, na realidade, de interesse do Governo, o que vem mostrar exatamente os desencontros e os desacertos da base.

Poucos momentos atrás, na Comissão de Infraestrutura, eu vi o Senador Wellington Salgado de Oliveira cobrar a presença do Partido principal da base do Governo na votação de um nome submetido pelo Governo à apreciação daquela Comissão.

Senador João Durval, “ao rei tudo, menos a honra.”

E é para isto, Senador Marconi Perillo, que chamo a atenção, Senador Paim – independente como V. Ex^a é; é para isto que chamo a atenção, Senador Flávio Arns, Presidente Renan Calheiros: vamos votar uma medida provisória que tem parecer do consultor do Orçamento, publicado aqui, exatamente num texto que será submetido a voto.

Diz o seguinte:

Parece-nos que as dotações previstas na MP não atendem à exigência do Texto Constitucional, haja vista que tais despesas não se revestem do caráter essencialmente imprescindível estabelecido pelo dispositivo, dado que algumas delas, como o pagamento de compromissos já assumidos, poderiam ser perfeitamente incluídas no resto e aprovado Projeto de Lei do Orçamento de 2007.

Ora, o consultor, no cumprimento do seu papel de orientação a este Plenário e a esta Casa, Sr. Presidente Romeu Tuma, toma a precaução de nos alertar para isso. Nós, legisladores; nós, responsáveis por leis, vamos votar para agradar ao Governo. E aí pergunto, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores: para atender a que prioridade?

Senadora Lúcia Vânia, essa medida consegue agradar a uma verdadeira miscelânea de interesses, interesses os mais diversos, os mais difusos e os mais estranhos. Senão, vejamos: abre crédito extraordinário em favor do Ministério da Ciência e Tecnologia – brindado nas manchetes de hoje com um escândalo que envolve malversação de recursos, por intermédio de uma quadrilha presa em São Paulo –; da Fazenda; da Justiça, dos Transportes; das Comunicações; do Planejamento, Orçamento e Gestão; do Esporte e da Defesa. Sr. Presidente, é um *pot-pourri* de assuntos diversos, embutidos numa medida provisória exatamente para tirar de nós, Senadores, o direito e a oportunidade de uma discussão mais clara e mais detalhada sobre a matéria.

No fim do ano passado, fui contra a votação de um crédito para o Ministério dos Transportes, cuja justificativa, Sr. Presidente, era o emprego em logística. O que é logística? Desde quando o Tribunal de Con-

tas aceita despesas feitas em logística? Sabemos, Senador Marconi, que logística pode ser tudo e pode não ser nada.

Daí por que, Sr. Presidente, é preciso que este Senado se conscientize da responsabilidade que assume em votar essas medidas provisórias, que são exatamente os subterfúgios usados pelo Governo para obstruir pauta e para conseguir – por ser a maneira mais fácil – sucesso nos seus intentos. Daí por que trabalharei também, Senador Marconi, pela derrota dessa medida provisória.

Creio que a matéria referente a esses créditos tem de entrar nesta Casa com mais clareza, pelos trâmites legais, e não por meio dessas famigeradas medidas provisórias, cujas promessas, num passado recente, de serem abolidas da Nação, não foram concretizadas. E, neste momento, nesta quadra em que vivemos, nunca chegaram aqui com tanta profusão.

Era isso, Sr. Presidente.

A SRA. LÚCIA VÂNIA (PSDB – GO) – Sr. Presidente, peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Antes de conceder a palavra a V. Ex^a, continua em discussão. (Pausa.)

Não mais havendo quem peça a palavra, declaro encerrada a discussão.

Votação da Medida Provisória, sem prejuízo das emendas.

Para encaminhar a votação, concedo a palavra à Senadora Lúcia Vânia.

A SRA. LÚCIA VÂNIA (PSDB – GO. Para encaminhar a votação. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, eu gostaria de merecer a atenção de V. Ex^a para a medida provisória que vamos votar.

Temos votado aqui medida provisória de toda sorte, mas esta tem um ingrediente especial: trata de crédito extraordinário; e o crédito extraordinário é utilizado para início de obras, em obras novas, obras que devem ser previstas no início da votação do Orçamento.

Creio que mandar uma medida provisória desta natureza para o Congresso é abusar demais: é abusar da nossa confiança, é abusar do nosso trabalho, Sr. Presidente, porque esta é uma medida provisória que pode ser prevista na votação do Orçamento.

O que estamos fazendo na Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização? Estamos lá votando nada! Passamos noites inteiras discutindo e, de repente, vem para cá matéria referente a crédito extraordinário para assuntos extremamente previsíveis.

Então, eu gostaria de pedir a V. Ex^a que tomasse uma providência, em nome do Congresso Nacional. Não é possível que o Governo abuse tanto da nossa condição nesta Casa!

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Senador Arthur Virgílio, com a palavra V. Ex^a.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, a medida provisória em tela, a de nº 343, de 2007, que abre crédito extraordinário em favor do Ministério da Ciência e Tecnologia, da Fazenda, da Justiça, dos Transportes, das Comunicações, do Planejamento, Orçamento e Gestão, do Esporte e da Defesa, atinge o valor global de R\$956.646.492,00.

Sr. Presidente, aqui, discrimino:

– Ministério da Ciência e Tecnologia: R\$12.250.000,00 para a Nuclebrás;

– Ministério da Fazenda: R\$72.816.848,00 para o Serpro;

– Ministério da Justiça: R\$154 milhões para o Centro de Inteligência Policial Compartilhado de Crime Organizado etc.

– Ministério dos Transportes, R\$139.388.796,00 para obras emergenciais;

– Ministério das Comunicações, R\$90 milhões para inclusão digital;

– Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, R\$93.390.848,00 para censos agropecuários e contagem da população, a cargo do IBGE;

– Ministério dos Esportes, R\$313.500.000,00 para o pagamento de despesas relacionadas ao Pan 2007;

– Ministério da Defesa, R\$81.300.000,00 para a missão das Nações Unidas que o Brasil chefia no Haiti; para adequação dos aeroportos no Município do Rio de Janeiro, para a segurança necessária ao trânsito de atletas, visando ao Pan.

Sr. Presidente, quando leio a destinação dos recursos, parece que dizer “não” a esta medida provisória atentaria contra o bom-senso. Então, de maneira bem didática, vou explicar à Nação brasileira, primeiramente, que esse dinheiro já foi gasto; segundo, que foi extremamente percuente a Senadora Lúcia Vânia quando, desta tribuna, referiu-se ao uso inadequado do crédito extraordinário para isso, porque ele, pela formulação correta, se destinaria a coisas novas, a obras novas, a situações novas.

Sr. Presidente, eu poderia dizer – e digo – que esse dinheiro já foi gasto. Se votarmos contra a medida provisória, não estaremos causando prejuízo nenhum a nenhum desses setores, até porque, 60 dias após a negativa congressional, o Governo tem um mecanismo legal, correto, para se refazer de quaisquer ameaças de prejuízo.

O Senador Marconi Perillo fez uma bela comunicação à Casa; e a mim fez um apelo que me sensibilizou profundamente, no sentido de que, daqui para frente, passemos a votar sempre contra medidas provisórias que tenham esse caráter. Digo que, na regra, terá mesmo de ser assim, deixando bem claro, Sr. Presidente, que não há nada contra dinheiro para a Nuclebrás, para o Ministério da Fazenda, para o Serpro, para a inteligência policial, para obras emergenciais nas rodovias federais, para a inclusão digital, para o censo agropecuário, para o Pan-Americano ou para a missão brasileira no Haiti. Nada contra isso, mas tudo contra a forma inadequada que humilha o Congresso e que nos faz discutir se, hoje, votamos duas, três ou quatro medidas provisórias. Amanhã, quando desimpedirmos a pauta, lá virão oito, dez, doze ou vinte novas medidas provisórias.

E, no final, Senadora Lúcia Vânia e Senador Marconi Perillo, o que acontece? Isso atinge todos nós – opositoristas e integrantes da base do Governo –, porque o conceito do Congressista é um só. O Congressista honesto tem pago pelo desonesto.

O fato é que, hoje, li uma matéria, Sr. Presidente, absolutamente explicativa da indignação que tomou conta do Senador Marconi Perillo e da Senadora Lúcia Vânia. O Executivo foi responsável por não sei quantos por cento da produção legislativa do ano passado, e por mais não sei quantas outras medidas provisórias. Aí, o jornal faz uma crítica, Senador Fernando Collor, porque apenas 1,71% da produção legislativa do ano passado coube a nós, Senadores. Ou seja, não trabalhamos, sob o ponto de vista percentual, mais que 1,71% da produção legislativa total.

Foi por que ficamos pouco aqui? Não foi. Foi por que saímos cedo do trabalho? Não foi, tampouco. Foi porque, afogados por medidas provisórias, procurando dar o nosso toque de qualidade a elas, procurando melhorá-las, arredondá-las, procurando ter paciência com aquilo que, para nós, é relevante, a chamada governabilidade, vimos as medidas provisórias e as iniciativas que o Governo toma – e deve tomar – no campo legislativo impedindo a capacidade criadora dos Senadores, a capacidade criadora dos Congressistas.

Se V. Ex^a me perguntar se, no mundo globalizado, no mundo da comunicação instantânea, entendo que a preponderância na iniciativa das leis deve caber ao Executivo ou ao Legislativo, responderei logo que V. Ex^a sabe, sobejamente, como Parlamentar talentoso e experimentado que é, que, hoje, cabe ao Executivo a preponderância.

Em qualquer outro país – e vou arriscar um palpite, Sr. Presidente –, na França, 60%, na Alemanha, algo parecido, mas imagino que em qualquer país democrático, com o parlamento funcionando para valer, ainda assim, em função das crises globais, a maioria das iniciativas legais parte do Executivo. Não me insurjo contra isso. O Sr. Fernando Collor foi Presidente da República e sabe disto: ninguém governa sem medida provisória. É fundamental haver medidas provisórias, mas elas devem ser usadas com parcimônia, sobretudo em função do rito que aí está, que humilha o Parlamento e prejudica a ação administrativa de qualquer Governo que queira ter um bom desempenho administrativo.

Reclamo, Sr. Presidente, porque no Brasil a coisa está hiperbolizada. Não deixam ao Congresso 40% para sua própria iniciativa. Ficam noventa e tantos por cento a título de iniciativa do Executivo, e 1%, menos de 2%, para dar vazão à capacidade criadora das Sr^{as} e dos Srs. Deputados, das Sr^{as} e dos Srs. Senadores.

Portanto, Sr. Presidente, atendendo, sim, ao alerta e à recomendação que me faz o Senador Marconi Perillo, e baseado na visão absolutamente consciente da Senadora Lúcia Vânia, essa figura que sempre honrou a nossa Bancada na Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, portando-se com a probidade que a Casa nela reconhece, votaremos contra a medida provisória.

Volto a dizer que é claro que esta Casa é madura, não é infante-juvenil, onde alguém diga – e se alguém pensava isso, já não pensa mais – que “estão votando contra o Pan, estão votando contra tapar buraco em estradas, estão votando contra a Nuclebrás, estão votando contra o censo agropecuário”. Não. Ninguém, aqui, é capaz dessa imaturidade. Todos sabem que o dinheiro já está gasto; todos sabem que “Inês é morta”; todos sabem que, se rejeitarmos a medida provisória, isso será um gesto puro e simplesmente simbólico, porque o Governo tem todo um arsenal legal que lhe permitirá, em 60 dias, recompor-se de qualquer prejuízo.

Portanto, nada nos impede de fazermos aquilo que é recomendado pelo Senador Marconi Perillo, com base na explanação de muita sapiência da Senadora Lúcia Vânia – e não quero esquecer o Senador Herá-

clito Fortes, que fez equilibrado e correto pronunciamento no mesmo sentido, pelo mesmo viés –, e dizer que nós, conscientes de que não causamos prejuízo a ninguém, fazemos um gesto de protesto contra a forma como temos sido tratados pelo Governo, com essa edição abusiva de medidas provisórias. O PSDB, Sr. Presidente, votará essa matéria negando-a. O PSDB votará “não”.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR) – Sr. Presidente, eu gostaria de prestar alguns esclarecimentos.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Vou conceder a palavra ao Senador José Agripino e, em seguida, ao Senador Romero Jucá, Líder do Governo.

Concedo a palavra ao Senador José Agripino.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, vou ser bastante sucinto. Quero dizer apenas uma coisa: nós, do Democratas, temos votado, sistematicamente, contra a abertura de créditos por medida provisória. Temos dito que aquelas matérias que são meritórias poderiam, tranquilamente, merecer o consenso da Casa se fossem encaminhadas por projeto de lei.

No entanto, pela exorbitação do Governo no que diz respeito às medidas provisórias, votaremos contra, para marcar posição e para ver se nos deixam trabalhar em matéria de iniciativa do Parlamento.

Agora, Sr. Presidente, essa é queda e coice. Essa é queda e coice. Se o encaminhamento mediante MP de crédito especial significa queda para o Parlamento, o Congresso, essa é queda e coice, porque estão encaminhando crédito extraordinário. Crédito extraordinário, Sr. Presidente, encaminha-se para coisas imprevisíveis, coisas que não estão previstas. Aí, abre-se o crédito extraordinário.

O que o Governo está fazendo é um desrespeito potencializado ao Congresso. É queda e coice. Queda nós agüentamos, Senador Marconi Perillo, mas queda e coice não dá para agüentar.

Deixe-me dar uma informação ao Plenário.

Sr. Presidente, V. Ex^a sabe muito mais do que eu que cada parecer aqui pronunciado fica respaldado por uma nota técnica elaborada pelos consultores legislativos, que são a nata do Senado, são as melhores inteligências.

A Nota Técnica nº 5, de 2007, ensejou o relatório ou o parecer à MP que estamos votando.

Roberto de Medeiros Guimarães Filho, Consultor de Orçamento, homem do setor, cuja praia é essa

matéria, encerra a sua nota técnica dizendo: “Parece-nos que as dotações previstas nesta MP não atendem à exigência do texto constitucional, haja vista que tais despesas não se revestem do caráter essencialmente imprevisível estabelecido pelo dispositivo, dado que algumas delas, como o pagamento de compromissos já assumidos, poderiam ser perfeitamente incluídas no recém-aprovado Projeto de Lei Orçamentária para 2007”.

Ou seja, essa não é matéria imprevisível e poderia, tranquilamente, ter sido incluída no Orçamento de 2007. O Governo poderia, na execução do Orçamento, usar esse dinheiro para pagar as despesas que está remetendo ao Congresso na forma de medida provisória. Qual é o seu objetivo? O de nos diminuir? O de tirar o tempo do Parlamento para discussão de coisas próprias da iniciativa do Senador Arthur Virgílio, do Senador Fernando Collor, do Senador Marconi Perillo, da Senadora Lúcia Vânia, do Senador Renan Calheiros, do Senador José Agripino? É para isto, para retirar o tempo de discussão de matérias da nossa lavra? Se é para isso, vamos dar o troco e votar como devemos.

Queda e coice no Congresso, não!

O voto é “não” a essa matéria, com toda a ênfase, Sr. Presidente, que a defesa das prerrogativas do Parlamento justifica.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR) – Sr. Presidente, peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Senador Romero Jucá, concedo a palavra a V. Ex^a.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu gostaria de dar os esclarecimentos necessários, porque temos votado muitas medidas provisórias de crédito suplementar e de crédito extraordinário de 2006, referentes ao Orçamento editado no final do ano passado.

Essa medida provisória é diferente, pois é de 2007 e diz respeito a um crédito extraordinário para o Orçamento de 2007.

No início de janeiro, quando houve a necessidade de se fazer essa despesa, o Orçamento havia sido aprovado no Congresso, mas ainda não havia sido sancionado. Houve problema na redação final e, depois, demora na implantação dos QDDs – Quadros de Detalhamento de Despesas.

Nesse espaço de tempo entre a votação do Orçamento e o início de funcionamento do Orçamento, no final de fevereiro e início de março, o Governo editou essa medida provisória. Por que o Governo a editou

em janeiro? Porque era urgente, em janeiro, definir algumas despesas aqui registradas: Ministério da Ciência e Tecnologia, recurso para Nuclebrás; Ministério da Justiça, instalação do Centro de Inteligência Policial Compartilhada de Crime Organizado no Rio de Janeiro e obras para o Pan.

Então, esse crédito foi extraordinário e não suplementar porque não havia meio de suplementar um Orçamento que não era lei ainda. Tivemos que proceder como se fosse crédito extraordinário porque era como se estivéssemos abrindo um orçamento novo enquanto o Orçamento não vinha. Esse o motivo de ser nomeado como crédito extraordinário para o ano de 2007. Por isso que não está sendo gasto no Orçamento de 2007, que não estava disponível ainda nesse momento.

Quero registrar, Sr. Presidente, que, dos R\$956 milhões empenhados, só foram gastos até agora R\$483 milhões, exatamente porque as atividades estão em andamento: são obras do Pan; obra de segurança no Haiti, a do Ministério da Defesa. Então, foram obras empenhadas. Tinham de ser empenhadas porque a despesa para ser contratada tem que ter o prévio empenho, não poderia ser feita de boca, tinha de haver o empenho para ser feita; foi feito o empenho, mas não foi pago tudo ainda. Se essa medida provisória caísse, geraria prejuízo, sim: paralisaria as obras do Pan, deixaria de remeter recursos para a despesa da força do Haiti e deixaria de remeter recursos para a Polícia Federal e para o combate compartilhado, junto com o Governo do Estado do Rio de Janeiro, do crime.

Portanto, apresento essa informação exatamente para que as Sr^{as} e os Srs. Senadores possam ter conhecimento, efetivamente, do que está sendo votado.

Não é um crédito do Orçamento de 2006. É um crédito extraordinário, novo, no Orçamento de 2007. Ao ser votado, ele será incorporado ao Orçamento de 2007 e, claro, vai ficar registrada a despesa no Orçamento.

Foi crédito extraordinário, volto a dizer, porque o Orçamento não estava ainda vigente. O Senador Valdir Raupp fez um esforço, aprovou o Orçamento no final do ano. Do Orçamento teve que se fazer a redação final. Demorou no Congresso; a redação final foi encaminhada para o Governo, que teve de conferir, teve de abrir os quadros de detalhamento de despesas, e o Orçamento só estaria disponível no final de fevereiro início de março, e essas despesas não poderiam esperar. Por isso o Governo fez o crédito extraordinário. Está aí a explicação, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

A SRA. LÚCIA VÂNIA (PSDB – GO) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Tem a palavra o Senador Heráclito, pela ordem.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, apenas para ajudar o Senador Romero Jucá, figura por quem tenho grande apreço e respeito à velha tarimba que S. Ex^a tem em liderar Governo.

Senador Romero Jucá, o QDD não existe mais, caiu. O Orçamento, hoje, é auto-aplicativo. Lembro a V. Ex^a que as despesas de custeio podem ser feitas a qualquer momento; o que o Orçamento impede é investimento. Daí por que, Senador, essa linha de querer amolecer o nosso coração lembrando os perigos do Pan e a violência no Rio de Janeiro – sou solidário ao combate à violência no Rio, mas também sou solidário ao combate à violência no Piauí – não funciona com esse dinheiro, porque não remete recurso. Aliás, V. Ex^a é avalista de acordo feito aqui para a remessa de uma escada magirus para o Estado do Piauí e que, até agora, o Governo não honrou.

Então, a questão não é essa, Sr. Presidente. A questão é que se está vulgarizando, popularizando, e, se o Regimento permitisse, eu diriastituindo MP, e isso é inaceitável.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB – RO) – Sr. Presidente, peço a palavra, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Concedo a palavra ao Senador Valdir Raupp, pela ordem.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB-RO. Pela ordem. Sem revisão do orador) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, a justificativa do Líder do Governo, Senador Romero Jucá, procede. No final do ano, conseguimos aprovar o Orçamento dentro do prazo regimental, mas num atropelo danado, depois das eleições do segundo turno. Tivemos apenas 45 dias para discutir e votar os relatórios setoriais e o relatório geral no Congresso Nacional. Quando voltamos do recesso, tive que assinar algumas planilhas ainda das erratas feitas inclusive no dia da sessão de votação no Congresso Nacional.

Realmente, se houve a necessidade no início do ano até que o Orçamento fosse sancionado, acho que procede a justificativa do Senador Romero Jucá.

Peço a compreensão do PFL e do PSDB. Disse, dias atrás que, neste ano, seria reduzido o número de medidas provisórias. Inclusive há um trabalho de auto-

ria do Senador Renan Calheiros nesse sentido. O fato é que a edição de medidas provisórias tem diminuindo. Algumas que ainda estão tramitação são de 2006. Essa, pelo que vejo, é a única de 2007 nessa área de crédito no Orçamento.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Senador Raupp, esse apelo de V. Ex^a em tempo pretérito não nos sensibiliza. Nós não somos PFL; somos Democratas e, como tal, estamos dispostos a discutir, jamais a votar.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB – RO) – V. Ex^a é Democrata. Até sou muito simpático a essa sigla, Senador Heráclito.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Concedo a palavra a Senadora Lúcia Vânia, pela ordem.

A SRA. LÚCIA VÂNIA (PSDB – GO. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, aproveito a oportunidade para solicitar o prosseguimento da votação à emenda de V. Ex^a que trata da modificação do Orçamento, que especifica que o Orçamento seja votado nesta Casa e, posteriormente, na Câmara ou vice-versa. Na verdade, este ano, fez-se grande esforço para votar o Orçamento dentro do prazo. O Governo levou três meses para analisar o que fizemos, embora tenha acompanhado cada reunião da Comissão de Orçamento.

Não é possível entendermos uma coisa dessas! Mesmo com toda a boa vontade que temos com o Líder do Governo, o Senador Romero Jucá, é impossível ele nos convencer de que o Governo está correto ao desconsiderar o Congresso Nacional dessa maneira.

O SR. MARCONI PERILLO (PSDB – GO) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL.) – Concedo a palavra ao Senador Marconi Perillo, pela ordem.

O SR. MARCONI PERILLO (PSDB – GO. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, as intenções do Senador Valdir Raupp podem ser as melhores, mas a verdade é que, hoje, temos sete medidas provisórias trancando a pauta da Câmara e nove medidas provisórias trancando a pauta do Senado.

Não dá mais, Sr. Presidente. Precisamos efetivamente trabalhar os nossos projetos, dar curso às iniciativas do próprio Senado, e às do Congresso Nacional.

Temas como segurança e outros precisam entrar na pauta, para que possamos discutir, debater e, efetivamente, votar.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL.) – Continua em discussão. (Pausa.)

Não mais havendo quem queira discutir a matéria, encerro a discussão.

Encerrada a discussão

Votação da Medida Provisória, sem prejuízo das emendas.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que a aprovam permaneçam sentados. (Pausa.)

Aprovada.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Peço verificação, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL.) – V. Ex^a precisa do apoio de três Srs. Senadores.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Sr. Presidente, estou sendo comunicado de que houve acordo. Então, para não quebrar o acordo, ainda assim quero registrar a posição do nosso Partido: o “não” dos Democratas.

Quero dizer que o Senado, neste momento, ao contrariar o parecer de um consultor, só tem duas saídas: afastar o consultor ou segui-lo. O que estamos vendo aqui é exatamente um absurdo. Digo a V. Ex^a que há número suficiente para obstrução. No entanto, não quero frustrar o Senador Romero, que está em treinamento para consolidar-se como Líder. Eu não quero, de maneira alguma, prejudicar o período de estágio probatório de S. Ex^a. De forma que retiro a obstrução.

A SRA. LÚCIA VÂNIA (PSDB – GO) – Sr. Presidente, eu gostaria de registrar a posição do PSDB e da Minoria: somos contra essa medida provisória. Quero deixar isso bem registrado; quero também registrar nossa indignação com a forma como o Orçamento é desrespeitado.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Aprovada a Medida Provisória.

Votação das emendas, de parecer contrário.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que as aprovam permaneçam sentados. (Pausa.)

Rejeitadas.

A matéria vai à promulgação.

É a seguinte a matéria aprovada:

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 343, DE 2007

Abre crédito extraordinário, em favor dos Ministérios da Ciência e Tecnologia, da Fazenda, da Justiça, dos Transportes, das Comunicações, do Planejamento, Orçamento e Gestão, do Esporte e da Defesa, no valor global de R\$ 956.646.492,00 (novecentos e cinquenta e seis milhões, seiscentos e quarenta e seis mil, quatrocentos e noventa e dois reais), para os fins que especifica.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Fica aberto crédito extraordinário, em favor dos Ministérios da Ciência e Tecnologia, da Fazenda, da Justiça, dos Transportes, das Comunicações, do Planejamento, Orçamento e Gestão, do Esporte e da Defesa, no valor global de R\$ 956.646.492,00 (novecentos e cinquenta e seis milhões, seiscentos e quarenta e seis mil, quatrocentos e noventa e dois reais), para atender à programação constante do Anexo desta Lei.

Art. 2º A abertura do crédito de que trata o art. 1º desta Lei correrá à conta de Recursos Ordinários do Tesouro Nacional.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

ORGÃO : 24000 - MINISTÉRIO DA CIÊNCIA E TECNOLOGIA
UNIDADE : 24207 - NUCLEBRAS EQUIPAMENTOS PESADOS S.A. - NUCLEP

ANEXO

CREDITO EXTRAORDINARIO

PROGRAMA DE TRABAJO

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/CAO/SUBTITULO/PRODUTO	E S T	G R U P O	M O D O	I T E M	VALOR
1113 NACIONAL DE ATIVIDADES NUCLEARES							12.150.000
		ATIVIDADES					
19 662	1113 4930	FABRICACAO DE EQUIPAMENTOS PARA AS INDUSTRIAS NUCLEAR E PESADA DE ALTA TECNOLOGIA					12.250.000
15 862	1113 4930 8103	FABRICACAO DE EQUIPAMENTOS PARA AS INDUSTRIAS NUCLEAR E PESADA DE ALTA TECNOLOGIA - NACIONAL (CREDITO EXTRAORDINARIO)					12.250.000
			E	3	2	90	0 100
TOTAL - FISCAL							12.250.000
TOTAL - SEGURIDADE							0
TOTAL - GERAL							12.250.000

ORGAO : 25000 - MINISTERIO DA FAZENDA
UNIDADE : 25101 - RECEITA FEDERAL DO BRASIL

1030

CREDITO EXTRAORDINARIO

PROGRAMA DE TRABALHO

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/CAOSUBTITULO/PRODUTO	E S D	Q N D	R P	M O D	I L	F T E	VALOR
0770 ADMINISTRACAO TRIBUTARIA E ADUANEIRA									72.816.848
		ATIVIDADES							
04 126	0770 2247	SISTEMA INTEGRADO DE COMERCIO EXTERIOR - SISCOMEX							50.814.717
04 126	0770 2247/0103	SISTEMA INTEGRADO DE COMERCIO EXTERIOR SISCOMEX - SISTEMA INTEGRADO DE COMERCIO EXTERIOR - SISCOMEX - NACIONAL (CREDITO EXTRAORDINARIO)	F	3	2	90	0	100	50.814.717
04 126	0770 2248	SISTEMAS INFORMATIZADOS DA SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL							22.002.131
04 126	0770 2248/0103	SISTEMAS INFORMATIZADOS DA SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL - NACIONAL (CREDITO EXTRAORDINARIO)	F	3	2	90	0	100	22.002.131
TOTAL - FISCAL									72.816.848
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									72.816.848

ORGAO : 3900 - MINISTERIO DOS TRANSPORTES

UNIDADE : 39252 - DEPARTAMENTO NACIONAL DE INFRA-ESTRUTURA DE TRANSPORTES - DNIT

ANEXO

CREDITO EXTRAORDINARIO

PROGRAMA DE TRABALHO

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E S F	G R F	M O D	I U E	VALOR
0120 MANUTENCAO DA MALHA RODOVIARIA FEDERAL							139.388.796
		PROJETOS					
26 782	0120 1F40	OBRAS RODOVIARIAS EMERGENCIAIS (CREDITO EXTRAORDINARIO)					139.388.796
26 782	0120 1F40 0101	OBRAS RODOVIARIAS EMERGENCIAIS (CREDITO EXTRAORDINARIO) - NACIONAL (CREDITO EXTRAORDINARIO)					139.388.796
			F	4	2	90 0 100	139.388.796
TOTAL - FISCAL							139.388.796
TOTAL - SEGURIDADE							0
TOTAL - GERAL							139.388.796

ORGAO : 41000 - MINISTERIO DAS COMUNICACOES

UNIDADE: 41101 - MINISTERIO DAS COMUNICACOES

ANEXO

CREDITO EXTRAORDINARIO

PROGRAMA DE TRABAJO

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMAçAO-SUBTITULO/PRODUTO	E S F	G R P	M O D	I M U	F T E	VALOR
1008 INCLUSAO DIGITAL								90.000.000
		PROJETOS						
24 722	1008 1117	IMPLANTACAO DE INSTALACOES PARA ACESSO A SERVICIOS PUBLICOS						90.000.000
24 722	1008 1117 0101	IMPLANTACAO DE INSTALACOES PARA ACESSO A SERVICIOS PUBLICOS - NACIONAL (CREDITO EXTRAORDINARIO)						90.000.000
			F	4	2	90	0	100
TOTAL - FISCAL								90.000.000
TOTAL - SEGURIDADE								0
TOTAL - GERAL								90.000.000

ORÇAO : 47000 - MINISTERIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO
UNIDADE : 47105 - FUNDAÇÃO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA

ANEXO

CREDITO EXTRAORDINARIO

PROGRAMA DE TRABALHO

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E S N F D	G R P	M O D	I D	F U T E	VALOR
1059 RECBENSEAMENTOS GERAIS								93.390.848
PROJETOS								
04 121	1059 1A91	CONTAGEM DA POPULACAO 2006						38.664.588
04 121	1059 1A91 0103	CONTAGEM DA POPULACAO 2006 - NACIONAL (CREDITO EXTRAORDINARIO)	F	3	2	90	0 100	38.664.588
04 121	1059 1779	CENSO AGROPECUARIO 2006						54.335.209
04 121	1059 1779 0103	CENSO AGROPECUARIO 2006 - NACIONAL (CREDITO EXTRAORDINARIO)	F	3	2	90	0 100	54.335.209
ATIVIDADES								
04 121	1059 4641	PUBLICIDADE DE UTILIDADE PUBLICA						391.051
04 121	1059 4641 0109	PUBLICIDADE DE UTILIDADE PUBLICA - NACIONAL (CREDITO EXTRAORDINARIO)	F	3	2	90	0 100	391.051
TOTAL - FISCAL								93.390.848
TOTAL - SEGURIDADE								0
TOTAL - GERAL								93.390.848

ORÇAO : 51000 - MINISTERIO DO ESPORTE
UNIDADE : 51101 - MINISTERIO DO ESPORTE

ANEXO

CREDITO EXTRAORDINARIO

PROGRAMA DE TRABALHO

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E S N F D	G R P	M O D	I D	F U T E	VALOR
1246 RUMO AO PAN 2007								313.800.000
PROJETOS								
27 811	1246 1D72	IMPLANTACAO DE INFRA-ESTRUTURA TECNOLÓGICA PARA A REALIZACAO DOS JOGOS PAN E PARA PAN-AMERICANOS DE 2007 NO RIO DE JANEIRO						127.800.000
27 811	1246 1D72 0103	IMPLANTACAO DE INFRA-ESTRUTURA TECNOLÓGICA PARA A REALIZACAO DOS JOGOS PAN E PARA PAN-AMERICANOS DE 2007 NO RIO DE JANEIRO - NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO (CREDITO EXTRAORDINARIO)	F	3	2	90	0 100	127.800.000
			F	4	2	90	0 100	1.000.000

ORÇAO : 5904 - MINISTERIO DA DEFESA
UNIDADE : 5213 - SECRETARIA DA COMISSAO INTERMINISTERIAL PARA OS RECURSOS DO MAR

ANEXO			CREDITO EXTRAORDINARIO												
PROGRAMA DE TRABALHO			RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1.00												
FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/AÇÃO/SUBTÍTULO/PRODUTO	E S F	G N D	M P D	I O D	F O U	T E	VALOR						
0471 PROANTAR									3.000.000						
ATIVIDADES															
05 573	0472 2345	MISSÃO ANTÁRTICA	F	4	2	30	0	100	3.000.000						
05 573	0472 2345 0103	MISSÃO ANTÁRTICA - NACIONAL (CREDITO EXTRAORDINARIO)							3.000.000						
TOTAL - FISCAL									3.000.000						
TOTAL - SEGURIDADE									0						
TOTAL - GERAL									3.000.000						

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Consulto a Casa – Senador Heráclito, Srs. Líderes – se vamos apreciar outra medida provisória hoje. (Pausa.)

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR) – Sr. Presidente, há um acordo de que votaríamos a Medida Provisória nº 337 amanhã. A Liderança do Governo cumpre o acordo. A pauta, por hoje, está encerrada.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Sr. Presidente, parabênizo o Senador Romero. Afinal de contas, tem alguém no Governo que cumpre a palavra. Meus cumprimentos. Continue assim. O Governo pode até não gostar; V. Ex^a pode ser destituído, mas sua consciência ficará tranqüila no cumprimento do dever. Felizmente, sua escola foi outra.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Está encerrada a Ordem do Dia.

São os seguintes os itens sobrestados:

1

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 337, DE 2006

(Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal.)

Discussão, em turno único, da Medida Provisória nº 337, de 2006, que *abre crédito extraordinário, em favor dos Ministérios da*

Educação, da Saúde, dos Transportes e das Cidades, no valor de quinhentos e seis milhões e quinhentos e vinte e oito mil reais, para os fins que especifica.

Relator revisor:

(Sobrestando a pauta a partir de: 19.3.2007)

Prazo final (prorrogado): 1º-6-2007

2

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 338, DE 2006

(Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal.)

Discussão, em turno único, da Medida Provisória nº 338, de 2006, que *abre crédito extraordinário ao Orçamento de Investimento para 2006, em favor de diversas empresas estatais, no valor total de sete bilhões, quatrocentos e cinquenta e sete milhões, quinhentos e oitenta e cinco mil, novecentos e setenta e sete reais, e reduz o Orçamento de Investimento de diversas empresas no valor global de oito bilhões, oitocentos e oito milhões, novecentos e cinquenta e dois mil, oitocentos e oitenta e oito reais, para os fins que especifica.*

Relator revisor:

(Sobrestando a pauta a partir de: 19-3-2007)

Prazo final (prorrogado): 1º-6-2007

5

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 344, DE 2007

(Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal.)

Discussão, em turno único, da Medida Provisória nº 344, de 2007, que *abre crédito extraordinário, em favor dos Ministérios da Educação, dos Transportes e da Integração Nacional, no valor global de cento e oitenta e um milhões e duzentos mil reais, para os fins que especifica.*

Relator revisor:

(Sobrestando a pauta a partir de: 19-3-2007)

Prazo final (prorrogado): 1º-6-2007

6

PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO Nº 2, DE 2007

(Proveniente da Medida Provisória nº 345, de 2007)

(Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal.)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei de Conversão nº 2, de 2007 (proveniente da Medida Provisória nº 345, de 2007), que *dispõe sobre cooperação federativa no âmbito da segurança pública.*

Relator revisor:

(Sobrestando a pauta a partir de: 19-3-2007)

Prazo final (prorrogado): 1º-6-2007

7

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 354, DE 2007

(Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal.)

Discussão, em turno único, da Medida Provisória nº 354, de 2007, que *abre crédito extraordinário, em favor do Ministério das Relações Exteriores, no valor de vinte milhões de reais, para os fins que especifica.*

Relator revisor: Senador Marcelo Crivella

(Sobrestando a pauta a partir de: 19-3-2007)

Prazo final (prorrogado): 1º-6-2007

8

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 346, DE 2007

(Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal.)

Discussão, em turno único, da Medida Provisória nº 346, de 2007, que *abre crédito extraordinário, em favor da Presidência da República, dos Ministérios dos Transportes, da Cultura e do Planejamento, Orçamento e Gestão e de Encargos Financeiros da União, no valor global de quatrocentos e cinquenta e dois milhões, cento e oitenta e três mil, seiscentos e trinta e nove reais, para os fins que especifica.*

Relator revisor:

(Sobrestando a pauta a partir de: 19.3.2007)

Prazo final (prorrogado): 1º-6-2007

9

PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO Nº 3, DE 2007

(Proveniente da Medida Provisória nº 350, de 2007)

(Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal.)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei de Conversão nº 3, de 2007 (proveniente da Medida Provisória nº 350, de 2007), que *altera a Lei nº 10.188, de 12 de fevereiro de 2001, que cria o Programa de Arrendamento Residencial, institui o arrendamento residencial com opção de compra, e a Lei nº 11.265, de 3 de janeiro de 2006, que regulamenta a comercialização de alimentos para lactentes e crianças de primeira infância e também a de produtos de puericultura correlatos, e dá outras providências.*

Relator revisor:

(Sobrestando a pauta a partir de: 19-3-2007)

Prazo final (prorrogado): 1º-6-2007

10

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 124, DE 2006

(Em regime de urgência, nos termos do art. 64, § 1º, da Constituição Federal)

(Incluído em Ordem do Dia, nos termos do art. 353, parágrafo único, do Regimento Interno.)

Projeto de Lei da Câmara nº 124, de 2006 (nº 7.514/2006, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que *altera a Lei nº 11.196, de 21 de novembro de 2005 (estabelece incentivos fiscais para empresas que investem em pesquisa científica e tecnológica).*

Dependendo de leitura de pareceres das Comissões de Assuntos Econômicos e de Educação.

(Sobrestando a pauta a partir de: 11-3-2007)

11

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 35, DE 2007**

(Incluído em Ordem do Dia, nos termos do parágrafo único do art. 353 do Regimento Interno.)

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 35, de 2007 (apresentado como conclusão do Parecer nº 100, de 2007, da Comissão de Assuntos Econômicos), Relator *ad hoc*: Senador Delcídio Amaral, que *aprova a Programação Monetária para o primeiro trimestre de 2007*.

12

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 10, DE 2007

(Em regime de urgência, nos termos do art. 64, § 1º, da Constituição Federal)
(Incluído em Ordem do Dia, nos termos do art. 353, parágrafo único, do Regimento Interno)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 10, de 2007 (nº 7.569/2006, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que *modifica as competências e a estrutura organizacional da fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Capes, de que trata a Lei nº 8.405, de 9 de janeiro de 1992; e altera a Lei nº 11.273, de 6 de fevereiro de 2006, que autoriza a concessão de bolsas de estudo e de pesquisa a participantes de programas de formação inicial e continuada de professores para educação básica*.

Pareceres nºs 223 a 225, de 2007, das Comissões

– de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator *ad hoc*: Senador Wellington Salgado, favorável ao Projeto e as Emendas nºs 3 a 5, nos termos da Emenda nº 6-CCJ (Substitutivo), que oferece;

– de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, Relator: Senador Eduardo Azeredo, favorável ao Projeto e as Emendas nºs 3 a 5, nos termos da Emenda nº 7-CCT (Substitutivo), que oferece; e

– de Educação, Relatora: Senadora Marisa Serrano, favorável ao Projeto e as Emendas nºs 3 a 5, nos termos da Emenda nº 8-CE (Substitutivo), que oferece.

(Sobrestando a pauta a partir de: 14-4-2007)

13

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 59, DE 2005**

Quinta e última sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda

à Constituição nº 59, de 2005, de autoria do Senador Arthur Virgílio e outros Senhores Senadores, que *acrescenta o seguinte § 5º ao art. 239 da Constituição Federal, para permitir que os recursos do Pasep sejam aplicados diretamente pelos Estados e Municípios*.

Parecer sob nº 1.094, de 2006, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador João Batista Motta, favorável, com a Emenda nº 1-CCJ, de redação.

14

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 37, DE 2004**

Quarta sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 37, de 2004, tendo como primeiro signatário o Senador Antonio Carlos Magalhães, que altera a redação da alínea **d** do inciso II do art. 93 da Constituição Federal (torna obrigatória a promoção por antiguidade do juiz que figurar, por duas vezes, indicado pelo Tribunal competente).

Parecer sob nº 16, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania: Relator Senador Demóstenes Torres, favorável, com as Emendas nºs 1 a 4-CCJ, que apresenta.

15

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 2, DE 2007**

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 2, de 2007, tendo como primeiro signatário o Senador Marco Maciel, que *acrescenta parágrafo ao art. 17 da Constituição Federal, para autorizar distinções entre partidos políticos, para fins de funcionamento parlamentar, com base no seu desempenho eleitoral*.

Parecer sob nº 91, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Jarbas Vasconcelos, favorável, com as Emendas nºs 1 e 2-CCJ, que apresenta, com votos contrários dos Senadores Antonio Carlos Valadares e José Nery, e, em separado, do Senador Inácio Arruda.

16

**EMENDA DA CÂMARA AO
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 337, DE 1999**

Votação, em turno único, da Emenda da Câmara ao Projeto de Lei do Senado nº 337, de 1999 (nº 2.516/2000, naquela Casa), que *acrescenta parágrafo ao art. 14 da Lei nº 1.060,*

de 5 de fevereiro de 1950, no sentido de regular a gratuidade dos honorários de perito.

Parecer sob nº 69, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Arthur Virgílio, pela rejeição.

17

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 12, DE 2000

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 12, de 2000 (nº 885/95, na Casa de origem), que *institui o Programa Nacional de Habitação para Mulheres com Responsabilidades de Sustento da Família.*

Parecer sob nº 530, de 2006, da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa Relator: Senador Paulo Paim, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CDH (Substitutivo), que oferece.

18

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 34, DE 2004

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 34, de 2004 (nº 2.155/99, na Casa de origem), que *cria o Relatório Anual Socioeconômico da Mulher.*

Parecer sob nº 873, de 2006, da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, Relator *ad hoc*: Senador Paulo Paim, favorável, com as Emendas nºs 1 a 4-CDH, que apresenta.

19

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 105, DE 2005

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 105, de 2005 (nº 2.619/2003, na Casa de origem), que *altera a Lei nº 5.859, de 11 de dezembro de 1972, para assegurar a todos os trabalhadores domésticos o direito ao benefício do seguro-desemprego.*

Parecer favorável, sob nº 539, de 2006, da Comissão de Assuntos Sociais, Relator *ad hoc*: Senador Pedro Simon.

20

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 33, DE 2006

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 33, de 2006 (nº 4.539/2004, na Casa de origem), que *institui o dia 6 de dezembro como o Dia Nacional de Mobilização dos Homens pelo Fim da Violência contra as Mulheres.*

Parecer favorável, sob nº 1.223, de 2006, da Comissão de Educação, Relator *ad hoc*: Senador Juvêncio da Fonseca.

21

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 66, DE 2006

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 66, de 2006 (nº 4.733/2004, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que *dá nova redação ao art. 894 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e à alínea b do inciso III do art. 3º da Lei nº 7.701, de 21 de dezembro de 1988* (dispõe sobre os embargos para o Tribunal Superior do Trabalho).

Parecer sob nº 23, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador José Agripino, favorável, com as Emendas nºs 1 a 3-CCJ, que apresenta.

22

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 80, DE 2006

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 80, de 2006 (nº 4.735/2004, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que *dá nova redação ao caput do art. 836 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, a fim de dispor sobre o depósito prévio em ação rescisória.*

Parecer sob nº 24, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador João Batista Motta, favorável, com as Emendas nºs 1 e 2-CCJ.

23

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 131, DE 1997

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 131, de 1997 (nº 573/97, na Câmara dos Deputados), que *aprova o texto do Acordo de Parceria e de Cooperação em Matéria de Segurança Pública, celebrado entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Francesa, em Brasília, em 12 de março de 1997.*

Pareceres sob nºs 143, de 1998; 1.603 e 1.604, de 2005, das Comissões

– de Relações Exteriores e Defesa Nacional, 1º pronunciamento, Relator: Senador Romeu Tuma, favorável, com voto contrário, em separado, da Senadora Benedita da Silva; 2º pronunciamento, Relator *ad hoc*: Senador Jefferson Peres, favorável; e

– de Constituição, Justiça e Cidadania (em audiência, por solicitação da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional), Relator: Senador Jefferson Peres, favorável.

24

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 227, DE 2006

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 227, de 2006, de iniciativa da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito dos Correios, que *altera dispositivos da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e 10.520, de 17 de julho de 2002, ampliando o âmbito de aplicação do pregão eletrônico e melhorando mecanismos de controle.*

25

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 26, DE 2000

(Tramitando em conjunto com o Projeto de Lei do Senado nº 685, de 1999)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 26, de 2000, de autoria do Senador Paulo Hartung, que *altera a redação do § 1º do art. 6º da Lei nº 9.069, de 29 de junho de 1995, para definir que o Presidente do Banco Central comparecerá, pessoalmente, à Comissão de Assuntos Econômicos do Senado, para fazer relato sobre a execução da programação monetária que se finda e a exposição e entrega da Programação Monetária Trimestral.*

Pareceres sob nºs 1.816 e 1.817, de 2005, das Comissões

– de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Sérgio Machado, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo), que oferece, e pela rejeição do Projeto de Lei do Senado nº 685, de 1999, com o qual tramita em conjunto; e

– de Assuntos Econômicos, Relator: Senador Aloizio Mercadante, favorável ao Projeto, nos termos do parecer da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, com voto contrário, em separado, dos Senadores Heloísa Helena e Eduardo Suplicy.

26

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 685, DE 1999

(Tramitando em conjunto com o Projeto de Lei do Senado nº 26, de 2000)

Projeto de Lei do Senado nº 685, de 1999, da Comissão Parlamentar de Inquérito do Sistema Financeiro, que *altera a redação do § 1º do art. 6º da Lei nº 9.069, de 29 de junho de 1995, que “dispõe sobre o Plano Real, o Sistema Monetário Nacional, estabelece as regras e condições de emissão do Real e os critérios para conversão das obrigações para o Real, e dá outras providências”.*

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Concedo a palavra, pela ordem, ao Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUP LIC Y (Bloco/PT – SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, ainda com respeito à Ordem do Dia, já que foi destrancada a pauta, pergunto se seria possível o exame de requerimento que apresentei no sentido de ser apensado ao Projeto de Lei do Senado nº 3, do Senador Osmar Dias, o Projeto de Lei do Senado nº 153, de minha autoria, pois tratam da lei que define as normas de cooperativas.

Seria de bom senso que ambos fossem apensados para exame, já que tramitam na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. Assim sendo, eu agradeceria se a matéria pudesse ser considerada para efeito de votação e exame naquela Comissão.

A SRA. LÚCIA VÂNIA (PSDB – GO) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – V. Exª tem a palavra, pela ordem.

A SRA. LÚCIA VÂNIA (PSDB – GO. Pela ordem. Sem revisão da orador.) – Sr. Presidente, eu gostaria de me inscrever, como Líder da Minoria.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – V. Exª está devidamente inscrita.

O SR. EDUARDO SUP LIC Y (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, minha pergunta foi no sentido de que, tendo sido destrancada a pauta, se pode ser examinado o requerimento que pede o apensamento do projeto de lei de minha autoria ao projeto de lei de autoria do Senador Osmar Dias, uma vez que ambos tratam das formas cooperativas de produção e tramitam na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Senador Eduardo Suplicy, V. Exª está requerendo uma deliberação legislativa, obviamente, e todas estão sobrestadas pelas medidas provisórias. Mas, tão logo tenhamos condições de apreciá-las, prioritariamente, apreciaremos as sugestões de V. Exª, e já pedimos inclusive os processos para tanto.

O SR. EDUARDO SUP LIC Y (Bloco/PT – SP) – Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Antes de conceder a palavra ao Senador Adelmir Santana, comunico à Casa, já que isso foi pauta de discussão, que, apesar de o andamento de muitos projetos terem sido efetivamente prejudicados pela crise política, pela primeira vez em 16 anos – hoje foi publicada uma matéria da consultoria do informativo *Tendências* –, a maioria das propostas aprovadas por Deputados e Senadores teve origem no próprio Legislativo. Os dados são do boletim informativo *Tendências*, voltado para investidores e empresários nacionais e do exterior, além de outros formadores de opinião.

Em 2004, o Executivo foi responsável por 81% do total da produção legislativa. Restaram ao Congresso Nacional apenas 14%, e ao Judiciário, 5%. Em 2005, esse quadro se reverteu com uma significativa participação do Senado Federal.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Concedo a palavra ao Senador Adelmir Santana.

O SR. ADELMIR SANTANA (PFL – DF. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, fizemos um requerimento à Casa pedindo voto de aplausos à Dr^a Maria Elizabeth Guimarães Teixeira Rocha, que, por ocasião da sua posse como Ministra do Superior Tribunal Militar, ocorrida no dia 27 próximo passado, fez um discurso solenemente aplaudido por todos nós.

Requeiro a esta Casa um voto de aplauso, e que esse voto seja cientificado ao Presidente do Superior Tribunal Militar, Ministro Tenente-Brigadeiro-do-Ar, Henrique Marini de Souza, bem como seja inserido o discurso proferido.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Senador Adelmir Santana, V. Ex^a permite que eu assine o requerimento com V. Ex^a?

O SR. ADELMIR SANTANA (PFL – DF) – Claro, nobre Senador Romeu Tuma, com muito prazer.

Sr. Presidente, o Requerimento já se encontra sobre a mesa.

É bom destacar que é a primeira mulher que assume o cargo de Ministra no Superior Tribunal Militar, em quase 200 anos. Seu nome foi aprovado por unanimidade na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania e obteve uma esplendorosa votação neste plenário. Por isso, apresentamos o requerimento à Casa.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – A Mesa encaminhará o requerimento de V. Ex^a, e desde já o subscreve. Nós tivemos, com muita satisfação, a oportunidade de apreciar o nome da Ministra, e foi uma decisão quase unânime desta Casa, aliás, merecida.

Parabéns a V. Ex^a, Ministra, e ao Superior Tribunal Militar.

Concedo a palavra ao Senador Augusto Botelho.

O SR. AUGUSTO BOTELHO (Bloco/PT – RR. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as}. e Srs. Senadores, o Presidente Lula já demonstrou, em diversas ocasiões e em encontros internacionais, que goza de um prestígio invejável entre os grandes líderes e estadistas mundiais.

Sempre convocado para discutir os grandes temas da atualidade, o Presidente da República nunca se furtou a se posicionar nos grandes fóruns internacionais sobre questões que marcadamente dizem respeito aos interesses brasileiros.

Agora, o Brasil mais uma vez se consolida como uma peça importante no tabuleiro mundial, desta vez

relacionado à questão ambiental e energética do momento: os biocombustíveis.

A visita do Presidente americano George W. Bush para discutir o tema sinalizou a importância brasileira no trato da questão. Com tecnologia de ponta, terras em abundância, prática consolidada e vontade política, hoje não há mais como se discutir o uso do etanol e de alternativas energéticas ao petróleo sem reconhecer no Brasil um exemplo a ser seguido.

Falo isso sem ufanismos ou exageros retóricos, mas com profundo orgulho da liderança alcançada pelo nosso País no setor. Pesquisando e aprimorando o uso do etanol desde a década de 70, podemos hoje exibir ao mundo nossas modernas usinas, nossos carros com motor **flex** e a diminuição progressiva de nossas taxas de emissão veiculares de carbono.

Não há dúvidas de que o mundo se rende ao exemplo brasileiro. Se a gasolina comercializada no País já utiliza 23% de álcool em sua mistura, a União Européia já ratificou um plano de adicionar até 10% do biocombustível, e os Estados Unidos planejam fazê-lo em 20% até 2017.

Sr. Presidente, o fato é que se o petróleo foi a fonte energética do século passado, este século será inevitavelmente marcado pelo seu declínio acentuado. E os biocombustíveis surgem como alternativa imediata para sua substituição.

O Presidente dos Estados Unidos já declarou que seu país é “viciado em petróleo”. Pois é com o propósito de acabar com esse vício que aquela nação estabeleceu uma parceria estratégica com o Brasil no segmento dos biocombustíveis, reconhecendo nossa experiência como modelo a ser observado.

E, ao contrário do que alguns alardeiam, essa parceria não é apenas retórica. No acordo de cooperação assinado entre as duas nações, constam a criação de um ambiente regulatório e de padrões técnicos para a produção de etanol, o desenvolvimento de um mercado internacional consolidado para os biocombustíveis e investimentos produtivos maciços no setor.

Consequência disso é que já foi anunciado o lançamento do maior fundo constituído para investimentos em etanol no País. Já alcinhado de *Brasil Energy*, o fundo terá US\$2 bilhões para colocar em funcionamento um grande pólo nacional de produção de biocombustível, indo desde o cultivo agrícola, passando pelas usinas e chegando até a exportação do produto final. E espero que o meu Estado seja incluído nesse programa.

Sentimentos antiamericanos ou anti-Bush à parte, o que temos de ter em mente é a prevalência dos interesses brasileiros reais e objetivos. Parece-me não haver dúvidas de que ter a maior potência econômica mundial como aliada nesse processo é um trunfo do qual não podemos prescindir.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, os números falam por si. Os Estados Unidos e o Brasil, juntos, respondem por 72% do álcool produzido no mundo, ou pouco menos de 40 bilhões de litros por ano. Se todos os países resolverem adotar a mistura de 10% de etanol à gasolina, algo que parece ser uma tendência irreversível nos próximos anos, o consumo anual de álcool chegará à casa dos 130 bilhões de litros.

Mas o Brasil, dispondo de consideráveis fronteiras agrícolas inexploradas, ocupa somente 3 milhões de hectares com cana de açúcar destinada ao etanol. Estima-se que, enquanto ainda temos 22 milhões de hectares perfeitamente adequados para a ampliação desse cultivo, os Estados Unidos já encontraram o seu limite de área plantada. Isso sem falar na grande diferença de produtividade do álcool da cana-de-açúcar em relação ao proveniente do milho, cultura predominante no programa de etanol norte-americano.

Portanto, não podemos chegar a outra conclusão que não seja a efetivação de uma oportunidade histórica e única para o nosso País. Diante das boas perspectivas que vislumbramos, temos grandes chances de estar à frente na corrida mundial por recursos energéticos alternativos, competição essa que definirá, em grande medida, os rumos do desenvolvimento econômico nas próximas décadas.

Sr. Presidente, não podemos deixar de mencionar também os nossos esforços em relação ao *biodiesel*. Apoiado na agricultura familiar, o programa brasileiro de *biodiesel* é um modelo de democratização de renda aliada à preocupação ambiental.

É claro que o etanol é o tema do momento, quando se fala em biocombustíveis, até pelos holofotes gerados pelo interesse norte-americano. Mas o *biodiesel* não deve ser deixado de lado na busca por alternativas energéticas renováveis, sob pena de perdermos uma boa opção para o setor.

Vivemos em tempos nos quais a questão ambiental deixou de ser tema marginal, figurando-se agora como preocupação central e onipresente. Conceitos como sustentabilidade, emissão de gases poluentes e compensações ambientais estão na ordem do dia e nos impõem uma revisão do modelo mundial de desenvolvimento industrial historicamente consagrado.

A substituição das fontes energéticas atuais por outras renováveis, portanto, é uma imposição da agenda internacional contemporânea. Daí a inevitabilidade do aprofundamento do tema, que, tenho certeza, elevará nosso País à condição de ator relevante nos fóruns internacionais.

Sr. Presidente Wellington Salgado, Sr^{as} e Srs. Senadores, nós que tanto lutamos e batalhamos pela nacionalização do petróleo e, posteriormente, pela con-

solidação e fortalecimento da Petrobras, hoje vibramos com a pujança dessa empresa genuinamente brasileira. E, se o programa de biocombustível brasileiro é tão festejado nos dias atuais, devemos, em grande parte, à Petrobras o sucesso tecnológico da empreitada.

Afinal, depois de “O petróleo é nosso!”, tão insuflado pelos nacionalistas da década de 1950, hoje é o momento de gritarmos, com orgulho e altivez, “O etanol é nosso!”.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.
Muito obrigado.

Durante o discurso do Sr. Augusto Bote-lho, o Sr. Renan Calheiros, Presidente, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Wellington Salgado de Oliveira.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Salgado de Oliveira. PMDB – MG) – A Sr^a Senadora Lúcia Vânia e os Srs. Senadores Marconi Perillo, Mário Couto, Cícero Lucena, Arthur Virgílio, Papaléo Paes, Flexa Ribeiro e Romero Jucá enviaram discursos à Mesa, para serem publicados na forma do disposto no art. 203 do Regimento Interno, combinado com o inciso I e o §2º do art. 210 do Regimento Interno.

S. Ex^{as} serão atendidos.

A SRA. LÚCIA VÂNIA (PSDB – GO. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ocupo a tribuna, neste momento, para fazer o registro da matéria intitulada “Com Lula, distância para crescimento mundial aumenta”, publicado pelo **O Estado de S. Paulo**, de 01 de Março de 2007.

A matéria destaca que, o crescimento do País, em 2006, mostra que sob o Governo Lula, o Brasil aumentou a distância que o separa do ritmo de desenvolvimento global. Segundo a matéria, dados do FMI, Fundo Monetário Nacional, indicam que, repetindo o que ocorreu em 2005, este ano o País só deve superar o Haiti em relação ao crescimento do PIB, que mesmo em guerra civil tem uma expectativa de crescimento de 2,3%, enquanto o crescimento do Brasil será de 2,64%.

Sr. Presidente, requiro que a matéria acima citada seja considerada parte integrante deste pronunciamento, para que passe a constar dos Anais do Senado Federal.

Era o que eu tinha a dizer.
Muito obrigada.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE A SRA. SENADORA LÚCIA VÂNIA EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

Com Lula, distância para crescimento mundial aumenta

País ficou 2,10 pontos percentuais abaixo da média, diferença maior que nos oito anos de Fernando Henrique

**Irany Tereza
Nilson Brandão Junior**

RIO

Com um crescimento médio do PIB de 2,64% nos seus quatro anos de governo, o governo Lula conseguiu, aparentemente, um desempenho um pouco melhor que o de Fernando Henrique Cardoso, que registrou um crescimento médio de 2,56% em seu primeiro mandato. Porém, quando esses números são comparados com a média do crescimento mundial – de 4,7% nos últimos quatro anos –, surge uma outra realidade: sob o governo Lula, o País aumentou a distância que o separa do ritmo de desenvolvimento global.

Entre os anos de 1995 e 1998, no governo de Fernando Henrique, a diferença entre o crescimento médio brasileiro e a média mundial era de 1,08 ponto percentual. Nos últimos quatro anos, essa média foi 2,10 pontos percentuais. Por esse ângulo, a administração de Lula só conse-

guiu ser melhor que a de Fernando Collor, quando a diferença entre o crescimento médio brasileiro e o do resto do mundo foi de 3,47 pontos percentuais. Os dados foram compilados pelo professor do Instituto de Economia da UFRJ Reinaldo Gonçalves, para quem o Brasil está “andando para trás”.

Dados do IBGE mostram, também, que o crescimento da renda per capita brasileira (1,2%, em média) no governo Lula superou as taxas do primeiro e do segundo mandatos de Fernando Henrique (1% e 0,6%, respectivamente). A gerente de contas nacionais do instituto, Rebeca Palis, explica, contudo, que o menor crescimento populacional influencia este resultado. Segundo Reinaldo Gonçalves, mantido o ritmo registrado entre 2003 e 2006, a renda per capita mundial duplicaria no prazo de 29 anos, enquanto a brasileira levaria 64 anos.

LANTERNA

Alex Agostini, economista-che-

fe da Austin Rating, comparou, com base em dados do Fundo Monetário Internacional (FMI), o desempenho econômico brasileiro em 2006 e o de grupos específicos de países, como os emergentes e os latino-americanos. Em ambos os casos, verificou um resultado desapontador, com o Brasil na lanterna.

Na América Latina, repetindo o que ocorreu em 2005, o País só deve superar o Haiti, que mesmo em guerra civil tem uma expectativa de crescimento de 2,3%, segundo estimativas do FMI. Na comparação com 34 países emergentes, o Brasil está na última colocação, atrás do Paraguai. Enquanto o Brasil registrou crescimento de 2,9%, a média dos emergentes selecionados deverá ficar em 5,5%. “O fato de o País continuar crescendo a níveis muito baixos diante de um cenário externo favorável comprova que o problema é unicamente na gestão doméstica”, diz Agostini. ●

O SR. MARCONI PERILLO (PSDB – GO. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ocupo a Tribuna neste momento para registrar a matéria intitulada “O Plano do PT”, publicada pela revista **IstoÉ**, em sua edição de 7 de Março de 2007.

A matéria destaca que o Partido dos Trabalhadores já discute às claras uma estratégia de eternizar Lula no poder pela adoção do parlamentarismo.

Sr. Presidente, solicito que a matéria citada seja considerada parte deste pronunciamento, para que passe a constar dos Anais do Senado Federal.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.
Muito obrigado.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O
SR. SENADOR MARCONI PERILLO EM SEU
PRONUNCIAMENTO.**

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

O PLANO DO PT

PARTIDO JÁ DISCUTE ÀS CLARAS UMA ESTRATÉGIA DE ETERNIZAR LULA NO PODER PELA ADOÇÃO DO PARLAMENTARISMO

Desde que foi criado, há 26 anos, o PT é chamado pelos intelectuais liberais de a “UDN de macacão”. Esse apelido, inventado pelo professor Cláudio Lembo, tinha por objetivo ironizar o falso-moralismo e a histeria denunciata demonstrados pelos petistas. Pois agora o PT apresenta uma outra característica daquela velha UDN do brigadeiro Eduardo Gomes: a atração por golpes. Na segunda-feira 26, a Executiva Nacional do partido se reuniu em Brasília para discutir a lista de indicações para o segundo governo Lula. Ocorre que um outro tema, ainda menos republicano, foi tratado nas conversas. O PT começou a discutir abertamente um plano para conceder um terceiro mandato para o presidente Lula. A idéia é apresentar ainda este ano um projeto-de-lei ao Congresso, a ser aprovado por maioria simples, que estabelece um plebiscito sobre a adoção do parlamentarismo. O plebiscito seria realizado em 2008, junto com as eleições municipais. Aprovado, Lula poderia concorrer mais uma vez à presidência ao final de seu mandato, em 2010. E, dessa vez sob um sistema parlamentarista, Lula poderia concorrer quantas vezes quisesse, se eternizando no poder. “Vamos oficializar essa proposta no Congresso do PT, em julho”, anuncia o deputado Devanir Ribeiro, da bancada pessoal do presidente e amigo de Lula desde os anos 70, quando os dois foram diretores do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo. Na quinta-feira 1º, o próprio Lula procurou enquadrar o partido. “Não há hipótese de eu tentar a reeleição pela segunda vez”, afirmou.

A Constituinte de 1988 estabeleceu um Plebiscito, em 1993, para que todos os brasileiros decidissem qual o regime e o sistema de governo queriam para o Brasil. Monarquia ou República? Presidencialismo ou parlamentarismo?

Na ocasião, o PSDB de Fernando Henrique Cardoso se engajou pelo parlamentarismo. O PMDB, como sempre, se dividiu. O PFL de Marco Maciel e o PT de Lula entraram de cabeça na campanha pelo presidencialismo. Deu República presidencialista na cabeça. Agora que o PT chegou ao poder, quer mudar as regras. A principal razão é que o PT não tem um candidato forte para apresentar em 2010. José Dirceu fez de tudo para ser o sucessor de Lula – mas foi abatido no caminho. Antônio Palocci também. Tarso Genro não se mostrou com densidade eleitoral. Fala-se agora de Dilma Rousseff ou Patrus Ananias, mas nenhum deles parece ser capaz de derrotar Ciro Gomes, do PSB, ou os tucanos José Serra e Aécio Neves. Restou Marta Suplicy, candidata de Dirceu – mas não de Lula.

O PT de Dirceu vem pressionando o Planalto para dar um ministério de peso para que Marta pavimente sua candidatura. Nas Cidades, por exemplo, Lula fechou o semblante quando soube que Marta já fazia planos para, nomeada ministra das Cidades, distribuir pessoalmente milhões de terrenos nas favelas das metrópoles. Poderia se tornar mais popular do que ele. Hoje, Lula se contorce para mantê-la longe de Brasília. O máximo que lhe ofereceu foi um tal Ministério das Minorias, fusão de três pastas simbólicas, onde trataria de direitos humanos, integração racial, mulheres e gays. Aí foi Marta quem torceu o nariz. Lula emite todos os sinais de que não quer ajudar o PT a construir um candidato petista para sua sucessão. “Tudo indica que o candidato de Lula chama-se Lula”, aposta o cientista político Paulo Kramer, da Universidade de Brasília. “Até porque o PT não tem outro”. E aposta: “A proposta do plebiscito não vai passar pelo Congresso”.

Há um ano, quando se planejava a campanha de Lula à reeleição, o pre-

sidente do PT Ricardo Berzoini encomendou uma pesquisa qualitativa sobre a imagem do presidente. Descobriu-se que o eleitor o via como uma espécie de ombudsman, o defensor do povo num governo ruim. Lula seria um homem bom, que tenta fazer o possível para que um governo de homens corruptos e incompetentes ajude os pobres. Enfim, aquela pesquisa detectou que o eleitorado estaria predisposto a adotar um sistema similar ao parlamentarismo, desde que o chefe de Estado fosse Lula – e o chefe de governo pouco importa, pode ser qualquer um. A adoção do parlamentarismo, em

si, até poderia ser bom para o Brasil. A maior parte dos estudiosos do tema avalia que seja o sistema político mais democrático existente, o que mais acelera a redução das desigualdades e o desenvolvimento econômico. Vide o exemplo da Europa. Argumentam até que a principal repú-

blica presidencialista do mundo, os Estados Unidos, em verdade teria um sistema presidencial-parlamentarista, com um Executivo e Legislativo interdependentes. Em teoria, também não haveria problema algum um país em construção, como é o caso do Brasil, rever uma decisão já tomada no Plebiscito de 1993 e, eventualmente, dar uma guinada parlamentarista. Mas o que se discute é o casuísmo da hora. **A tese do parlamentarismo não está sendo levantada dentro do contexto da reforma política necessária** – aí sim, seria uma discussão legítima. Está sendo patrocinada por figuras menores do petismo, que gostariam de se eternizar no poder. Dentro do PT, os costureiros são o deputado Devanir Ribeiro, metalúrgico da facção lulista, o deputado Cândido Vacarezza, porta-

voz de José Dirceu, e o dirigente Rui Falcão, da sub-facção de Marta Suplicy. Outro que já aderiu a causa é o deputado Virgílio Guimarães, de Minas, que há dois anos tentou ser presidente da Câmara e provocou o desastre chamado Severino Cavalcanti. Segundo Devanir e Vacarezza, Lula seria um parlamentarista desde criança. No plebiscito de 1993, ele até teria defendido esse sistema nas conversas internas do PT, mas como o PT decidiu-se pelo presidencialismo, Lula, democrata que é, então se engajou de corpo e alma na defesa do presidencialismo. Mas agora, diante da realidade dinâmica dos fatos, Lula poderia se engajar de bom grado em outra tese. “Temos apenas que ter o cuidado de aprovar a reforma política antes do parlamentarismo”, ressalva Devanir. “Isso poderia atropelar as discussões”.

O Brasil tem uma história golpes, notadamente os militares, aquele fenômeno que o cientista político Oliveira Ferreira, da USP, chama de “longa noite hobbesiana” – uma escuridão que durou século e meio, ini-

ciada em 1821, quando as tropas do Exército no Rio de Janeiro obrigaram o príncipe regente Pedro de Alcântara a substituir o ministro da Guerra, e que se prolongaria até 1985,

quando o último general-presidente do regime de 64, João Figueiredo, deixou o Palácio do Planalto pela porta dos fundos. Foram pelo menos 15 as intervenções políticas dos militares em momentos decisivos da história brasileira. A 16ª tentativa, a derradeira, quando então coronel-ministro César Cals pregou a prorrogação do mandato de Figueiredo para impedir que Tancredo Neves tomasse posse, não colou. **Os deputados Devanir e Vacarezza são os César Cals do PT.** Desde a redemocratização em 1985, não tivemos tentativas de golpes de Estado, somente dois casuísmos – os cinco anos de mandato para José Sarney, e a reeleição para Fernando Henrique Cardoso. Parece que Lula também quer deixar sua marca negativa na história. ■

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ocupo a tribuna, neste momento, para fazer o registro da matéria intitulada “Contratos superfaturados”, publicado no jornal **Correio Braziliense**, de 21 de março de 2007.

A matéria destaca que auditorias do TCU, Tribunal de Contas da União, apontam irregularidades em obras bilionárias da Infraero em vários estados. Só no Aeroporto Santos Dumont, no Rio, foram constatadas 27 falhas graves no uso do dinheiro público.

Sr. Presidente, requiro que a matéria acima citada seja considerada parte integrante deste pronunciamento, para que passe a constar dos Anais do Senado Federal.

Era o que eu tinha a dizer.
Muito obrigado.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR MÁRIO COUTO EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

Auditorias do TCU apontam irregularidades em obras bilionárias da Infraero em vários estados. Só no Aeroporto Santos Dumont, no Rio, foram constatadas 27 falhas graves no uso do dinheiro público

Contratos superfaturados

CLAUDIO DANTAS SEQUEIRA E
FERNANDA ODILLA
DA EQUIPE DO CORREIO

Há suspeita de irregularidades na aplicação de recursos públicos em obras de infra-estrutura, avaliadas em R\$ 2,7 bilhões, em oito aeroportos do país. Auditorias do Tribunal de Contas da União (TCU), realizadas ao longo de 2006, constataram como a cifra foi inflada por sobrepreços e superfaturamento em processos de licitação e contratos de serviços. Indícios de uma ação orquestrada pela cúpula da Empresa Brasileira de Infra-Estrutura Aeroportuária (Infraero) com diferentes empresas impulsiona investigações das procuradorias regionais, e pelo menos 26 pessoas já foram citadas a prestar esclarecimentos.

Funcionários com responsabilidade reconhecida no caso, como o deputado Carlos Wilson (PT-PE) — ex-presidente da estatal e amigo de Lula —, ganham a

Beto Barata/Folha Imagem - 245/01



CARLOS WILSON, QUE APARECE EM SETE PROCESSOS, NEGA IRREGULARIDADES

companhia de figuras ilustres e funcionários desconhecidos da opinião pública. O ex-comandante da Aeronáutica Luiz Carlos Bueno, por exemplo, foi

convocado a prestar esclarecimentos. O motivo é um convênio celebrado entre a Infraero e a FAB não cadastrado no Sisti (sistema eletrônico de prestação de contas públicas). Convênio trata da permuta de áreas de propriedade da FAB para construção de imóveis e benfeitorias por parte da Infraero. Até o fechamento desta edição o ex-comandante Bueno não foi localizado.

Um problema menos ante as 27 irregularidades graves encontradas pelos auditores nas obras de melhoramentos do Aeroporto Santos Dumont, no Rio — o campeão nacional de problemas no levantamento do TCU. Reforçam a lista o atual presidente da Infraero, o brigadeiro José Carlos Pereira, além de superintendentes regionais, como Wellington Santos da Silva (responsável pelo aeroporto de Fortaleza) e Tércio Ivan de Barros, que representou a estatal no Sudeste.

Cotado para assumir a presidência da Infraero em 2005, Tércio acabou vetado pelo Palácio do Planalto. Ele é alvo de um inquérito da Polícia Federal

por supostas irregularidades em licitações durante sua gestão, em 2002. Denúncias lidas pela Associação dos Concessionários dos Aeroportos do Estado de São Paulo (Acaesp) fundamentaram a investigação. Hoje assessor da presidência da Infraero, Tércio é citado no processo que apura irregularidades no Santos Dumont.

Clube

As denúncias contra Tércio apenas reforçam o caráter intocável da cúpula da estatal, cujo primeiro escalão foi praticamente mantido, apesar da saída de Carlos Wilson. O ex-presidente deixou o cargo para retornar ao Parlamento, se elegendo deputado federal. Até agora, Wilson tem negado qualquer irregularidade nas licitações de obras e contratos de serviços durante sua gestão. Argumenta que nunca se fez tanto pelos aeroportos brasileiros, e que não teme uma investigação.

O ex-presidente da Infraero será um dos principais alvos da CPI do Apagão

Aéreo, caso a oposição consiga valer o direito da minoria na Câmara. Os líderes da oposição pretendem apurar se o rombo deixado por Carlos Wilson, cerca de R\$ 450 milhões, oculta um sinistro esquema de corrupção. É que teria contribuído para o caos aéreo nos aeroportos, em especial no ano passado (leia mais na página 4).

Já se fala na Câmara em convocar servidores da estatal. Na mira dos parlamentares estão personagens frequentes nos relatórios do TCU: Eleuzia Therezinha Lores, diretora de Engenharia, está em seis dos oito processos. Josefina Valle de Oliveira, procuradora-geral da Infraero, e Francisco Erivan de Albuquerque, gerente de coordenação de empreendimentos, são investigados também pelo Ministério Público de São Paulo. Os três, ao lado de Carlos Wilson — que aparece em sete processos do TCU — tiveram os seus sigilos bancário e fiscal quebrados. Os três servidores da Infraero, e um gerente Rogério Mansur Barata estão com os bens indisponíveis.

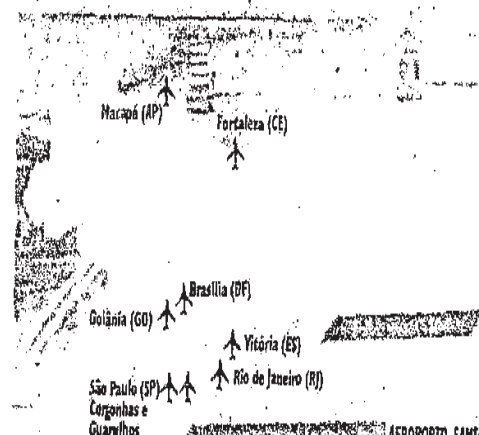
A CAIXA-PRETA DA INFRAERO

Obras em execução ou prestes a saírem do papel, que o TCU detectou irregularidades

- Obra Preço Problema identificado Citados Situação atual

AEROPORTO INTERNACIONAL DE BRASÍLIA

- Reforma e ampliação do terminal de passageiros
- R\$ 142,88 milhões
- Superfaturamento de até 122%, entre outras irregularidades graves
- Elieza Terezinha Marzoni dos Santos Lores (diretora de Engenharia), Francisco Erivan de Albuquerque (gerente de Coordenação de Empreendimentos) e Wander Bernardes Silveira
- Proíbe a publicação do edital antes da correção das irregularidades

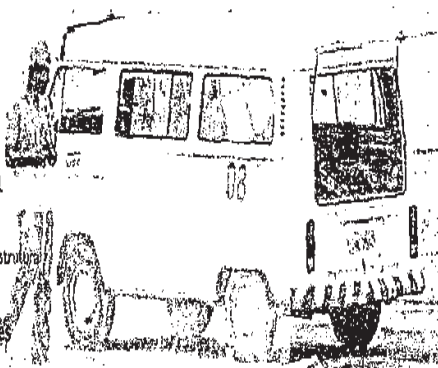


AEROPORTO SANTOS DUMONT, RIO

- Reforma e ampliação
- R\$ 230 milhões
- Auditoria apontou 27 irregularidades graves na licitação e na execução dos projetos, com superfaturamento e contratação irregular de serviços
- Roberto Vitoria Pinheiro (presidente de Comissão de Licitação), Elieza Terezinha Marzoni dos Santos Lores (diretora de Engenharia), Osório Marques de Oliveira (integrante da Comissão de Licitação), Fernando Brendeglia de Almeida (superintendente de Planejamento e Gestão), Tércio Ivan de Barros (ex-superintendente regional de São Paulo), Carlos Roberto da Silva, Ademar Silveira Sabino (diretor de Administração), Dakon José Correa Lima, Carlos Wilson Rocha de Queiroz Campos (ex-presidente da Infraero), Frederico de Queiroz Veiga (ex-diretor de Operações) e Luiz Carlos da Silva Bueno (comandante da Aeronáutica)

AEROPORTO INTERNACIONAL PINTO MARTINS, FORTALEZA

- Expansão da infra-estrutura
- R\$ 15,18 milhões
- Auditoria realizada entre 25 e 31 de maio de 2006 constatou pelo menos nove falhas graves, sendo cinco de superfaturamento na compra de concreto, cimento e brita: um total de R\$ 6,5 milhões
- José Antônio de Castro Pereira (gerente de Engenharia da SRRF), Wellington Santos da Silva (superintendente do aeroporto de Fortaleza), Carlos Wilson Rocha de Queiroz Campos (ex-presidente da Infraero) e José Carlos Pereira (atual presidente da Infraero e ex-diretor de Operações)
- Retenção de 30% dos pagamentos previstos. Relatório encaminhado à Infraero, que apresentou justificativas em dezembro. O processo corre na Secretaria de Controle Externo no Ceará



AEROPORTO INTERNACIONAL DE GUARULHOS, SÃO PAULO

- Reforma e ampliação do Terminal 3
- R\$ 1,5 bilhão
- Pelo menos sete irregularidades graves, como execução orçamentária irregular, sobrepreço, vícios na licitação e descumprimento de normas ambientais
- Elieza Terezinha Marzoni dos Santos Lores (diretora de Engenharia) e Carlos Wilson Rocha de Queiroz Campos (ex-presidente da Infraero)
- Justificativas da Infraero foram consideradas insuficientes por parte do TCU, que poderá se pronunciar pela ilegalidade insanável da licitação



O SR. CÍCERO LUCENA (PSDB – PB. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ocupo a tribuna, neste momento, para fazer o registro da matéria intitulada “Relatório dos EUA critica caso do dossiê”, publicada no jornal **Folha de S.Paulo**, em sua edição de 7 de Março de 2007.

A matéria destaca que a dois dias da visita do presidente dos Estados Unidos da América, George Bush, ao Brasil, o Departamento de Estado americano divulgou um relatório sobre a situação dos direitos humanos no país e no mundo. O relatório faz menção ao caso de tentativa de compra de um dossiê, por integrantes do PT, contra políticos do PSDB na campanha eleitoral.

Ainda segundo o documento, os envolvidos no episódio tinham “relações estreitas” com o Presidente Lula.

Sr. Presidente, para concluir, requeiro que a referida matéria passe a integrar os Anais do Senado Federal.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR CÍCERO LUCENA EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

Relatório dos EUA critica caso do dossiê

A dois dias da visita de Bush, documento sobre direitos humanos diz que envolvidos tinham ‘relações estreitas’ com Lula

‘O comportamento ético de figuras públicas continuou a ser tema no ano’, diz o texto divulgado pela secretária de Estado Condoleezza Rice

RUBENS VALENTE
DA REPORTAGEM LOCAL

A dois dias da visita do presidente George W. Bush ao Brasil, o Departamento de Estado americano divulgou o relatório de 2006 sobre a situação dos direitos humanos no país e no mundo com uma menção ao caso da tentativa de compra de um dossiê por integrantes do PT contra políticos do PSDB na campanha presidencial.

Segundo o documento, envolvidos no episódio tinham “relações estreitas” com o presidente Luiz Inácio Lula da Silva. O relatório foi divulgado ontem pela secretária Condoleezza Rice, em entrevista coletiva em Washington.

“O comportamento ético de figuras públicas continuou a ser um tema importante durante o ano. (...) Experientes membros da campanha à reeleição do presidente [Lula] com

relações estreitas com o presidente renunciaram ou foram demitidos em meados de setembro por causa do envolvimento deles em uma tentativa de compra e disseminação de um dossiê com informações pretensamente danosas sobre um oponente político”, diz o relatório sobre o Brasil no capítulo

lo destinado à “Corrupção governamental e transparência”.

O texto aponta as consequências do episódio. “Uma comissão parlamentar e o Tribunal Superior Eleitoral abriram investigações que continuaram até o final do ano. O presidente Lula falou publicamente contra a corrupção no governo.”

O texto também lembra que

“a Polícia Federal indiciou um ex-ministro da Saúde sob acusações de corrupção”, referindo-se a Humberto Costa, indiciado por suposto envolvimento com a máfia dos vampiros.

Comissão de Ética

O capítulo traz outra crítica indireta a Lula, ao descrever problema na Comissão de Ética Pública, que é vinculada à Presidência. “A lei garante acesso público a informações governamentais não confidenciais acerca da aplicação da Comissão de Ética Pública. Entretanto, o processo burocrático frequentemente dificulta a liberação dessas informações”, afirma o relatório.

A parte sobre o Brasil relata atrocidades das polícias nos Estados, atentados da facção criminosa PCC (Primeiro Comando da Capital), tráfico de prostitutas para a Europa, crimes rurais e prostituição infantil, entre outras mazelas. A íntegra do relatório pode ser lida em www.state.gov/g/drl/rls/hrrpt/2006/78882.htm

O RELATÓRIO

Trechos do documento divulgado pelo Departamento de Estado

O DOSSIÊ “Experientes membros da campanha à reeleição do presidente [Lula] renunciaram ou foram demitidos em meados de setembro [de 2006] por causa do envolvimento em uma tentativa de compra de um dossiê sobre um oponente”

JUDICIÁRIO “A lei prevê um Judiciário independente, e o governo geralmente respeita essa previsão na prática. Entretanto, o Judiciário tem insuficiência de fundos e frequentemente está sujeito a intimidações políticas e influências econômicas”

ÉTICA PÚBLICA “A lei garante acesso público a informações governamentais não confidenciais acerca da aplicação da Comissão de Ética Pública. Entretanto, o processo burocrático frequentemente dificulta a liberação dessas informações”

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ocupo a tribuna, neste momento, para fazer o registro da matéria intitulada “Governo enquadra base e consegue enterrar a CPI do Apagão Aéreo”, publicada no jornal **O Estado de S. Paulo**, em sua edição de 22 de março de 2007.

A matéria destaca que, apesar das dissidências, o Executivo obtém 308 votos a favor do recurso do PT, que pedia o arquivamento da CPI que investigaria o apagão aéreo.

Governo enquadra base e consegue enterrar a CPI do Apagão Aéreo

Apesar das dissidências, Executivo obtém 308 votos para recurso do PT que levou a arquivamento da investigação

Eugênia Lopes
Denise Maquena
BRASILIA

O governo conseguiu interter a instalação da CPI do Apagão Aéreo, com a aprovação, pelo plenário da Câmara, do recurso do PT que anulou a instalação da comissão. Foram 308 votos a favor, 192 contra e duas abstenções. Para garantir a vitória folgada, o governo usou o rio compressor e enquadrou os partidos da base aliada que ameaçavam votar a favor da investigação. O principal alvo do Planalto foi o PDT que, ontem, ao contrário da véspera, votou fechado com o governo.

A base aliada apresentou dissidências. Apesar de ter sido contemplado com cinco ministérios, o PMDB apresentou um índice de traição de 12%, com onze votos contra o governo – foram 10 pelo arquivamento da CPI do Apagão. No PP, quatro deputados votaram a favor da CPI, no PSB, três votaram contra o governo – entre eles os deputados Ciro Gomes (CE) e Luizza Erundina (SP). No PR houve um voto favorável à CPI.

Totalmente fiéis foram PT, PQT, PAN, PC do B, PSC, PMN, PRB e PPS. Também houve surpresas para os oposicionistas: quatro deputados do PFL e um do PSDB votaram com o governo.

Depois de correr o risco de perder o Ministério da Previdência, o PQT deu 11 votos contra a instalação da CPI. O PV do ministro Gilberto Gil deu 11 votos contra o governo e apenas um pelo engajamento. O presidente do PDT, Carlos Luppi, defendeu ontem em nota o arquivamento da CPI do Apagão. “O

governo está tratando muito mal o PDT. E se continuar nesse ritmo não tem como trabalhar como governo. Estamos votando hoje (ontem) a pedido do presidente nacional do partido”, observou Paulo Pereira da Silva (PDT-SP).

Os pedetistas não escondiam seu descontentamento com o governo e reclamam que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva tem constrangido Luppi uma vez que não o nomeou para o ministério, apesar de ter oferecido a pasta ao PDT há cerca de dez dias. Desde então, Lula não tocou mais no assunto.

Apesar da vitória do governo, a decisão final sobre o destino da CPI do Apagão Aéreo será do Supremo Tribunal Federal (STF). “Quem vai dar a palavra final vai ser o Supremo”, afirmou o líder do PSDB, Antonio Carlos Pannunzio (SP). O Planalto se empenhou e não poupou esforços para derrubar a CPI porque quer sinalizar ao STF que a maioria dos deputados é contra a investigação.

Com minoria na Câmara, os partidos de oposição (PFL, PSDB e PPS) tentaram protelar o resultado final sobre o recurso.

Depois de duas horas de obstrução, com a apresentação de requerimentos para adiar a votação, discursos na tribuna e questionamentos regimentais, os partidos de oposição cederam e concordaram em fechar um acordo com a base do governo. A oposição retirou os 12 requerimentos que pediam o adiamento da votação e, em troca, da votação nominal do recurso.

“Cada deputado vai ter de

Sr. Presidente, para concluir, requeiro que a referida matéria passe a integrar os Anais do Senado Federal.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

Impasse na CCJ vira guerra entre Picciani e oposição

... Além de manter paralisadas as votações na Câmara, a CPI do Apagão Aéreo pôs em pé de guerra o presidente da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), Leonardo Picciani (PMDB-RJ), e a oposição (PFL, PSDB e PPS). Os mais irritados são os pefelistas, em particular o deputado Antonio Carlos Magalhães Neto (PFL-BA).

“Estou preparando um arrazoado com as arbitrariedades que o Picciani está cometendo na CCJ”, anunciou o pefelista. “O ACM Neto resolveu radicalizar. A obstrução dele passou a ser pessoal, pirraça”, rebateu Picciani.

Da tribuna, o líder Onyx Lorenzoni (PFL-RS) atacou: “Picciani tem demonstrado inadequação para o exercício do cargo. Não está à altura. Talvez a juventude seja uma dificuldade. A pouca experiência, talvez outra, e a pouca solidez dos conhecimentos constitucionais e jurídicos.”

Anteontem, na votação da CCJ que engavetou a CPI, Picciani foi alvo de críticas ácidas e Júlio Redecker (PSDB-RS) ameaçou agredi-lo. ■ EUGÊNIA LOPES

mostrar seu voto e deixar claro quem é contra e quem é a favor da CPI”, disse o deputado ACM Neto (PFL-BA). “O governo vai comemorar sua vitória e nós vamos para os aeroportos recolher assinaturas para que haja investigação”, afirmou o deputado Fernando Gabeira (PV-RJ).

• Mais informações, caderno Metrópole

O SR. PAPALÉO PAES (PSDB – PA. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, venho à tribuna, neste momento, para fazer o registro do editorial intitulado “Depois do motim”, publicado no jornal **Folha de S.Paulo**, em sua edição de 03 de abril de 2007.

O editorial destaca que depois de premiar a irresponsabilidade dos controladores de vôo que na sexta-feira passada entraram em greve levando o sistema aéreo do país ao colapso, o Presidente Lula deve explicar como o País deixará de ser refém de controladores sob o novo sistema de gestão do tráfego aéreo.

Sr. Presidente, para que conste dos Anais do Senado, requeiro que o editorial acima citado seja considerado como parte integrante deste pronunciamento.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O
SR. SENADOR PAPALÉO PAES EM SEU
PRONUNCIAMENTO**

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

Depois do motim

Governo deve explicar como país deixará de ser refém de controladores sob o novo sistema de gestão de tráfego aéreo

“**A**CHO MUITO grave o que aconteceu, acho irresponsabilidade [de] pessoas que têm funções consideradas essenciais, porque estão lidando com milhares de passageiros sobrevoando o território nacional.” Podem soar estranhas essas palavras do presidente Lula, dois dias depois de ter premiado a irresponsabilidade.

Não passam, na verdade, de afago retórico destinado a compensar os oficiais da Aeronáutica pela decisão presidencial de romper a hierarquia militar na noite de sexta. Não há equilíbrio possível diante do ocorrido. Tampouco volta atrás.

Teria sido melhor manter a gestão do fluxo aéreo na alçada da FAB, providenciando-se aumento nas gratificações dos controladores, mas o governo Lula destruiu a maior vantagem do modelo: a proibição, constitucional, de movimentos grevistas. Ao recusar-se a punir de imediato os amotinados — resta a expectativa de que ocorram sanções no âmbito autônomo da Justiça Militar —, o Planalto deflagrou a transição rumo a um outro sistema.

O governo não dá mostras de possuir nenhum projeto de reforma do setor que contemple as

suas complexidades e os seus custos. A pergunta fundamental acerca do novo modelo é quais garantias ele dará de que o país não se tornará refém permanente de um supersindicato de controladores. O poder de paralisar impunemente o tráfego aéreo, que acaba de ser conferido à categoria pelo presidente Lula, precisa ser anulado, seja por regulamentações, seja por políticas públicas, no futuro sistema.

Se os controladores militares se valerem até da sublevação e da chantagem para emancipar-se das Forças Armadas, então que seja feita a transição completa, ainda que paulatina. Devem migrar para um regime de trabalho civil, de preferência regido pela CLT, abrindo mão de benefícios da carreira atual se quiserem um salário maior — o que a sua delicada função justifica.

Uma rígida lei de greve nos serviços públicos essenciais deveria constar do pacote. Precisaria prever demissões sumárias, a bem do serviço público, em casos de paralisações como a de sexta.

No front da política pública, será necessário ampliar os cursos de formação de controladores de vôo, abreviar ao máximo a sua duração e aumentar os contingentes de reserva aptos a responder a convocações emergenciais. Credenciar instituições públicas e privadas para formar profissionais — hoje o curso fica praticamente restrito à escola da Aeronáutica em Guaratinguetá (SP) — é um caminho compatível com o modelo que se quer implantar.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ocupo a tribuna, neste momento, para registrar o editorial intitulado “Primeiro passo”, publicado no jornal **O Globo**, de 17 de março do corrente.

O editorial critica a agenda “equivocada” do Presidente Lula em relação à educação no País. O texto se refere às cotas raciais substituindo o mérito na universidade e ao fato do Governo Lula continuar a destinar 13% do PIB à Previdência e ao assistencialismo e não onde o Estado deve estar presente: na educação, saúde, segurança e infra-estrutura.

Sr. Presidente, solicito que o editorial acima citado seja considerado parte deste pronunciamento, para que passe a constar dos Anais do Senado Federal.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O
SR. SENADOR FLEXA RIBEIRO EM SEU
PRONUNCIAMENTO**

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

OPINIÃO

Primeiro passo

O governo de Luiz Inácio Lula da Silva investiu no primeiro mandato esforço e tempo numa agenda equivocada na área de educação. Pressionado por grupos organizados que tripulam aparelhos dentro do Estado, tentou, e tenta, colocar em prática uma visão racista do ensino superior, pela qual cotas supostamente étnicas revogam o mérito na universidade, em nome do resgate de uma “dívida histórica”. Além disso, embrenhou-se numa reforma universitária em que o único ponto positivo, até agora, é o ProUni. Isso enquanto deixava o ensino básico — do ponto de vista formal, de responsabilidade de estados e municípios — afundar-se em uma crise de qualidade que vem de longe e ameaça o futuro do país.

Agora, afinal, o governo decidiu lançar um plano para tentar reverter os trágicos índices de desqualificação do ensino de base, um dos piores do mundo, como reconheceu o presidente em discurso no lançamento do programa, quinta-feira. Cumpre-se, pelo menos em palavras, o que o ex-ministro da Educação e senador Cristovam Buarque há tempos reivindica: o envolvimento do Executivo federal

com o ensino das crianças e adolescentes. Anunciado por Fernando Haddad, ministro da Educação — pasta acertadamente retirada por Lula do pano verde do jogo político petista —, o programa prevê ações elogiadas até por educadores da oposição. Por exemplo, o estabelecimento de metas para o ensino fundamental, de responsabilidade basicamente dos municípios; a ação federal não só no monitoramento, mas no aperfeiçoamento dos métodos de gestão; melhor remuneração e qualificação dos professores; e a avaliação das crianças de 6 a 8 anos de idade. Até uma alvissareira retomada do conceito do Bolsa Escola está prevista, com a criação de uma linha no Bolsa Família para jovens de 15 a 17 anos, onde há séria evasão escolar e existe

um exército de mão-de-obra à disposição do crime.

Uma questão-chave a resolver é a falta de dinheiro para o plano. Lula está cada vez mais diante de uma encruzilhada: continua a destinar 13% do PIB à previdência e ao assistencialismo, e nada fará de importante para o futuro do país; ou abandona essa política míope e reativa o Estado onde ele precisa estar presente: na educação, saúde, segurança e infra-estrutura.

**Necessidade
de melhorar
ensino coloca
Lula numa
encruzilhada**

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, na última terça-feira, o Presidente Lula inaugurou uma obra extremamente importante para o transporte e a logística do Estado de Goiás: o Contorno de Anápolis, um complexo viário composto de sete viadutos e 16,7 quilômetros de pista dupla, por onde passa 15 mil veículos diariamente.

Quero esclarecer aqui DNIT – Departamento Nacional de Infra-estrutura de Transportes concluiu a obra e confirma que nenhum reparo será necessário; porém, até que a duplicação da BR-060 no sentido Brasília-Goiânia seja concluída, em agosto, o trecho da rodovia construída será utilizado para ligar a rodovia ao viaduto.

O contrato firmado pelo DNIT integra também o complexo construído no entroncamento da BR-153 com a BR – 060, que é a saída para Brasília. O complexo é composto por dois viadutos, em estrutura metálica, cada um num sentido da via; um dos viadutos é o maior do Estado de Goiás.

A obra foi iniciada em 1998 e recebeu investimentos federais de 84 milhões de reais, sendo que, desta quantia, 55,9 milhões vieram do Governo Lula.

Eu quero aqui, Sr. Presidente, registrar que, com esta obra, o governo acredita na melhoria das condições de tráfego, segurança e economia, além da redução dos custos operacionais no trecho e os riscos de acidentes.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Salgado de Oliveira. PMDB – MG) – Nada mais havendo a tratar, a Presidência vai encerrar os trabalhos, lembrando às Sr^{as} e aos Srs. Senadores que constará da próxima sessão deliberativa ordinária, a realizar-se amanhã, às 14 horas, a seguinte:

ORDEM DO DIA

1

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 337, DE 2006

(Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)

Discussão, em turno único, da Medida Provisória nº 337, de 2006, que *abre crédito extraordinário, em favor dos Ministérios da Educação, da Saúde, dos Transportes e das Cidades, no valor de quinhentos e seis milhões e quinhentos e vinte e oito mil reais, para os fins que especifica.*

Relator revisor: Senador Aloizio Mercadante

(Sobrestando a pauta a partir de: 19-3-2007)

Prazo final (prorrogado): 1º-6-2007

2

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 338, DE 2006

(Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)

Discussão, em turno único, da Medida Provisória nº 338, de 2006, que *abre crédito extraordinário ao Orçamento de Investimento para 2006, em favor de diversas empresas estatais, no valor total de sete bilhões, quatrocentos e cinquenta e sete milhões, quinhentos e oitenta e cinco mil, novecentos e setenta e sete reais, e reduz o Orçamento de Investimento de diversas empresas no valor global de oito bilhões, oitocentos e oito milhões, novecentos e cinquenta e dois mil, oitocentos e oitenta e oito reais, para os fins que especifica.*

Relator revisor:

(Sobrestando a pauta a partir de: 19-3-2007)

Prazo final (prorrogado): 1º-6-2007

3

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 344, DE 2007

(Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)

Discussão, em turno único, da Medida Provisória nº 344, de 2007, que *abre crédito extraordinário, em favor dos Ministérios da Educação, dos Transportes e da Integração Nacional, no valor global de cento e oitenta e um milhões e duzentos mil reais, para os fins que especifica.*

Relator revisor:

(Sobrestando a pauta a partir de: 19.3.2007)

Prazo final (prorrogado): 1º-6-2007

4

PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO Nº 2, DE 2007

(Proveniente da Medida Provisória nº 345, de 2007)

(Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei de Conversão nº 2, de 2007 (proveniente da Medida Provisória nº 345, de 2007), que *dispõe sobre cooperação federativa no âmbito da segurança pública.*

Relator revisor:

(Sobrestando a pauta a partir de: 19-3-2007)

Prazo final (prorrogado): 1º-6-2007

5

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 354, DE 2007

(Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)

Discussão, em turno único, da Medida Provisória nº 354, de 2007, que *abre crédito extraordinário, em favor do Ministério das Relações Exteriores, no valor de vinte milhões de reais, para os fins que especifica.*

Relator revisor: Senador Marcelo Crivella

(Sobrestando a pauta a partir de: 19.3.2007)

Prazo final (prorrogado): 1º-6-2007

6

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 346, DE 2007

(Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)

Discussão, em turno único, da Medida Provisória nº 346, de 2007, que *abre crédito extraordinário, em favor da Presidência da República, dos Ministérios dos Transportes, da Cultura e do Planejamento, Orçamento e Gestão e de Encargos Financeiros da União, no valor global de quatrocentos e cinquenta e dois milhões, cento e oitenta e três mil, seiscentos e trinta e nove reais, para os fins que especifica.*

Relator revisor:

(Sobrestando a pauta a partir de: 19-3-2007)

Prazo final (prorrogado): 1º-6-2007

7

PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO Nº 3, DE 2007

(Proveniente da Medida Provisória nº 350, de 2007)

(Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei de Conversão nº 3, de 2007 (proveniente da Medida Provisória nº 350, de 2007), que *altera a Lei nº 10.188, de 12 de fevereiro de 2001, que cria o Programa de Arrendamento Residencial, institui o arrendamento residencial com opção de compra, e a Lei nº 11.265, de 3 de janeiro de 2006, que regulamenta a comercialização de alimentos para lactentes e crianças de primeira infância e também a de produtos de puericultura correlatos, e dá outras providências.*

Relator revisor:

(Sobrestando a pauta a partir de: 19.3.2007)

Prazo final (prorrogado): 1º-6-2007

8

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 124, DE 2006

(Em regime de urgência, nos termos do art. 64, § 1º, da Constituição Federal)
(Incluído em Ordem do Dia, nos termos

do art. 353, parágrafo único, do Regimento Interno)

Projeto de Lei da Câmara nº 124, de 2006 (nº 7.514/2006, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que *altera a Lei nº 11.196, de 21 de novembro de 2005 (estabelece incentivos fiscais para empresas que investem em pesquisa científica e tecnológica).*

Dependendo de leitura de pareceres das Comissões de Assuntos Econômicos e de Educação.

(Sobrestando a pauta a partir de: 11-3-2007)

9

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 35, DE 2007

(Incluído em Ordem do Dia, nos termos do parágrafo único do art. 353 do Regimento Interno)

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 35, de 2007 (apresentado como conclusão do Parecer nº 100, de 2007, da Comissão de Assuntos Econômicos), Relator ad hoc: Senador Delcídio Amaral, que *aprova a Programação Monetária para o primeiro trimestre de 2007.*

10

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 10, DE 2007

(Em regime de urgência, nos termos do art. 64, § 1º, da Constituição Federal)
(Incluído em Ordem do Dia, nos termos

do art. 353, parágrafo único, do Regimento Interno)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 10, de 2007 (nº 7.569/2006, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que *modifica as competências e a estrutura organizacional da Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Capes, de que trata a Lei nº 8.405, de 9 de janeiro de 1992; e altera a Lei nº 11.273, de 6 de fevereiro de 2006, que autoriza a concessão de bolsas de estudo e de pesquisa a participantes de programas de*

formação inicial e continuada de professores para educação básica.

Pareceres nºs 223 a 225, de 2007, das Comissões

– de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator *ad hoc*: Senador Wellington Salgado, favorável ao Projeto e as Emendas nºs 3 a 5, nos termos da Emenda nº 6-CCJ (Substitutivo), que oferece;

– de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, Relator: Senador Eduardo Azeredo, favorável ao Projeto e as Emendas nºs 3 a 5, nos termos da Emenda nº 7-CCT (Substitutivo), que oferece; e

– de Educação, Relatora: Senadora Marisa Serrano, favorável ao Projeto e as Emendas nºs 3 a 5, nos termos da Emenda nº 8-CE (Substitutivo), que oferece.

(Sobrestando a pauta a partir de: 14-4-2007)

11

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 59, DE 2005

Quinta e última sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 59, de 2005, de autoria do Senador Arthur Virgílio e outros Senhores Senadores, que *acrescenta o seguinte § 5º ao art. 239 da Constituição Federal, para permitir que os recursos do PASEP sejam aplicados diretamente pelos Estados e Municípios.*

Parecer sob nº 1.094, de 2006, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador João Batista Motta, favorável, com a Emenda nº 1-CCJ, de redação.

12

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 37, DE 2004

Quarta sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 37, de 2004, tendo como primeiro signatário o Senador Antonio Carlos Magalhães, que altera a redação da alínea **d** do inciso II do art. 93 da Constituição Federal (torna obrigatória a promoção por antiguidade do juiz que figurar, por duas vezes, indicado pelo Tribunal competente).

Parecer sob nº 16, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania: Relator

Senador Demóstenes Torres, favorável, com as Emendas nºs 1 a 4-CCJ, que apresenta.

13

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 2, DE 2007

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 2, de 2007, tendo como primeiro signatário o Senador Marco Maciel, que *acrescenta parágrafo ao art. 17 da Constituição Federal, para autorizar distinções entre partidos políticos, para fins de funcionamento parlamentar, com base no seu desempenho eleitoral.*

Parecer sob nº 91, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Jarbas Vasconcelos, favorável, com as Emendas nºs 1 e 2-CCJ, que apresenta, com votos contrários dos Senadores Antonio Carlos Valadares e José Nery, e, em separado, do Senador Inácio Arruda.

14

EMENDA DA CÂMARA AO PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 337, DE 1999

Votação, em turno único, da Emenda da Câmara ao Projeto de Lei do Senado nº 337, de 1999 (nº 2.516/2000, naquela Casa), que *acrescenta parágrafo ao art. 14 da Lei nº 1.060, de 5 de fevereiro de 1950, no sentido de regular a gratuidade dos honorários de perito.*

Parecer sob nº 69, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Arthur Virgílio, pela rejeição.

15

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 12, DE 2000

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 12, de 2000 (nº 885/95, na Casa de origem), que *institui o Programa Nacional de Habitação para Mulheres com Responsabilidades de Sustento da Família.*

Parecer sob nº 530, de 2006, da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa Relator: Senador Paulo Paim, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CDH (Substitutivo), que oferece.

16

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 34, DE 2004

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 34, de 2004 (nº 2.155/99, na

Casa de origem), que *cria o Relatório Anual Socioeconômico da Mulher*.

Parecer sob nº 873, de 2006, da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, Relator ad hoc: Senador Paulo Paim, favorável, com as Emendas nºs 1 a 4-CDH, que apresenta.

17

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 105, DE 2005

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 105, de 2005 (nº 2.619/2003, na Casa de origem), que *altera a Lei nº 5.859, de 11 de dezembro de 1972, para assegurar a todos os trabalhadores domésticos o direito ao benefício do seguro-desemprego*.

Parecer favorável, sob nº 539, de 2006, da Comissão de Assuntos Sociais, Relator ad hoc: Senador Pedro Simon.

18

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 33, DE 2006

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 33, de 2006 (nº 4.539/2004, na Casa de origem), que *institui o dia 6 de dezembro como o Dia Nacional de Mobilização dos Homens pelo Fim da Violência contra as Mulheres*.

Parecer favorável, sob nº 1.223, de 2006, da Comissão de Educação, Relator ad hoc: Senador Juvêncio da Fonseca.

19

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 66, DE 2006

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 66, de 2006 (nº 4.733/2004, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que *dá nova redação ao art. 894 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e à alínea b do inciso III do art. 3º da Lei nº 7.701, de 21 de dezembro de 1988* (dispõe sobre os embargos para o Tribunal Superior do Trabalho).

Parecer sob nº 23, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador José Agripino, favorável, com as Emendas nºs 1 a 3-CCJ, que apresenta.

20

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 80, DE 2006

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 80, de 2006 (nº 4.735/2004,

na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que *dá nova redação ao caput do art. 836 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, a fim de dispor sobre o depósito prévio em ação rescisória*.

Parecer sob nº 24, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador João Batista Motta, favorável, com as Emendas nºs 1 e 2-CCJ.

21

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 131, DE 1997

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 131, de 1997 (nº 573/97, na Câmara dos Deputados), que *aprova o texto do Acordo de Parceria e de Cooperação em Matéria de Segurança Pública, celebrado entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Francesa, em Brasília, em 12 de março de 1997*.

Pareceres sob nºs 143, de 1998; 1.603 e 1.604, de 2005, das Comissões

– de Relações Exteriores e Defesa Nacional, 1º pronunciamento, Relator: Senador Romeu Tuma, favorável, com voto contrário, em separado, da Senadora Benedita da Silva; 2º pronunciamento, Relator ad hoc: Senador Jefferson Peres, favorável; e

– de Constituição, Justiça e Cidadania (em audiência, por solicitação da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional), Relator: Senador Jefferson Peres, favorável.

22

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 227, DE 2006

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 227, de 2006, de iniciativa da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito dos Correios, que *altera dispositivos da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e 10.520, de 17 de julho de 2002, ampliando o âmbito de aplicação do pregão eletrônico e melhorando mecanismos de controle*.

23

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 26, DE 2000

(Tramitando em conjunto com o Projeto de Lei do Senado nº 685, de 1999)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 26, de 2000, de autoria do

Senador Paulo Hartung, que *altera a redação do § 1º do art. 6º da Lei nº 9.069, de 29 de junho de 1995, para definir que o Presidente do Banco Central comparecerá, pessoalmente, à Comissão de Assuntos Econômicos do Senado, para fazer relato sobre a execução da programação monetária que se finda e a exposição e entrega da Programação Monetária Trimestral.*

Pareceres sob nºs 1.816 e 1.817, de 2005, das Comissões

– de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Sérgio Machado, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo), que oferece, e pela rejeição do Projeto de Lei do Senado nº 685, de 1999, com o qual tramita em conjunto; e

– de Assuntos Econômicos, Relator: Senador Aloizio Mercadante, favorável ao Projeto, nos termos do parecer da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, com voto contrário, em separado, dos Senadores Heloísa Helena e Eduardo Suplicy.

24

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 685, DE 1999

(Tramitando em conjunto com o Projeto de Lei do Senado nº 26, de 2000)

Projeto de Lei do Senado nº 685, de 1999, da Comissão Parlamentar de Inquérito do Sistema Financeiro, que altera a redação do § 1º da art. 6º da Lei nº 9.069, de 29 de junho de 1995, que “*dispõe sobre o Plano Real, o Sistema Monetário Nacional, estabelece as regras e condições de emissão do Real e os critérios para conversão das obrigações para o Real, e dá outras providências*”.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Salgado de Oliveira. PMDB – MG) – Nesta minha Presidência rápida, nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão.

(Levanta-se a sessão às 19 horas e 33 minutos.)

DISCURSO PROFERIDO PELO SR. SENADOR ALOIZIO MERCADANTE NA SESSÃO DO DIA 03 DE ABRIL DE 2007, QUE ORA SE REPUBLICA PARA FAZER CONSTAR RETIFICAÇÕES EFETUADAS PELO ORADOR.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP. Pronuncia o seguinte discurso. Com revisão do orador.)

– Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, depois de ouvir tantas intervenções, ataques ao Governo de natureza, diria, distintas, mas em várias áreas, senti-me muito motivado a aprofundar este debate.

Uso da tribuna para responder, por exemplo, sobre a questão do crescimento econômico. Para o último trimestre do ano passado, a projeção do crescimento do PIB é de 4,1%. Vamos terminar este ano seguramente crescendo mais de 4,5%.

É verdade o que disseram aqui alguns Senadores, de que a nossa taxa de juros é a maior do mundo; mas é bem menor do que era no Governo anterior. A renda dos trabalhadores, a massa salarial, cresceu 8,8% nos últimos doze meses. Em poucos momentos da história do País, houve um crescimento real tão significativo da renda do trabalho, induzido, entre outros fatores, pelas políticas relativas ao salário mínimo, ao Bolsa-Família, bem como pela queda do custo de vida. Gostaria sinceramente de aprofundar essa discussão e mostrar uma visão alternativa, em outro momento.

Mas hoje subi à tribuna para falar de uma causa que acho mais complexa, mais profunda e mais preocupante. Quero tratar do Painel Intergovernamental de Mudanças Climáticas da ONU, que fala das consequências econômicas, sociais e ambientais do efeito estufa e que foi divulgado há poucos dias.

Quero chamar a atenção para o fato de que estamos diante de uma tragédia de dimensões bíblicas, uma tragédia que ameaça se abater sobre todos nós. Não se trata mais dos gafanhotos e da morte dos primogênitos. Trata-se de algo bem mais grave: o aquecimento global ocasionado pelo efeito estufa, praga criada pelo próprio homem.

O relatório do Painel Intergovernamental de Mudanças Climáticas da ONU, sobre as consequências econômicas, sociais e ambientais do efeito-estufa traça, de fato, um cenário sombrio. Conforme esse documento, elaborado por uma equipe de mais de dois mil respeitadíssimos cientistas, tais consequências serão severas. O derretimento das geleiras deverá produzir escassez de água em muitas regiões. Na nossa querida América do Sul, por exemplo, as geleiras dos Andes poderão desaparecer completamente em 15 anos – vou repetir, em 15 anos, poderemos assistir ao desaparecimento das geleiras dos Andes –, o que afetará profundamente toda a Região Norte do País e a Amazônia, que se beneficia da água que provém dessas geleiras. Grandes rios são abastecidos por essa dinâmica.

Além disso, no campo da saúde pública, o aumento da temperatura média deverá fazer crescer o número de casos de doenças tropicais, como a dengue – que, no meu Estado, está atacando violentamente este ano, neste outono de temperaturas que são as

maiores dos últimos cinquenta anos – e a malária, especialmente nas regiões mais quentes. O relatório adverte também que a agricultura das regiões tropicais deverá ser negativamente afetada pelas mudanças climáticas, ao passo que a agricultura das zonas temperadas poderá ser beneficiada. Para o Brasil, que tem muita competitividade na agricultura, essa é uma péssima notícia.

A Região Centro-Oeste poderá ter redução significativa de chuvas ao final deste século. Brasília poderá se converter na capital de um deserto. O pior é que a África, o continente mais pobre e conturbado do planeta, será a região mais afetada pelo efeito-estufa. Caprichosamente, o aquecimento global afetará de forma mais intensa os países pobres e frágeis, ameaçando tornar mais injusto ainda um mundo extremamente desigual.

A preocupação maior, contudo, é com a preservação da vida, da vida das nossas futuras gerações. Vida rara e frágil. Dois renomados cientistas, o paleontólogo Peter Ward e o astrofísico Donald Brownlee, publicaram, não faz muito tempo, um livro extremamente interessante: *Sós no Universo?* Nele, entre muitas informações preciosas, lembram os autores que a vida complexa multicelular só se desenvolveu na Terra devido à confluência de fatores muito raros no restante do Universo, entre os quais se destacam: um planeta de grande densidade situado à distância apropriada de uma estrela de tamanho médio e estável; a abundância de água; a temperatura oscilando entre extremos muito restritos que permitem vida; a presença de um grande planeta gasoso, Júpiter, que protege relativamente a Terra de grandes impactos de asteróides; e o fato de que o nosso sistema solar está na extremidade da Via Láctea, um lugar “cosmicamente” mais “tranquilo” que o seu interior. Por tudo isso, concluem os autores, o nosso planeta seria um local absolutamente privilegiado no Universo, um pequeno oásis num vastíssimo deserto.

Embora tenham sido acusados por alguns críticos de “provincianismo biológico”, Ward e Brownlee têm toda a razão quando enfatizam a fragilidade da vida multicelular. Com efeito, a análise da evolução da vida na Terra mostra claramente que, por pelo menos cinco vezes, ela esteve à beira da total extinção, quer por impactos de asteróides, quer por mudanças climáticas e ambientais severas. Contudo, a vida multicelular, mesmo com sua fragilidade intrínseca, conseguiu superar tudo.

Agora, todavia, a vida na Terra, essa jóia rara do Universo, parece estar enfrentando o seu mais difícil desafio: sobreviver ao impacto das atividades humanas. Em nossos dias, a maioria dos biólogos concorda que

estamos nos estágios iniciais de uma nova extinção em massa das espécies. Entre cientistas, há quem assegure que, mantidas as mesmas taxas de degradação da biosfera no início deste milênio, metade das espécies animais estará extinta em cem anos. Desta vez, porém, a culpa não recairá sobre as mudanças ambientais, naturais ou sobre os impactos cataclísmicos, mas será debitada ao terrível impacto que a nossa civilização industrial produz na biosfera.

Esse impacto, Sr. Presidente, é multifacetado. O seu efeito mais evidente e acelerado é a destruição dos ecossistemas. A maior parte dos países desenvolvidos conserva apenas uma pequena fração, entre 2% e 5%, de suas florestas e campos nativos. Mesmo em países em desenvolvimento, como o Brasil, o acentuado desmatamento e a ocupação desordenada do solo já comprometeram vastos ecossistemas. Da Mata Atlântica, por exemplo, um riquíssimo ecossistema que se estendia do Nordeste ao Sul do Brasil, só restam hoje 7% de sua área original.

A poluição das águas, do ar e do solo também é óbvia consequência da atividade humana na biosfera. Na cidade de São Paulo, na minha querida São Paulo, a visão melancólica dos rios Tietê e Pinheiros, cursos d'água outrora limpos e piscosos, é um triste e alarmante lembrete de quão destruidor o homem pode ser. O ar por vezes irrespirável de cidades como a do México, Cubatão, Pequim e a própria São Paulo representa, de igual modo, um alerta que não pode ser ignorado por mais tempo.

Há, ainda, outros efeitos negativos sobre o meio ambiente que, a despeito de serem menos evidentes, não são menos graves. Sem dúvida, o aquecimento global, ocasionado pela emissão descontrolada de gases poluentes na atmosfera, é o mais polêmico e preocupante. Embora alguns estudiosos ainda contestem esse fenômeno e sua relação com a civilização industrial, a maioria deles hoje concorda que o nosso planeta está ficando perigosamente mais quente. E apontam a razão: a mudança climática está claramente associada à emissão exagerada de gás carbônico e de outros gases que produzem o efeito estufa.

Cálculos aceitos pela maioria dos meteorologistas indicam que o clima da terra teria ficado mais quente em cerca de 0,7°C, nos últimos cem anos. Pode parecer pouco, mas essa elevação da média das temperaturas provoca instabilidades climáticas significativas, como incidências severas do fenômeno *El Niño*, secas prolongadas e furacões mais frequentes. Além disso, já se constata a elevação do nível do mar, algo em torno de 10 cm no século XX, ocasionada pelo progressivo derretimento das calotas polares e das geleiras, além do próprio aquecimento da água. Segundo alguns pes-

quisadores, até o final deste século poderemos ter verões sem gelo no Mar Ártico, o que levaria à extinção dos ursos polares e de outras espécies.

Tenho consciência, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, de que não são apenas esses animais os que correm risco de desaparecer. A própria espécie humana está ameaçada pelo aquecimento global. O mais dramático, todavia, é que as mudanças climáticas afetam mais fortemente a população dos países mais pobres. O relatório sobre “A Economia das Mudanças Climáticas”, de Nicolas Stern, ex-Economista-Chefe do Banco Mundial e comissionado do Tesouro Britânico, demonstra que, caso não sejam tomadas providências enérgicas e imediatas, a temperatura média mundial deverá subir em pelo menos 2°C até 2035, podendo chegar a 5°C nos próximos cem anos. O que isso significa? A resposta é estarrecedora: nosso planeta poderá experimentar, em apenas um século, mudança climática equivalente à verificada da última Idade do Gelo até os nossos dias. Para Stern, o custo econômico dessa mudança climática deverá ser de, no mínimo, 5% do PIB, já a partir deste ano, podendo mesmo atingir até 20% desse total.

O recente relatório do Painel Intergovernamental de Mudança Climática, entidade gerida, no âmbito da ONU, pela Organização Mundial de Meteorologia e pelo Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (Pnuma), demonstra, de forma incontestável, em sua primeira parte, que o progressivo aquecimento global verificado nos últimos cem anos decorre das atividades humanas. O documento informa que a concentração atual de dióxido de carbono na atmosfera supera em muito os valores registrados antes do advento da moderna civilização industrial. O mesmo pode ser dito em relação à concentração de metano, que é outro gás responsável pelo efeito estufa na atmosfera. Assim, para os estudiosos que elaboraram o relatório, já há, com as evidências recentemente coletadas, uma “quase certeza” de que o aquecimento verificado neste último século resulta, sim, da ação humana.

Não podemos nos omitir. O relatório da ONU traça, como já referimos, cenários sombrios. O mais otimista prevê uma elevação da temperatura média da Terra entre 1,1°C e 2,9°C até 2099; o mais pessimista prevê elevação entre 2,4°C e 6,4°C. Fiquemos, então, com esse cenário mais provável, justamente o que prevê o aumento da temperatura média da Terra entre 1,7°C e 4,4°C no período considerado, o que seria suficiente para devastar regiões imensas do planeta, prolongar secas e desertos, ampliar inundações em escala inimaginável, quebrar as colheitas, expandir a fome – especialmente, volto a insistir, nos países mais pobres –, derretimento progressivo de geleiras

e calotas polares e aumento de até 40 centímetros no nível dos oceanos.

No Brasil, estudos realizados com apoio do Ministério do Meio Ambiente demonstram que o aquecimento global ocasionará erosão de centenas de quilômetros de litoral, desaparecimento dos manguezais, aumento das secas e desertificação no Nordeste e inundações no Sudeste.

Há saída, felizmente. Pesquisadores calculam que investimentos anuais da ordem de apenas 1% do valor da produção mundial de bens e serviços poderiam reverter o aquecimento global. Ou seja, o custo do combate ao aquecimento global é cinco vezes menor do que o de se tentar conviver com ele.

Nesse sentido, vale ressaltar que já logramos desenvolver alguns instrumentos para combater o aquecimento global. A elaboração da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima, adotada na Conferência Rio-92 e que entrou em vigor em 1994, é a grande referência no assunto. Ainda mais importante foi a celebração do Protocolo de Kyoto, em 1997. Por meio dele, as nações industrializadas se comprometem a reduzir suas emissões de gás carbônico. Trata-se, evidentemente, de um tipo de compromisso que poderia dar grande contribuição à luta por um meio ambiente mais equilibrado. Contudo, a não-ratificação do protocolo por parte dos EUA, país responsável por cerca de 25% das emissões de gases-estufa, a dificuldade de outros grandes poluidores – como a China e a Rússia – de cumprirem as suas metas, além das emissões ocasionadas pelo desmatamento, impedem que esse valioso instrumento produza os efeitos desejados.

A recente reunião das Partes da Convenção, realizada em Nairóbi, terminou em anticlímax. Não se verificaram avanços significativos em termos de metas, mecanismos e compromissos concretos. O principal resultado da reunião, o único digno de nota, foi a promessa de reavaliação do Protocolo de Kyoto, a ser realizada em 2008, de modo a aferir-se o cumprimento de suas metas e dos mecanismos de sua implementação.

No entanto, foi positiva a participação brasileira na reunião. Nossa delegação apresentou proposta de criação de um fundo para estimular os países em desenvolvimento a reduzir, de forma voluntária, seus índices de desmatamento. Como esses países não são os maiores poluidores mundiais, fato reconhecido pelo Protocolo de Kyoto, não haveria compromisso com metas e prazos futuros, embora o Brasil tenha acenado com a possibilidade de se comprometer com metas concretas a partir de 2012.

Não obstante reconhecê-la como interessante, considero a proposta ainda tímida. Em primeiro lugar,

pela ausência de compromissos objetivos associados à utilização do fundo a ser criado. Em segundo, pela sua limitação intrínseca, já que seria destinado apenas à redução do desmatamento.

Sr. Presidente, hoje estamos aqui num final de sessão, esta é a primeira intervenção que faço lendo, sempre falo de improviso, mas fiz questão de trabalhar esse texto para registrar para a história as minhas profundas preocupações. Sei que ainda somos vozes solitárias. É um documentário aqui, uma conferência lá, um pronunciamento ou uma ação acolá, mas, quanto mais avançar o tempo, maior será a consciência dos homens de que não podemos continuar na direção em que estamos.

Acho que este Congresso Nacional não pode tratar isso apenas como advertência. Por isso me dediquei sobre esse tema e estou apresentando uma proposta, uma proposta concreta. Sei que levarei muitos anos para convencer outros Parlamentares, outros Parlamentos, autoridades internacionais no sentido de dar uma resposta eficaz ao problema da mudança de clima, mas vou apresentar, pela primeira vez, a este Plenário a minha proposta.

Sr. Presidente, o que proponho é o Fundo Ambiental Mundial (FMA), de caráter abrangente e universal, para financiar programas, projetos e ações de toda natureza para enfrentar o imenso desafio de conciliar crescimento econômico com meio ambiente equilibrado. Por tudo o que foi dito, sinto-me honrado em apresentar ao Plenário, neste momento, uma síntese da Indicação de minha autoria, que sugere à Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional, presidida pelo nobre Senador Heráclito Fortes, e à Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, bem como à Comissão de Assuntos Econômicos, procederem a estudos sobre a criação de um Fundo Mundial Ambiental.

O que proponho – o Senador Heráclito tem tido também uma participação grande em conferências parlamentares internacionais – é a criação, com o aval da ONU e da Organização Mundial do Comércio, desse Fundo, que seria constituído de receitas oriundas da cobrança da taxa de 1% sobre as importações em nível global. Nós taxaríamos em 1% as importações mundiais. Cada país taxaria em 1% as suas importações. Esse Fundo teria a finalidade de financiar a promoção do desenvolvimento sustentável, o que pressupõe, por definição, zelo pelo equilíbrio ambiental e o combate ao efeito estufa.

Sugiro, ainda, que a aplicação dos recursos se faça a partir de decisões locais, que sua distribuição envolva tratamento diferenciado para países em desenvolvimento, e a arrecadação discrimine taxas com

base no impacto ambiental dos produtos sobre os quais recaia. Coerentemente, nada mais natural que bens ambientalmente “limpos” não sejam taxados. Ou seja, 1% na média, taxando os produtos que têm maior impacto ambiental com alíquotas maiores e zerando os bens que são ecologicamente sustentáveis.

Não tenho a ingenuidade de supor que essa idéia não vá sofrer resistências, especialmente de países que importam em grande volume e têm pouco ou nenhum compromisso com a causa ambiental. Apesar disso, vale a pena lutar por uma causa dessa magnitude. O que está em jogo é a vida, a nossa existência e a do planeta que nos abriga. Se isso não for “combater o bom combate”, o que mais será?

Caso esse projeto se materialize plenamente, o montante atual de recursos que poderiam entrar nesse Fundo Mundial Ambiental seria da ordem de US\$100 bilhões. Repito: poderíamos arrecadar, anualmente, US\$100 bilhões, taxando apenas 1% das importações, dando uma resposta imediata e eficiente ao efeito estufa. Hoje está sendo publicado um relatório das suas consequências, que são absolutamente devastadoras para nossa região.

Volto a dizer: em 15 anos, as geleiras dos Andes poderão desaparecer. Portanto, a água que abastece toda a oeste da região amazônica poderá ficar comprometida. O Nordeste poderá se desertificar, o Centro-Oeste também, e regiões do Sul e Sudeste sofrerão com grandes inundações. A capacidade de produção agrícola do País deverá ficar totalmente fragilizada e comprometida.

O que é 1% das importações? Não tem nenhum impacto sobre o consumo, não acelera a inflação, não prejudica o crescimento econômico e seria uma resposta eficaz para que nós, com essa arrecadação, pudéssemos, inclusive, constituir uma agência internacional capaz de responder globalmente ao problema do efeito estufa.

Temos a Organização Mundial da Saúde (OMS), temos a Organização Internacional do Trabalho (OIT), temos o Banco Mundial, o FMI (Fundo Monetário Internacional). Temos de apoiar a proposta da diplomacia francesa: constituir uma agência internacional de desenvolvimento e meio ambiente para não perder o conceito que criamos na Rio-92. E essa agência seria financiada por esse fundo. O Brasil teria, assim, uma receita de aproximadamente R\$1 bilhão por ano para fazer frente a um amplo programa de combate ao efeito estufa.

Quero concluir, Sr. Presidente, dizendo que o Brasil tem todas as condições para apresentar essa corajosa e ousada idéia. Afinal, trata-se de um País detentor de um das maiores biodiversidades do planeta, de matriz energética limpa – assentada em hidrelétricas

e em outras fontes renováveis, como o álcool combustível e, agora, o biodiesel – e que se esforça voluntariamente para reduzir seus níveis de desmatamento, especialmente na região amazônica. A propósito, vale destacar a informação do Ministério do Meio Ambiente, com dados produzidos pelo Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe), que mostra queda de 52% na taxa de desmatamento da Amazônia, comparando-se o período 2004-2005 e a estimativa para o período 2005-2006. Porém, a área desmatada referente ao período entre 1º de agosto de 2005 e 31 de julho de 2006 foi de 13.100 km², número ainda preocupante. Daí a necessidade de medidas ainda mais eficazes.

Gostaria de enfatizar que não compartilho do neomalthusianismo que afeta parte do movimento ambientalista mundial. No meu entendimento, a questão ambiental não pode ser usada, direta ou indiretamente, para limitar o desenvolvimento dos países mais pobres. Por isso, na Indicação que apresento, a questão ambiental aparece indissolivelmente ligada ao crescimento econômico e ao desenvolvimento social. Mesmo porque crescimento econômico, desenvolvimento social e meio ambiente equilibrado convergem para o mesmo ponto – qualidade de vida para todos.

Portanto, Sr. Presidente, não compartilho desse fundamentalismo ambiental de gente que combate todas as formas de produção de energia, mas que não quer voltar a viver com lamparina, habitam gabinetes e utilizam o gás néon. Precisamos de um desenvolvimento ambientalmente saudável, equilibrado. Por isso a proposta dessa Agência Mundial para combater o efeito estufa e desse Fundo Mundial Ambiental, financiado com 1% do valor das importações.

Por último, reitero a minha convicção de que o Senado Federal tem toda a legitimidade para apresentar uma proposta como a que anuncio agora. Por ser a representação máxima da Federação brasileira, esta Casa procura estar atenta às grandes questões que envolvem a Nação. O tema ambiental adquire tal dimensão em nossos dias que não pode mais ficar restrito a pequenos círculos e, muito menos, aos interesses particulares deste ou daquele país.

Ao pedir ao Senado da República que examine e discuta a Indicação de minha iniciativa, estou convencido da absoluta prevalência entre nós do espírito que a todos nos une em defesa da vida, do desenvolvimento sustentável e do convívio harmonioso com a natureza. Ao fazê-lo, Sr. Presidente, sinto esta Casa materializar a insuperável síntese da atividade política que a grande pensadora Hannah Arendt nos legou: fazer política é um ato de amor pela Humanidade. Eis o que nos engrandece, dignifica, eleva e humaniza.

Muito obrigado.

DISCURSO PROFERIDO PELO SR. SENADOR ALOIZIO MERCADANTE NA SESSÃO DO DIA 04 DE ABRIL DE 2007, QUE ORA SE REPUBLICA PARA FAZER CONSTAR RETIFICAÇÕES EFETUADAS PELO ORADOR.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP. Pronuncia o seguinte discurso. Com revisão do orador.) – Agradeço, Sr. Presidente, a iniciativa e a atitude.

A minha percepção é de que há determinados fenômenos na História a que a ciência se antecipa. E, hoje, os cientistas e pesquisadores, Senador Gerson Camata, têm uma grande convergência ao identificar que esse processo de mudança do clima, expresso no fenômeno do efeito estufa, é um desdobramento da ação do ser humano.

A curva de aceleração da temperatura na Terra começa exatamente na Revolução Industrial; começa no final do século XVIII e vai-se acelerando à medida que a industrialização, o progresso, toda essa atividade intensiva de consumo de energia, dependente do petróleo, que leva a grandes emissões de gás carbônico, vai evoluindo.

Estou absolutamente convencido disso. O relatório do grupo de trabalho sobre as evidências físicas do aquecimento global do Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC, em seu acrônimo inglês) da ONU demonstra que, no último século, houve um aumento da temperatura média da Terra de 0,7°C e que estamos numa trajetória da aceleração desse processo de aquecimento. Já o relatório do segundo grupo de trabalho do IPCC, que saiu esta semana e ainda não teve repercussão nos meios de comunicação, parlamentos e governos, mostra, de forma mais eloquente, a gravidade do que se prenuncia.

Dois mil cientistas ligados à Organização das Nações Unidas, ao Programa Mundial para o Meio Ambiente, projetam, por exemplo, que nos próximos 15 anos as geleiras dos Andes desaparecerão e que, portanto, todo o sistema hídrico da Amazônia Ocidental poderá estar comprometido, fragilizado e prejudicado. Além disso, projetam que teremos a desertificação de regiões semi-áridas, como o Nordeste, e a elevação rápida da temperatura, que trará seqüelas devastadoras sobre a agricultura e epidemias como dengue e malária. Já estamos vendo os sintomas desse processo em andamento.

Portanto, esses estudos do IPCC, bem como outros igualmente sérios e consistentes, que mostram os efeitos do aquecimento global sobre a humanidade, e sobre as diversas formas de vida, neste próximo período, exigem – eu diria – uma resposta imediata e muito

mais firme por parte das autoridades e dos governos do que a que temos tido.

Não compartilho com uma tendência de alguns países desenvolvidos, especialmente dos Estados Unidos, que sequer ratificaram o Protocolo de Kyoto até o presente momento. É triste observar que o país que tem a maior responsabilidade pela emissão dos gases e do efeito estufa, 25% das emissões, não aderiu, até o momento, a esse esforço global.

Mas, apesar disso, temos de ter uma atitude positiva e firme. Gostaria de lembrar que toda essa consciência ambiental nasceu na Rio-92, no Brasil. Por isso, o Brasil tem de ser uma liderança na defesa da vida, da biodiversidade e do patrimônio ambiental no combate ao efeito estufa. Reunimos todas as condições para tanto. Temos uma matriz energética limpa, com predomínio da energia hidroelétrica; temos, agora, os biocombustíveis, o etanol, o HBio, que modificam para melhor a matriz energética e substituem uma matéria-prima que vai faltar: o petróleo.

Os Estados Unidos já fizeram cinco milhões de perfurações em busca de petróleo. Para que tenham uma idéia do que representa esse número, lembro que o Brasil só fez 23 mil – e eles só têm petróleo para mais seis anos. A Europa praticamente não tem mais reservas estratégicas a não ser um resto no Mar do Norte. Nós ainda temos reservas disponíveis na região. Países como Venezuela, Equador e Peru ainda têm reservas estratégicas abundantes.

Além da escassez do petróleo, da crise dessa matriz energética, o desafio do efeito estufa deve nos levar a mudar mais rapidamente a matriz energética, buscar fontes alternativas e fazer um grande esforço em prol da despoluição. O nosso automóvel bicom bustível é uma forma de resposta da evolução da ciência e da tecnologia, mas temos de ir além.

Não podemos negar que a queimada da floresta é uma importante contribuição ao efeito estufa, porque, quando queimada, a árvore libera dióxido de carbono, e isso tem um impacto forte.

Voltarei à tribuna na próxima semana para falar que, embora os países ricos estejam identificando um problema relevante, as queimadas, alguns deles se omitem de sua responsabilidade maior – faço essa advertência.

Penso que a União Européia tem tido uma atitude diferente. Ela já projeta a antecipação de Kyoto: quer reduzir em 20% a emissão de gás carbono, podendo chegar a 30%, dependendo da atitude dos demais países. Entretanto, quando identificam o problema das florestas tropicais, debitam aos países em desenvolvimento, especialmente da região amazônica, uma responsabilidade que temos e outra que jamais tivemos.

Se formos realmente contabilizar a contribuição, mesmo das florestas, deveremos lembrar que a Europa só tem 0,03% da cobertura da floresta originária preservada, enquanto nós temos 64% das nossas florestas preservadas.

Portanto, mesmo nessa contabilidade – e temos de analisar esse processo ao longo da história –, nossa responsabilidade é muito menor do que aquela que tentam nos imputar.

Sr. Presidente, foram poucos os jornais que deram destaque ao relatório de abril sobre as consequências do efeito estufa e menos ainda os meios de comunicação que estão, de fato, procurando aprofundar as respostas diante dessa questão.

Apresentei uma Indicação neste Senado – tenho certeza de que será uma campanha muito longa para avançar na direção do que estou sugerindo –, na qual proponho que a diplomacia brasileira apóie a iniciativa francesa de criar uma agência mundial, a exemplo do que é o Fundo Monetário Internacional.

O FMI nasceu num período de crise depois da Segunda Guerra Mundial, conflito causado, em grande medida, pelo Tratado de Versailles, feito após a Primeira Guerra Mundial, o qual criou um injusto imposto de reparação dos danos de guerra cobrado da Alemanha que desmontou a economia daquele país, levando à hiperinflação, ao revanchismo e ao nacionalismo. Quando terminou a Segunda Guerra Mundial, o mundo não queria viver a experiência da Primeira.

Então, o Plano Marshall, a recuperação da Europa, o programa de busca do desenvolvimento das nações em desenvolvimento, a criação da Cepal na América Latina, a criação do Banco Mundial, a criação do Fundo Monetário Internacional surgem na perspectiva de um mundo que procurava a paz e que vinha de duas grandes guerras, de duas grandes tragédias humanitárias.

Ora, é na crise que se criam as instituições inovadoras, que têm o papel de buscar soluções para os grandes problemas e que, por isso mesmo, são legítimas e longevas.

Essa crise ambiental, que já não é mais um problema dos pequenos núcleos ambientalistas, não poderá ser enfrentada com esse grau de omissão e nem com uma visão ambiental fundamentalista. De fato, há ambientalistas, especialmente nos países desenvolvidos, que não pensam no desenvolvimento, não entendem que é preciso buscar novas formas de gerar energia para os países que precisam desenvolver-se.

Essa crise é sistêmica. O efeito estufa é o fenômeno-síntese que coloca em questão o padrão de consumo e de desenvolvimento e a matriz energética. Temos de criar, por conseguinte, uma agência de de-

senvolvimento sustentável e de meio ambiente – não só de meio ambiente –, não podemos perder a conquista conceitual da Rio-92. O Brasil deveria estimular a constituição imediata da agência e liderar esse movimento ambientalista mundial, não só com a matriz energética, mas também assumindo o compromisso de preservação da região amazônica.

Em 2005 e 2006, reduzimos em 50% o desmatamento que vínhamos tendo, houve uma mudança de qualidade na política de preservação da Amazônia. A Amazônia corresponde a 16% da biodiversidade do planeta, mas tem 23 milhões de pessoas que ali vivem. Não teremos uma resposta eficaz, se não houver, por parte dessa agência mundial, políticas de compensação, políticas de estímulo, que permitam às populações carentes dos países em desenvolvimento a compensação pela responsabilidade do patrimônio ambiental.

Isso vale para a África, que será o continente mais devastado pelo efeito estufa. A África, que foi já depauperada, degradada, destruída pela escravidão e pelo colonialismo, mais uma vez na história é o continente mais ameaçado por esse novo fenômeno.

Mas o Brasil tem de liderar o movimento. E nossa liderança deveria ser o apoio à constituição do Fundo Mundial Ambiental (FMA), proposta de minha autoria. Esse Fundo seria constituído por 1% dos impostos sobre as importações. Isso significa uma arrecadação potencial anual de US\$100 bilhões para financiar essa agência. O Brasil teria US\$1 bilhão/ano, Senador Sibá Machado, para fazermos um grande programa de proteção à Amazônia.

Como a Ministra Marina Silva defendeu recentemente nas negociações internacionais, esse Fundo deveria ter o critério de premiar os países que realmente estabelecem metas de preservação ambiental e as cumprem, países que colocam essa agenda como prioritária da humanidade.

Termino olhando para a história da vida neste planeta, que reúne condições únicas para a vida, como os extremos climáticos muito próximos e a abundância de água e oxigênio. A história da vida é muito frágil, e a história do ser humano é muito recente, e já ocorreram cinco vezes no passado deste planeta eventos de quase extinção das formas de vida.

O SR. PRESIDENTE (Gerson Camata. PMDB – ES) – V. Ex^a ainda dispõe de cinco minutos.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP) – Agradeço a tolerância da Mesa.

Tenho certeza de que poderemos liderar esse movimento. Inclusive, o Mercosul deveria sair à frente, criando esse imposto e o Fundo do Mercosul para a Preservação do Meio Ambiente. E deveríamos propugnar, na Organização Mundial do Comércio e outras entidades internacionais, esse imposto de 1% sobre as importações, com alíquotas mais altas para os produtos que contribuem para o efeito estufa, como os derivados do petróleo, e isenção para os produtos ecologicamente sustentáveis. Com 1% sobre as importações, não há inflação no mundo, não há prejuízo ao consumo, não há instabilidade macroeconômica. Ao contrário, estaríamos gerando um fundo anual de US\$100 bilhões para nos antecipar a essa trajetória, a essa marcha de insensatez, que é o que o efeito estufa projeta para a humanidade.

Sr. Presidente, antes de dar o aparte ao Senador Sibá Machado, quero dizer que propus um voto de louvor a Al Gore, que ganhou o prêmio Oscar pelo documentário “Uma Verdade Inconveniente”, uma extraordinária contribuição, que recomendo a todos que o assistam.

Agradeço à Comissão do Meio Ambiente, que aprovou meu voto.

Entrei em contato com o Embaixador do Brasil em Washington, solicitando contato com Al Gore, para que ele venha ao Senado Federal e possamos fazer uma discussão sobre esses temas. No passado, Al Gore fez afirmações inaceitáveis sobre a Amazônia, mas hoje contribui para essa reflexão planetária, para a discussão sobre o efeito estufa, e gostaria que ele viesse ao Senado Federal, para que a Casa tenha, nesse tema, nessa agenda, uma das suas preocupações.

Tenho certeza de que tudo o que fizemos nessa direção as futuras gerações reconhecerão e agradecerão. A ciência já adverte para a tragédia que se prenuncia. Os homens públicos não têm mais o direito de não olhar para a história com uma generosidade e um compromisso com as gerações que aí estão e que virão.

Concedo um aparte ao Senador Sibá Machado.

O Sr. Sibá Machado (Bloco/PT – AC) – Senador Aloizio Mercadante, em primeiro lugar, quero parabenizá-lo pela idéia do Fundo. Na semana passada, a Comissão do Meio Ambiente votou um projeto do Senador Tião Viana, que tive o prazer de relatar, que dispõe sobre a possibilidade de imputar o custo ambiental nas licitações públicas, tanto do Governo Federal quanto dos Estados e dos Municípios. Muitas das empresas que concorrem nas licitações públicas apresentam cri-

térios de qualidade, tempo e preço menor, mas não é interessante para empresa alguma especificar o custo ambiental, porque não há quem pague por ele. Debate-se, há algum tempo, como criarmos ambientes no Brasil em que essa situação seja colocada no custo dos investimentos, para que fique mais agradável também do ponto de vista econômico, porque, na concorrência das empresas, o custo ambiental, não sendo pago por ninguém, não será interessante para ela, porque ela irá perder competitividade. Então, o Projeto pareceu-me oportuno para o momento. A sugestão feita por V. Ex^a sobre o Fundo Mundial, parece-me, está na linha de que há um custo ambiental também, porque é necessário que se renuncie a algumas aptidões de desenvolvimento econômico e amplie outras, exigindo uma fonte financeira. Não há nenhuma instituição financeira no mundo, hoje, que tenha de fato e de direito essa preocupação. Acho que, realmente, o dever de casa deve ser posto. Quem sabe possamos procurar as instituições, pelo menos as instituições financeiras públicas do Brasil, para levar uma idéia como essa adiante. Ou seja, como poderíamos solicitar que essas empresas – Banco do Brasil, Caixa Econômica, BNDES e tantas outras – já comecem a fazer o dever de casa de fato e de direito. Quando falamos da Amazônia e aparece o assunto relacionado a empresas no mundo afora que querem vir para o Brasil, ou de alguma autoridade internacional que trata desse assunto, ele é tratado de maneira até xenófoba. Não discuto o direito brasileiro de brigar pela propriedade da Amazônia, mas a Amazônia vai além do Brasil. São vários países que compõem a Grande Amazônia. Uma saída apenas pelo Brasil não terá sucesso. É preciso que se tomem esses cuidados. Há empresas entrando nas florestas do Peru, da Bolívia e de todos os países que compõem a Grande Amazônia. A saída precisa ser coletiva mesmo. Então, é muito importante que V. Ex^a fale do Mercosul, e o passo precisa ser dado. Acho que temos de aproveitar o momento e o ambiente e não fazer terrorismo. Vou encerrar, dizendo que, em 1994, acompanhei pela televisão quando um cometa colidiu com Júpiter. Logo em seguida, criou-se um ambiente no mundo inteiro; pesquisadores chegaram a dizer – e saiu nos telejornais brasileiros – que havia mais de mil possibilidades de que asteróides ou corpos celestes que vagam no espaço colidissem com o planeta. Alguns chegaram a dizer que havia um com possibilidade de, em trinta anos, destruir a vida na terra. Criou-se uma onda de terror, em 1994, por uma semana e meia. Então parece que o que está acontecendo com o relatório da

ONU é uma onda de terror em relação à questão ambiental. Parece que não é o caso, porque agora existe uma comunidade científica do mundo que subscreve o relatório e diz que o perigo do aquecimento é iminente. Portanto, a idéia de V. Ex^a vem a calhar, e acho que o Senado Federal tem de fazer um esforço total para que levemos avante uma idéia como esta do Fundo que quero chamar agora de Fundo de Financiamento do Custo Ambiental dos Empreendimentos.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT–SP)

– Senador Sibá, como eu passei praticamente toda a minha vida na universidade, e a Economia é uma ciência um tanto quanto árida, exigente, que trabalha com métodos quantitativos, que procura construir respostas de como alocar recursos escassos, eu sou muito pouco afeito ao impressionismo, especialmente nesta área. No entanto, quando a ONU, com dois mil cientistas, converge para projeção de cenários e na área acadêmica vai se construindo um consenso, uma grande convergência de que, efetivamente, é o efeito estufa antropogênico, a emissão de gases poluentes, que está aquecendo o planeta e que todo o acompanhamento de evolução da temperatura reforça essa tendência; e quando os primeiros indícios desse processo (0,7C° de aumento da temperatura média da Terra nos últimos 100 anos) já estão presentes e são inquestionáveis, e a curva de aceleração desse aquecimento é muito inclinada, a velocidade do processo é muito rápida, e parte do que já foi feito é irreversível, nós precisamos nos antecipar.

A vanguarda na política foi fundamental na democracia, na luta das esquerdas, nas grandes transformações. Poderá também ser fundamental na luta contra o aquecimento global. Penso que nós, no Brasil, temos a possibilidade de assumir a liderança desse movimento. Por quê? Porque nos chamamos de brasileiros. Brasileiros eram aqueles que vinham para cá se apropriar da Mata Atlântica, levar o pau-brasil. Nós nos autodenominamos como aqueles que vieram para degradar a natureza, para saquear a natureza.

Os brasileiros eram os expropriadores de pau-brasil. No entanto, esse sentido de brasileiro, ao longo da cultura, da História, de 507 anos de descobrimento, transformou-se. O brasileiro é, hoje em dia, um dos povos que mais apreço tem à natureza. Lazer, no Brasil, significa ir para o mar, tomar banho de cachoeira, ir pescar, ir dar uma volta na mata. Quer dizer, a natureza é, para nós um bem essencial. Parte da nossa alegria, da nossa forma de ser é porque somos privilegiados com essa exuberante natureza. Somos um país com

uma diversidade climática, com ecossistemas absolutamente distintos e ricos. Só que, da mata atlântica, só sobrou 7%.

Acho que, nesse momento da História, podemos liderar, liderar na mudança da matriz energética, liderar numa atitude responsável, definitivamente uma resposta à comunidade internacional no que se refere a um projeto de desenvolvimento sustentável da região amazônica.

O movimento ambientalista criou uma máxima que era “pensar globalmente e agir localmente”. Ainda é assim, mas nós temos de agir globalmente.

A proposta que eu trago é de criar, repito, um fundo mundial do meio ambiente para combater o efeito estufa, com 1% do valor das importações. Como eu já disse e reforço, o impacto macroeconômico é residual. O que é substituído em importações é produzido aqui, estimulando a produção. Não traz inflação, não traz prejuízo ao consumo, é uma coisa absolutamente incompatível com a racionalidade macroeconômica, mas gera um fundo mundial de US\$100 bilhões/ano; para o Brasil US\$1 bilhão/ano. Só que nós podemos começar imediatamente. O Mercosul pode levantar essa bandeira, pode fazer essa mudança, a tarifa externa comum permite esse ajuste e nós levaremos à Organização Mundial do Comércio e outras instituições a disputa desses valores.

Termo, dizendo algumas palavras sobre o Fundo Monetário Internacional. Cento e setenta países hoje são sócios do FMI. É certo que o FMI perdeu parte das suas funções, mas ainda é uma instituição para socorrer economias em crises, para estabelecer políticas de compensação monetária. Ele nasceu exatamente, como já disse, para preservar a paz e não repetir os erros da Primeira Guerra, ao término da Segunda Guerra Mundial.

Nesta crise ambiental dramática, temos que pensar uma instituição multilateral global, uma agência semelhante ao FMI, que é a proposta da diplomacia francesa.

Já fiz esse apelo ao Chanceler Celso Amorim. Estive em Bruxelas recentemente defendendo essas idéias. Vou, em todas as oportunidades internacionais, levantar a bandeira de constituição desse fundo mundial e de financiamento dessa agência. Acho que o Brasil deveria ser ousado, porque, hoje, essa é uma questão que diz respeito a todos neste Planeta, a todas as forças políticas. Enfim, é uma questão da sociedade civil, da Academia, das lideranças, dos homens públicos e

acho que o Brasil deve liderar, ter iniciativa, ter ousadia e dar respostas consistentes e viáveis.

Senador Eduardo Suplicy.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Senador Aloizio Mercadante, acho importante a iniciativa de V. Ex^a em estar provendo recursos para a finalidade de nos precavermos diante das dificuldades que nós mesmos poderemos acarretar como seres humanos em nossas ações de industrialização, de modernização. Se nós não tomarmos cuidado, isso poderá provocar males ao meio ambiente e ao clima, e é importante que estejamos conscientes disso. Avalio como importante a iniciativa de V. Ex^a, como também a do Senador Fernando Collor, de convidar o ex-Senador e ex-Vice-Presidente americano Al Gore. Tive oportunidade de assistir ao filme “Uma Verdade Inconveniente” e considero que se trata de um filme muito didático para que as pessoas se conscientizem desse problema. Quem sabe possamos tê-lo aqui no Senado Federal. Gostaria até de sugerir que, por ocasião de um eventual debate com a presença dele, quem sabe, possamos convidar para assistir e enriquecer o nosso diálogo alguns dos grandes cientistas brasileiros. Recentemente o Professor Aziz Ab’Saber fez algumas observações a respeito do filme “Uma Verdade Inconveniente”...

(Interrupção do som.)

O SR. PRESIDENTE (Almeida Lima. PMDB – SE) – Nobre Senador Eduardo Suplicy, vamos conceder mais dois minutos ao orador. Solicito a V. Ex^a que conclua seu aparte, por gentileza.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Quem sabe pudéssemos ter aqui um diálogo altamente esclarecedor para todos nós!

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP) – Senador Suplicy, meu convite ao ex-Senador e ex-Vice-Presidente da República Al Gore, que está sendo encaminhado pela embaixada do Brasil em Washington, seria uma iniciativa do Senado, porque aprovamos este convite. Aprovei também moção de louvor ao trabalho do documentário “Uma Verdade Inconveniente”, que também é uma iniciativa da Unesco do Brasil. Acordei com o embaixador que também fizesse esse convite, para articularmos um movimento que contasse com participação de acadêmicos, de cientistas, de intelectuais, de interessados e de entidades da sociedade civil.

Precisamos de propostas viáveis e concretas, como esta que imputo fundamental, da diplomacia francesa, de criar uma agência global em substituição ao Pnuma, semelhante ao FMI, e de um fundo mun-

dial, que proponho, com a taxação das importações em 1%.

Senador Tião Viana, antes de concluir, concedo-lhe um aparte.

O Sr. Tião Viana (Bloco/PT – AC) – Senador Mercadante, serei muito breve. Quero apenas reconhecer a importância da manifestação legislativa de V. Ex^a, que fala com muita autoridade sobre o tema; que fala com uma responsabilidade política enorme e com visão de mundo atual. Quero dizer da minha solidariedade imediata aos argumentos de V. Ex^a e fazer-lhe um apelo: que V. Ex^a também me apóie em matéria legislativa de minha autoria, sobre compras públicas sustentáveis. Matéria que já foi aprovada na Comissão de Meio Ambiente, está na CCJ e diz respeito ao PIB brasileiro: 30% dos recursos do PIB são transferidos para compras governamentais.

Essa matéria precisa ser aprovada, porque ela pressupõe a responsabilidade ambiental das empresas. O Reino Unido fez isso, há dois anos, o que representou uma extraordinária contribuição à participação da sociedade em política de sustentabilidade. Parabéns pelo pronunciamento de V. Ex^a!

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP) – Seguramente, estudarei com muita atenção a matéria. Mas, de antemão...

(Interrupção do som.)

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP) – ...expresso minha simpatia por essa iniciativa relevante.

Devemos estimular nos Parlamentares a criatividade, a competência e a vocação. Cada um de nós traz uma história e uma competência específica, para formularmos políticas concretas, mas, insisto, não apenas para a nossa sociedade, ainda que fundamentalmente para ela; devemos pensar além das nossas fronteiras: são necessários instrumentos globais para fazer frente a esse processo. Observo, na construção dessa agência, o desenvolvimento do meio ambiente; e, no Fundo Mundial Ambiental, uma resposta, eu diria, decisiva, por meio da nossa atuação nos fóruns parlamentares e nas instituições multilaterais, para dar uma resposta eficiente ao problema do aquecimento global.

Senador Heráclito Fortes.

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – Senador Mercadante, eu vinha ouvindo, pelo rádio do carro que me trazia ao Senado, o pronunciamento de V. Ex^a. Quero parabenizá-lo por juntar-se à iniciativa...

(Interrupção do som.)

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – ... pioneira do Senador Collor de convidar o ex-Vice-Presidente Al Gore para comparecer a esta Casa. O Senador Collor, colega de V. Ex^a e membro da Base de apoio ao Governo, hoje preside uma subcomissão que faz parte da Comissão de Relações Exteriores, da qual V. Ex^a também faz parte. Penso que poderíamos inclusive transformar esse convite numa iniciativa única do Senado Federal. Seria uma maneira, inclusive, de dar mais força a esta presença. O Senador Fernando Collor está mantendo contato, por meio da Comissão, e esperamos que, o mais breve possível, essa visita se realize, para que possamos tratar com objetividade esse assunto, que hoje faz parte da pauta de discussão de qualquer país civilizado. Parabéns a V. Ex^a.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP) – Senador Heráclito, fiz o convite ao ex-Vice-Presidente Al Gore tanto por meio da Unesco, que está fazendo o mesmo convite, quanto por intermédio de convite já aprovado no Senado.

Mencionei também, nesse contato, o interesse do Brasil sediar a Rio 92 + 20 ("+ 20" significa que o evento se daria 2012, vinte anos após aquela conferência), a qual se constituiria o balanço do que foi todo esse esforço do desenvolvimento econômico sustentável. Mencionei, também, o interesse do Senado Federal em recebê-lo para uma audiência. Porém, mais do que uma audiência com uma personalidade relevante, precisamos de propostas concretas. O que trago a esta Casa é uma iniciativa concreta: a constituição de um fundo mundial do meio ambiente, com a criação de uma agência internacional. E poderíamos, com apenas 1% das importações, criar um fundo de US\$100 bilhões.

Seguramente, não haveria contribuição mais relevante para se preservar a vida neste momento da história da humanidade do que reverter o incremento do efeito-estufa, o que significa manter e antecipar os compromissos do Protocolo de Kyoto. Mas devemos criar fundos de financiamento para isso, especialmente para compensar as populações que seriam diretamente atingidas pela renúncia de determinadas atividades ou de potencialidades econômicas.

Assim sendo, termino meu pronunciamento, agradecendo a generosidade de V. Ex^a pelo tempo concedido, com a certeza de que este é um debate essencial ao nosso Parlamento e ao nosso País.

Muito obrigado.

**ATA DA 30ª SESSÃO DELIBERATIVA ORDINÁRIA, REALIZADA EM 20 DE
MARÇO DE 2007**

(Publicada no Diário do Senado Federal de 21 de março⁹ de 2007)

RETIFICAÇÕES

No Sumário da Ata, à página nº 05834, 1ª coluna, **Item 1.2.12 – Leitura de projetos**, na autoria do Projeto de Lei do Senado nº 122, de 2007, que concede anistia a policiais militares da Polícia Militar do Estado do Rio Grande do Norte,

Onde se lê:

Senador Garibaldi Alves Filho.

Leia-se:

Senador Garibaldi Alves Filho, Senadora Rosalba Ciarlini e Senador José Agripino.

.....

À página nº 05989, 2ª coluna, no Projeto de Lei do Senado nº 122, de 2007, que concede anistia a policiais militares da Polícia Militar do Estado do Rio Grande do Norte,

Onde se lê:

Sala das Sessões, 20 de março⁹ de 2007. - Senador Garibaldi Alves Filho.

Leia-se:

Sala das Sessões, 20 de março⁹ de 2007. - Senador Garibaldi Alves Filho, Senadora Rosalba Ciarlini e Senador José Agripino.

Agenda do Presidente do Senado Federal**10/04/2007****terça-feira**

-
- 11:00** - **Sessão solene de abertura da X Marcha a Brasília em Defesa dos Municípios, organizada pela Confederação Nacional de Municípios**
Hotel Blue Tree Park
- 16:00** - **Ministro Miguel Jorge, Ministro de Estado do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior**
Sala de Audiências da Presidência do Senado Federal
- 16:00** - **Ordem do Dia - Sessão Deliberativa - pauta sobrestada**
Plenário do Senado Federal

Emendas apresentadas perante a Comissão Mista destinada a examinar e emitir parecer sobre a Medida Provisória nº 362, adotada em 29 de março de 2007 e publicada no dia 30 de março de 2007, que " Dispõe sobre o salário mínimo a partir de 1º de abril de 2007." :

CONGRESSISTAS	EMENDA NºS
Deputado Arnaldo Faria de Sá	001 e 007
Deputado Dr. Ubiali	011 e 012
Deputado Eduardo Lopes	014
Deputado Eduardo Barbosa	013
Deputado Felipe Maia	009
Deputado Fernando Coelho	015
Deputado Fernando Coruja e outros	002 e 003
Deputada Luciana Genro	004
Deputado Marco Maia	010
Deputado Mauro Nazif	017
Deputado Márcio França	016
Deputado Onyx Lorenzoni	005
Deputado Otavio Leite	019
Senador Papaléo Paes	006
Deputado Rogério Marinho	018
Deputada Solange Amaral	008

SSACM**Total de Emendas: 19**

MPV - 362

00001

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data 03/04/2007	proposição Medida Provisória nº 362, de 2007			
autor DEPUTADO FEDERAL ARNALDO FARIA DE SÁ	nº do prontuário 337			
1 Supressiva	2. Substitutiva	3. Modificativa	4. X Aditiva	5. Substitutivo global
Página 01/01	Artigo 1.º	Parágrafo	Inciso	alínea
TEXTO / JUSTIFICAÇÃO				

O Art. 1.º da Medida Provisória n.º 362, de 2007, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1.º a partir de 1.º de abril de 2007, após a aplicação do percentual correspondente à variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor – INPC, referente ao período entre 1.º de abril de 2006 e 31 de março de 2007, a título de reajuste, e de percentual a título de aumento real, sobre o valor de R\$ 350,00 (trezentos e cinquenta reais) o salário mínimo será de R\$ 380,00 (trezentos e oitenta reais), sendo o mesmo reajuste e o aumento real extensivos a todos os benefícios e pensões pagos pela Previdência Social”.

JUSTIFICATIVA

Todos os anos a discussão é a mesma. É inegável o baixo valor do Salário Mínimo e, lamentavelmente, o descaso para com os trabalhadores brasileiros, em especial, nossos aposentados e pensionistas do Regime Geral de Previdência Social.

Precisamos dar um basta nessa aviltante situação!

Por esta razão, nossa Emenda é pertinente e cabível para que tenha o apoio dos membros do Congresso Nacional.



ARNALDO FARIA DE SÁ
DEPUTADO FEDERAL – SÃO PAULO

MPV - 362**00002****APRESENTAÇÃO DE EMENDAS****data**
03/04/2007**Proposição**
MP 362/2007**Autores**
Dep. Fernando Coruja, Geraldo Resende, Ilderlei Cordeiro,
Cláudio Magrão, Humberto Souto, Leandro Sampaio, Moreira
Mendes.**nºs do prontuários**
478, 435, 058, 521,
242, 308, 049**1 Supressiva 2. substitutiva 3. X modificativa 4. aditiva 5. Substitutivo global****TEXTO / JUSTIFICAÇÃO****xxxxxx**

O art. 1º da Medida Provisória 262, de 29 de março de 2007, passa a ter a seguinte redação:

Art 1º. A partir de 1º de abril de 2007, após a aplicação do percentual correspondente à variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor – INPC, referente ao período entre 1º de abril de 2006 a 31 de março de 2007, a título de reajuste, e de percentual a título de aumento real, sobre o valor de R\$ 350,00 (trezentos e cinquenta reais) o salário mínimo será de R\$ 420,00 (quatrocentos e vinte reais).

Parágrafo único. Em virtude do disposto no caput, o valor diário do salário mínimo corresponderá a R\$ 14,00 (quatorze reais) e o seu valor horário a R\$ 1,91 (um real e noventa e um centavos).

JUSTIFICAÇÃO

A presente emenda visa estender aos aposentados e pensionistas do Regime Geral da Previdência Social os mesmos valores que serão aplicados ao salário mínimo que vigorará a partir de abril de 2007.

É esta a razão que justifica a apresentação da presente emenda e que contamos com o apoio dos nobres pares da Câmara dos Deputados para sua aprovação.

Sala das Comissões, em

de abril de 2007.



Dep. **FERNANDO CORUJA**

PPS/SC



Dep. **GERALDO RESENDE**

PPS/MS

Dep. **ARNALDO JARDIM**

PPS/SP

Dep. **CÉZAR SILVESTRI**

PPS/PR

Dep. **GERALDO THADEU**

PPS/MG



Dep. **ILDERLEI CORDEIRO**

PPS/AC

Dep. **MARINA MAGGESSI**

PPS/RJ

Dep. **ALEXANDRE SILVEIRA**

PPS/MG



Dep. **AUGUSTO CARVALHO**

PPS/DF



Dep. **CLÁUDIO MAGRAO**

PPS/SP



Dep. **HUMBERTO SOUTO**

PPS/MG



Dep. **LEANDRO SAMPAIO**

PPS/RJ

Dep. **MOREIRA MENDES**

PPS/RO

Dep. **RAUL JUNGSMANN**

PPS/PE

MPV - 362**00003****APRESENTAÇÃO DE EMENDAS**

data	Proposição
03/04/2007	MP 362/2007
Autores	nºs do prontuários
Dep. Fernando Coruja, Geraldo Resende, Ilderlei Cordeiro, Cláudio Magrão, Leandro Sampaio, Moreira Mendes.	478, 435, 058, 521, 308, 049
1. Supressiva 2. substitutiva 3. X modificativa 4. aditiva 5. Substitutivo global	
	xxxxxx

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO**Emenda Modificativa**

O art. 1º da Medida Provisória 262, de 29 de março de 2007, passa a ter a seguinte redação:

Art.....

§ 1º. Em virtude do disposto no caput, o valor diário do salário mínimo corresponderá a R\$ 12,67 (doze reais e sessenta e sete centavos) e o seu valor horário a R\$ 1,73 (um real e setenta e três centavos).

§ 2º. O valor da aplicação dos percentuais previstos no caput é estendido a todos aposentados e pensionistas do Regime Geral da Previdência Social, independente do valor do benefício.

JUSTIFICAÇÃO

A presente emenda visa estender aos aposentados e pensionistas do Regime Geral da Previdência Social os mesmos valores que serão aplicados ao salário

mínimo que vigorará a partir de abril de 2007.

É esta a razão que justifica a apresentação da presente emenda e que contamos com o apoio dos nobres pares da Câmara dos Deputados para sua aprovação.

Sala das Comissões, em

de abril de 2007.



Dep. **FERNANDO CORUJA**
PPS/SC



Dep. **GERALDO RESENDE**
PPS/MS

Dep. **ARNALDO JARDIM**
PPS/SP

Dep. **CÉZAR SILVESTRI**
PPS/PR

Dep. **GERALDO THADEU**
PPS/MG



Dep. **ILDERLEI CORDEIRO**
PPS/AC

Dep. **MARINA MAGGESSI**
PPS/RJ

Dep. **ALEXANDRE SILVEIRA**
PPS/MG

Dep. **AUGUSTO CARVALHO**
PPS/DF



Dep. **CLÁUDIO MAGRÃO**
PPS/SP



Dep. **HUMBERTO SOUTO**
PPS/MG



Dep. **LEANDRO SAMPAIO**
PPS/RJ



Dep. **MOREIRA MENDES**
PPS/RO

Dep. **RAUL JUNGSMANN**
PPS/PE

MPV - 362

EMENDA A MEDIDA PROVISÓRIA

00004

MEDIDAS PROVISÓRIAS NÚMERO

PÁGINA

Dep. Luciana Genro

MPV 362/2007

1 DE 1

TEXTO

Modifique-se o Artigo 1º da Medida Provisória 362/2007

Art 1º A partir de 1º de abril de 2007, após a aplicação do percentual correspondente à variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor - INPC, referente ao período entre 1º de abril de 2006 e 31 de março de 2007, a título de reajuste, e de percentual a título de aumento real, sobre o valor de R\$ 350,00 (trezentos e cinquenta reais) o salário mínimo será de R\$ 700,00 (setecentos reais).

Parágrafo único. Em virtude do disposto no caput deste artigo, o valor diário do salário mínimo corresponderá a R\$ 23,33 (vinte e três reais e trinta e três centavos) e o seu valor horário a R\$ 3,18 (três reais e dezoito centavos).

JUSTIFICAÇÃO

Para seu primeiro mandato, o presidente Lula prometeu dobrar o poder de compra do salário mínimo. Porém, para que esta promessa fosse cumprida, o mínimo deveria estar hoje em R\$ 574,56. Isto porque a inflação medida pelo INPC, de abril/2002 (mês do último reajuste anterior ao Governo Lula) até fevereiro de 2007 foi de 43,64%. Portanto, para que o valor real do mínimo fosse dobrado, o valor de R\$ 200, vigente até março de 2002, deveria ser multiplicado por 1,4364 (para se repor as perdas inflacionárias do período), e depois por 2 (para se dobrar o poder de compra), o que resulta em R\$ 574,56.

De acordo com o Art. 7º, IV da Constituição Federal, é direito do trabalhador o salário mínimo capaz de atender às suas necessidades vitais básicas e às de sua família com moradia, alimentação, educação, saúde, lazer, vestuário, higiene, transporte e previdência social. Segundo o DIEESE, o salário mínimo necessário para se atender a estes requisitos seria de R\$ 1.620,89 em março de 2007. Diante disso, a Coordenação Nacional de Lutas (Conlutas) lançou a Campanha "Não dobrar o salário de deputado: dobrar o salário mínimo", que busca atingir o valor DIEESE em 4 anos, dobrando-se neste ano o valor do salário mínimo, para R\$ 700.

Alega o governo que este aumento seria inviável, uma vez que cada R\$ 1 de aumento no mínimo geraria uma despesa previdenciária adicional de cerca de R\$ 200 milhões por ano. Um aumento de R\$ 350 teria, portanto, um impacto de R\$ 70 bilhões anuais no orçamento. Porém, tal aumento do salário mínimo beneficiaria 16 milhões de aposentados, além de cerca de 25 milhões de trabalhadores (e suas respectivas famílias), um contingente bem maior que os principais beneficiários da dívida pública brasileira (grandes bancos e investidores), que consumiu em juros e amortizações uma quantia 4 vezes maior em 2006 (R\$ 275 bilhões).

Portanto, o aumento ora proposto para o salário mínimo é uma questão de prioridade, e é plenamente viável, caso a questionável dívida pública seja submetida a profunda auditoria, capaz de identificar todas as ilegalidades e ilegalidades que a marcaram.

CÓDIGO

Luciana Genro

NOME DO PARLAMENTAR

UF

RS

PARTIDO

PSOL

DATA

03/04/07

ASSINATURA

MPV - 362

00005

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

Data	proposição Medida Provisória nº 362/07
------	--

autor Dep. Onyx Lorenzoni	Nº do prontuário
-------------------------------------	------------------

1 <input type="checkbox"/> Supressiva	2. <input type="checkbox"/> substitutiva	3. <input type="checkbox"/> modificativa	4. <input type="checkbox"/> aditiva	5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global
---------------------------------------	--	--	-------------------------------------	---

Página	Artigo	Parágrafo	Inciso	alínea
--------	--------	-----------	--------	--------

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

Altere-se o art. 1º da MP 362/07, para a seguinte redação:

“Art. 1º A partir de 1º de abril de 2007, o salário mínimo será de R\$ 416,00 (quatrocentos e dezesseis reais).

Parágrafo único. Em virtude do disposto no caput deste artigo, o valor diário do salário mínimo corresponderá a R\$ 13,87 (treze reais e oitenta e sete centavos) e o seu valor horário a R\$ 1,89 (um real e oitenta e nove centavos).

JUSTIFICATIVA

Em abril de 2006, o salário mínimo adquiria 2,22 cestas básicas. Ao longo dos doze meses seguintes, o valor máximo de aquisição foi de 2,38 cestas básicas. Para o valor do salário mínimo ora proposto, estipula-se que seu poder de compra seja estabelecido em 2,5 cestas básicas.

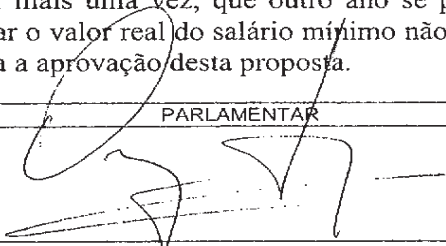
Para se chegar ao valor de R\$ 416,00, partiu-se do preço conhecido para cesta básica, em fevereiro de 2007, R\$ 167,53. A este preço agregou-se a taxa de inflação média de 2% estimada para vigorar nos próximos doze meses.

Dessa maneira, em face do desmerecimento das moedas estrangeiras como unidade de conta propõe-se que a cesta básica passe a ser o numerário que identifica o bem-estar do trabalhador.

Nossa proposta - embora ainda aquém das necessidades de muitos daqueles que recebem o salário mínimo - vai além do que o governo federal se propõe pagar e afigura-se mais condizente com a dignidade e a necessidade do povo brasileiro. Assim, fixa-se o valor do mínimo em aproximadamente duas cestas básicas e meia.

De se frisar, mais uma vez, que outro ano se passou e a promessa de campanha do presidente Lula de dobrar o valor real do salário mínimo não foi cumprida. Assim, contamos com o apoio do Congresso para a aprovação desta proposta.

PARLAMENTAR



MPV - 362
00006**APRESENTAÇÃO DE EMENDAS**

Data 09/04/2007		proposição Medida Provisória nº 362, de 29/03/2007				
autor SENADOR PAPALÉO PAES		nº do prontuário				
1	Supressiva	2.	substitutiva	3. modificativa	4. aditiva	5. Substitutivo global
Página		Artigo		Parágrafo	Inciso	alínea
TEXTO / JUSTIFICAÇÃO						

Dê-se ao artigo 1º da Medida Provisória nº 362, de 29 de março de 2007, a seguinte redação:

"Art. 1º A partir de 1º de abril de 2007, o valor do salário mínimo será de R\$ 400,00 (quatrocentos reais)."

JUSTIFICATIVA

O Presidente Lula, no início de seu 1º mandato, em 2003, prometeu dobrar o poder de compra do salário mínimo ao longo dos 4 anos de sua gestão. Quando assumiu a Presidência, o salário mínimo era de R\$ 200,00, equivalente, em dezembro de 2002, a 1,26 cestas básicas (valor apurado para o Estado de São Paulo). Ao final do 1º mandato, em dezembro de 2006, o salário mínimo era de R\$ 350,00, correspondente a 1,9 cestas básicas.

Para cumprir a promessa de dobrar o poder de compra do salário mínimo, o mesmo deveria atingir ao final de 2006 o valor de, aproximadamente, R\$ 458,00, ou seja, o dobro do equivalente em cestas básicas quando o Presidente Lula assumiu seu mandato. Enfim, a promessa de seu 1º mandato não foi cumprida.

Agora, em 2007, no início de seu 2º mandato, o salário mínimo deveria ser de R\$ 486,00. Com esse valor, o Presidente Lula estaria cumprindo – mesmo que com atraso – sua promessa de dobrar o poder de compra do salário mínimo.

Ocorre que essa promessa, feita de modo irresponsável durante a campanha de 2002, compromete significativamente o equilíbrio fiscal das contas do governo. Assim, proponho um valor de R\$ 400,00, valor esse que permite continuar com uma política de valorização do mínimo.

Sala das Sessões, 9 de abril de 2007.

**Senador PAPALÉO PAES**

MPV - 362

00007

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data 03/04/2007		proposição Medida Provisória nº 362, de 2007		
autor DEPUTADO FEDERAL ARNALDO FARIA DE SÁ			nº do prontuário 337	
1. Supressiva	2. Substitutiva	3. Modificativa	4. X Aditiva	5. Substitutivo global
Página 01 /01	Artigo 2.º	Parágrafo	Inciso	alínea

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

Dê-se ao artigo 2.º da Medida Provisória em epígrafe a seguinte redação, renumerando-se os demais artigos:

“Art. 1.º a partir de 1.º de abril de 2007, após a aplicação do percentual correspondente à variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor – INPC, referente ao período entre 1.º de abril de 2006 e 31 de março de 2007, a título de reajuste, e de percentual a título de aumento real, sobre o valor de R\$ 350,00 (trezentos e cinquenta reais) o salário mínimo será de R\$ 380,00 (trezentos e oitenta reais).

Parágrafo Único – Em virtude do disposto no caput desse artigo, o valor do salário mínimo corresponderá a R\$ 12,67 (doze reais e sessenta e sete centavos) e o seu valor horário a R\$ 1,73 (um real e setenta e três centavos).

“Art. 2.º – É assegurado aos benefícios mantidos pela Previdência Social o mesmo percentual estipulado no CAPUT do artigo anterior”.

JUSTIFICATIVA

Anos e anos se passam e, é lamentável que se esteja cometendo a mesma injustiça de governos anteriores. Por mais uma vez, a tão almejada Medida Provisória que trata sobre o reajuste do Salário Mínimo não contemplou os nossos aposentados e pensionistas da Previdência Social causando assim, novamente, uma enorme injustiça e desrespeito para com aqueles que contribuíram durante tantos e tantos anos.

Como é do conhecimento geral, nossos aposentados e pensionistas e demais beneficiários da Previdência Social já sofrem as defasagens de seus proventos, com perdas acumuladas há muitos anos.

Nossa Emenda, por mais uma vez, visa corrigir tal omissão, de modo que os nossos aposentados e pensionistas da Previdência Social possam ter o mesmo tratamento.

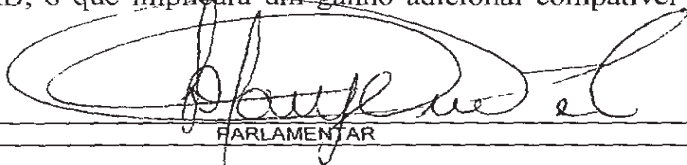
Por todo exposto, reiteramos nossa proposta, apresentada através de Emendas nas Medidas Provisórias do Salário Mínimo editadas anteriormente, contando com o imprescindível apoio e compreensão do Poder Executivo e de nossos pares para a aprovação da presente Emenda.

ARNALDO FARIA DE SÁ
DEPUTADO FEDERAL – SÃO PAULO

MPV - 362

00008

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data 03/04/2007	proposição Medida Provisória nº 362			
autor Deputada Solange Amaral	Nº do prontuário			
1. <input type="checkbox"/> Supressiva 2. <input type="checkbox"/> substitutiva 3. <input checked="" type="checkbox"/> modificativa 4. <input type="checkbox"/> aditiva 5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global				
Página	Artigo	Parágrafo	Inciso	alínea
TEXTO / JUSTIFICATIVA				
<p>Art. 1º A partir de 1º de abril de 2007, após a aplicação do percentual correspondente à variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor – INPC, referente ao período entre 1º de abril de 2006 e 31 de março de 2007, acrescido do percentual da variação do Produto Interno Bruto – PIB referente ao exercício de 2006, a título de reajuste, e de percentual a título de aumento real, sobre o valor de R\$ 350,00 (trezentos e cinquenta reais) o salário mínimo será de R\$ 391,00 (trezentos e noventa e um reais).</p> <p>Parágrafo único. Em virtude do disposto no caput deste artigo, o valor diário do salário mínimo corresponderá a R\$ 13, 03 (treze reais e três centavos) e o seu valor horário a R\$ 1,77 (um real e setenta e sete centavos).</p> <p>Art. 2º</p> <p>Art. 3º</p>				
JUSTIFICATIVA				
<p>Desde o Plano Real, o salário mínimo cresceu, nos últimos anos, mais de 40%. Tal ganho, em parte, deve-se à redução da inflação, Mas, também, em decorrência dos debates travados a respeito do tema no Congresso e da natural pressão da oposição por reajustes mais generosos, acima da inflação.</p> <p>Ninguém discute a suprema importância do salário mínimo para o trabalhadores, especialmente nas regiões mais atrasadas.</p> <p>Afinal, o salário mínimo possui um grande potencial para a melhoria da má distribuição de renda no País.</p> <p>Exatamente para assegurar que essa distorção que ainda persiste seja corrigida, é imprescindível garantir ao salário mínimo um reajuste mais adequado.</p> <p>Com esse objetivo, a presente emenda busca assegurar aos trabalhadores a correção do salário mínimo com base não apenas na variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor – INPC</p> <p>Para oferecer à massa de trabalhadores brasileiros um reajuste superior ao da inflação mensurada pelo INPC, propomos assegurar um ganho real com base no crescimento do Produto Interno Bruto – PIB, o que implicará um ganho adicional compatível com o crescimento do País.</p>				
 PARLAMENTAR				

MPV - 362**00009****MEDIDA PROVISÓRIA n.º 362/2007**

Acrescenta artigos à Medida
Provisória n.º 362/2007

EMENDA ADITIVA

Acrescente-se na Medida Provisória n.º 362 de 2007 os seguintes artigos, renumerando-se os demais:

“Art. 2º No período de 2008 a 2011, inclusive, os reajustes para a preservação do poder aquisitivo e os aumentos reais previstos nesta Lei para o salário mínimo serão aplicados:

- I - em 1º de março de 2008;
- II - em 1º de fevereiro de 2009;
- III - em 1º de janeiro de 2010; e
- IV - em 1º de janeiro de 2011.

§ 1º Os reajustes para a preservação do poder aquisitivo do salário mínimo corresponderão à variação acumulada do Índice Nacional de Preços ao Consumidor - INPC, calculado e divulgado pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, entre o mês do reajuste anterior, inclusive, e o mês imediatamente anterior ao reajuste de cada ano.

§ 2º Na hipótese de não divulgação do INPC referente a um ou mais meses compreendidos no período do cálculo, até o último dia útil imediatamente anterior à vigência do reajuste, o Poder Executivo da União estimará os índices dos meses não disponíveis.

§ 3º Verificada a hipótese de que trata o parágrafo anterior, os índices estimados permanecerão válidos para os fins desta Lei, sem qualquer

revisão, sendo os eventuais resíduos compensados no reajuste subsequente, sem retroatividade.

§ 4º A título de aumento real, em cada uma das datas referidas nos incisos I, II, III e IV do **caput**, os valores do salário mínimo resultantes dos reajustes referidos no § 1º deste artigo serão acrescidos do maior entre os seguintes percentuais:

I - percentual equivalente à taxa de crescimento real do Produto Interno Bruto - PIB, apurada pelo IBGE, respectivamente para os anos de 2006, 2007, 2008 e 2009, ou

II - percentual equivalente à maior taxa de crescimento real do PIB, apurada pelo IBGE, verificada a partir de 2001.”

§ 5º Para fins do disposto no parágrafo anterior, será utilizada a taxa de crescimento real do PIB para o ano de referência, divulgada pelo IBGE, até o último dia útil do ano imediatamente anterior ao de aplicação do respectivo aumento real.

§ 6º O Poder Executivo da União divulgará, a cada ano os valores mensal, diário e horário do salário mínimo decorrentes do disposto neste artigo, correspondendo o valor diário a um trinta avos e o valor horário a um duzentos e vinte avos do valor mensal.

Art. 3º Até 31 de dezembro de 2011, o Poder Executivo da União encaminhará ao Congresso Nacional projeto de lei dispendo sobre a política de valorização do salário mínimo para o período compreendido entre 2012 e 2023, inclusive.

Parágrafo único. O projeto de lei de que trata o **caput** deste artigo preverá a revisão das regras de aumento real do salário mínimo a serem adotadas para os períodos de 2012 a 2015, 2016 a 2019 e 2020 a 2023.

Art. 4º O Poder Executivo da União constituirá Grupo Interministerial, sob coordenação do Ministério do Trabalho e Emprego, encarregado de definir e implementar sistemática de monitoramento e avaliação da política de valorização do salário mínimo”.

JUSTIFICATIVA

O objetivo desta emenda aditiva é aprimorar a Medida Provisória n.º 362 de 2007 de forma a instituir uma política de valorização real do salário mínimo no período de 2008 a 2023. Pretende-se ainda acrescentar artigos à Medida Provisória que estavam previstos inicialmente no Projeto de Lei n.º. 01 de 2007, que trata do salário mínimo, com algumas alterações inseridas. Dessa forma não se estará apenas concedendo um valor fixo ao salário mínimo, mas definindo toda uma política de valorização e reajuste do mesmo.

A presente emenda dispõe de regras para adequar o salário mínimo a realidade brasileira, contendo previsões de reajustes anuais e estabelecendo o compromisso de edição de leis que tratam sobre sua valorização até 2023. Essas regras vão assegurar a continuidade ao reajuste real do salário mínimo e garantirão sua recomposição e seu poder de compra, fator esse que constitui um importante instrumento para o desenvolvimento sustentável do país.

Nesse contexto são sugeridas alterações no sentido de assegurar que o salário mínimo, tenha um percentual de aumento real equivalente à maior taxa de variação do PIB desde 2001, caso a taxa de variação real do PIB de dois anos antes da data de reajuste lhe seja inferior.

Durante o período 1995-2006, o crescimento real do salário mínimo foi, em média, muito superior à taxa de variação real do PIB. Enquanto o poder de compra médio do salário mínimo elevou-se em cerca de 65% desde 1995, o Produto Interno Bruto do Brasil cresceu 33%.

Se o salário mínimo real cresce em ritmo superior ao PIB, assegura-se que aqueles beneficiados por essa política – trabalhadores do segmento informal, jovens que ingressam no mercado de trabalho formal e beneficiários que recebem o piso de benefícios da Previdência Social e da LOAS, dentre outros – se apropriem de um quinhão crescente do conjunto de bens e serviços produzidos a cada ano no País. Avança-se, assim, no processo de redução das desigualdades de renda.

A título de exemplo, sabe-se que o salário mínimo terá aumento

real de 3,7% em 2008, que corresponde à taxa de variação real do PIB de 2006. De acordo com nossa proposição, esse aumento real seria pelo menos de 5,7%, que corresponde ao crescimento real do PIB em 2004.

Portanto, a finalidade desta emenda aditiva é assegurar uma política de valorização real do salário mínimo, instituindo regras para o seu reajuste entre o período de 2008 a 2011, prevendo ainda reajustes anuais, bem como estabelecendo diretrizes para a sua política de valorização até 2023.

Por essas razões faz-se necessário assegurar um salário mínimo digno com real poder de compra para o trabalhador, capaz de atender efetivamente, as suas necessidades vitais básicas individuais e de toda a sua família, com reajustes periódicos que lhe preservem o poder aquisitivo como prescreve o art. 7º, inciso IV, da Constituição Federal.

Sala das Sessões, de abril de 2007



DEPUTADO FÉLIPE MAIA
DEM/RN

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 362/2007**Emenda n.º ____/2007
(Do Sr. Marco Maia)**

Inclua no artigo 1º da Medida Provisória n.º 362 de 29 de março de 2007, o seguinte parágrafo primeiro renumerando o parágrafo único lá constante:

“Art. 1.º

§ 1.º É assegurado aos benefícios mantidos pela Previdência Social o mesmo reajuste estipulado no art.1º desta lei, na proporção:

I – 100 % (cem por cento) até 3 pisos previdenciários;

II – 75% (setenta e cinco por cento) acima de 3 pisos e até 5 pisos previdenciários;

III- 50 % (cinquenta por cento) acima de 5 pisos e até 10 pisos previdenciários;

IV- Correção para os que ganham acima de 10 pisos previdenciários pela variação do INPC. (NR)

§ 2.º Em virtude do disposto no caput, o valor diário do salário mínimo corresponderá a R\$ 11,67 (onze reais e sessenta e sete centavos) e o seu valor horário a R\$ 1,59 (um real e cinquenta e nove centavos).

JUSTIFICATIVA

Ao longo dos últimos cinco anos o Salário Mínimo foi reajustado em 98,68% enquanto os benefícios da previdência, acima da faixa do Salário Mínimo, foram reajustados em 56,46%. Em 2004, 62,59% dos aposentados percebiam um

Salário Mínimo (ANFIP, 2005). Significa que cerca de 2/3 do conjunto dos aposentados tiveram ganhos reais decorrentes da política do Salário Mínimo. No entanto uma significativa faixa de cerca de 1/3 ficou limitada quase exclusivamente aos reajustes inflacionários.

As famílias com idosos estão expostas a uma maior corrosão no poder de compra de seus ganhos, em função da diferenciada gama de produtos necessários ao seu sustento. Entre os anos de 1994-2004, o Índice de Preços ao Consumidor para a Terceira Idade – IPC3i, da Fundação Getúlio Vargas, acumulou uma alta de 226,14% enquanto o INPC do IBGE foi de 176,51%, perfazendo uma diferença de 49,63%, justificando-se políticas diferenciadas que reponham o poder de compra destes proventos.

Esta emenda visa garantir ganhos reais a todos os aposentados até os 10 pisos previdenciários. Oportuniza-se a partilha dos ganhos reais integrais a mais de 4/5 do conjunto dos aposentados e com índice significativo aos demais, reservando a reposição inflacionária aos que estão acima dos 10 pisos previdenciários.

Pisos previdenciários	N.º de Aposentados	% de Aposentados	% de Reajuste
Até 3	19602922	84,69	100%
3 a 5	2164278	9,35	75%
5 a 10	1367311	5,91	50%
Acima de 10	12460	0,05	Índice do INPC
Total	23146971	100,00	

Tabela baseada no Estudo da ANFIP - 2005 (www.fundacaoanfip.org.br)

Sala das Sessões, em de 2007.

Deputado **MARCO MAIA** (PT/RS)

MPV - 362

00011

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data 02.04.2007	proposição Medida Provisória nº 362/2007
--------------------	---

autor Deputado Dr. Ubiali	nº do prontuário
------------------------------	------------------

<input type="checkbox"/> 1 Supressiva	<input type="checkbox"/> 2 Substitutiva	<input type="checkbox"/> 3 Modificativa	<input checked="" type="checkbox"/> 4 Aditiva	<input type="checkbox"/> 5 Substitutivo global
---------------------------------------	---	---	---	--

Página	Artigo	Parágrafo	Inciso	alínea
TEXTO / JUSTIFICAÇÃO				

Inclua-se onde couber na referida Medida Provisória o seguinte Artigo e seu parágrafo único, renumerando-se os demais:

Art. A partir de 1º de abril de 2007, as mães de pessoas portadoras de necessidades especiais, receberão o valor equivalente a um salário mínimo mensal.

Parágrafo Único - Em conformidade ao caput deste artigo, o valor será pago até a data em que a pessoa portadora de necessidade especial completar 18 anos de idade.

JUSTIFICAÇÃO

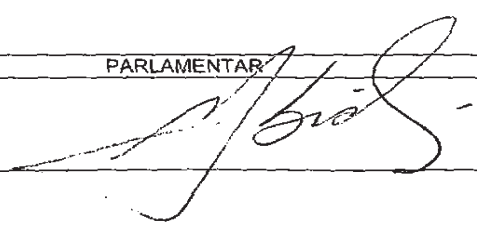
O propósito desta emenda é beneficiar as mães/famílias de filhos com necessidades especiais com 01 salário mínimo mensal, para que possam dedicar-se integralmente aos cuidados domiciliares de estimulação contínua do excepcional.

Muitas mães tentam conciliar o trabalho de casa – o de cuidar e estimular a criança – com um trabalho fora, porém, não conseguem, pois, a estimulação tem que ser contínua.

Finalmente, é justo que na Medida Provisória que destina a corrigir o Salário Mínimo, possa acrescentar esta remuneração para pessoas com este tipo de trabalho dioturno, com seus filhos excepcionais.

O pagamento desta despesa ficará à expensa do Fundo de Compensação do Salário Família.

PARLAMENTAR



MPV - 362

00012

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data
04.04.2007proposição
Medida Provisória nº 362/2007autor
Deputado Dr. Ubiali

nº do prontuário

1 ☐ Supressiva 2. ☐ Substitutiva 3. ☐ Modificativa 4. ☒ Aditiva 5. ☐ Substitutivo global

Página

Artigo

Parágrafo

Inciso

alínea

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

Inclua-se onde couber na referida Medida Provisória o seguinte Artigo e seus parágrafos, renumerando-se os demais:

Art. A partir da promulgação desta Lei, as mães de pessoas portadoras de necessidades especiais, receberão o valor equivalente a um salário mínimo mensal.

§ 1º - Em conformidade ao caput deste artigo, o valor será pago até a data em que a pessoa portadora de necessidade especial completar 18 anos de idade.

§ 2º - Para fazer jus a este salário família especial, deverão ser preenchidas as seguintes condições:

I - a criança com necessidades especiais deverá estar matriculada em Escola Especializada ou não;

II - que a mãe não tenha outro emprego;

III - que a renda familiar não seja maior que (03) três salários mínimos mensais;

IV - que o laudo de necessidades especiais seja fornecido por equipe multidisciplinar composta no mínimo por: médico, assistente social, psicólogo e fisioterapeuta, ou na falta deste, por perito do INSS.

JUSTIFICAÇÃO

O propósito desta emenda é beneficiar as mães/famílias de filhos com necessidades especiais para que possam dedicar-se integralmente aos cuidados e a estimulação contínua do excepcional.

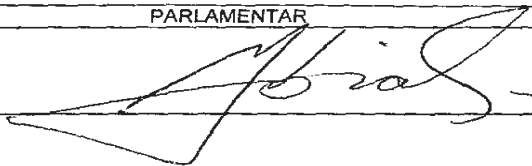
Esta estimulação se feita continuamente no ambiente domiciliar e se a mãe puder acompanhar seu filho a todas as terapias e as suas atividades escolares, terá um resultado melhor e proporcionará com que o excepcional desenvolva todas as suas potencialidades, evitando complicações posteriores que fatalmente levariam ao aumento do custo da saúde pública ao longo do tempo.

Muitas mães tentam conciliar o cuidado da criança excepcional com o trabalho fora de casa, mas isso se torna impraticável pelas várias idas e vindas às consultas médicas, fisioterapia, fonoaudiologia e a necessidade presencial no acompanhamento da vida escolar do excepcional.

Finalmente, é justo que na Medida Provisória que destina a corrigir o Salário Mínimo, possa-se acrescentar esta remuneração para estas mães que exercem trabalho diuturno com seus filhos com necessidades especiais e que a longo prazo, com seus cuidados e a preservação de sequelas, trarão economia para o Estado.

O pagamento desta despesa poderá ficar à expensa do Fundo de Compensação do Salário Família.

PARLAMENTAR



MPV - 362

00013

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data
03.04.2007proposição
Medida Provisória nº 362/2007autor
EDUARDO BARBOSA

nº do prontuário

1 ☐ Supressiva 2. ☐ Substitutiva 3. ☐ Modificativa 4. ☒ Aditiva 5. ☐ Substitutivo global

Página

Artigo

Parágrafo

Inciso

alínea

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

Inclua-se onde couber na referida Medida Provisória o seguinte Artigo e seu parágrafo único, renumerando-se os demais:

Art. A partir de 1º de abril de 2007, as mães de pessoas portadoras de necessidades especiais, receberão o valor equivalente a um salário mínimo mensal.

Parágrafo Único - Em conformidade ao caput deste artigo, o valor será pago até a data em que a pessoa portadora de necessidade especial completar 18 anos de idade.

JUSTIFICAÇÃO

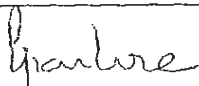
O propósito desta emenda é beneficiar as mães/famílias de filhos com necessidades especiais com 01 salário mínimo mensal, para que possam dedicar-se integralmente aos cuidados domiciliares de estimulação contínua do excepcional.

Muitas mães tentam conciliar o trabalho de casa – o de cuidar e estimular a criança - com um trabalho fora, porém, não conseguem, pois, a estimulação tem que ser contínua.

Finalmente, é justo que na Medida Provisória que destina a corrigir o Salário Mínimo, possa acrescentar esta remuneração para pessoas com este tipo de trabalho dioturno, com seus filhos excepcionais.

O pagamento desta despesa ficará à expensa do Fundo de Compensação do Salário Família.

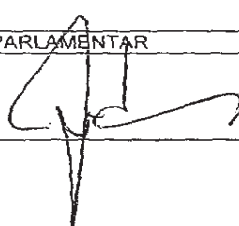
PARLAMENTAR



MPV - 362

00014

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data 03.04.2007	proposição Medida Provisória nº 362/2007			
autor EDUARDO LOPES	nº do prontuário			
1. <input type="checkbox"/> Supressiva 2. <input type="checkbox"/> Substitutiva 3. <input type="checkbox"/> Modificativa 4. <input checked="" type="checkbox"/> Aditiva 5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global				
Página	Artigo	Parágrafo	Inciso	alínea
TEXTO / JUSTIFICAÇÃO				
<p>Inclua-se onde couber na referida Medida Provisória o seguinte Artigo e seu parágrafo único, renumerando-se os demais:</p> <p>Art. A partir de 1º de abril de 2007, as mães de pessoas portadoras de necessidades especiais, receberão o valor equivalente a um salário mínimo mensal.</p> <p>Parágrafo Único - Em conformidade ao caput deste artigo, o valor será pago até a data em que a pessoa portadora de necessidade especial completar 18 anos de idade.</p> <p style="text-align: center;">JUSTIFICAÇÃO</p> <p>O propósito desta emenda é beneficiar as mães/famílias de filhos com necessidades especiais com 01 salário mínimo mensal, para que possam dedicar-se integralmente aos cuidados domiciliares de estimulação contínua do excepcional.</p> <p>Muitas mães tentam conciliar o trabalho de casa – o de cuidar e estimular a criança – com um trabalho fora, porém, não conseguem, pois, a estimulação tem que ser contínua.</p> <p>Finalmente, é justo que na Medida Provisória que destina a corrigir o Salário Mínimo, possa acrescentar esta remuneração para pessoas com este tipo de trabalho dioturno, com seus filhos excepcionais.</p> <p>O pagamento desta despesa ficará à expensa do Fundo de Compensação do Salário Família.</p>				
PARLAMENTAR				
				

MPV - 362

00015

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data
03.04.2007proposição
Medida Provisória nº 362/2007autor
FERNANDO COELHO

nº do prontuário

1 ☐ Supressiva 2. ☐ Substitutiva 3. ☐ Modificativa 4. ☒ Aditiva 5. ☐ Substitutivo global

Página

Artigo

Parágrafo

Inciso

alínea

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

Inclua-se onde couber na referida Medida Provisória o seguinte Artigo e seu parágrafo único, renumerando-se os demais:

Art. A partir de 1º de abril de 2007, as mães de pessoas portadoras de necessidades especiais, receberão o valor equivalente a um salário mínimo mensal.

Parágrafo Único - Em conformidade ao caput deste artigo, o valor será pago até a data em que a pessoa portadora de necessidade especial completar 18 anos de idade.

JUSTIFICAÇÃO

O propósito desta emenda é beneficiar as mães/famílias de filhos com necessidades especiais com 01 salário mínimo mensal, para que possam dedicar-se integralmente aos cuidados domiciliares de estimulação contínua do excepcional.

Muitas mães tentam conciliar o trabalho de casa – o de cuidar e estimular a criança – com um trabalho fora, porém, não conseguem, pois, a estimulação tem que ser contínua.

Finalmente, é justo que na Medida Provisória que destina a corrigir o Salário Mínimo, possa acrescentar esta remuneração para pessoas com este tipo de trabalho dioturno, com seus filhos excepcionais.

O pagamento desta despesa ficará à expensa do Fundo de Compensação do Salário Família.

PARLAMENTAR

MPV - 362

00016

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data 03.04.2007	proposição Medida Provisória nº 362/2007			
MARCIO FRANÇA autor	nº do prontuário			
<input type="checkbox"/> Supressiva 2. <input type="checkbox"/> Substitutiva 3. <input type="checkbox"/> Modificativa 4. <input checked="" type="checkbox"/> Aditiva 5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global				
Página	Artigo	Parágrafo	Inciso	alínea
TEXTO/JUSTIFICAÇÃO				

Inclua-se onde couber na referida Medida Provisória o seguinte Artigo e seu parágrafo único, renumerando-se os demais:

Art. A partir de 1º de abril de 2007, as mães de pessoas portadoras de necessidades especiais, receberão o valor equivalente a um salário mínimo mensal.

Parágrafo Único - Em conformidade ao caput deste artigo, o valor será pago até a data em que a pessoa portadora de necessidade especial completar 18 anos de idade.

JUSTIFICAÇÃO

O propósito desta emenda é beneficiar as mães/famílias de filhos com necessidades especiais com 01 salário mínimo mensal, para que possam dedicar-se integralmente aos cuidados domiciliares de estimulação contínua do excepcional.

Muitas mães tentam conciliar o trabalho de casa – o de cuidar e estimular a criança – com um trabalho fora, porém, não conseguem, pois, a estimulação tem que ser contínua.

Finalmente, é justo que na Medida Provisória que destina a corrigir o Salário Mínimo, possa acrescentar esta remuneração para pessoas com este tipo de trabalho dioturno, com seus filhos excepcionais.

O pagamento desta despesa ficará à expensa do Fundo de Compensação do Salário Família.

PARLAMENTAR

MPV - 362

00017

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data 03.04.2007	proposição Medida Provisória nº 362/2007			
autor MAURO NAZIF Resuh	nº do prontuário 046			
1. <input type="checkbox"/> Supressiva 2. <input type="checkbox"/> Substitutiva 3. <input type="checkbox"/> Modificativa 4. <input checked="" type="checkbox"/> Aditiva 5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global				
Página	Artigo	Parágrafo	Inciso	alínea
TEXTO / JUSTIFICAÇÃO				

Inclua-se onde couber na referida Medida Provisória o seguinte Artigo e seu parágrafo único, renumerando-se os demais:

Art. A partir de 1º de abril de 2007, as mães de pessoas portadoras de necessidades especiais, receberão o valor equivalente a um salário mínimo mensal.

Parágrafo Único - Em conformidade ao caput deste artigo, o valor será pago até a data em que a pessoa portadora de necessidade especial completar 18 anos de idade.

JUSTIFICAÇÃO

O propósito desta emenda é beneficiar as mães/famílias de filhos com necessidades especiais com 01 salário mínimo mensal, para que possam dedicar-se integralmente aos cuidados domiciliares de estimulação contínua do excepcional.

Muitas mães tentam conciliar o trabalho de casa - o de cuidar e estimular a criança - com um trabalho fora, porém, não conseguem, pois, a estimulação tem que ser contínua.

Finalmente, é justo que na Medida Provisória que destina a corrigir o Salário Mínimo, possa acrescentar esta remuneração para pessoas com este tipo de trabalho diuturno, com seus filhos excepcionais.

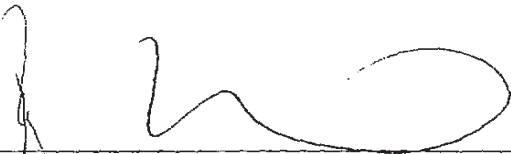
O pagamento desta despesa ficará à expensa do Fundo de Compensação do Salário Família.

PARLAMENTAR

MPV - 362

00018

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data 03.04.2007	proposição Medida Provisória nº 362/2007			
autor ROGERIO MARINHO	nº do prontuário			
1. <input type="checkbox"/> Supressiva 2. <input type="checkbox"/> Substitutiva 3. <input type="checkbox"/> Modificativa 4. <input checked="" type="checkbox"/> Aditiva 5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global				
Página	Artigo	Parágrafo	Inciso	alínea
TEXTO / JUSTIFICAÇÃO				
<p>Inclua-se onde couber na referida Medida Provisória o seguinte Artigo e seu parágrafo único, renumerando-se os demais:</p> <p>Art. A partir de 1º de abril de 2007, as mães de pessoas portadoras de necessidades especiais, receberão o valor equivalente a um salário mínimo mensal.</p> <p>Parágrafo Único - Em conformidade ao caput deste artigo, o valor será pago até a data em que a pessoa portadora de necessidade especial completar 18 anos de idade.</p> <p style="text-align: center;">JUSTIFICAÇÃO</p> <p>O propósito desta emenda é beneficiar as mães/famílias de filhos com necessidades especiais com 01 salário mínimo mensal, para que possam dedicar-se integralmente aos cuidados domiciliares de estimulação contínua do excepcional.</p> <p>Muitas mães tentam conciliar o trabalho de casa – o de cuidar e estimular a criança - com um trabalho fora, porém, não conseguem, pois, a estimulação tem que ser contínua.</p> <p>Finalmente, é justo que na Medida Provisória que destina a corrigir o Salário Mínimo, possa acrescentar esta remuneração para pessoas com este tipo de trabalho dioturno, com seus filhos excepcionais.</p> <p>O pagamento desta despesa ficará à expensa do Fundo de Compensação do Salário Família.</p> <p style="text-align: center;"></p> <p style="text-align: center;">PARLAMENTAR</p>				

MPV - 362

00019

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data 06/04/2007	proposição Medida Provisória nº 362 de 2007			
autor Deputado Otavio Leite			nº do prontuário	
1 <input type="checkbox"/> Supressiva 2 <input type="checkbox"/> substitutiva 3 <input type="checkbox"/> modificativa 4 <input type="checkbox"/> aditiva 5 <input checked="" type="checkbox"/> Substitutivo global				
Página	Art.	Parágrafo	Inciso	Alínea
TEXTO / JUSTIFICAÇÃO				

Art. 1º Esta Lei dispõe sobre o valor do salário mínimo a partir de 2007 e estabelece diretrizes para a sua política de valorização no período de 2008 a 2023.

Art. 2º A partir de 1º de abril de 2007, após a aplicação do percentual correspondente à variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor – INPC, referente ao período entre 1º de abril de 2006 e 31 de março de 2007, a título de reajuste, e de percentual a título de aumento real, sobre o valor de R\$ 350,00 (trezentos e cinquenta reais) o salário mínimo será de R\$ 380,00 (trezentos e oitenta reais).

Parágrafo único. Em virtude do disposto no caput deste artigo, o valor diário do salário mínimo corresponderá a R\$ 12,67 (doze reais e sessenta e sete centavos) e o seu valor horário a R\$ 1,73 (um real e setenta e três centavos).

Art. 3º No período de 2008 a 2011, inclusive, os reajustes para a preservação do poder aquisitivo e os aumentos reais previstos nesta Lei para o salário mínimo serão aplicados:

- I - em 1º de março de 2008;
- II - em 1º de fevereiro de 2009;
- III - em 1º de janeiro de 2010; e
- IV - em 1º de janeiro de 2011.

§ 1º Os reajustes para a preservação do poder aquisitivo do salário mínimo corresponderão à variação acumulada do Índice Nacional de Preços ao Consumidor - INPC, calculado e divulgado pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, entre o mês do reajuste anterior, inclusive, e o mês imediatamente anterior ao reajuste de cada ano.

§ 2º Na hipótese de não divulgação do INPC referente a um ou mais meses compreendidos no período do cálculo, até o último dia útil imediatamente anterior à vigência do reajuste, o Poder Executivo da União estimará os índices dos meses não disponíveis.

§ 3º Verificada a hipótese de que trata o parágrafo anterior, os índices estimados permanecerão válidos para os fins desta Lei, sem qualquer revisão, sendo os eventuais resíduos compensados no reajuste subsequente, sem retroatividade.

§ 4º A título de aumento real, em cada uma das datas referidas nos incisos I, II,

III e IV do *caput*, os valores do salário mínimo resultantes dos reajustes referidos no § 1º deste artigo serão acrescidos pelo menos de percentual equivalente à taxa de crescimento real do Produto Interno Bruto – PIB, apurada pelo IBGE, quando positiva.

§ 5º Para fins do disposto no parágrafo anterior, será utilizada a taxa de crescimento real do PIB para os últimos 4 (quatro) trimestres, divulgada pelo IBGE até a data de aplicação do respectivo aumento real, observando-se, no que couber, os §§ 2º e 3º.

§ 6º O Poder Executivo da União divulgará, a cada ano os valores mensal, diário e horário do salário mínimo decorrentes do disposto neste artigo, correspondendo o valor diário a um trinta avos e o valor horário a um duzentos e vinte avos do valor mensal.

Art. 4º Até 31 de dezembro de 2011, o Poder Executivo da União encaminhará ao Congresso Nacional projeto de lei dispondo sobre a política de valorização do salário mínimo para o período compreendido entre 2012 e 2023, inclusive.

Parágrafo único. O projeto de lei de que trata o caput deste artigo preverá a revisão das regras de aumento real do salário mínimo a serem adotadas para os períodos de 2012 a 2015, 2016 a 2019 e 2020 a 2023.

Art. 5º O Poder Executivo da União constituirá Grupo Interministerial, sob coordenação do Ministério do Trabalho e Emprego, encarregado de definir e implementar sistemática de monitoramento e avaliação da política de valorização do salário mínimo.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

O Governo Federal procurou dar uma nova diretriz à política de valorização do salário-mínimo por meio do Projeto de Lei nº 1 de 02 de fevereiro de 2007, que se encontra em tramitação na Comissão Especial constituída na Câmara dos Deputados, e cujo Relatório se encontra em estágio bastante avançado para sua deliberação final.

Diante da discussão realizada no âmbito da Comissão acerca deste assunto, com a presença de entidades representativas da Indústria, dos Municípios, do Comércio, de Centrais Sindicais, além do Ministro do Trabalho e Emprego, o Relatório apresentado pelo Deputado Roberto Santiago pôde agregar ao projeto as contribuições advindas do debate.

Ao utilizar o expediente da Medida Provisória para estabelecer o salário-mínimo para o ano de 2007, acreditamos que o foro mais adequado para tratar da matéria iniciada na Comissão Especial passa a ser o da própria MP 362, de 2007.

Um dos pontos a se considerar no projeto de lei encaminhado pelo Poder Executivo ao Congresso Nacional estabelecendo diretrizes para a política de valorização do salário-mínimo entre 2008 a 2023, é a adoção de regras que, uma vez aprovadas pelas duas Casas, levam o Poder Legislativo, pelo menos no que diz respeito ao período de 2008 a 2011, a auto-limitar sua capacidade de deliberar sobre reajustes maiores.

Com a fixação de parâmetros por períodos de tempo mais longos, repassada à sociedade como vantagem inquestionável, por propiciar a garantia de ganhos reais no salário mínimo, ainda que modestos, surge uma predeterminação que pode tolher a possibilidade de se oferecer recuperações eventuais ou mesmo ajustamentos de médio prazo mais vigorosos no

poder de compra do salário-mínimo, quando as condições da economia e das finanças públicas, assim o favorecerem.

Uma restrição desse vulto, que está longe de significar um mínimo – como deveria, e sim um ponto definido de reajuste a cada ano –, impede a correção de distorções da ação governamental ou a promoção de revisões do seu curso, frente a realidade conjuntural, como decorrência do simples exercício das atribuições parlamentares de acompanhamento e fiscalização.

Como resultado, se esse equacionamento não aborta, pelo menos dificulta de plano toda e qualquer perspectiva de discussão neste sentido, o que evidentemente deixa de atender aos interesses da população e da sociedade, além de atentar contra as funções de representação da Câmara dos Deputados e do Senado Federal.

Ademais, a proposição vale-se de recursos tecnicamente criticáveis ao trabalhar com a “taxa de crescimento do PIB” de dois anos antes do ano de aplicação, ao invés de fazê-lo com a taxa de crescimento do PIB anualizado, pelo critério de média móvel, a partir de base trimestral, divulgada o mais perto possível da data de reajuste, o que distancia e projeta uma referência que pouco ou quase nada tem de coerência com a aplicação, tão somente porque prefere usar PIB’s relativos a anos completos.

Idêntico procedimento não prevaleceu no caso da utilização do INPC para a reposição da inflação, onde os critérios proximais de estimação tiveram o seu lugar, mas foram inteiramente abandonados na agregação de ganhos reais, que por equidade, também deveriam ficar mais colados à situação econômica recente.

Por todas essas razões, o Signatário apresentou esta emenda, que pretende corrigir equívocos de fundo e de forma na recuperação do valor real do salário mínimo, trocando-os por fórmulas adequadas e suficientemente flexíveis, para que, como camisas de força, não se produzam danos irreparáveis no futuro à democracia, ao piso salarial do trabalhadores e à própria economia.

Com esta iniciativa, procura-se dar substância aos debates da questão, que não pode e não deve ser tratada de maneira simplista, exigindo análise aprofundada dos seus vários aspectos.

PARLAMENTAR

Deputado Otavio Leite

COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 53ª LEGISLATURA

Bahia

PFL – Antonio Carlos Magalhães *
PFL – César Borges*
PDT – João Durval **

Rio de Janeiro

PRB – Marcelo Crivella*
PMDB – Regis Fichtner*^S
PP – Francisco Dornelles **

Maranhão

PFL – Edison Lobão*
PMDB – Roseana Sarney *
PTB – Epitácio Cafeteira **

Pará

PSOL – José Nery*^S
PSDB – Flexa Ribeiro*^S
PSDB – Mário Couto**

Pernambuco

PFL – Marco Maciel*
PSDB – Sérgio Guerra*
PMDB – Jarbas Vasconcelos**

São Paulo

BLOCO-PT – Aloizio Mercadante*
PFL – Romeu Tuma*
BLOCO-PT – Eduardo Suplicy**

Minas Gerais

PSDB – Eduardo Azeredo*
PMDB – Wellington Salgado de Oliveira*^S
PFL – Eliseu Resende**

Goiás

PFL – Demóstenes Torres *
PSDB – Lúcia Vânia*
PSDB – Marconi Perillo**

Mato Grosso

PFL – Jonas Pinheiro *
BLOCO-PT – Serys Slhessarenko*
PFL – Jayme Campos **

Rio Grande do Sul

BLOCO-PT – Paulo Paim*
PTB – Sérgio Zambiasi*
PMDB – Pedro Simon**

Ceará

BLOCO-PSB – Patrícia Saboya Gomes*
PSDB – Tasso Jereissati*
PC do B – Inácio Arruda**

Paraíba

PFL – Efraim Morais*
PMDB – José Maranhão*
PSDB – Cícero Lucena **

Espírito Santo

PMDB – Gerson Camata*
PR – Magno Malta*
PSB – Renato Casagrande**

Piauí

PFL – Heráclito Fortes*
PMDB – Mão Santa *
PTB – João Vicente Claudino**

Rio Grande do Norte

PMDB – Garibaldi Alves Filho *
PFL – José Agripino*
PFL – Rosalba Ciarlini**

Santa Catarina

BLOCO-PT – Ideli Salvatti*
PMDB – Neuto de Conto *^S
PFL – Raimundo Colombo **

Alagoas

PMDB – Renan Calheiros*
PSDB – João Tenório*^S
PRTB – Fernando Collor**

Sergipe

PMDB – Almeida Lima*
BLOCO-PSB – Antônio Carlos Valadares*
PFL – Maria do Carmo Alves **

Amazonas

PSDB – Arthur Virgílio*
PDT – Jefferson Péres*
PR – Alfredo Nascimento**

Paraná

BLOCO-PT – Flávio Arns*
PDT – Osmar Dias *
PSDB – Alvaro Dias **

Acre

PMDB – Geraldo Mesquita Júnior*
BLOCO-PT – Sibá Machado*^S
BLOCO-PT – Tião Viana**

Mato Grosso do Sul

PT – Delcídio Amaral *
PMDB – Valter Pereira*^S
PSDB – Marisa Serrano**

Distrito Federal

PDT – Cristovam Buarque *
PFL – Adelmir Santana *^S
PMDB – Joaquim Roriz**

Tocantins

PR – João Ribeiro *
PMDB – Leomar Quintanilha*
PFL – Kátia Abreu**

Amapá

PMDB – Gilvam Borges*
PSDB – Papaléo Paes*
PMDB – José Sarney **

Rondônia

BLOCO-PT – Fátima Cleide*
PMDB – Valdir Raupp*
PR – Expedito Júnior**

Roraima

BLOCO-PT – Augusto Botelho*
PMDB – Romero Jucá*
PTB – Mozarildo Cavalcanti**

Mandatos

*: Período 2003/2011 **: Período 2007/2015

COMISSÕES TEMPORÁRIAS

- 1) Comissão Temporária Externa, composta de três Senadores, com o intuito de avaliar as condições da pista do aeroporto de Congonhas.

(Requerimento nº 50, de 2007, aprovado em 13.2.2007)

Aloizio Mercadante – PT
Eduardo Suplicy – PT
Romeu Tuma – PFL

Leitura: 8.2.2007

Designação: 13.2.2007

Instalação:

Prazo Final:

COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES
1) COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS - CAE
(27 titulares e 27 suplentes)

Presidente: Senador Aloizio Mercadante – PT
Vice-Presidente: Senador Eliseu Rezende - PFL

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Eduardo Suplicy – PT	1. Flávio Arns – PT
Francisco Dornelles – PP	2. Paulo Paim – PT
Delcídio Amaral – PT	3. Ideli Salvatti – PT
Aloizio Mercadante – PT	4. Sibá Machado – PT
Fernando Collor – PTB	5. Marcelo Crivella – PRB
Renato Casagrande – PSB	6. Inácio Arruda – PC do B
Exedito Júnior – PR	7. Patrícia Saboya Gomes – PSB
Serys Slhessarenko – PT	8. Antonio Carlos Valadares – PSB
João Vicente Claudino – PTB	9. João Ribeiro – PR
PMDB	
Romero Jucá	1. Valter Pereira
Valdir Raupp	2. Roseana Sarney
Pedro Simon	3. Wellington Salgado de Oliveira
Mão Santa	4. Leomar Quintanilha
Gilvam Borges	5. Joaquim Roriz
Neuto De Conto	6. Paulo Duque
Garibaldi Alves Filho	7. Jarbas Vasconcelos
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Adelmir Santana - PFL	1. Jonas Pinheiro - PFL
Edison Lobão - PFL	2. Antonio Carlos Magalhães - PFL
Eliseu Resende - PFL	3. Demóstenes Torres - PFL
Jayme Campos - PFL	4. José Agripino - PFL
Kátia Abreu - PFL	5. Marco Maciel - PFL
Raimundo Colombo - PFL	6. Romeu Tuma - PFL
Cícero Lucena – PSDB	7. Arthur Virgílio – PSDB
Flexa Ribeiro – PSDB	8. Eduardo Azeredo – PSDB
Sérgio Guerra – PSDB	9. Marconi Perillo – PSDB
Tasso Jereissati – PSDB	10. João Tenório – PSDB
PDT	
Osmar Dias	1. Jefferson Péres

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho
Reuniões: Terças – Feiras às 10:00 horas – Plenário nº 19 – Ala Alexandre Costa.
Telefones: 3311-4605 e 3311-3516 Fax: 3311-4344
E – Mail: scomcae@senado.gov.br

2) COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS - CAS
(21 titulares e 21 suplentes)

Presidente: Senadora Patrícia Saboya Gomes - PSB
Vice-Presidente: Senadora Rosalba Ciarlini – PFL

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Patrícia Saboya Gomes – PSB	1. Fátima Cleide – PT
Flávio Arns – PT	2. Serys Slhessarenko – PT
Augusto Botelho – PT	3. Expedito Júnior – PR
Paulo Paim – PT	4. Fernando Collor – PTB
Marcelo Crivella – PRB	5. Antonio Carlos Valadares – PSB
Inácio Arruda – PC do B	6. (vago)
Alfredo Nascimento – PR	7. (vago)
	8. (vago)
PMDB	
Romero Jucá	1. Leomar Quintanilha
Geraldo Mesquita Júnior	2. Garibaldi Alves Filho
Valter Pereira	3. Pedro Simon
Valdir Raupp	4. Neuto De Conto
Wellington Salgado de Oliveira	5. Joaquim Roriz
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Demóstenes Torres – PFL	1. Adelmir Santana – PFL
Jayme Campos – PFL	2. Heráclito Fortes – PFL
Kátia Abreu – PFL	3. Raimundo Colombo – PFL
Rosalba Ciarlini – PFL	4. Romeu Tuma – PFL
Eduardo Azeredo – PSDB	5. Cícero Lucena – PSDB
Lúcia Vânia – PSDB	6. Sérgio Guerra – PSDB
Papaléo Paes – PSDB	7. Marisa Serrano – PSDB
PDT	
João Durval	1. Cristovam Buarque
PSOL	
José Nery	

Secretária: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo
Reuniões: Quintas – Feiras às 11:30 horas – Plenário nº 09 – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3311-3515 Fax: 3311-3652
E – Mail: scomcas@senado.gov.br

2.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO TRABALHO E PREVIDÊNCIA.
(5 titulares e 5 suplentes)

Presidente: Senador Paulo Paim - PT
Vice-Presidente: Senador Marcelo Crivella - PRB

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Paulo Paim - PT	1. Flávio Arns – PT
Marcelo Crivella - PRB	2. (vago)
PMDB e PDT	
Geraldo Mesquita Júnior – PMDB	1. (vago)
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Lúcia Vânia – PSDB	1. Cícero Lucena – PSDB
Jayme Campos– PFL	2. Kátia Abreu - PFL

Secretária: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo
Plenário nº 09 – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3311-3515 Fax: 3311-3652
E – Mail: scomcas@senado.gov.br

2.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ASSUNTOS SOCIAIS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA.
(5 titulares e 5 suplentes)

Presidente: Senador Eduardo Azeredo - PSDB
Vice-Presidente: Senador Flávio Arns - PT

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Flávio Arns - PT	1. (vago)
Paulo Paim - PT	2. (vago)
PMDB e PDT	
Geraldo Mesquita Júnior – PMDB	1. (vago)
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Eduardo Azeredo – PSDB	1. Papaléo Paes – PSDB
Rosalba Ciarlini – PFL	2. (vago)

Secretária: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo
Plenário nº 09 – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3311-3515 Fax: 3311-3652
E – Mail: scomcas@senado.gov.br

**2.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROMOÇÃO,
ACOMPANHAMENTO E DEFESA DA SAÚDE.**

(5 titulares e 5 suplentes)

Presidente: Senador Papaléo Paes - PSDB

Vice-Presidente: Senador Augusto Botelho - PT

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Augusto Botelho - PT	1. (vago)
Flávio Arns – PT	2. (vago)
PFL ou PDT	
João Durval - PDT	1. Adelmir Santana - PFL
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Papaléo Paes – PSDB	1. Cícero Lucena – PSDB
Rosalba Ciarlini – PFL	2. Kátia Abreu - PFL

Secretária: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo

Plenário nº 09 – Ala Alexandre Costa.

Telefone: 3311-3515 Fax: 3311-3652

E – Mail: scomcas@senado.gov.br

3) COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA - CCJ
(23 titulares e 23 suplentes)

Presidente: Senador Antonio Carlos Magalhães - PFL
Vice-Presidente: Senador Valter Pereira - PMDB

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Serys Slhessarenko – PT	1. Paulo Paim - PT
Sibá Machado – PT	2. Ideli Salvatti - PT
Eduardo Suplicy – PT	3. Patrícia Saboya Gomes - PSB
Aloizio Mercadante – PT	4. Inácio Arruda – PC do B
Epitácio Cafeteira - PTB	5. João Ribeiro - PR
Mozarildo Cavalcanti - PTB	6. Magno Malta - PR
Antonio Carlos Valadares - PSB	
PMDB	
Pedro Simon	1. Roseana Sarney
Valdir Raupp	2. Wellington Salgado de Oliveira
Romero Jucá	3. Leomar Quintanilha
Jarbas Vasconcelos	4. Paulo Duque
Valter Pereira	5. José Maranhão
Gilvam Borges	6. Neuto De Conto
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Adelmir Santana – PFL	1. Eliseu Resende – PFL
Antonio Carlos Magalhães – PFL	2. Jayme Campos – PFL
Demóstenes Torres – PFL	3. José Agripino – PFL
Edison Lobão – PFL	4. Kátia Abreu – PFL
Romeu Tuma – PFL	5. Maria do Carmo Alves – PFL
Arthur Virgílio - PSDB	6. Flexa Ribeiro - PSDB
Eduardo Azeredo - PSDB	7. João Tenório - PSDB
Lúcia Vânia - PSDB	8. Marconi Perillo - PSDB
Tasso Jereissati - PSDB	9. Mário Couto - PSDB
PDT	
Jefferson Péres	1. Osmar Dias
PSOL	
	José Nery

Secretária: Gildete Leite de Melo
Reuniões: Quartas – Feiras às 10:00 horas. – Plenário nº 3 – Ala Alexandre Costa
Telefone: 3311-3972 Fax: 3311-4315
E – Mail: scomccj@senado.gov.br

4) COMISSÃO DE EDUCAÇÃO - CE
(27 titulares e 27 suplentes)

Presidente: Senador Cristovam Buarque - PDT
Vice-Presidente: Senador Gilvam Borges – PMDB

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Flávio Arns - PT	1. Patrícia Saboya Gomes - PSB
Augusto Botelho - PT	2. Alfredo Nascimento - PR
Fátima Cleide - PT	3. Aloizio Mercadante - PT
Paulo Paim - PT	4. Antonio Carlos Valadares - PSB
Ideli Salvatti - PT	5. Francisco Dornelles - PP
Inácio Arruda – PC do B	6. Marcelo Crivella – PRB
Renato Casagrande - PSB	7. (vago)
Sérgio Zambiasi - PTB	8. (vago)
João Ribeiro - PR	9. (vago)
PMDB	
Wellington Salgado de Oliveira	1. Romero Jucá
Gilvam Borges	2. Leomar Quintanilha
Mão Santa	3. Pedro Simon
Garibaldi Alves Filho	4. Valter Pereira
Valdir Raupp	5. Jarbas Vasconcelos
Paulo Duque	6. Joaquim Roriz
Geraldo Mesquita Júnior	7. Neuto De Conto
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Edison Lobão - PFL	1. Adelmir Santana - PFL
Heráclito Fortes - PFL	2. Demóstenes Torres - PFL
Maria do Carmo Alves - PFL	3. Jonas Pinheiro - PFL
Marco Maciel - PFL	4. José Agripino - PFL
Raimundo Colombo - PFL	5. Kátia Abreu - PFL
Rosalba Ciarlini - PFL	6. Romeu Tuma - PFL
Marconi Perillo - PSDB	7. Cícero Lucena - PSDB
Marisa Serrano - PSDB	8. Eduardo Azeredo - PSDB
Papaléo Paes - PSDB	9. Sérgio Guerra - PSDB
Flexa Ribeiro- PSDB	10. Lúcia Vânia - PSDB
PDT	
Cristovam Buarque	1. Jefferson Péres

Secretário: Júlio Ricardo Borges Linhares
Reuniões: Terças – Feiras às 11:00 horas – Plenário nº 15 – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3311-3498 Fax: 3311-3121
E – Mail: julioric@senado.gov.br.

**5) COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E
CONTROLE - CMA
(17 titulares e 17 suplentes)**

Presidente: Senador Leomar Quintanilha- PMDB

Vice-Presidente: Senadora Marisa Serrano – PSDB

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Renato Casagrande – PSB	1. Flávio Arns – PT
Sibá Machado – PT	2. Augusto Botelho –PT
Fátima Cleide – PT	3. Serys Slhessarenko – PT
João Ribeiro – PR	4. Inácio Arruda – PC do B
Fernando Collor – PTB	5. Expedito Júnior – PR
PMDB	
Leomar Quintanilha	1. Romero Jucá
Wellington Salgado de Oliveira	2. Gilvam Borges
Valdir Raupp	3. Garibaldi Alves Filho
Valter Pereira	4. Geraldo Mesquita Júnior
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Eliseu Resende – PFL	1. Adelmir Santana – PFL
Heráclito Fortes – PFL	2. Demóstenes Torres – PFL
Jonas Pinheiro – PFL	3. Edison Lobão – PFL
José Agripino – PFL	4. Raimundo Colombo – PFL
Cícero Lucena – PSDB	5. Lúcia Vânia – PSDB
Marisa Serrano – PSDB	6. Mario Couto – PSDB
Marconi Perillo – PSDB	7. Sérgio Guerra – PSDB
PDT	
Jefferson Péres	1. (vago)

Secretário: José Francisco B. de Carvalho

Reuniões: Terças – Feiras às 11:30 horas – Plenário nº 6 – Ala Nilo Coelho.

Telefone: 3311-3935 Fax: 3311-1060

E – Mail: jcarvalho@senado.gov.br.

6) COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA - CDH
(19 titulares e 19 suplentes)

Presidente: Senador Paulo Paim- PT
Vice-Presidente: Senador Cícero Lucena – PSDB

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Flávio Arns – PT	1. Serys Slhessarenko- PT
Fátima Cleide – PT	2. Eduardo Suplicy – PT
Paulo Paim – PT	3. Sérgio Zambiasi – PTB
Patrícia Saboya Gomes – PSB	4. Sibá Machado - PT
Inácio Arruda – PC do B	5. Augusto Botelho - PT
	6. Marcelo Crivella - PRB
PMDB	
Leomar Quintanilha	1. Mão Santa
Geraldo Mesquita Júnior	2. Romero Jucá
Paulo Duque	3. Joaquim Roriz
Wellington Salgado de Oliveira	4. Valter Pereira
Gilvam Borges	5. Jarbas Vasconcelos
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Demóstenes Torres – PFL	1. Edison Lobão – PFL
Eliseu Resende – PFL	2. Heráclito Fortes – PFL
Romeu Tuma – PFL	3. Jayme Campos – PFL
Jonas Pinheiro – PFL	4. Maria do Carmo Alves – PFL
Arthur Virgílio – PSDB	5. Mário Couto – PSDB
Cícero Lucena – PSDB	6. Lúcia Vânia – PSDB
Papaléo Paes – PSDB	7. (vago)
PDT	
Cristovam Buarque	1. (vago)
PSOL	
José Nery	

Secretário: Altair Gonçalves Soares
Reuniões: Terças – Feiras às 12:00 horas – Plenário nº 2 – Ala Nilo Coelho.
Telefone: 3311-4251/2005 Fax: 3311-4646
E – Mail: scomcdh@senado.gov.br.

7) COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE
(19 titulares e 19 suplentes)

Presidente – Senador Heráclito Fortes - PFL
Vice-Presidente – Senador Eduardo Azeredo - PSDB

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Eduardo Suplicy – PT	1. Inácio Arruda – PC do B
Marcelo Crivella – PRB	2. Aloizio Mercadante – PT
Fernando Collor – PTB	3. Augusto Botelho – PT
Antonio Carlos Valadares – PSB	4. Serys Slhessarenko – PT
Mozarildo Cavalcanti – PTB	5. Fátima Cleide – PT
João Ribeiro – PR	6. Francisco Dornelles – PP
PMDB	
Pedro Simon	1. Valdir Raupp
Mão Santa	2. Leomar Quintanilha
Joaquim Roriz	3. Wellington Salgado de Oliveira
Jarbas Vasconcelos	4. Gilvam Borges
Paulo Duque	5. Garibaldi Alves Filho
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Heráclito Fortes – PFL	1. Edison Lobão – PFL
Marco Maciel – PFL	2. Eliseu Resende – PFL
Maria do Carmo Alves – PFL	3. Kátia Abreu – PFL
Romeu Tuma – PFL	4. Rosalba Ciarlini – PFL
Arthur Virgílio – PSDB	5. Flexa Ribeiro – PSDB
Eduardo Azeredo – PSDB	6. Papaléo Paes – PSDB
João Tenório – PSDB	7. Tasso Jereissati – PSDB
PDT	
Cristovam Buarque	1. Jefferson Péres

Secretária: Maria Lúcia Ferreira de Mello
Telefone 3311-3496 Fax: 3311-3546 – Plenário nº 7 – Ala Alexandre Costa
Reuniões: Quintas-feiras às 10:00 horas.
E – Mail: luciamel@senado.gov.br

7.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA AMAZÔNIA
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente: Senador Mozarildo Cavalcanti - PTB

Vice-Presidente: Senador Augusto Botelho - PT

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Augusto Botelho - PT	1. João Ribeiro - PR
Mozarildo Cavalcanti - PTB	2. Fátima Cleide - PT
PMDB	
Valdir Raupp	1. Leomar Quintanilha
Pedro Simon	2. Gilvam Borges
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Romeu Tuma – PFL	1. Marco Maciel – PFL
Flexa Ribeiro - PSDB	2. Arthur Virgílio – PSDB
PDT	
Jefferson Péres	1. Cristovam Buarque

Secretária: Maria Lúcia Ferreira de Mello
Telefone 3311-3496 Fax: 3311-3546 – Plenário nº 7 – Ala Alexandre Costa
E – Mail: scomcre@senado.gov.br

**7.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ACOMPANHAMENTO DO REGIME INTERNACIONAL
SOBRE MUDANÇAS CLIMÁTICAS**
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente: Senador Fernando Collor - PTB

Vice-Presidente: Senador João Ribeiro - PR

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Fernando Collor - PTB	1. Inácio Arruda – PC do B
João Ribeiro - PR	2. Augusto Botelho - PT
PMDB	
Mão Santa	1. Valdir Raupp
Joaquim Roriz	2. Leomar Quintanilha
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Romeu Tuma – PFL	1. Rosalba Ciarlini – PFL
Eduardo Azeredo - PSDB	2. Papaléo Paes – PSDB
PDT	
Cristovam Buarque	1. Jefferson Péres

Secretária: Maria Lúcia Ferreira de Mello
Telefone 3311-3496 Fax: 3311-3546 – Plenário nº 7 – Ala Alexandre Costa
E – Mail: scomcre@senado.gov.br

8) COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA - CI
(23 titulares e 23 suplentes)

Presidente - Senador Marconi Perillo - PSDB
Vice-Presidente – Senador Delcídio Amaral - PT

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Serys Slhessarenko – PT	1. Flávio Arns– PT
Delcídio Amaral– PT	2. Fátima Cleide– PT
Ideli Salvatti– PT	3. Aloizio Mercadante– PT
Francisco Dornelles– PP	4. João Ribeiro– PR
Inácio Arruda– PC do B	5. Augusto Botelho – PT
Fernando Collor– PTB	6. João Vicente Claudino – PTB
Exedito Júnior– PR	7. Renato Casagrande– PSB
PMDB	
Romero Jucá	1. Garibaldi Alves Filho
Valdir Raupp	2. José Maranhão
Leomar Quintanilha	3. Gilvam Borges
Joaquim Roriz	4. Neuto De Conto
Valter Pereira	5. Geraldo Mesquita Júnior
Wellington Salgado de Oliveira	6. Pedro Simon
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Adelmir Santana – PFL	1. Demóstenes Torres – PFL
Eliseu Resende – PFL	2. Marco Maciel – PFL
Jayme Campos – PFL	3. Jonas Pinheiro – PFL
Heráclito Fortes – PFL	4. Rosalba Ciarlini – PFL
Raimundo Colombo – PFL	5. Romeu Tuma – PFL
João Tenório – PSDB	6. Cícero Lucena – PSDB
Marconi Perillo – PSDB	7. Eduardo Azeredo – PSDB
Flexa Ribeiro – PSDB	8. Mário Couto – PSDB
Sérgio Guerra – PSDB	9. Tasso Jereissati – PSDB
PDT	
João Durval	1. (vago)

Secretária: Dulcília Ramos Calhao
Reuniões: Terças – Feiras às 14:00 horas. – Plenário nº 13 – Ala Alexandre Costa
Telefone: 3311-4607 Fax: 3311-3286
E – Mail : scomci@senado.gov.br

9) COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO - CDR
(17 titulares e 17 suplentes)

Presidente - Senadora Lúcia Vânia - PSDB
Vice-Presidente – Senador Jonas Pinheiro - PFL

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Fátima Cleide – PT	1. Sibá Machado – PT
Patrícia Saboya Gomes – PSB	2. Expedito Júnior – PR
Alfredo Nascimento – PR	3. Inácio Arruda – PC do B
João Vicente Claudino – PTB	4. Antonio Carlos Valadares – PSB
Mozarildo Cavalcanti – PTB	
PMDB	
José Maranhão	1. Leomar Quintanilha
Geraldo Mesquita Júnior	2. Wellington Salgado de Oliveira
Garibaldi Alves Filho	3. Pedro Simon
Valter Pereira	4. Valdir Raupp
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Demóstenes Torres – PFL	1. Adelmir Santana – PFL
Jonas Pinheiro – PFL	2. Jayme Campos – PFL
Marco Maciel – PFL	3. Kátia Abreu – PFL
Rosalba Ciarlini – PFL	4. Maria do Carmo Alves – PFL
Lúcia Vânia – PSDB	5. Tasso Jereissati – PSDB
Marisa Serrano – PSDB	6. Flexa Ribeiro – PSDB
Cícero Lucena – PSDB	7. João Tenório – PSDB
PDT	
Jefferson Péres	1. Osmar Dias
PSOL	
	José Nery

Secretário: Ednaldo Magalhães Siqueira
Reuniões: Quartas – Feiras às 14 horas
Telefone: 3311-4282 Fax: 3311-1627
E – Mail: scomcdr@senado.gov.br

10) COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA - CRA
(17 titulares e 17 suplentes)

Presidente – Senador Joaquim Roriz - PMDB
Vice-Presidente - Senador Expedito Júnior - PR

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Sibá Machado – PT	1. Paulo Paim – PT
Delcídio Amaral – PT	2. Aloizio Mercadante – PT
Antonio Carlos Valadares – PSB	3. João Ribeiro – PR
Expedito Júnior – PR	4. Alfredo Nascimento – PR
Augusto Botelho – PT	5. (vago)
PMDB	
Joaquim Roriz	1. Valdir Raupp
Leomar Quintanilha	2. Romero Jucá
Pedro Simon	3. Valter Pereira
Neuto De Conto	4. Mão Santa
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Heráclito Fortes – PFL	1. Edison Lobão – PFL
Jayme Campos – PFL	2. Eliseu Resende – PFL
Jonas Pinheiro – PFL	3. Raimundo Colombo – PFL
Kátia Abreu – PFL	4. Rosalba Ciarlini – PFL
Cícero Lucena – PSDB	5. Marconi Perillo – PSDB
Flexa Ribeiro – PSDB	6. João Tenório – PSDB
Marisa Serrano – PSDB	7. Sérgio Guerra – PSDB
PDT	
Osmar Dias	1. João Durval

Secretário: Marcello Varella
Reuniões: Quintas – Feiras às 12 horas –
Telefone: 3311-3506 Fax:
E – Mail: marcello@senado.gov.br

11) COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA - CCT
(17 titulares e 17 suplentes)

Presidente – Senador Wellington Salgado de Oliveira - PMDB
Vice-Presidente – Senador Marcelo Crivella - PRB

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Marcelo Crivella – PRB	1. Expedito Júnior – PR
Augusto Botelho – PT	2. Flávio Arns – PT
Renato Casagrande – PSB	3. João Ribeiro – PR
Sérgio Zambiasi – PTB	4. Francisco Dornelles – PP
Ideli Salvatti – PT	5. (vago)
PMDB	
Valdir Raupp	1. Romero Jucá
Wellington Salgado de Oliveira	2. Garibaldi Alves Filho
Gilvam Borges	3. Mão Santa
Valter Pereira	4. Leomar Quintanilha
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Demóstenes Torres – PFL	1. Eliseu Resende – PFL
Romeu Tuma – PFL	2. Heráclito Fortes – PFL
Maria do Carmo Alves – PFL	3. Marco Maciel – PFL
José Agripino – PFL	4. Rosalba Ciarlini – PFL
João Tenório – PSDB	5. Arthur Virgílio – PSDB
Eduardo Azeredo – PSDB	6. Marconi Perillo – PSDB
Cícero Lucena – PSDB	7. Papaléo Paes – PSDB
PDT	
(vago)	1. (vago)

Secretária: Égli Lucena Heusi Moreira
Reuniões: Quartas-Feiras às 8:45 horas
Telefone: 3311-1120 Fax: 3311-2025
E – Mail: scomcct@senado.gov.br.

CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR
(Resolução do Senado Federal nº 20/93)

COMPOSIÇÃO

(Eleita na Sessão do Senado Federal de 06/03/2007)

1ª Eleição Geral: 19.04.1995

2ª Eleição Geral: 30.06.1999

3ª Eleição Geral: 27.06.2001

4ª Eleição Geral: 13.03.2003

5ª Eleição Geral: 23.11.2005

6ª Eleição Geral: 06.03.2007

Presidente:

Vice-Presidente:

BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT/PTB/PR/PSB)					
Titulares	UF	Ramal	Suplentes	UF	Ramal
Augusto Botelho (PT)	RR	2041	1.		
Sibá Machado (PT)	AC	2184	2.		
Renato Casagrande (PSB)	ES	1129	3.		
Serys Slhessarenko (PT)	MT	2292	4.		
Eduardo Suplicy (PT)	SP	3213	5.		
PMDB					
Wellington Salgado de Oliveira	MG	2244	1. Valdir Raupp	RO	2252
Valter Pereira	MS	2221	2. Gerson Camata	ES	3235
Gilvam Borges	AP	1713	3. Romero Jucá	RR	2112
Leomar Quintanilha	TO	2073	4. José Maranhão	PB	1891
PFL					
Demóstenes Torres	GO	2091	1. Jonas Pinheiro	MT	2271
Heráclito Fortes	PI	2131	2. César Borges	BA	2212
Adelmir Santana	DF	4702	3. Maria do Carmo Alves	SE	1306
PSDB					
Marconi Perillo	GO	1961	1. Arthur Virgílio	AM	1413
Marisa Serrano	MS	3016	2. Sérgio Guerra	PE	2382
PDT					
Jefferson Péres	AM	2063	1.		
Corregedor do Senado (Membro nato – art. 25 da Resolução nº 20/93)					
Senador Romeu Tuma (PFL/SP)					2051

(Atualizada em 06.03.2007)

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento - SCOP
Ala Senador Dinarte Mariz, sala nº 6
Telefones: 3311-4561 e 3311-5258
scop@senado.gov.br; www.senado.gov.br/etica

CORREGEDORIA PARLAMENTAR
(Resolução do Senado Federal nº 17, de 1993)

COMPOSIÇÃO

Senador Romeu Tuma ¹ (PFL-SP)	Corregedor
(Vago)	1º Corregedor Substituto
(Vago)	2º Corregedor Substituto
(Vago)	3º Corregedor Substituto

(Atualizada em 6.3.2007)

Notas:

¹ Eleito na Reunião Preparatória da 1ª Sessão Legislativa da 53ª Legislatura, realizada em 1º.2.2007, nos termos da Resolução nº 17, de 17.3.93.

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Ala Senador Dinarte Mariz, sala nº 6
Telefones: 3311-4561 e 3311-5259
scop@senado.gov.br

PROCURADORIA PARLAMENTAR
(Resolução do Senado Federal nº 40/95)

COMPOSIÇÃO

(Vago) ¹	
Demóstenes Torres ² (PFL-GO)	Bloco Parlamentar da Minoria
Alvaro Dias ² (PSDB-PR)	Bloco Parlamentar da Minoria
Fátima Cleide ³ (PT-RO)	Bloco de Apoio ao Governo

Atualizado em 1º.2.2007

Notas:

¹ Vaga ocupada pelo Senador Ramez Tebet, falecido em 17.11.2006.

² Em 29.3.2005, foi publicada no DSF a leitura, no Plenário do SF, do Of. Nº 031/2005, das indicações dos Senadores Demóstenes Torres e Álvaro Dias.

³ Em 17.5.2005, foi publicada no DSF a leitura, no Plenário do SF, do Of. Nº 285/2005, da indicação da Senadora Fátima Cleide.

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Telefones: 3311-4561 e 3311-5257
scop@senado.gov.br

CONSELHO DO DIPLOMA MULHER-CIDADÃ BERTHA LUTZ
Constituído pela Resolução nº 2, de 2001, oriunda do Projeto de Resolução nº 25, de 1998,
aprovado na Sessão Deliberativa Ordinária do Senado Federal do dia 15.3.2001

COMPOSIÇÃO

1ª Designação Geral: 03.12.2001
2ª Designação Geral: 26.02.2003
3º Designação Geral: 03.04.2007

PMDB
Senadora Roseana Sarney (MA)
PFL
Senadora Maria do Carmo Alves (SE)
PSDB
Senadora Lúcia Vânia (GO)
PT
Senadora Serys Slhessarenko (MT)
PTB
Senador Sérgio Zambiasi (RS)
PR
(vago)
PDT
Senador Cristovam Buarque (DF)
PSB
Senadora Patrícia Saboya Gomes (CE)
PC do B
Senador Inácio Arruda (CE)
PRB
Senador Marcelo Crivella (RJ)
PP
(vago)
PSOL
(vago)

(Atualizada em 04.04.2007)

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento - SCOP
Ala Senador Dinarte Mariz, sala nº 6
Telefones: 3311-4561 e 3311-5259
scop@senado.gov.br

CONSELHO DA ORDEM DO CONGRESSO NACIONAL

(Criado pelo Decreto Legislativo nº 70, de 23.11.1972)
(Regimento Interno baixado pelo Ato nº 1, de 1973-CN)

COMPOSIÇÃO

Grão-Mestre: Presidente do Senado Federal
Chanceler: Presidente da Câmara dos Deputados

MESA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS	MESA DO SENADO FEDERAL
<u>PRESIDENTE</u> Deputado Arlindo Chinaglia (PT-SP)	<u>PRESIDENTE</u> Senador Renan Calheiros (PMDB-AL)
<u>1º VICE-PRESIDENTE</u> Deputado Narcio Rodrigues (PSDB-MG)	<u>1º VICE-PRESIDENTE</u> Senador Tião Viana (PT-AC)
<u>2º VICE-PRESIDENTE</u> Deputado Inocêncio Oliveira (PR-PEI)	<u>2º VICE-PRESIDENTE</u> Senador Álvaro Dias (PSDB-PR)
<u>1º SECRETÁRIO</u> Deputado Osmar Serraglio (PMDB-PR)	<u>1º SECRETÁRIO</u> Senador Efraim Morais (PFL-PB)
<u>2º SECRETÁRIO</u> Deputado Ciro Nogueira (PP-PI)	<u>2º SECRETÁRIO</u> Senador Gerson Camata (PMDB-ES)
<u>3º SECRETÁRIO</u> Deputado Waldemir Moca (PMDB-MS)	<u>3º SECRETÁRIO</u> Senador César Borges (PFL-BA)
<u>4º SECRETÁRIO</u> Deputado José Carlos Machado (PFL-SE)	<u>4º SECRETÁRIO</u> Senador Magno Malta (PR-ES)
<u>LÍDER DA MAIORIA</u>	<u>LÍDER DA MAIORIA</u>
<u>LÍDER DA MINORIA</u>	<u>LÍDER DO BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA</u> Senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO)
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA</u> Deputado Leonardo Picciani (PMDB-RJ)	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA</u> Senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA)
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL</u> Deputado Vieira da Cunha (PDT-RS)	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u> Senador Heráclito Fortes (PFL-PI)

(Atualizada em 6.3.2007)

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Ala Senador Dinarte Mariz, sala nº 6
Telefones: 3311-4561 e 3311-5258
scop@senado.gov.br

CONGRESSO NACIONAL
CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL
(13 titulares e 13 suplentes)

(Criado pela Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991)
(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 1, de 2004)

Presidente: Arnaldo Niskier

Vice-Presidente: João Monteiro de Barros Filho¹

LEI Nº 8.389/91, ART. 4º	TITULARES	SUPLENTE
Representante das empresas de rádio (inciso I)	PAULO MACHADO DE CARVALHO NETO ²	EMANUEL SOARES CARNEIRO ²
Representante das empresas de televisão (inciso II)	GILBERTO CARLOS LEIFERT	ANTÔNIO DE PÁDUA TELES DE CARVALHO ²
Representante de empresas da imprensa escrita (inciso III)	PAULO R. TONET CAMARGO	SIDNEI BASILE ²
Engenheiro com notórios conhecimentos na área de comunicação social (inciso IV)	FERNANDO BITTENCOURT ²	ROBERTO DIAS LIMA FRANCO
Representante da categoria profissional dos jornalistas (inciso V)	CELSO AUGUSTO SCHRÖDER ³	(VAGO)
Representante da categoria profissional dos radialistas (inciso VI)	EURÍPEDES CORRÊA CONCEIÇÃO	MÁRCIO LEAL
Representante da categoria profissional dos artistas (inciso VII)	BERENICE ISABEL MENDES BEZERRA ²	STEPAN NERCESSIAN ²
Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo (inciso VIII)	GERALDO PEREIRA DOS SANTOS ²	ANTÔNIO FERREIRA DE SOUSA FILHO ²
Representante da sociedade civil (inciso IX)	DOM ORANI JOÃO TEMPESTA	SEGISNANDO FERREIRA ALENCAR
Representante da sociedade civil (inciso IX)	ARNALDO NISKIER	GABRIEL PRIOLLI NETO
Representante da sociedade civil (inciso IX)	LUIZ FLÁVIO BORGES D'URSO	PHELIPPE DAOU
Representante da sociedade civil (inciso IX)	ROBERTO WAGNER MONTEIRO ²	FLÁVIO DE CASTRO MARTINEZ ²
Representante da sociedade civil (inciso IX)	JOÃO MONTEIRO DE BARROS FILHO	PAULO MARINHO

1ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 5.6.2002

2ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 22.12.2004

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Telefones: (61) 3311-4561 e 3311-5258
scop@senado.gov.br - www.senado.gov.br/ccs

¹ Eleito na 2ª Reunião de 2006 do CCS, em 3.4.2006, em substituição ao Conselheiro Luiz Flávio Borges D'Urso.

² Reeleitos na sessão do Congresso Nacional de 22.12.2004.

³ Eleito como suplente na Sessão do Congresso Nacional de 22.12.2004. Foi convocado como titular na 6ª Reunião de 2006 do CCS, realizada em 7.8.2006, em função do falecimento, em 30.5.2006, do Conselheiro Daniel Koslowsky Herz.

CONGRESSO NACIONAL
CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL
(Criado pela Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991)
(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 1, de 2004)
COMISSÕES DE TRABALHO

01 – COMISSÃO DE REGIONALIZAÇÃO E QUALIDADE DA PROGRAMAÇÃO E DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA⁴

- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Gilberto Carlos Leifert (Representante das empresas de televisão)
- Paulo R. Tonet Camargo (Representante das empresas da imprensa escrita)
- Fernando Bittencourt (Engenheiro com notórios conhecimentos na área de comunicação social)
- Celso Augusto Schröder (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
- Eurípedes Corrêa Conceição (Representante da categoria profissional dos radialistas)
- Berenice Isabel Mendes Bezerra (Representante da categoria profissional dos artistas)
- Geraldo Pereira dos Santos (Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo)
- Dom Orani João Tempesta (Representante da sociedade civil)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante da sociedade civil)
- João Monteiro de Barros Filho (Representante da sociedade civil)

02 – COMISSÃO DE TECNOLOGIA DIGITAL

- Fernando Bittencourt (Eng. com notórios conhec. na área de comunicação social) - **Coordenador**
- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Paulo R. Tonet Camargo (Representante de empresas da imprensa escrita)
- Celso Augusto Schröder (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
- Eurípedes Corrêa Conceição (Representante da categoria profissional dos radialistas)
- Berenice Isabel Mendes Bezerra (Representante da categoria profissional dos artistas)
- Geraldo Pereira dos Santos (Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo)
- Luiz Flávio Borges D'Urso (Representante da sociedade civil)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante da sociedade civil)

03 – COMISSÃO DE TV POR ASSINATURA

- Berenice Isabel Mendes Bezerra (Representante da cat. profissional dos artistas) - **Coordenadora**
- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Gilberto Carlos Leifert (Representante das empresas de televisão)
- Paulo R. Tonet Camargo (Representante de empresas da imprensa escrita)
- Celso Augusto Schröder (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante da sociedade civil)
- João Monteiro de Barros Filho (Representante da sociedade civil)

04 – COMISSÃO DE MARCO REGULATÓRIO

- Roberto Wagner Monteiro (Representante da sociedade civil) – **Coordenador**
- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Paulo R. Tonet Camargo (Representante de empresas da imprensa escrita)
- Fernando Bittencourt (Engenheiro com notórios conhecimentos na área de comunicação social)
- Celso Augusto Schröder (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
- Eurípedes Corrêa Conceição (Representante da categoria profissional dos radialistas)
- Gilberto Carlos Leifert (Representante das empresas de televisão)⁵

05 – COMISSÃO DE LIBERDADE DE EXPRESSÃO

- Gilberto Carlos Leifert (Representante das empresas de televisão) – **Coordenador**
- Paulo Machado de Carvalho (Representante das empresas de rádio)
- Paulo R. Tonet Camargo (Representante de empresas da imprensa escrita)
- Celso Augusto Schröder (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
- Geraldo Pereira dos Santos (Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo)
- Dom Orani João Tempesta (Representante da sociedade civil)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante da sociedade civil)

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Telefones: (61) 3311-4561 e 3311-5258

⁴ Constituída na 11ª Reunião do CCS, de 5.12.2005, como união da Comissão de Regionalização e Qualidade da Programação com a Comissão de Radiodifusão Comunitária. Todos os membros de cada uma das duas comissões originais foram considerados membros da nova comissão. Aguardando escolha do coordenador (art. 31, § 5º, do Regimento Interno do CCS).

⁵ Passou a fazer parte desta Comissão na Reunião Plenária de 5.6.2006.

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE
INTELIGÊNCIA

(Art. 6º da Lei nº 9.883, de 1999)

COMPOSIÇÃO

CÂMARA DOS DEPUTADOS	SENADO FEDERAL
<u>LÍDER DA MAIORIA</u>	<u>LÍDER DA MAIORIA</u>
<u>LÍDER DA MINORIA</u>	<u>LÍDER DO BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA</u> LÚCIA VÂNIA PSDB-GO
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES</u> <u>EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u> VIEIRA DA CUNHA PDT-RS	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES</u> <u>EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u> HERÁCLITO FORTES PFL-PI

(Atualizada em 6.3.2007)

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Ala Senador Dinarte Mariz, sala nº 6
Telefones: 3311-4561 e 3311- 5258
scop@senado.gov.br
www.senado.gov.br/ccai



**PODER LEGISLATIVO
SENADO FEDERAL
SERVIÇO DE ADMINISTRAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA**

**DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL
PREÇO DE ASSINATURA**

SEMESTRAL

Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – s/o porte (cada)	R\$ 58,00
Porte do Correio	R\$ 488,40
Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – c/o porte (cada)	R\$ 546,40

ANUAL

Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – s/o porte (cada)	R\$ 116,00
Porte do Correio	R\$ 976,80
Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – c/o porte (cada)	R\$ 1.092,80

NÚMEROS AVULSOS

Valor do Número Avulso	R\$ 0,50
Porte Avulso	R\$ 3,70

ORDEM BANCÁRIA

UG – 020055	GESTÃO – 00001
--------------------	-----------------------

Os pedidos deverão ser acompanhados de **Nota de empenho**, a favor do **FUNSEEP** ou fotocópia da **Guia de Recolhimento da União-GRU**, que poderá ser retirada no SITE: <http://consulta.tesouro.fazenda.gov.br/gru/gru-simples.asp> **Código de Recolhimento apropriado e o número de referência: 20815-9 e 00002** e o código da Unidade Favorecida – **UG/GESTÃO: 020055/00001** preenchida e quitada no valor correspondente à quantidade de assinaturas pretendidas e enviar a esta Secretaria.

OBS: NÃO SERÁ ACEITO CHEQUE VIA CARTA PARA EFETIVAR ASSINATURA DOS DCN'S.

Maiores informações pelo telefone (0XX-61) 3311-3803, FAX: 3311-1053, Serviço de Administração Econômica Financeira/Controle de Assinaturas, falar com, Mourão ou Solange.

Contato internet: 3311-4107

**SECRETARIA ESPECIAL DE EDITORAÇÃO E PUBLICAÇÕES
PRAÇA DOS TRÊS PODERES, AV. N/2, S/Nº – BRASÍLIA-DF
CNPJ: 00.530.279/0005-49 CEP 70 165-900**



EDIÇÃO DE HOJE: 226 PÁGINAS